

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**AS COSTURAS DE UMA OLIGARQUIA E SEUS  
ARREMEDOS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO  
PODER NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE  
ANÁPOLIS (1936/1976)**

**CEZAR FREITAS BARROS**

Goiânia  
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     Dissertação     Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

Nome completo do autor: CEZAR FREITAS BARROS

Título do trabalho: AS COSTURAS DE UMA OLIGARQUIA E SEUS ARREMEDOS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO PODER NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ANÁPOLIS (1936/1976)

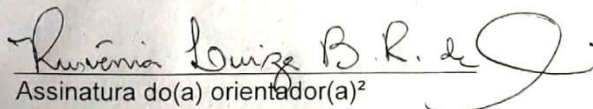
**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 14 / 11 / 2018

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

CEZAR FREITAS BARROS

**“AS COSTURAS DE UMA OLIGARQUIA E SEUS  
ARREMEDOS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO  
PODER NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE  
ANÁPOLIS (1936/1976).”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Geografia Instituto de Estudos  
Socioambientais da Universidade Federal de Goiás,  
como requisito à obtenção do título de Mestre em  
Geografia

**Orientadora:** Rusvênia Luiza Batista Rodrigues  
da Silva.

Goiânia  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Barros, Cezar Freitas

AS COSTURAS DE UMA OLIGARQUIA E SEUS ARREMEDOS:  
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO PODER NA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO DE ANÁPOLIS (1936/1976) [manuscrito] / Cezar  
Freitas Barros. - 2018.

242 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto  
de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Anápolis (GO). 2. Associação Comercial e Industrial de  
Anápolis (ACIA). 3. Análise de atas de reuniões. 4. Produção do espaço  
urbano. 5. Reprodução do poder . I. Silva, Rusvênia Luiza Batista  
Rodrigues da, orient. II. Título.

CDU 911.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE  
MESTRADO DE CEZAR FREITAS BARROS**

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito (2018), a partir das 9h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado **CEZAR FREITAS BARROS**, intitulada: "AS COSTURAS DE UMA OLIGARQUIA E SEUS ARREMEDOS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DO PODER NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ANÁPOLIS (1936/1976)". A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 110/2018 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores **Rusvênia Luiza Rodrigues da Silva** (orientadora), **Tadeu Pereira Alencar Arrais** (Membro Titular Interno), **Regina Ângela Landim Bruno** (Membro Titular Externo). Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às \_\_\_\_\_ horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

**Profa. Dra. Rusvênia Luiza Rodrigues da Silva (Presidente)** – Ass. Rusvênia LBR

Aprovado  - Reprovado ( )

**Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais** – Ass. Tadeu Pereira Alencar Arrais

Aprovado  Reprovado ( )

**Profa. Dra. Regina Ângela Landim Bruno** – Ass. Regina Ângela Landim Bruno

Aprovado ( ) Reprovado ( )

**Resultado final:** Aprovado  Reprovado ( )

**Houve alteração no Título?** Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, especifique o novo título:

\_\_\_\_\_

Outras observações: A banca sugere a publicação do trabalho

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

Luana de Castro Amorim  
Luana de Castro Amorim  
Assistente em Administração  
Instituto de Estudos Sócio Ambientais  
Matrícula: 2157113

*Para Mylene, que sempre me incentivou  
a perseguir meus sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

Aos funcionários da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, pela recepção e fornecimento de dados utilizados no trabalho.

À CAPES, pelo financiamento parcial concedido à pesquisa.

À minha família, pelo porto seguro e pelos momentos de alegria. À minha mãe, Mylene, pelo apoio incondicional e pelo incentivo que sempre me deu, mesmo achando os temas de estudo “chatos demais”. À minha avó, Maria, por participar de grande parte da minha criação e por ser a melhor cozinheira do mundo. Ao meu avô, José, pelas pescarias e pela perseverança que sempre me inspirou. À minha irmã, Liana, pela cumplicidade e amizade que construímos no decorrer de nossas vidas até aqui.

Aos colegas e amigos da graduação e da pós-graduação em Geografia da UFG, com os quais dividi aulas, palestras, congressos, grupos de estudo e mesas de bar. Em especial Lívia, que sempre tem um ponto de vista mais humano e realista das coisas; Jadson, que mesmo sempre calado se tornou um grande confidente; e Isabela, pela sua animação e sensibilidade (e fez os mapas do trabalho!). Espero que não nos afastemos muito no curso da vida.

Aos funcionários da secretaria do PPGeo, e também aos terceirizados da UFG, especialmente os da biblioteca, com os quais dividi uma rotina diária nos últimos meses do trabalho e criei laços de amizade.

Aos professores do PPGeo, em especial os que contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. A Dênis, pela amizade e pelo ensino de teoria e método em Geografia, que era uma grande deficiência. A Ronan e Jadir, pelas sugestões e pelo exame de qualificação, que mudaram os rumos do meu trabalho. A Tadeu, pelo compromisso com a ciência e a capacidade de retirar o melhor de seus alunos, e pela possibilidade de realizar o estágio docente.

À minha orientadora Rusvênia, que me fez sair da minha zona de conforto para utilizar métodos e ler livros que jamais conheceria de outra forma; pelas orientações de três horas que acabavam muito rápido; por me ouvir e permitir que eu construísse meu objeto de pesquisa de maneira autônoma; por abrir a sua casa e me apresentar sua linda família; e pelo exemplo de nunca perder o entusiasmo pela pesquisa e pela ciência, mesmo nos momentos de dificuldade pessoal e profissional que aparecem no caminho.

## RESUMO

A reprodução do poder das classes dominantes do Brasil no decorrer do século XX teve como uma de suas ferramentas a organização política em associações e sindicatos patronais que, inseridos em uma estrutura de Estado corporativista, participaram da produção do território brasileiro e do espaço urbano de suas cidades. Objetiva-se neste trabalho compreender como este processo ocorreu no município de Anápolis-GO a partir da atuação da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) desde a sua criação, em 1936, até a inauguração do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), em 1976, e como esta entidade participou política e economicamente da produção do espaço urbano anapolino no decorrer deste período. Na primeira metade do trabalho, utiliza-se de uma abordagem de análise individualizada de aspectos familiares, sociais, econômicos e políticos de 35 homens que participaram da diretoria da ACIA durante o período estudado, a partir de informações coletadas de livros de história de Anápolis, biografias encomendadas, homenagens de jornal, trabalhos acadêmicos, entre outras fontes. Na segunda metade do trabalho, são analisadas as atas de reuniões da associação registradas no período de 40 anos, nosso recorte temporal, permitindo a constatação dos mais recorrentes temas e objetos de disputa dos empresários anapolinos e seus principais interlocutores no Estado, ocupantes de cargos do poder público, tanto na escala regional quanto nacional. A gestão familiar do patrimônio privado ligado à terra e a utilização dos casamentos como estratégia de aliança política e econômica nas primeiras décadas do século XX foram determinantes para a configuração sociopolítica da classe dominante anapolina às vésperas do Golpe de 1930. A chegada de Getúlio Vargas ao poder e a mudança nas oligarquias dirigentes regionais, com a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira ao governo estadual, fortaleceram politicamente os atores estudados neste trabalho. Outras estratégias identificadas de ganho e reprodução de capital simbólico foram a formação escolar, as profissões exercidas, a extensão do patrimônio privado, a participação em clubes de associativismo, como o Rotary Club. Observa-se também a inserção dos nomes de muitos dos atores analisados no texto urbano de Anápolis, especialmente nas placas de ruas, mas também em escolas, bairros, centros de prática esportiva, entre outros. Investidos de diferentes grandezas de poder simbólico no quadro de poder local de Anápolis, os atores que constituem a ACIA enquanto sujeito coletivo reproduzem uma espécie de dominação simbólica também interna ao funcionamento da entidade. A construção de seu prédio sede, com a ajuda do poder público, aumentou seu capital político e sua expressão territorial no espaço urbano. Durante todo o período estudado observa-se disputas pelos usos das infraestruturas de transporte e energia em competição com outras localidades, especialmente Goiânia. O convênio de auxílio à Base Aérea de Anápolis, fundada em 1971, deu proximidade e poder de pressão à entidade para participar intimamente do processo de industrialização do município. A partir de estratégias diferentes, mas convergentes, a classe dominante local busca desde a fundação do município reproduzir seu poder, produzindo ao mesmo tempo o território e espaço urbano locais.

**Palavras-chave:** Anápolis (GO); Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA); Análise de atas de reuniões; Produção do espaço urbano; Reprodução do poder.



## ABSTRACT

The power reproduction of the Brazilian dominant classes during the XX century had as one of its tools the political organization in patronal associations and syndicates that, inserted in a corporatist state structure, took part in the production of the Brazilian territory and its cities' urban space. Our objective is to understand how this process took part in the city of Anápolis (GO) by the action of the Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) since its foundation, in 1936, until the creation of the Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), in 1976, and how this entity participated in the political and economic production of Anápolis' urban space during this period. In our work's first half, it was made an individualized analysis of familiar, social, economic and political aspects of 35 men that participated in the direction board of ACIA during the studied period, using information collected from local history books, biographies, newspapers' tributes, academic researches, and other sources. In the second half of this research, we analyze minutes of meetings registered in the 40 years interval, our periodization, allowing the selection of the most recurrent themes and objects of conflict of Anápolis' businessmen and their most important interlocutors in the State, occupants of public roles, at regional and national scale. The familiar management of private patrimony associated to land and the use of marriage as a strategy of political and economic coalition in the first decades of the XX century were decisive to the sociopolitical arrangement of Anápolis's dominant classes on the eve of the 1930's coup d'état. Getúlio Vargas' rise to power and consequent changes in the ruling regional oligarchies, as the appointment of Pedro Ludovico Teixeira as governor of Goiás, politically strengthened the social actors studied in this research. Other symbolic capital gain and reproduction strategies identified were education, professions, private property, participation in associativism clubs, such as Rotary Club and freemasonry. The insertion of the actors' names on Anápolis' urban text was also observed, especially on streets name signs, but also on schools, neighborhoods, sports centers, among others. Invested with different symbolic power quantities in the local power context of Anápolis, the actors that constitute ACIA as a collective subject reproduce a form of symbolic dominance also on the inner structure of the association. The construction of its head office building with help from public governments increased its symbolic capital and territorial expression on the urban space. All along the studied time, there can be seen disputes for the use of energy and transportation infrastructures, in competition with other localities, especially Goiânia. The supply agreement signed with Anápolis Air Base, established in 1971, gave the entity proximity and pressure power to intimately participate of the municipality's industrialization process. From different but convergent strategies, the local dominant class tries, since the city's foundation, to reproduce its power, taking part at the same time on the production of local territory and urban space.

**Keywords:** Anápolis (GO); Anápolis Comercial & Industrial Association (ACIA); Meeting minutes analysis; Urban Space Production; Power Reproduction.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACIA - Associação Comercial e Industrial de Anápolis  
ACDF - Associação Comercial e Industrial do Distrito Federal  
ACIEG - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás  
AEE - Associação Educativa Evangélica  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
BAAN - Base Aérea de Anápolis “1º Ala de Defesa Aérea”  
BEG - Banco do Estado de Goiás  
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)  
CACB - Federação das Associações Comerciais do Brasil  
CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás  
CELG - Centrais Elétricas de Goiás S.A  
CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo  
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos  
CODEG - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás  
COMDA Comando de Defesa Aérea  
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis  
DERGO - Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás  
DEM - Democratas  
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem  
EFG - Estrada de Ferro Goiás  
EFLA - Empresa Força e Luz de Anápolis  
FACEA - Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis  
FACIEG - Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias de Goiás  
FADA - Faculdade de Direito de Anápolis  
FEICOM - Fundo de Expansão da Indústria e do Comércio  
FIEG - Federação das Indústrias do Estado de Goiás  
FOMENTAR - Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás  
Goiasbanc - Banco Comercial do Estado de Goiás  
Goiasindustrial - Companhia de Distritos Industriais de Goiás  
IAPC - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes

ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias  
IPASGO - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPTU - Imposto Territorial Urbano  
Oestebanc - Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro, S/A  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PR - Partido Republicano  
PRODUZIR - Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás  
PRP - Partido Republicano Paulista  
PSB - Partido Socialista Brasileiro  
PSD - Partido Social Democrático  
PSP - Partido Social Progressista  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima  
Saneago - Companhia Saneamento de Goiás S.A  
SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social  
SEDUCE - Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte  
SESC - Serviço Social do Comércio  
Simmea - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis  
SPC - Serviço de Proteção ao Crédito  
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
UEG - Universidade Estadual de Goiás  
UNIANA - Universidade Estadual de Anápolis  
UDN - União Democrática Nacional

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos locais de nascimento dos atores estudados .....	31
Figura 2 - Árvore Genealógica das Famílias Borges de Carvalho e Jaime .....	48
Figura 3 - Árvore Genealógica da Família Pina .....	52
Figura 4 - Árvore Genealógica da Família Duarte .....	56
Figura 5 - Árvore Genealógica da Família Quinan .....	58
Figura 6 - Árvore Genealógica das Famílias Haje e Naoum .....	61
Figura 7 - Árvore Genealógica da Família Falluh .....	65
Figura 8 - Árvore Genealógica da Família O'Dwyer .....	67
Figura 9 - Fotografia da primeira ata registrada da ACIA. ....	124
Figura 10 - Estrutura textual de uma ata.....	128
Figura 11 - Empresas e cereais exportados na estação de Anápolis da EFG, entre 01/1947 e 03/1948. ....	183
Figura 12 - Número e distribuição de vagões da Estrada de Ferro Goiás, em 1948. ...	185
Figura 13 - Mapa da Linha da Estrada de Ferro Goiás entre 1911 e 1968.....	187
Figura 14 - Mapa das rodovias goianas que foram objetos de articulação da ACIA. ..	201

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Locais de nascimento dos diretores da ACIA. (1936-1976). .....	30
Quadro 2 - Formação escolar dos diretores da ACIA (1936-1976). .....	78
Quadro 3 - Profissões dos diretores da ACIA (1936-1976). .....	81
Quadro 4 - Patrimônio e Propriedade Privada dos diretores da ACIA (1936-1976).....	83
Quadro 5 - Participação de diretores da ACIA (1936-1976) em clubes de associativismo voluntário.....	88
Quadro 6 - Filantropia e trabalho voluntário dos membros selecionados da ACIA? (1936-). .....	93
Quadro 7 - Cargos na Associação Comercial e Industrial de Anápolis (1936-1976). ...	95
Quadro 8 - Participação de diretores da ACIA (1936-1976) em outras associações patronais. ....	98
Quadro 9 - Cargos públicos e atividades políticas dos diretores da ACIA (1936-1976). .....	100
Quadro 10 - Partidos nos quais se filiaram os diretores da ACIA (1936-1976).....	106
Quadro 11 - Evolução da população de Anápolis de 1940 a 1970.....	109
Quadro 12 - Ruas e edifícios públicos com nomes de membros da ACIA. ....	112
Quadro 13 - Mensalidades ACIA em 1972. ....	145
Quadro 14 - Mensalidades ACIA em 1976. ....	149
Quadro 15 - Atores presentes em cerimônias de posse da ACIA entre 1967 e 1971...	157
Quadro 16 - Empresas e fase de instalação do DAIA em 1980. ....	226

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA E OLIGARQUIA NO ESTADO PATRIMONIAL .....	19
1.1. O quadro de atributos: ferramenta de análise .....	19
1.2. Não há mulheres? A dominação masculina.....	27
1.3. Data e lugar de nascimento.....	28
1.4. Genealogia: o poder dos casamentos.....	32
1.4.1 A produção simbólica para a legitimação do poder .....	33
1.5. O bem-casar: estratégias matrimoniais como aliança política.....	38
1.6. Genealogias da dominação oligárquica anapolina.....	45
1.6.1. Famílias Borges de Carvalho e Jaime.....	46
1.6.2. Família Pina.....	50
1.6.3. Família Duarte .....	54
1.6.4. Família Quinan .....	57
1.6.5. Famílias Haje e Naoum .....	60
1.6.6. Família Falluh.....	64
1.6.7. Família O’Dwyer.....	66
1.7. A divisão familiar do trabalho no Estado patrimonial brasileiro.....	68
CAPÍTULO 2 – GANHOS DE CAPITAL E PODER SIMBÓLICO DA ACIA .....	74
2.1. Formação escolar.....	76
2.2. Profissão .....	80
2.3. Patrimônio e propriedade privada .....	82
2.4. Rotary, Maçonaria e Lions .....	87
2.4.1. Trabalho voluntário .....	93
2.5. Cargos na Associação Comercial e Industrial de Anápolis.....	95
2.6. Participação em outros sindicatos e associações classistas .....	98
2.7. Cargos públicos e outras atividades políticas.....	99
2.8. O contexto político e a dança dos de partidos .....	103
2.9. Nomes de ruas e edifícios públicos .....	111
2.10. A constituição do capital simbólico no quadro de poder local.....	118
CAPÍTULO 3 – AS ATAS E O FUNCIONAMENTO INTERNO DA ACIA. ....	122
3.1. O primeiro contato com a ACIA e o caminho percorrido até a obtenção dos documentos.....	122
3.2. O processo de análise das atas.....	126
3.3. A ata como fonte histórica de discursos .....	129
3.4. A análise dos discursos presentes nas atas .....	133
3.5. Mas afinal, o que é a ACIA? .....	137
3.5.1. Os estatutos: fundamentos do sindicalismo patronal.....	140
3.5.2. Representatividade e arrecadação de sócios, número de sócios e mensalidades.....	143
3.5.3. Sobre a representatividade.....	150
3.6. Entre o banquete e o ressentimento: Articulações políticas .....	155
3.6.1. “Coirmãs” em conflito: Outras associações e entidades de classe .....	159

3.6.2. Amigos da Coroa: Políticos e autoridades públicas .....	163
3.7. Fincando a bandeira no espaço urbano anapolino: a Sede Própria.....	169
3.7.1. De inquilinos a anfitriões: Os locais de reunião e o uso do prédio sede ....	175
CAPÍTULO 4 – DA LOCOMOTIVA À FÁBRICA, COM DESCONTO. ....	179
4.1. Disputas pelo uso da Estrada de Ferro Goiás .....	179
4.1.1. O caso dos “300 vagões”: a disputa com Goiânia .....	186
4.2. Dos trilhos ao asfalto: disputas pelo uso de rodovias .....	194
4.3. “Uma cidade que quer se tornar industrial não pode ficar dois dias sem energia”: as disputas por energia elétrica.....	203
4.4. A base aérea e a relação com os militares: capital político para o DAIA?.....	210
4.5. Impostos pra que? Incentivos fiscais e atração de indústrias .....	215
4.6. A participação da ACIA na administração do DAIA .....	218
4.7. A Participação da ACIA no processo de produção do espaço urbano anapolino .....	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	236
Anexo 1 – Quadro de Atributos.....	243
Anexo 2 – Sócios fundadores da ACIA – 28/01/1936. ....	244
Anexo 3 – Lista de referências de dados biográficos. ....	245

## INTRODUÇÃO

Não me lembro exatamente quando surgiu a ideia de eleger a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) como objeto de estudo dessa pesquisa de mestrado. Relendo os documentos do início do curso, a entidade já constava no meu projeto, mas não como objeto central. Inicialmente pretendia analisar a função de Anápolis na rede urbana, suas relações com outras cidades e a forma como se dava a localização industrial no espaço interno ao município, mantendo partes dos recortes temático e espacial que estudei na graduação. Tão vago quanto o objetivo principal era a forma como eu pretendia chegar às respostas que procurava. Nessa época, a ACIA era considerada apenas uma possibilidade de entrevista, ou de mediar uma entrevista com algum empresário, algo assim.

Afinal, eu já tinha lido em algum lugar que era esta associação quem exercia a representação política dos empresários anapolinos, em relação a alguma coisa, para conseguir maior lucro, como é o de se esperar de empresários. A definição inicial do professor Alex Ratts como meu orientador me trouxe ainda mais dúvidas sobre como desenvolver o projeto, pois apesar de ser um grande professor e ótima pessoa, desenvolve agendas de pesquisas muito diferentes da assinalada no meu projeto inicial. No meio desta indefinição conheci os professores Ronan Borges, que me convidou para um trabalho de campo da disciplina de Geografia das Indústrias no qual tive o primeiro contato com a ACIA e fiquei sabendo da existência do acervo histórico da entidade; e Rusvênia, com quem me identifiquei rapidamente e, mesmo não se “encaixando” nas minhas propostas iniciais, já pesquisava assuntos mais próximos e se mostrou muito interessada nas possibilidades do meu projeto, entusiasmo este que pautou todo o desenvolvimento do trabalho, quando já estava sob sua orientação.

As primeiras reuniões de orientação foram marcadas por uma grande confusão de ideias, as quais a professora tentava colocar em ordem, pensando em um caminho possível. Neste sentido, as diferenças de pensamento foram fundamentais, e me retiraram da zona de conforto sobre as teorias que queria utilizar. Acredito que foi em uma destas reuniões que a associação se consolidou como objeto de estudo. Pretendíamos então entender a forma como a ACIA influencia, desde a sua criação, na produção do espaço urbano anapolino.



As atas de reunião também apareceram como possibilidade nesses encontros. Apesar da relativa pequena coleta de dados, levamos as atas, uma base teórica provável e o recorte temporal de 80 anos (1936-2016) para o exame de qualificação. Na ocasião os professores Ronan e Jadir Pessoa acharam as atas interessantes fontes de dados, e recomendaram reduzir o recorte pela metade, o que foi feito, escolhendo os primeiros quarenta anos. Jadir, grande conhecedor da obra de Pierre Bourdieu, sociólogo e pesquisador, me recomendou a leitura de um livro de Sergio Miceli, orientando do sociólogo francês, que fez um estudo sobre renomados escritores brasileiros. A obra de Miceli (2001) foi uma inspiração de suporte da pesquisa baseada nas atas de reunião, qual seja, a procura de informações pessoais dos atores estudados para compreender seus históricos de formação econômica e social, para então articular com as ações políticas do conjunto, sintetizado na ACIA.

Um mês depois, no entanto, quando havia feito apenas dois trabalhos de campo, a biblioteca da associação entrou em reformas, sem previsão de reabertura. A utilização das atas, a partir deste momento, foi posta em risco. Nos meses seguintes, enquanto alternativa, nos concentramos na obra de Miceli (2001) e na aplicação de uma metodologia semelhante para pensar a ACIA e seus atores. O trabalho manual nesta etapa foi exaustivo, na medida em que se encontrava informações sobre os atores, se tornava ainda mais rarefeita a disponibilidade de dados. Todo o percurso metodológico desta etapa é apresentado no primeiro capítulo. Privado do acesso às atas dediquei-me a este momento do trabalho, que contribuiu para conhecer aspectos que não imaginava encontrar da organização familiar dessa entidade e da maneira como os matrimônios são elos de interpretação das oligarquias.

A biblioteca só abriu novamente em maio de 2018, quando eu já estava na prorrogação do curso e havia escrito praticamente dois capítulos inteiros baseados na metodologia sugerida na qualificação. Contudo, parecia incompleto, não era o que havia inicialmente me propus a fazer, e as atas pareciam conter muitas informações interessantes, substanciais. Novamente, me submeti ao exaustivo trabalho de fichar e registrar os conteúdos das atas para encontrar os temas mais recorrentes e passíveis de análise, seguindo a metodologia proposta principalmente por Spink (1999) e Silva (2008). Este percurso metodológico é descrito no terceiro capítulo.

Por isso, este trabalho pode, grosso modo, ser dividido em duas partes, baseando-se em diferentes metodologias de análise do mesmo objeto: a Associação Comercial e Industrial de Anápolis. No primeiro capítulo, já a partir das informações

dos atores individuais, realizamos o estudo de sete famílias de diretores da ACIA, em um estudo que previa-se ter no máximo vinte páginas mas ganhou fôlego no desenvolvimento da pesquisa. Procuramos demonstrar como algumas delas são ligadas às oligarquias dominantes desde a fundação do município, em 1907, e como participaram do processo de criação da associação, inseridos no que Faoro (1987) chama de estado patrimonialista brasileiro. Para chegar a esta conclusão, realizamos também o estudo das famílias e das estratégias de reprodução e troca dos diferentes capitais familiares a partir das alianças matrimoniais. Os principais autores que ajudaram neste processo foram Canedo (2011) e Ribeiro (2015).

No segundo capítulo, analisamos os atributos individuais dos atores, constituídos em tópicos, ainda pensando na forma como adquirem diferentes tipos de capital, convertidos no que Boudieu (2010) chama de capital simbólico, uma forma sutil ou eufemizada de reproduzir o poder e dominação outrora exercido pela violência real. As estratégias de consagração e reprodução passam pela educação formal; pelas profissões; patrimônios privados; atuação política partidária; participação em outras associações patronais; participação em clubes de associativismo e filantropia. Por último, analisamos no final do capítulo 2 a primeira expressão no espaço concreto da atuação desse grupo: os nomes de ruas, monumentos, logradouros e prédios públicos. A partir da configuração conjunta dos diferentes capitais simbólicos, analisou-se quais os efeitos disso no que Fischer (1993) e Silva (2008) consideram como o quadro de poder local do município.

No terceiro capítulo, após o relato do processo de análise das atas, tentamos utilizá-las como fio condutor da narrativa. Começando pelo funcionamento interno e caracterização da ACIA enquanto associação representativa de classe, até seu modelo de representação, partindo então para as relações externas da entidade, especialmente com atores políticos e outras entidades representativas de classe. O capítulo é concluído então em outro reflexo no espaço concreto anapolino: a construção da sede própria da ACIA. Contribuem para a discussão Costa (1998) e Rodrigues (2009), que discutem o modelo de sindicalismo corporativo implantado no Brasil, do qual a ACIA faz parte; e Raffestin (1993), que indica caminhos metodológicos e reflexões teóricas a respeito dos estudos relacionais e da articulação política no espaço.

O quarto e último capítulo foi reservado para pensar os reflexos mais visíveis no espaço goiano e anapolino, escolhidos para análise pela quantidade e pertinência destes assuntos no decorrer das atas, e nos quais a ACIA teve forte participação política.

Começamos pela Estrada de Ferro Goiás, objeto de contestação da entidade nos seus primeiros anos de funcionamento, passando então aos conflitos pertinentes às rodovias goianas, a partir de meados dos anos 1950, quando também emergem os principais litígios a respeito da produção e distribuição de energia elétrica. A análise destes processos contarm, de maneira mais significativa, com as contribuições de Polonial (2011), que resgata a chegada da ferrovia em Anápolis; de Arrais, Oliveira e Arrais (2016), que relembram o advento da modernização em Goiás no século XX; e Castilho (2016), que analisa a modernização do território goiano justamente a partir destas três redes técnicas: os transportes ferroviário e rodoviário e a rede elétrica.

Neste capítulo analisamos a relação da ACIA com o governo militar a partir da instalação da base aérea, em 1971, e apresentamos um recorte do que é a maior pauta da associação: os incentivos fiscais ou isenções de impostos. O ganho de capital político a partir da relação com a administração da base aérea e as políticas goianas de incentivos fiscais que auxiliarão, em grande medida, as articulações para a implementação e gestão do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) e que delimita o ponto final do nosso recorte temporal. Auxiliam-nos nestas discussões Freitas (2007) e Silva (2009), entre outros autores.

Finalmente, analisando todos estes processos, analisamos de forma sucinta como a conjunção dos atores individuais enquanto sujeito coletivo, com suas ações e articulações cristalizadas nas atas de reuniões, participam do processo de produção do espaço goiano anapolino e, em última instância, também do território goiano. Utilizamos primordialmente para esta análise Corrêa (1989) e Harvey (2006). Esperamos com isso ter demonstrado a maneira como a ACIA atuou na produção social do espaço anapolino, não apenas no que se refere as marcas no espaço urbano, assim também como na maneira como se dá o funcionamento das oligarquias regionais, ou seja, como se constitui o seu habitus. Sendo assim a ACIA é um objeto de pesquisa que ao ser estudado elucida muito além da sua identidade como associação patronal local: demonstra como se articulam, subjetiva, cultural e politicamente, os grupos oligárquicos no contexto regional e nacional brasileiros.

# CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA E OLIGARQUIA NO ESTADO PATRIMONIAL

## 1.1. O quadro de atributos: ferramenta de análise

Os dois primeiros capítulos desta dissertação têm como objetivo compreender os contextos sociais, políticos e econômicos nos quais estão inseridos os diretores da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), de modo a entender como estes sujeitos atuaram em nome dos proprietários dos meios de produção junto ao poder público do município e do estado entre 1936 e 1976.

A articulação entre os poderes público e privado observada nas atas acontecia de diversas maneiras, entre elas a participação direta na vida política municipal e estadual, tendo como componentes desse processo a presença de empresários e fazendeiros na realização de reuniões com vereadores, prefeitos, governadores ou interventores, dirigentes de empresas públicas, entre outros. Estas ações compõem a atuação concreta da ACIA e serão exploradas nos capítulos 3 e 4, onde se analisará as atas de reuniões da associação, em contraposição a produções acadêmicas sobre os assuntos em voga. No entanto, para compreender as discussões observadas e analisadas nas atas, julgamos necessário construir o objeto de pesquisa, identificar e caracterizar os atores que participam da atividade política, e entender, a partir disto, as motivações por trás da atuação de cada ator, constituindo a partir do conjunto a atuação da associação como um sujeito coletivo de interesses.

A ideia inicial da pesquisa era utilizar as atas durante todo o desenvolvimento do texto, elencando os principais assuntos discutidos pelos diretores da ACIA, guiando assim a narrativa e a (re)construção do objeto de pesquisa. Todavia, o processo de obtenção das atas foi muito demorado. Os documentos se encontram no acervo da biblioteca da associação, que entrou em reformas em outubro de 2017, logo depois do exame de qualificação, em setembro, tendo reabrido para visitas somente em maio de 2018, faltando pouco tempo para a entrega do trabalho. Possuíamos, até o fechamento da biblioteca, uma parte pequena das atas, insuficiente para a análise proposta. Todo o processo de contato com a associação e a obtenção dos documentos é descrita detalhadamente no terceiro capítulo.

Na época supramencionada, com a biblioteca fechada e sem previsão de reabertura até o final de 2017, procuramos outras fontes de dados e possibilidades de

pesquisa. Ainda na qualificação, o professor Jadir Pessoa me indicou a leitura de um livro de Sérgio Miceli (2001), “*Intelectuais à brasileira*”, resultado de sua pesquisa de doutorado, defendida em 1978 sob a orientação de Pierre Bourdieu, e publicado em livro no ano de 2001. Miceli fez um levantamento dos mais importantes escritores brasileiros do século XX, analisando a trajetória pessoal e profissional de cada um deles, sua origem social, situação da família, patrimônio, entre outras características que influenciaram a aquisição de prestígio e ascensão social e profissional. A principal ferramenta metodológica utilizada foi a confecção e a análise de um quadro onde as características dos sujeitos foram organizadas, podendo assim situar e comparar cada um deles, observar quais fatores foram mais importantes em cada caso e estabelecer relações com quadros mais amplos da conjuntura política e social do país à época.

Bourdieu (1999) também endereça esta questão no livro “*O Poder Simbólico*”. Segundo o autor, um dos problemas da pesquisa relacional reside na individualidade dos atributos e, portanto, na grande quantidade de informações a serem coletadas. Para evitar o retorno às unidades/objetos pré-construídos, ele sugere o uso de um quadro de caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou instituições, a partir dos quais se pode projetar ou construir “*espaços sociais*”, ou redes de relações sociais, que são abstratos, mas que se realizam no espaço concreto. O quadro de atributos de Miceli (2001) segue estes moldes.

O livro serviu de grande inspiração para o estudo da ACIA. Pelos métodos utilizados por Miceli. Teríamos a possibilidade de compreender as origens sociais e políticas, assim como o patrimônio pessoal, ligações familiares, entre outros *atributos* dos atores selecionados. O dicionário *Michaelis*<sup>1</sup> define “*atributo*” como “*Aquilo que é característica de alguém ou de alguma coisa; [...] Sinal distintivo; símbolo; [...] Dado quantitativo ou qualitativo que diferencia um indivíduo de um grupo*”.

Tendo em vista esta definição, foi confeccionado um quadro geral de atributos de cada um desses atores, que serviu de consulta durante a confecção do texto, e pode ser visto no Anexo 1. Tabelas menores, de cada atributo, foram elaboradas a partir deste quadro geral para facilitar a análise e podem ser encontradas no decorrer do texto. Tais atributos foram escolhidos pela possibilidade dessas variáveis de oferecer informações que ajudam a entender o papel e a influência destes atores na constituição do quadro de poder local de Anápolis. Os atributos se tornaram mais ou menos relevantes no decorrer

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/>>, acesso em 20/09/2018.

da pesquisa, na medida em que novas informações se sobressaiam nos trabalhos de campo ou na bibliografia consultada. Por isto, alguns deles se transformaram em subcapítulos ou tópicos, e outros não.

Apesar de este ser um estudo da atuação da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, as ações concretas são tomadas por atores específicos individuais; consideramos a criação da tabela e as informações pessoais de cada membro primordiais para entender como a associação age enquanto defensora de interesses empresariais privados junto ao governo municipal e estadual.

Assim, buscam-se pistas para entender como uma instituição patronal, embora sem grande envergadura econômica, se coloca no campo político de maneira tão incisiva, e como esta organização se articula a outros elementos dos espaços concreto e simbólico de Anápolis, da vida política local, regional e nacional. Em suma, busca-se a partir da tabela descobrir quem são estes agentes e o que representam os registros dos sujeitos encontrados nas atas, quais interesses eles defendiam, e qual é o papel de cada um deles no cenário empresarial, no poder público e na sociedade em geral, bem como nas relações de poder entre estes espaços sociais e políticos.

O recorte temporal definido por Miceli (2001), de 1920 a 1945, se assemelha em parte ao recorte desta pesquisa. Por isto, algumas reflexões realizadas por ele se aplicam também ao caso de Anápolis, tanto no caso de alguns dos atributos explorados, como na contextualização do cenário político nacional. Do ponto de vista estrutural, falamos de um período conturbado que se iniciou em 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder executivo nacional e teve consequências profundas em diferentes contextos e escalas sociais. Foi explorado no caso dos intelectuais, e é notório no caso de Anápolis, influenciando as confluências de poder e o modo como as classes sociais se organizaram a partir deste momento. A ACIA foi criada em 1936, e grande parte dos seus sócios fundadores<sup>2</sup> eram de oligarquias locais e grupos políticos aliados do governo Vargas. Coloca-se, portanto, como uma das formas de organização da classe dirigente, num primeiro momento ligada ao comércio atacadista de bens primários, no contexto anapolino. De acordo com Miceli (2001, p. 77):

As décadas de 1920, 1930 e 1940 assinalam transformações decisivas nos planos econômico, social, político e cultural. [...] O golpe de Estado perpetrado por Vargas e pelos militares (em 1937) dá cabo das esperanças revanchistas da oligarquia, desmantela suas bases político-partidárias e

---

<sup>2</sup> A tabela com os nomes dos sócios e empresas fundadores pode ser vista no anexo 2.

aniquila as pretensões de suas “extensões” radicais (o partido integralista e o “partido” da Igreja). A nova coalizão de forças à frente do Estado procura, de um lado, guardar distância em relação aos antigos grupos dirigentes e, de outro, imprimir suas marcas em todos os domínios de atividade ligados ao trabalho de dominação.

A coalizão de forças explicitada por Miceli (2001) tem exemplos claros em Goiás, com a determinação de Pedro Ludovico Teixeira, da aliança liberal varguista, como Interventor Federal no estado, em 1930. Em Anápolis, assume o governo executivo João Luiz de Oliveira.

Seguindo a análise histórica, Miceli (2001) explicou a importância da sua pesquisa, basicamente na tentativa de dissecar o passado para entender como se constituiu determinado setor da sociedade na forma como o vemos, e como ele interferiu no próprio processo de construção da realidade social. Segundo o autor, frentes de colaboração com o sistema de poder que se firmava na época, bem como o papel do Estado como “principal investidor e a principal instância de difusão e consagração da produção cultural” (MICELI, 2001, p. 79), influenciaram o sistema de produção cultural com grande repercussão nas décadas seguintes.

A necessidade dos grandes escritores brasileiros investirem em carreiras públicas, utilizando dos espaços de difusão e consagração constituídos pelo Estado, bem como a importância da trajetória e dos casamentos enquanto formas de aliança social, financeira e política, determinaram certo *modus operandi* seguido por estes sujeitos (MICELI, 2001). No caso da trajetória dos membros da ACIA, outros atributos se mostram também determinantes, a variar de acordo com o período de análise e a respectiva conjuntura política e social de Anápolis e de Goiás.

Entre modernistas e romancistas, Miceli (2001) analisa a trajetória pessoal e profissional de escritores renomados: Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Jorge Amado, entre outros. Para conseguir informações dos atores, ele se utilizou de diversas fontes: memórias, diários íntimos, correspondências, biografias, dicionários biográficos, volumes de homenagens, preitos de reconhecimento póstumos, entre outros, para encontrar dados relativos à origem social, à escolaridade, à trajetória profissional e à produção intelectual. Estas informações, no entanto, foram encontradas de maneira dispersa nos materiais consultados. Ele ressalta as limitações das fontes em relação aos dados desejados, nem sempre disponíveis, de modo que seu quadro apresenta algumas lacunas inevitáveis. Outra informação peculiar é que, a depender do nível de prestígio e consagração social

dos escritores, alguns escreveram autobiografias, enquanto outros “delegaram” este papel a outros escritores de menor status ou prestígio.

No nosso caso, a falta de informações também se apresentou como uma grande dificuldade do trabalho. A começar pelo fato de os atores estudados por Sérgio Miceli serem em sua maioria intelectuais de reconhecimento nacional e, portanto, terem suas vidas mais divulgadas e expostas, seguido também do seu maior prestígio e reconhecimento enquanto pesquisador. O autor realizou seu estudo durante a pesquisa de doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais), na França, uma das mais prestigiadas instituições de ensino superior em Ciências Sociais do mundo, e teve acesso a escritos pessoais e diários íntimos dos sujeitos que pesquisava.

Nossas fontes de dados são mais modestas, mas nem por esse motivo apresentam menor nível de complexidade. Consultamos livros que falavam da História de Anápolis – sejam textos de encomenda, que exaltam os fundadores da cidade e outras pesquisas mais sérias do campo da historiografia regional; pesquisas de conclusão de curso, mestrado e doutorado, encontrados na biblioteca municipal “Zeca Batista”, da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e na biblioteca da Universidade Federal de Goiás (UFG); listagens de órgãos públicos, como a Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e Câmara Municipal de Anápolis; matérias e homenagens feitas por revistas científicas e jornais; sites de notícias e institucionais, o site de mapeamento *Google Maps*, entre outros. Assim como atesta Miceli (2001) fontes como estas possuem informações dispersas, o que tornou a procura de dados uma tarefa árdua e cada vez mais rarefeita, e implicou em lacunas de atributos, principalmente relacionadas a atores de menos prestígio social e que não ocuparam cargos políticos de destaque. Após árduo trabalho de levantamento de dados e a reunião de registros esparsos e escassos, desenhamos o corpus da pesquisa.

No período de 1936 a 1976, estiveram em cargos diretores da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) 60 homens (ASMAR, 2011). Os cargos ocupados foram: Presidente; Vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário; 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. Como a principal fonte de informações primárias deste trabalho são as atas de reuniões da associação, estes são os nomes mais frequentemente encontrados nos registros, por serem também os mais ativos em seus respectivos períodos ou mandatos, seja na atividade política da entidade ou também junto ao poder público e sociedade civil. Além deles, decidimos por pesquisar outros cinco integrantes da



entidade que não ocuparam os cargos citados, mas foram sócios fundadores ou conselheiros e exerceram cargos políticos de expressão, se colocando como elos significativos de relação entre a ACIA e o poder público.

No entanto, enquanto alguns desses membros possuem muitas informações disponíveis, tanto em notícias de jornais antigos, homenagens de jornais recentes, livros e monografias da área de História, outros foram muito pouco lembrados pelas diferentes formas de registros, e por isso não foi possível encontrar muito a respeito deles. Desta forma, reduzimos a tabela de 65 nomes para 35, que permitissem a realização de uma análise mínima de sua condição social. Foram excluídos da análise histórica e social aqueles que possuíam, dentre os 18 atributos selecionados para a tabela, menos de três, mesmo após consulta nas mais diferentes fontes e em diversas obras. Ainda assim, optamos por não excluir os diretores que exerceram a presidência da associação, mesmo sem o número mínimo de dados, pois são mencionados de maneira frequente nas atas, analisadas posteriormente. É o caso de cinco atores: Abel Carneiro, Carlos Castanho, Ilion Fleury, Augusto de Oliveira e Alexis Salomão.

Os 18 atributos selecionados são, para cada um dos 35 atores: 1) Data e lugar de nascimento; 2) Cargos na ACIA; 3) Cargos Políticos; 4) Outras atividades políticas; 5) Partido; 6) Tradição Política; 7) Participação em outros sindicatos ou associações; 8) Família; 9) Formação escolar; 10) Profissão; 11) Patrimônio/propriedade privada; 12) Nome de ruas e bens públicos; 13) Participação no Rotary Club; 14) Participação na Maçonaria; 15) Participação no clube Lions; 16) Trabalho voluntário/filantropia; 17) Religião e 18) Lazer. As variáveis de Religião e Lazer acabaram não sendo analisadas, apesar de considerarmos fatores importantes na análise das inclinações ideológicas e dos círculos sociais dos atores, pois encontramos pouca informação sobre isso nas fontes pesquisadas e para a finalidade desse momento da pesquisa consideramos importante não insistir nessa ceara.

Outras dificuldades também se apresentaram no decorrer da elaboração do quadro proposto. A ideia inicial foi de estudar todos os atores que participaram da primeira reunião da Associação Comercial e Industrial de Anápolis em 1936, e também os que ocuparam cargos de diretores e no conselho consultivo da entidade. A relação, apesar de oferecer um amplo leque de possibilidades, chegou a mais de 100 pessoas, tornando a pesquisa impraticável. Decidimos então estudar apenas os cargos de maior destaque, conforme já elencado. Ainda assim, chegamos a sessenta membros, além de outros cinco selecionados pela sua participação na política partidária. A redução para

trinta e cinco a partir daí se deu pela escassez de informações, resultando, todavia, em uma amostragem menor e mais possível de ser analisada, ainda que tenha exigido um grande esforço de busca de dados. Desta forma, as informações sobre os cargos ocupados constituem o atributo sobre o qual conseguimos informações de todos os atores. A listagem é feita no livro de Asmar (2011), servindo assim como ponto de partida na busca por informações pessoais.

Alguns atributos foram definidos previamente à confecção do quadro, considerados essenciais para compreender as relações entre os poderes público e privado na conjuntura estudada. São eles: cargos políticos; participação em outros sindicatos ou associações; família; formação escolar; profissão; patrimônio ou propriedade privada; filantropia; atividades religiosas; e lazer. A partir destes elementos, imaginamos poder construir uma imagem relativamente densa dos contextos sociais destes homens. No decorrer da pesquisa, com os dados secundários coletados e os trabalhos de campo realizados, novos atributos se revelaram importantes, enquanto outros perderam força, seja pelo volume de informações disponíveis ou pela capacidade (ou não) de fornecer elementos importantes para a análise.

Tendo em vista estas variáveis, começamos a busca de informações nas pesquisas que narram em algum momento parte da historiografia do município de Anápolis e também obras mais gerais sobre a formação territorial de Goiás. As obras de Borges (2011) e Ferreira (1979) foram descortinadoras, pois além de trazerem uma análise contextual, nelas estão alguns dos nomes que também compõem nos documentos utilizados nessa pesquisa. A obra de Ferreira (1979) traz relações nominais da participação em diversas instituições, como a união síria, a própria ACIA, e também os chamados clubes de associativismo voluntário, expressos pelo Rotary Club, Maçonaria e Lions Club. Encontramos muitos membros selecionados nestes clubes, revelando assim uma possível agenda de estudo baseada nestes espaços de sociabilidade. A partir de então, estes clubes se tornaram um atributo relevante, estudado no segundo capítulo. O tipo de atividade realizado por eles também possui uma intersecção com a filantropia, analisada no mesmo tópico.

Seguindo a historiografia do município, nos deparamos com o livro de Arimathéa (2007), que busca relembrar a “história anapolina e goiana a partir dos nomes de ruas comemorativos da cidade”; este exercício nos leva a nomes de personagens da política local, estadual e nacional, como forma de *prestar homenagens*. Aliado a isto, nos diversos trabalhos de campo realizados na cidade, me vi andando em

ruas que tinham os nomes que estudava. Também era corriqueiro, ao procurar os nomes dos atores na internet, ser redirecionado para o site de mapeamento *Google Maps*. Muitos dos atores pesquisados eram, portanto, nomes de ruas. Por este motivo, e para entender o significado deste processo, esta também se tornou uma variável importante da pesquisa, reflexo no espaço urbano de práticas políticas passadas capazes de reproduzir o poder simbólico de determinados grupos.

Por fim, ao pesquisar a trajetória política dos atores, foi importante compreender o contexto político em que estavam inseridos, visto a constante mudança de partidos, alianças políticas e disputas, com alguns nomes sendo repetidos paulatinamente. As obras de Polonial (2007b; 2011) e Freitas (2007) ajudaram a entender este quadro, situado em contextos políticos extremamente instáveis como os golpes perpetrados por Getúlio Vargas em 1937 e pelos militares em 1964. A partir da análise destas obras, notou-se uma verdadeira *dança* entre partidos dos políticos mais proeminentes do município, muitos dos quais participaram em algum momento da Associação Comercial e Industrial de Anápolis.

Além da historiografia regional, buscamos trabalhos acadêmicos, documentos antigos e ensaios genealógicos. Estes foram importantes na análise dos membros da comunidade árabe anapolina, uma vez que essa comunidade possui menos registros do que as famílias ditas mais tradicionais. O livro de Arimathéa & Cury (2007) forneceu muitas destas informações. Encontramos também muitos sites e jornais online que fizeram matérias de homenagens a estes e outros atores, e que foram muito importantes na aquisição de informações pontuais. A relação destes sites, bem como das obras utilizadas para a procura de informações individuais dos atores, estão no anexo 3.

As famílias mais dominantes, por sua vez, possuem mais estudos e registros a respeito de suas histórias e ações. Encontramos em Goiânia o livro de Jayme (1973), que refaz a genealogia de diversas famílias dominantes de Pirenópolis. Algumas delas viriam a exercer domínio econômico e político também em Anápolis. As ligações familiares observadas nos ensaios genealógicos, tanto de membros locais quanto dos árabes, apresentavam certa repetição em relação aos sobrenomes, além de parentescos recorrentes com as mesmas pessoas ou seus grupos familiares. Decidimos, a partir disto, recriar algumas das árvores genealógicas apresentadas, focando nos atores estudados e nos seus laços parentais mais próximos. Como resultado, foi possível ver as estruturas familiares de algumas das unidades familiares selecionadas, testemunhando as redes de poder centradas nos núcleos familiares dos grupos dominantes. Pela relevância e

volume de informações resultantes deste exercício, a análise das famílias enquanto unidade de poder se tornou o principal objeto de estudo do primeiro capítulo desta dissertação.

## **1.2. Não há mulheres? A dominação masculina**

Antes de avançar à análise familiar exposta acima, consideramos importante salientar o fato de que todas as pessoas estudadas são homens. A Associação Comercial e Industrial de Anápolis nunca teve mulheres em seus cargos de direção e/ou gestão. O mesmo pode ser dito para outras associações patronais observadas. Também se repete no caso do Rotary, Lions e Maçonaria; na participação majoritariamente masculina também na política partidária, entre outros círculos sociais e políticos.

Bourdieu (1999) explicita um círculo vicioso nas sociedades modernas que parte das diferenças naturais entre os sexos para legitimar uma visão de mundo androcêntrica, baseada na divisão sexual do trabalho e na exclusão da mulher de espaços sociais tidos como prestigiosos ou “honrados”. No entanto, segundo o autor, a própria divisão entre os sexos dada como “natural” é uma construção histórica e social. E essa naturalidade imbuída na superioridade androcêntrica é que legitima sua dominação, a partir do momento em que é aceita como natural e eximida de questionamentos. Assim, a divisão entre os sexos está “na ordem das coisas”, funciona como esquemas de percepção, de pensamento e ação.

O autor se baseia na diferença anatômica entre os sexos, à qual foram dados significados ao longo da história que justificassem uma superioridade masculina. A dominação masculina pode ser vista como um círculo vicioso entre a objetividade, ou divisões objetivas, e a subjetividade, ou esquemas cognitivos de apreensão da realidade social. As diferenças naturais entre os sexos servem, portanto, de caução aparentemente natural que alicerça a visão social da dominação masculina, legitimando dessa forma a dominação a partir de aspectos objetivos, anatômicos. A visão social fundamenta a diferença anatômica como determinante, que por sua vez reforça os esquemas cognitivos de legitimação da dominação masculina (BOURDIEU, 1999).

Podemos inserir nossos objetos de pesquisa na análise de Bourdieu quando ele tece considerações a respeito da divisão sexual do trabalho. Segundo o autor,

é a divisão do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres (BOURDIEU, 1999, p. 18).

São nestes lugares de assembleia ou mercado, como são as reuniões da ACIA, que acontecem os chamados jogos de honra, segundo o autor. “Os jogos mais sérios da existência humana” (BOURDIEU, 1999, p. 62), e que só podem ser direcionados por homens, honrados, a outros homens, de reconhecimento igualmente “honroso”.

Bourdieu (1999) tece alguns comentários a respeito do papel de três instituições como sendo as que mais legitimaram e perpetuaram a dominação masculina e as estruturas objetivas que fundamentam essa dominação: a Família, a Igreja, e a Escola. Ele considera a família como o principal reprodutor das práticas de dominação, dando como justificativa principal a precoce divisão sexual do trabalho que ocorre no seio familiar. Finalmente, para ratificar e reforçar as tradições masculinas de dominação, o autor cita o papel do Estado, que expressa e reproduz, a partir de um patriarcado privado, um patriarcado público. Afinal, o patriarcado é a ordem do pai.

Tendo isto em mente, objetivamos neste trabalho entender como estas estruturas patriarcais se reproduzem, saindo de um núcleo familiar, passando pela empresa e pela propriedade privada, e chegando aos mais altos níveis de atuação estatal. A família, principal instituição reprodutora destas estruturas de dominação, na medida em que o faz quotidianamente, se apresenta aqui como o ponto de partida, estrutura de relações pessoais e sociais a partir das quais os diferentes atores investem em ações situadas no espaço público para converter seus capitais social, cultural e econômico em capital político, na busca pelo ganho e reprodução de poder simbólico. Os atores da ACIA que, segundo as informações levantadas por nós, mais utilizaram da estrutura familiar para atuar e fazer valer seus interesses no quadro de poder local de Anápolis serão analisados no decorrer deste capítulo.

### **1.3. Data e lugar de nascimento**

A capela de Santana das Antas, que viria a se tornar o município de Anápolis, foi criada em 1871. De acordo com Polonial (2007a), a capela se constituiu por ser um

lugar de passagem de tropas e ponto de encontro de comércio incipiente, na região do mato grosso goiano, esparsamente povoado. Cinco fazendeiros da região doaram glebas de terras para a constituição da capela: Joaquim Rodrigues dos Santos; Ignácio José de Sousa; Manuel Roiz dos Santos; Camilo Mendes de Moraes; e Pedro Roiz dos Santos (POLONIAL, 2007, p. 17).

Inserido em um sistema que atrelava a atividade religiosa à fundação de cidades, foi designado como Capelão o padre Francisco Inácio da Luz. Já em 1872, com uma população majoritariamente rural de cerca de três mil habitantes, foi requisitada a transformação da capela em Freguesia, fato que foi atendido em 1873. Entretanto, apenas em 1879 foram definidos os limites territoriais, incorporando terras dos municípios de Meia Ponte e Bonfim, hoje Pirenópolis e Silvânia, respectivamente. Em 1887, a Freguesia foi alçada à condição de Vila, instalada em 1889, com uma população concentrada de cerca de mil habitantes, com algumas lojas de fazendas que vendiam fumo, cachaça e mantimentos (POLONIAL, 2007).

Em 1907, a vila passa à condição de município, alterando o seu nome para Anápolis. Pela proximidade com Pirenópolis e pouco tempo enquanto município, algumas das famílias dominantes em Anápolis no início do século XX tiveram suas origens na cidade vizinha. Isso também é conferido no caso de alguns integrantes da ACIA. Os locais de nascimento dos atores estudados podem ser vistos na tabela 1.

Os membros mais antigos, que chegaram nos primeiros anos depois da fundação do município, ou que participaram do processo de emancipação de Anápolis, nasceram, na sua maioria, em Pirenópolis. É o caso de Albérico Borges de Carvalho, os irmãos Pina, e Plínio Gonzaga Jaime, todos de famílias tradicionais pirenopolinas e pertencentes ao mesmo grupo familiar, conforme será mostrado nas árvores genealógicas.

Outros atores que também participaram do processo de consolidação de Anápolis nasceram em outros municípios goianos. É o caso de Graciano Antônio da Silva e Nicanor de Faria e Silva, nascidos em Piracanjuba e Itaberaí, respectivamente.

Com o estabelecimento do município no início do século XX, alguns atores que participaram na fundação da associação comercial na década de 1930 têm Anápolis como local de origem. É o caso de João Luiz de Oliveira. José Quinan, um pouco mais novo, também nasceu na cidade. Os outros anapolinos da tabela são de períodos mais

**Quadro 1 - Locais de nascimento dos diretores da ACIA. (1936-1976).**

<b>Lugar de nascimento</b>	<b>Nomes</b>	<b>Total</b>
Anápolis (GO)	João Luiz de Oliveira; José Quinan; Habib Gabriel Issa; Ruy Abdalla; Joaquim Propício de Pina	5
Pirenópolis (GO)	Albérico Borges de Carvalho; Carlos de Pina; Aquiles de Pina; Plínio Gonzaga Jaime	4
Líbano	José Quinan Filho; Jibrán El Haje; Mounir Naoum	3
Síria	Barbahan Helou; José Miguel Hajjar	2
Rio de Janeiro (RJ)	Sultan Falluh; Waldir O'dwyer	2
Piracanjuba (GO)	Graciano Antônio da Silva	1
Goiandira (GO)	Alexis Salomão	1
Ipameri (GO)	Jorge Cecílio Daher	1
Itaberaí (GO)	Nicanor de Faria e Silva	1
Descalvado (SP)	José Fernandes Valente	1
Uberaba (MG)	Edwirges Soares	1
Araguari (MG)	Augusto Pinto Pereira	1
Campinas (SP)	Carlos Castanho	1
Ribeirão Preto (SP)	Aryowaldo Tahan	1
Cachoeira do Itapemirim (ES).	Jonas Ferreira Alves Duarte	1
Informação não encontrada	Plácido Campos; Abel Carneiro; Adherbal Cunha; Ilion Fleury; Ítalo Naghetini; Augusto de Oliveira; Geraldo Rosa; José Marreto; Sócrates Mardocheu Diniz	9

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

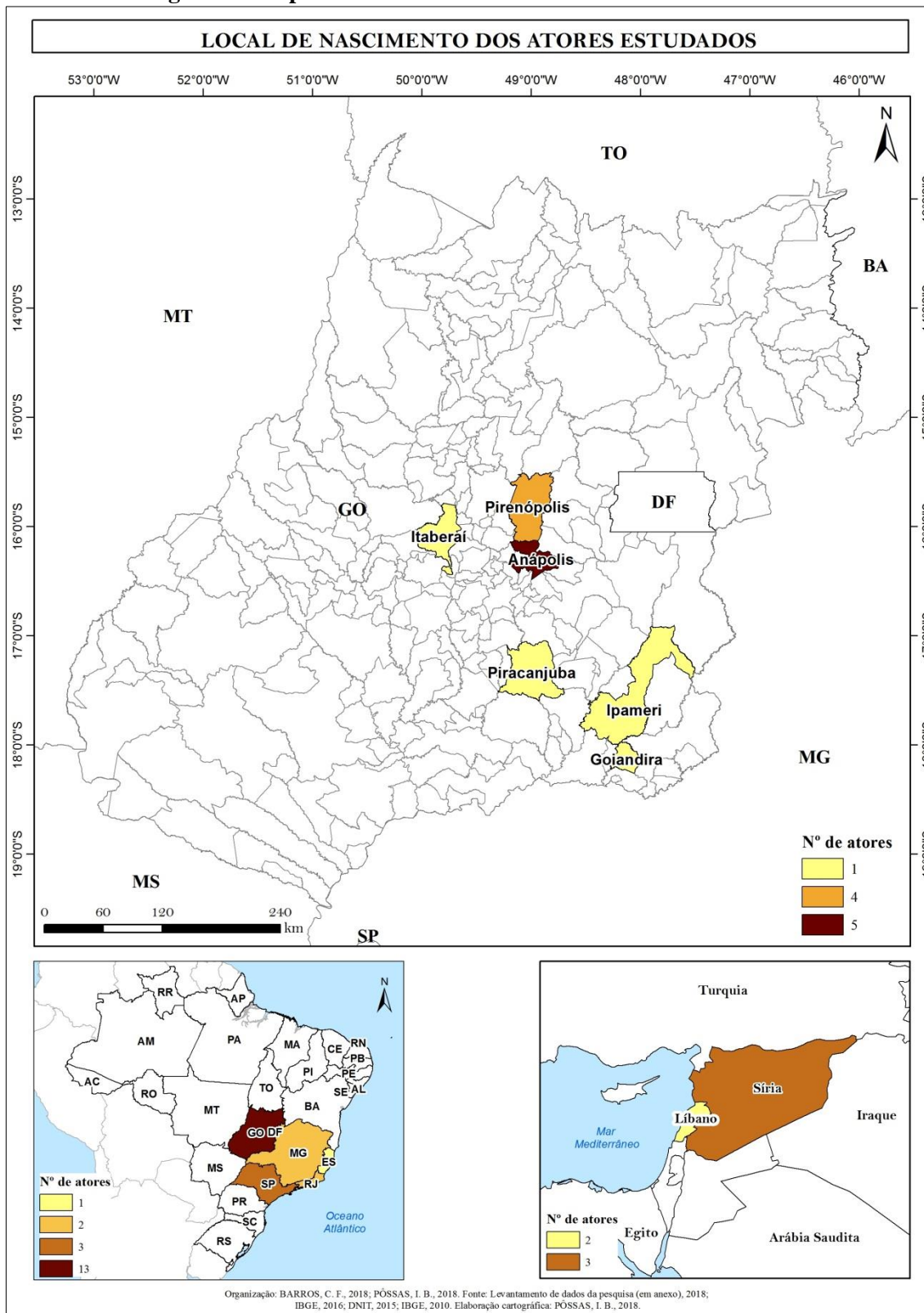
recentes, descendentes de famílias dominantes e de imigrantes árabes já consolidadas no local. Outros que participaram da fundação ou dos primeiros anos da ACIA vieram de outras localidades: José Fernandes Valente nasceu no estado de São Paulo; e Barbahan Helou, de uma das primeiras famílias árabes a se instalar no município, nasceu na Síria.

Segundo Polonial (2011), o período entre 1907 e 1935 apresentou grande crescimento populacional na cidade, com a chegada de muitos imigrantes. Cerca de 30% dos imigrantes deste período eram sírios, segundo o autor. A comunidade árabe também contava com libaneses. Os primeiros membros das famílias Haje, Naoum, Issa, Hajjar, além dos Helou, entre outros, chegaram a Anápolis neste período.

Na década de 1930, Anápolis já se caracterizava como um entreposto comercial da região, sendo uma das maiores cidades de Goiás (POLONIAL, 2011). A promessa da chegada dos trilhos e a efetiva inauguração da ferrovia em 1935 atraiu muitos dos atores

estudados aqui. No mapa 1 é possível ver a espacialização dos locais de origem citados na tabela.

**Figura 1 - Mapa dos locais de nascimento dos atores estudados**





Outras pessoas que se tornariam proeminentes em períodos posteriores se mudaram para Anápolis nas décadas de 1930 e 1940. É o caso de Jonas Ferreira Alves Duarte, nascido no Espírito Santo, e das famílias de Sultan Falluh e Waldyr O’Dwyer, sendo ambos nascidos no Rio de Janeiro, capital federal até 1960. Outros descendentes de famílias árabes já se encontravam em Goiás, migrando para Anápolis após a inauguração da estrada de ferro.

Observando o mapa e o período das migrações, pode-se dizer que a chegada da ferrovia a Anápolis, contribuindo para sua consolidação enquanto entreposto comercial, foi um fator significativo de atração de pessoas de outros estados e municípios, seguindo, de certa maneira, o curso da estrada de ferro e os pontos terminais. A Estrada de Ferro Goiás, a partir de 1936, tinha Anápolis como parada final. Passava ainda por Ipameri, chegando ao município de Araguari, em Minas Gerais, ponto inicial da ferrovia que fazia a interligação desta rede aos principais centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os locais de nascimento destes atores ajudam a compreender os seus valores sociais, culturais e políticos, e também porque se especializaram em determinada atividade ou profissão, ou as facções políticas que pertenciam ou apoiavam. No entanto, acreditamos que suas trajetórias pessoais e políticas foram determinadas em grande medida pelas relações que estabeleceram depois que chegaram na cidade, principalmente a partir das famílias constituídas e das alianças e conflitos estabelecidos a partir desta instituição, especialmente por meio dos casamentos.

#### **1.4. Genealogia: o poder dos casamentos**

Observou-se no decorrer da pesquisa que a família exerce um papel central nas relações sociais e de poder nas quais se inserem os atores estudados. A instituição familiar representa o núcleo de alianças numa rede de relações políticas que configuram o poder local de Anápolis, sendo frequente a constatação, em diferentes contextos, de irmãos, filhos, netos, primos, entre outros, geralmente subordinados à figura do patriarca, chamado por muitos autores de o “chefe do clã”, ou aquele que possui maior força em um determinado recorte de uma oligarquia.

Os casamentos se mostram como a principal forma de construir alianças entre diferentes famílias, buscando reproduzir e manter a dominação das famílias mais importantes no quadro de poder local. Neste aspecto, as mulheres exercem um papel de trunfo, ou moeda de troca, que geralmente o patriarca utiliza na negociação com outros homens, de modo a manter o capital político, social e econômico da família em limites claros, ou expandi-lo. As árvores genealógicas de algumas das famílias dos agentes estudados nos ajudam a compreender estas dinâmicas no município de Anápolis e proximidades. Para traçar as relações familiares dos membros da ACIA, diversas fontes foram utilizadas, entre livros da historiografia anapolina e da comunidade árabe, artigos e reportagens de jornais com caráter de homenagem, e ensaios genealógicos, como o de Jarbas Jayme (1973). Nas árvores genealógicas inseridas neste tópico, apenas as principais fontes foram creditadas. As demais, geralmente relativas a pessoas específicas, estão listadas no anexo 3. Consideramos que muitas destas fontes podem ser consideradas como produções simbólicas direcionadas para reproduzir um tipo específico de dominação.

#### **1.4.1 A produção simbólica para a legitimação do poder**

De acordo com Bourdieu (2010), a produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes. Se dá pela produção de bens artísticos, literários, acadêmicos, entre outros, que no decorrer do tempo são incorporados pela cultura, da mesma forma que a constituem e influenciam. A cultura (e seus bens) produzidos e consumidos pela parcela dominante da população não é a mesma produzida pela parcela dominada. Desta forma, a cultura dominante oferece espaços de consumo específicos às classes dominantes, realizando assim duas funções, quais sejam, a integração entre os membros desta classe dominante, e a sua distinção das classes dominadas, que não possuem acesso ou instrumentos para consumir os mesmos produtos.

Esta produção é realizada justamente por membros que já estão inseridos nos espaços e relações de dominação, visando assim reproduzir estas relações. Existe, porém, uma divisão do trabalho, em que alguns membros são delegados a funções de gestão do capital econômico, outros à gestão do capital político, entre outros, e os responsáveis pela produção de bens simbólicos. De acordo com Bourdieu (2010, p. 12),

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação.

Desta forma, a função de produzir bens simbólicos é sempre delegada a alguém dentro da hierarquia dominante, geralmente para atores que não exercem as posições de comando ou de maior hierarquia, caso este que pode ser observado nesta pesquisa. Jayme (1973), uma de nossas fontes de informações secundárias, é membro da família de mesmo nome, tradicional em Pirenópolis e Anápolis, e é responsável, assim como seus filhos, Haydeé e Sisenando Jayme<sup>3</sup>, por livros e ensaios genealógicos de algumas regiões de Goiás. Jayme (1973) recria a genealogia de diversas famílias de Pirenópolis e região. Entretanto, observa-se que destaca a história de sua família<sup>4</sup>, especialmente seu núcleo familiar (avô, pai, ele mesmo e filhos), em meio a outras famílias pirenopolinas dominantes, com mais dados a respeito das profissões, trajetórias pessoais, entre outras informações biográficas.

Ainda segundo Bourdieu (2010, p. 14), “O efeito propriamente ideológico consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc”. Acreditamos que a taxonomia familiar, expressa nos ensaios genealógicos, especialmente no caso de Jayme (1973) e outras genealogias consultadas para este trabalho, constituem uma subdivisão da produção simbólica, algo que também se comprova pela linguagem utilizada nestas obras, sempre com um tom de homenagem ou sacralização dos variados atores registrados, se fazendo valer também de um tom jocoso nas narrativas. São textos que buscam quebrar um discurso rígido e monótono dos sistemas de classificação e naturalizar a reprodução da dominação política através de uma linguagem mais digerível ao leitor.

Canedo (2011), fazendo uma análise de uma família dominante de Minas Gerais, problematiza as genealogias enquanto fontes de pesquisa. Segundo a autora, os trabalhos genealógicos não podem ser considerados e utilizados como fontes de informações históricas absolutas, uma vez que a narrativa das famílias, seus membros e a história específica de cada um deles é contada a partir do ponto de vista do autor.

---

<sup>3</sup> Uma análise mais detalhada é feita junto à árvore genealógica das famílias Borges de Carvalho e Jayme, na página 43.

<sup>4</sup> Jayme (1973), Volume 1, página 323.

Desta forma, Canedo (2011) diz que a genealogia deve ser analisada, além de fonte de dados históricos, como um instrumento de uso social e político, uma prática política por natureza. Ribeiro (1996) também faz essa ressalva, se dedicando ao estudo do grupo Caiado. Segundo a autora,

Existem genealogias (algumas), que, apesar do esforço de seus pesquisadores, ficaram circunscritas à curiosidade familiar ou à afirmação de um patrimônio político. Trata-se de obras que foram executadas a partir do vínculo político ou pessoal de seus autores com os grupos familiares estudados e não de trabalhos analíticos das relações entre família e poder. (RIBEIRO, 1996, p. 170).

A autora também vai ao encontro de Canedo (2011) ao dizer que a própria eleição ou não de uma família ou de outra (como tradicional/dominante/fundadora) já é um fato a ser considerado na interpretação histórica e política do trabalho consultado e do objeto estudado. No nosso caso, a maioria das obras consultadas que possuíam um esforço de resgate histórico e/ou genealógico têm como autores pessoas pertencentes às famílias dominantes de Anápolis, e que não deixaram de fora dos seus respectivos trabalhos as narrativas que incluem as suas próprias famílias e outras, aliadas, exercendo assim uma função importante para a reprodução de um discurso dominante em nível local e regional.

Algumas das fontes principais utilizadas no decorrer do trabalho e consideradas por nós como inseridas no campo das produções simbólicas ligadas ao resgate histórico e genealógico são Arimathéa (2007), Arimathéa & Cury (2009) Asmar (2011), Borges (2011), Luppi (2007), Ferreira (1979), Jayme (1973), entre outros. Muitos artigos e reportagens de jornais também exercem essa função, dando prestígio a determinados autores.

Uma das principais funções do genealogista, além da descendência, é o registro dos casamentos. Segundo Canedo (2011), este trabalho cria uma realidade social que filtra, a partir da vontade das famílias registradas, quais experiências do grupo familiar devem ser esquecidas, e quais devem ser lembradas, constituindo-se como experiências sociais importantes que tornam-se símbolos, determinando assim uma identidade e uma visão de mundo comum a todos os membros daquela família. Desta forma, o registro de matrimônios específicos asseguram a coesão familiar, além de reproduzir e multiplicar seu capital político, a partir de casamentos considerados como importantes.

Outra questão levantada por Canedo (2011) é que as genealogias são orientadas a partir da visão e da hierarquia baseada nos “homens da família”, em especial aqueles que exerceram cargos públicos ou tiveram destaque em suas profissões. Assim, é estratégica normal a exclusão de toda informação que possa perturbar a construção de uma realidade social pretendida pelo genealogista, elevando e ressaltando aspectos simbólicos que numa conjuntura política dada são elementos que agregam ao capital social de determinado ator. Da mesma forma, a identidade das mulheres é percebida enquanto subordinada à masculina. Na pesquisa de Canedo (2011), as mulheres destacadas são aquelas dispostas a participar do jogo familiar para a gestão e acumulação de diversos capitais, aceitando casamentos com membros de outras famílias visando à manutenção ou ampliação de posses, poder político e econômico. Estes processos também podem ser observados em Anápolis.

De modo geral, as genealogias ajudam a reproduzir o poder das famílias que podem produzir e registrar um discurso, como se elas produzissem a história, aumentando seu reconhecimento e, portanto, o poder simbólico das mesmas no imaginário social, e também dos seus membros. Concluindo, a autora diz que

a escrita genealógica, ou seja, a prova escrita de um capital acumulado por gerações, legitima o poder da família nas atividades políticas. Para os agentes interessados, ela se transforma num importante trunfo do jogo político; inscreve a família numa continuidade e marca, desta maneira, a solidez de seu poder social e político, seu domínio do tempo e sua capacidade de adaptação. (CANEDO, 2011, p.19).

Trazendo a experiência de pesquisa de outra região, Carvalho (1999) analisa a constituição das famílias dominantes do Ceará. Indo ao encontro do que diz Canedo (2011), o autor faz o seguinte questionamento a respeito da família cearense:

"Ser" de uma "família", antes de ser símbolo de poder econômico, quando se trata de famílias que possuem um real poder na sociedade local, é, principalmente, o lugar onde se é reconhecido, onde se trava, também, uma luta entre as classes e frações de classe por seu reconhecimento, ou para se impor pelo monopólio da violência simbólica ao conjunto da sociedade. (CARVALHO, 1999, p. 3).

A consideração feita por Carvalho (1999) indica quais os benefícios e as vantagens em ser partícipe de uma família dominante, especialmente em uma sociedade de forte herança agrária e escravocrata que obedece a práticas paternalistas e hierárquicas. Assim, a família se configura como organização fundamental de gestão dos capitais político e econômico em um sistema que prioriza as trocas de favores e

relações clientelistas. Além disso, o autor também diz que a forte presença das famílias dominantes no imaginário social cria um campo de poder que impõe ao resto da sociedade um modelo idealizado de família que responde às famílias de alto prestígio social, político e econômico de determinada região (CARVALHO, 1999).

As genealogias possuem um papel crucial nesse sentido. Citam as pessoas que “merecem” ser citadas. Reproduzem, de maneira oficial e impressa, uma visão de mundo com modelos de organização familiar específicos da parcela dominante da sociedade, e a apresentam como ideais a serem seguidos em termo de *habitus*, como algo que deve ser estudado, publicado. Ao mesmo tempo, os atores lembrados são glorificados, marcados nas páginas dos livros como ilustres, dignos de serem lembrados, em especial nos períodos eleitorais.

Os estudos de Canedo (2011) e Carvalho (1999), apesar de possuírem recortes espaciais diferentes desta pesquisa, são semelhantes no quesito de recorte temporal. Tais documentos foram analisados pelos autores tendo em vista valores e processos que datam desde o final do século XIX e início do século XX. Muitos destes processos também são observados em Anápolis, conforme pode ser visto nas genealogias elaboradas e apresentadas adiante, fatos que indicam semelhanças nas estratégias adotadas em diferentes regiões brasileiras pelas classes dominantes do período.

Ainda a propósito da produção simbólica, é necessário registrar o fato inesperado que ocorreu no decorrer da pesquisa, quando identificamos este mesmo tipo de produção e seu caráter ideológico em trabalhos acadêmicos, mais especificamente em monografias de conclusão de curso encontradas nas Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Em visita à Universidade Estadual de Goiás (UEG) no dia 11/01/2018, encontrei cinco monografias orientadas pela mesma professora, Júlia Bueno Moraes Silva<sup>5</sup>, do curso de História da antiga UNIANA<sup>6</sup>, que foi indexada à UEG em seu período de criação (1999). Destas monografias, quatro são narrativas biográficas de antigos prefeitos – e membros da ACIA. As autoras são Almeida (1997); Arantes (1997); Freitas (1997); e Menestrino (1997). Todas as pesquisas foram concluídas em 1997 e possuem viés de valorização ou glorificação da vida pessoal e dos feitos políticos dos

---

<sup>5</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (1997); Doutora em História pela Universidade de Brasília (2010). Professora Titular da UniEvangélica e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). As orientações das pesquisas citadas não se encontram em sua página na plataforma de currículos Lattes. Informações retiradas da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2372898860242337>>. Acesso em 16/03/2018. Não conseguimos entrar em contato com a professora.

<sup>6</sup> Foi transformada em UEG em 1999.

respectivos atores, o que permite a consolidação de mitos fundadores e do prestígio social de antigos políticos e do seu legado. Estas publicações se assemelham às de Haydeé Jaime Ferreira, Amador de Arimathéa, entre outros, como um tipo de narrativa ideológica cujo peso simbólico legitima e naturaliza o poder simbólico dos atores dominantes e suas oligarquias.

As monografias, no entanto, se diferenciam dos livros pelo fato de serem produções acadêmicas, nas quais se pressupõe o dever de um rigor científico e crítico mais acentuado. Desta forma, observa-se também que a produção simbólica não se reduz aos livros de encomenda, mas também é realizada, no caso estudado, na universidade pública, aparentando uma domesticação do ensino superior, utilizado para perpetuação do poder e da dominação ideológica da classe dominante. O status de objeto a ser valorizado, no entanto, se restringe àqueles que ocuparam cargos políticos/públicos de expressão no município, especialmente prefeitos. Os quatro trabalhos revisitam a vida pessoal e política de 1- João Luiz de Oliveira; 2- Carlos de Pina; 3- José Fernandes Valente; e 4- Jonas Ferreira Duarte. Além deles, outros políticos anapolinos também foram objetos de pesquisas historiográficas da UEG, como Henrique Santillo e Câmara Filho. Estas, porém, não se encaixam no recorte delimitado e não foram consultadas. A quinta obra analisada das orientadas pela professora Júlia Bueno Morais Silva tem como recorte temático e objeto de pesquisa a ACIA e sua contribuição para o desenvolvimento da cidade e leva a autoria de Edna Gomes Custódio, sendo publicada no ano de 1998.

Tendo em vista estas e as outras fontes consultadas busca-se aqui reinterpretar estes objetos de pesquisa, seja pela forma como os atores são caracterizados e lembrados pelos diversos autores, dando a eles certo status de sacralização, seja pelas diferentes estratégias presentes nos estudos e suas famílias como meio de reproduzir e expandir sua dominação na região de Anápolis e proximidades, conforme demonstraremos a seguir.

### **1.5. O bem-casar: estratégias matrimoniais como aliança política**

No decorrer da pesquisa e dos trabalhos de campo, pôde-se observar que eram recorrentes os mesmos sobrenomes em diversos documentos, levantamentos históricos,

edifícios públicos, entre outros. Conforme dito acima, consideramos que isso corresponde às práticas de perpetuação e legitimação do poder de grupos dominantes. Para além disso essa repetição de sobrenomes mostrou que a família exerce função crucial na gestão dos diferentes capitais dos membros individuais. A partir da união matrimonial, cria-se uma rede entre irmãos, pais e filhos e outros parentes, ampliada pelas alianças com outras famílias.

Carvalho (1999) cita, como primeiros membros ou “genearcas” de muitas famílias dominantes no século XX, padres da época do Brasil colonial. A igreja controlava o sistema econômico e, principalmente, a distribuição de terras no Brasil. Os padres possuíam vantagens para conseguir porções destas terras. Silva (2008) indica a forma como a ligação entre o Estado e a Igreja fez surgir os patrimônios religiosos que originaram capelas, freguesias e municípios no interior de Goiás e no Brasil como um todo. A autora salienta a forma como a Igreja Católica definia a gestão e operacionalização das aglomerações, especialmente no Brasil imperial, a partir da doação de terras para a formação das capelas. A administração direta destas terras feita pelos padres facilitava seu acesso às terras, culminando no fato que muitos deles eram latifundiários.

Muitos coronéis, “mandões” ou “mandachuvas” de suas comunas, como diz o Carvalho (2009), eram descendentes destes padres. É o caso, neste trabalho, da família Pina, que teve no padre Braz Luiz de Pina, no final do século XVIII, um de seus primeiros integrantes no Brasil. Segundo Almeida (1997), Braz Luiz de Pina era, além de caçador de baleias e outros ofícios, latifundiário no Rio de Janeiro, tendo se mudado posteriormente para Pirenópolis, município que mais perdeu terras na emancipação de Anápolis.

Ali, entre os doadores de terras para a capela que viria a se tornar o município, estava o coronel “Zeca” Batista, que foi também o primeiro administrador local na passagem da condição de freguesia de Sant’Ana das Antas para o município de Anápolis, conforme indica Polonial (2007a). Zeca Batista faz parte de um dos troncos familiares estudados a partir de uma aliança matrimonial, se tornando sogro de Albérico Borges de Carvalho, primeiro presidente da ACIA.

Quando analisamos as árvores genealógicas das famílias dos agentes, alianças como a explicitada acima se mostraram corriqueiras, e de certa forma sintomáticas da forma como estes grupos dominantes se reproduzem no espaço anapolino. Para entender melhor este processo, foi feito um mergulho na bibliografia a respeito das alianças



matrimoniais e o que elas representam para o poder político local e a manutenção da dominação das oligarquias no Brasil. O resultado, em certa medida extenso, apresentou muitas respostas sobre como este processo se desenvolveu em Anápolis.

A partir da análise dos dados fornecidos pela pesquisa bibliográfica, bem como das nossas observações e elaborações sobre as genealogias, notamos que os casamentos se encontram no cerne das estratégias de reprodução das famílias anapolinas. Segundo as fontes pesquisadas, essa prática era mais recorrente no Brasil Império, porém ainda permanece no período estudado, especialmente na primeira metade do século XX, determinando assim confluências de poder que ditaram o rumo da política anapolina pelo menos até a ditadura militar, que se iniciou em 1964.

Ribeiro (2015) destaca que o casamento foi utilizado durante todo o Brasil Colônia e em boa parte do período imperial como instrumento de unidades produtivas e reprodução social de grupos familiares. Segundo o autor, esta dinâmica perdeu força em meados do século XIX, quando as famílias de uma recente classe média passaram a se constituir como unidades de consumo, e não apenas de produção. Nesta mesma época, a prática dos dotes também diminuiu, se tornando rara no século XX, o que dificultaria o uso do casamento como forma de aliança política a partir de 1900.

Entretanto, de acordo com os dados levantados nessa pesquisa e outras fontes consultadas, acreditamos que os casamentos ainda exerceram a função de aliança política não só em Anápolis mas também em outras regiões, na primeira metade do século XX, e em tempos mais recentes. Bourdieu (1999), no seu livro “A Dominação Masculina”, publicado pela primeira vez em 1998, apresenta pesquisas que demonstram que pelo menos até a década de 1940 as estratégias de reprodução<sup>7</sup>, sobretudo matrimoniais, ainda eram praticadas pela burguesia francesa, com vistas a aumentar o capital simbólico das famílias dominantes<sup>8</sup>.

Miceli (2001), ao falar das estratégias de consagração da elite intelectual brasileira das décadas de 1930 e 1940, coloca os casamentos como fator importante para o sucesso das famílias, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mostrando que esse tipo de ligação ainda existia até mesmo nas cidades mais industrializadas do país.

---

<sup>7</sup> As principais estratégias de reprodução citadas pelo autor são: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão. Todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e dos privilégios herdados.

<sup>8</sup> Ver NYE, Robert A. *Masculinity and Male Codes of Honor in Modern France*. 1998.

O mencionado autor também diferencia os casamentos entre “para cima” e “para baixo”, uma vez que, mesmo entre famílias dominantes, as duas não terão capitais equivalentes. Enquanto algumas possuem grandes propriedades de terra rural ou urbana, outras podem ter um capital econômico decadente, e ainda assim ter um nome de prestígio, que possibilite ao cônjuge ascensão em diferentes carreiras ou espaços sociais. Alguns dos escritores estudados por ele são chamados de “primos pobres” da oligarquia, pois apesar de pertencerem à parcela dominante da sociedade, suas famílias sofreram dilapidação de diferentes capitais, conforme diz:

Os “primos pobres” da oligarquia são, em sua maioria, frutos de casamentos “para baixo” de seus pais que, coagidos pelas ameaças de “desclassificação” social e pela falência material, tiveram que negociar seus ilustres nomes de família no mercado matrimonial, tornando-se muitas vezes os responsáveis pela gestão dos bens materiais da esposa. (MICELI, 2001, p. 105).

Mesmo que não necessariamente decadente do ponto de vista econômico, mas com altos e baixos, especialmente na esfera política, o caso da família Caiado é outro exemplo das alianças matrimoniais. Uma das famílias ditas mais tradicionais do estado de Goiás, o grupo Caiado foi estudado na pesquisa de dissertação de mestrado de Ribeiro (1996). De acordo com a autora, a partir de relatos históricos e entrevistas com membros da família Caiado, o dote<sup>9</sup>, seja na época do Império ou na República Velha (até 1930) nunca foi uma prática da família. Entretanto, isto não quer dizer que os matrimônios não eram utilizados politicamente. De acordo com a autora, o “grande dote” era o sobrenome Caiado e o capital simbólico acumulado da família, que garantia direito a cargos, recursos e poder.

Mesmo que sem um valor em dinheiro equivalente ao dote, os casamentos entre famílias dominantes no Brasil, de maneira geral, sempre buscaram uma equivalência entre os capitais, equilibrando e diversificando as formas de poder com as quais as famílias são investidas, seja pela troca de capital econômico por capital político (como no exemplo dos Caiado), ou por capital cultural, social, entre outros. Brugger (2007) indica, em um estudo sobre Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, que nas uniões matrimoniais as famílias buscavam igualdade de capitais:

Ser igual significava, dentro da lógica patriarcal da sociedade, ter o que trocar. Assim, as uniões matrimoniais selavam alianças entre grupos

---

<sup>9</sup> “Conjunto de bens ou dinheiro que, ao casar-se, a mulher traz para o patrimônio do casal.” **Dicionário Michaelis Online**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=LN1V>> Acesso em: 20/09/2018.

familiares que tinham algo a oferecer, reciprocamente, fosse prestígio social, riqueza, acesso a redes de poder, entre tantas outras possibilidades. (BRUGGER, 2007, p. 226).

A autora ainda destaca que, pelo fato de os casamentos servirem como trocas entre as famílias, era muito pouco usual um casamento com separação de bens. A comunhão total de bens era um dos dispositivos de negociação nos casamentos das elites do século XIX, se tornando usual também em outros espaços da sociedade.

Já em relação aos tipos de casamento há na literatura algumas classificações. Ribeiro (2015) faz a distinção entre casamentos endogâmicos e exogâmicos. O autor considera como casamentos endogâmicos aqueles que se dão dentro do mesmo grupo familiar, ou entre pessoas que se consideram “da mesma família”. Desta forma, este tipo de matrimônio não permite a criação de alianças com outros grupos familiares, mas evita que haja uma diluição do capital político e econômico entre grupos diferentes no decorrer das gerações.

Por sua vez, ainda para esse autor, as uniões exogâmicas são aquelas que, no ato do matrimônio, são realizadas entre pessoas que não pertencem ao mesmo grupo familiar ou parentela. Elas podem, entretanto, se tornarem endogâmicas no decorrer do tempo, a partir de uma aliança ou sucessivos casamentos entre membros das duas famílias, facilitando a troca de capitais entre as famílias, mesmo que necessitem ainda de “ter o que trocar”, como diz Brugger (2007).

Canedo (2011) divide os casamentos de maneira diferente, no estudo que faz sobre a Primeira República, tendo como fundamento que eles são formas de constituir alianças (mais ligados, portanto, às uniões exogâmicas citadas acima). O primeiro tipo é o de alianças múltiplas entre grupos preferenciais. Segundo a autora, as alianças múltiplas acontecem quando dois ou três irmãos de uma mesma família se casam com duas ou três irmãs de outra família. A situação é relativamente difícil de acontecer pelas diferenças de idade, entre outros empecilhos, mas indica o interesse dos grupos em se fechar neles mesmos, como se organizassem uma nova família.

A segunda estratégia de aliança matrimonial levantada pela autora são as alianças opostas, realizadas quando se casam membros de diferentes famílias, isoladamente, como forma de equilibrar algum tipo de capital. Canedo (2011) cita como exemplo o casamento de um homem diplomado com a filha de um grande proprietário de terras, ou o casamento de uma filha – de uma família dominante – com um político importante ou um funcionário público bem colocado na hierarquia estatal.

No grupo dos Caiado, de acordo com Ribeiro (1996) uma prática permanente entre os seus membros no período histórico estudado por ela foram uniões endogâmicas. E mesmo que acontecessem casamentos com pessoas “de fora” da família, registra-se que os Caiado possuíam uma coesão interna muito grande, hierárquica e comandada pelo tronco Antônio José; Torquato; e Totó Caiado. Assim, mesmo que alianças políticas fossem formadas, a tendência é de que fossem absorvidas por esse núcleo, que ditava os rumos políticos da família de maneira hegemônica.

Ribeiro (1996) indica que entre 1930 e 1964, período em que o grupo perdeu força política<sup>10</sup>, as estratégias matrimoniais caiadistas mudaram um pouco, mas mantiveram algumas premissas. Os homens continuaram se casando com mulheres locais, mantendo a homogamia e evitando a dispersão de capitais. As mulheres, contudo, realizaram casamentos exogâmicos a partir de necessidades específicas da família. Tentamos realizar análises parecidas para os casos deparados em Anápolis, porém de maneira mais horizontal, visto que diferentes núcleos familiares sendo analisados.

Percebe-se que a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), passou a conter, no decorrer do tempo, cada vez mais árabes em seu corpo de membros. Não só os árabes, mas também brasileiros de outras regiões, como imigrantes, também se inseriram no espaço de relações sociais anapolino e, conseqüentemente, no “mercado matrimonial” do período. De acordo com Ribeiro (2015), uma prática de migrantes considerada como comum por diversos estudos de estratégias familiares era o casamento exogâmico de filhos ou filhas da segunda geração, buscando criar alianças com grupos estabelecidos, agregando às suas famílias o *modus operandi* da região, ou seja, para reforçar seu capital político e econômico ao mesmo tempo em que descobriam como as coisas funcionavam em um determinado quadro de poder local deparado por um migrante.

Mesmo assim, estes imigrantes necessitavam ainda de ter “algo para trocar”. Observando Ribeiro (2015), pode-se entender melhor como se realizaria uma troca como esta. O autor utiliza como exemplo do caso que estudou, no Rio de Janeiro, em que proprietários de terras locais viam vantagens em casar suas filhas com comerciantes imigrantes portugueses. A partir do casamento, a família proprietária de terra,

---

<sup>10</sup> Isso se decorreu pela vitória de Getúlio Vargas na Revolução de 1930, dando origem ao Estado Novo. Pedro Ludovico Teixeira representava a Aliança Liberal em Goiás e tinha como principais opositores os Caiado. O grupo perdeu muito espaço a partir deste momento, e aliados de Ludovico Teixeira ganharam força, inclusive em Anápolis.

tradicional, aumenta sua participação na rede de comércio e escoamento de produções e tem facilitado seu acesso ao crédito para o financiamento de lavouras. Os imigrantes, por sua vez, conseguiam a partir do casamento com comunhão de bens o acesso à terra, tendo a possibilidade de se tornar também um proprietário de terras no futuro. Em nossa pesquisa, nos deparamos tanto com imigrantes brasileiros (de outras cidades e estados, nos primeiros anos do recorte temporal) como descendentes de árabes, nascidos no Líbano e na Síria. As formas como cada um desses grupos delimitou estratégias para se inserirem no quadro de poder local são várias. Indicamos neste trabalho estratégias e apontamos as mais relevantes nesse sentido, especialmente no que diz respeito às uniões matrimoniais.

Tendo em vista as estratégias e processos citados acima, com ênfase às uniões matrimoniais, podemos perceber em trabalhos de diferentes recortes espaciais e temporais que o casamento com vistas a perpetuação de patrimônios e troca de diferentes tipos de capitais é uma prática comum no Brasil, especialmente nos círculos sociais das camadas mais dominantes da população. Para entender melhor o que isso significa, Bourdieu (1999) faz uma análise dos casamentos e das trocas matrimoniais, tendo como pano de fundo a dominação masculina das relações e a economia de trocas simbólicas, realizadas sobretudo entre homens.

Neste contexto, para Bourdieu (1999), uma sociedade que tem como pano de fundo essa economia de trocas simbólicas – com o intuito de acumular capital simbólico, que pode ser traduzido nesta conjuntura por “honra” - tende a transformar todos os objetos que podem ser formalmente trocados não em mercadorias, mas em “dons”, signos de comunicação e instrumentos de dominação. As mulheres se encontram no “primeiro nível” neste processo, segundo o autor, e por isso são valores que precisam ser conservados da ofensa e da suspeita pela família. Seu valor de troca depende de sua reputação e, principalmente, de sua castidade<sup>11</sup>. Todos estes atributos podem ser representados pelo ponto de honra dessas mulheres, protegidas a todo tempo pelos seus pais, irmãos, esposos e também por outras mulheres, de forma a preservar um capital simbólico que será utilizado como troca entre homens, por outros tipos de capital

---

<sup>11</sup> Esse tipo de mentalidade reverbera no senso comum em Goiás em outros tipos de narrativas na cidade, como por exemplo o discurso da “terra mulher bonita” e também a distinção “moça para casar e moça para ficar”. Narrativas que são socialmente demarcadas e que tem nesse fundamento seu sentido simbólico chegando até a outros lugares de classe.

(político, econômico, cultural, entre outros)<sup>12</sup>. Desta forma, constitui-se um jogo de trocas simbólicas, protagonizado por homens “honrados”, conforme diz o autor:

Reproduzir o jogo e seus lances é (re)produzir as condições de acesso à reprodução social, garantida por uma troca agonística que visa a acumular estatutos genealógicos, nomes de linhagem ou de ancestrais, isto é, capital simbólico, e portanto, poderes e direitos duradouros sobre pessoas: os homens produzem signos e os trocam ativamente, como parceiros-adversários unidos por uma relação essencial de igualdade na honra, condição mesma de uma troca que pode produzir a desigualdade na honra, isto é, dominação. [...] A dissimetria é, pois, radical entre o homem, sujeito, e a mulher, objeto de troca; entre o homem, responsável pela produção e reprodução e seu senhor, e a mulher, produto transformado desse trabalho. (BOURDIEU, 1999, p. 58).

A partir das discussões realizadas, acredita-se que está mais evidente as estratégias de reprodução de poder simbólico de famílias dominantes, com ênfase nas uniões matrimoniais. Algumas destas estratégias, discutidas acima, podem ser observadas nas famílias dominantes de Anápolis estudadas neste trabalho, como pretendemos demonstrar no próximo tópico, a partir da análise das genealogias das famílias dos atores individuais da ACIA.

### **1.6. Genealogias da dominação oligárquica anapolina**

Uma atenção maior foi dada para as relações familiares dos sujeitos estudados quando, nos diferentes documentos: livros consultados, placas das ruas, atas de reuniões, entre outros registros, percebemos a repetição de sobrenomes, demandando assim um esforço para entender essa repetição. A partir de genealogias publicadas, trabalhos acadêmicos e outras fontes, conforme já citado, reconstruímos partes das árvores genealógicas de alguns dos atores, os quais possuíam mais informações disponíveis. Estas árvores, representadas abaixo, não contém toda a família dos sujeitos, seja por falta de informações, ou por irrelevância à pesquisa, o que geraria certa poluição visual para o leitor. Tentamos evitar isto, apesar de, ainda assim, algumas apresentarem muitos membros nos seus troncos familiares.

---

<sup>12</sup> Bourdieu (1999) também reitera que a preservação destes valores é reforçada não só pela família, mas também por outras instituições e estruturas sociais, como a Escola, o Direito e a Igreja.

A elaboração das genealogias elucidou algumas informações importantes para os objetivos dessa dissertação, o que explica a quantidade de páginas exigidas pelo estudo das relações familiares e as próprias representações gráficas das famílias.

Começamos pelos primeiros grupos familiares do município de Anápolis, envolvidos no processo de emancipação do município, (e também nas primeiras gestões da ACIA) sendo eles os Borges de Carvalho e Jayme. A seguir, encontram-se grupos familiares e políticos que travaram disputas no quadro de poder local de Anápolis e região entre as décadas de 1930 e 1960, sendo eles os grupos Pina e Duarte. Posteriormente, analisamos algumas das famílias de descendência árabe, que inicialmente chegaram junto à estrada de ferro em Anápolis, e constituíram grandes grupos empresariais, com forte atuação na Associação Comercial e Industrial de Anápolis (sobrenomes Haje, Naoum, Quinan, O’Dwyer, Falluh). Sendo assim, o critério para a apresentação das famílias se fez por aquelas a que tivemos mais informações dentro do universo dos atores eleitos, seguindo uma ordem de apresentação a partir das famílias mais antigas ou dos primeiros dirigentes da ACIA, seguindo para contextos mais recentes.

### **1.6.1. Famílias Borges de Carvalho e Jaime**

Na árvore genealógica da figura 2, podemos ver alguns dos ramos das famílias Borges de Carvalho e Jaime, advindas de Pirenópolis. No discurso fundador e oficial estão diretamente ligadas à emancipação deste município da Vila de Santana das Antas e à sua elevação ao status de município de Anápolis, em 1907.

Albérico Borges de Carvalho, que na árvore genealógica está representado em vermelho, foi membro fundador da ACIA, seu primeiro presidente, e vice-presidente por outras duas vezes. Seu avô, Teodoro da Silva Batista, era comendador, e seu pai Antônio Borges de Carvalho, capitão em Pirenópolis, tendo exercido os cargos de vereador e promotor público na cidade. Teodoro da Silva Batista teve uma segunda esposa, Efigênia, com a qual teve José da Silva Batista (Coronel “Zeca Batista”), um dos emancipadores do município. Zeca Batista se casou com Francisca Siqueira, também de família tradicional pirenopolina, filha do comendador Manuel Barbo de

Siqueira<sup>13</sup>. Zeca Batista e Francisca Siqueira tiveram como filha Naiá Batista, casada com Albérico Borges de Carvalho. Albérico, portanto, é sobrinho materno de Zeca Batista, e também seu genro. Nota-se aqui um casamento endogâmico, mantendo o capital político e econômico de Teodoro Batista e suas duas esposas, e também do capitão Antônio Borges de Carvalho<sup>14</sup>, que realizou um casamento exogâmico com Leonor da Silva Batista.

O filho de Albérico, de nome Alderico Borges de Carvalho, também representado em vermelho, foi um dos membros fundadores da ACIA, não participando, contudo, de suas diretorias. Esse senhor tem um papel importante na reprodução do capital cultural da família e de seu poder simbólico no imaginário da população anapolina. Além de ser um dos fundadores do Rotary Club de Anápolis, doou para a prefeitura a casa de seu avô materno, Zeca Batista, a qual foi transformada em um museu da história da cidade no ano de 1975, levando, em 2018, o nome de Museu Alderico Borges de Carvalho.

Ainda no período inicial das famílias, no final do século XIX, nota-se uma quantidade significativa de casamentos exogâmicos entre os membros da família Batista/Borges de Carvalho e a família Siqueira, também tradicional em Pirenópolis, mas não incluída no trabalho de Jayme (1973). Não encontramos nas genealogias consultadas uma sistematização desta família, porém observa-se que tanto Teodoro Batista quanto Zeca Batista se casaram com mulheres de sobrenome Siqueira. Arlindo Borges de Carvalho, sobrinho de Albérico, também se casou com uma mulher desta família, Raquel Lopes de Siqueira - não incluída no nosso diagrama. Por isso, consideramos que estes dois grupos tinham um ao outro como preferenciais em alianças matrimoniais.

Outro casamento exogâmico importante para esta pesquisa é o de Maria Tomazia Batista (filha de Teodoro Batista e irmã por parte de pai de Zeca Batista) com o Coronel João Gonzaga Jaime de Sá, criando assim uma aliança política importante entre as famílias. João Gonzaga Jaime de Sá nasceu em 1831 no sítio que mais tarde se tornaria o município de Pirenópolis, e era filho do Padre e comendador Luiz Gonzaga de Camargo Fleuri. Mesmo com pouco capital escolar, pois só tinha o curso primário completo, ele se tornou vereador e suplente de juiz municipal por várias vezes.

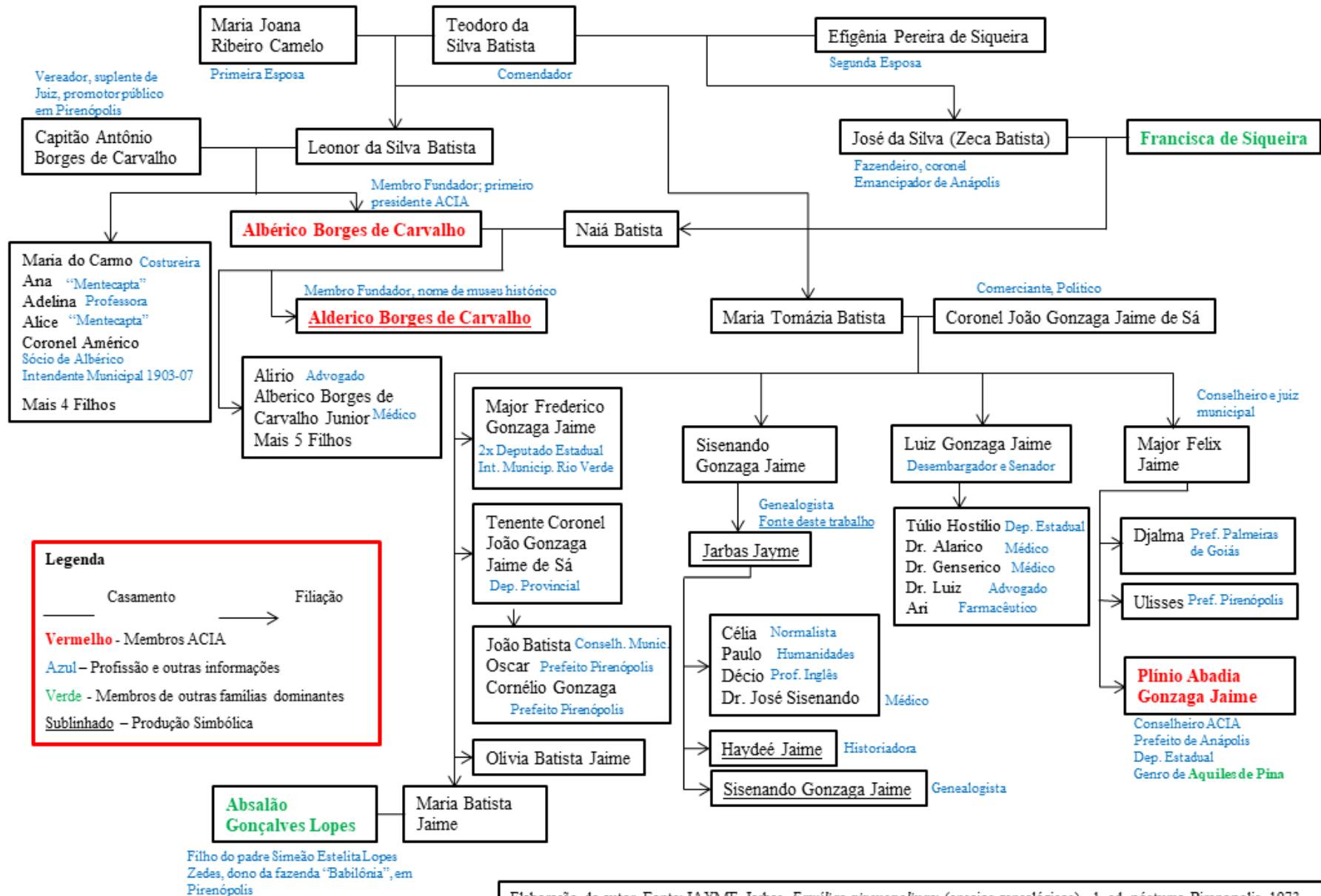
---

<sup>13</sup> Segundo a genealogia da família disponível no site <<https://www.geni.com/>>. Acesso em 23/03/2018.

<sup>14</sup> Descendente de



Figura 2 - Árvore Genealógica das Famílias Borges de Carvalho e Jaime



É considerado, nas obras consultadas, como o primeiro membro da família Jaime, dominante no quadro político de Pirenópolis, com algum poder também em Anápolis e no estado de Goiás. Interpretamos que este tenha sido um casamento de alianças opostas, entre iguais, visto que João Gonzaga Jaime de Sá era coronel, fazendeiro, e era filho de um comendador assim como sua mulher, tendo assim as duas famílias capitais políticos e patrimoniais parecidos.

A extensão do poder político da família Jaime pode ser comprovada pelos cargos públicos, profissões e alianças matrimoniais de diversos descendentes do patriarca citado acima. Seu filho, o João Gonzaga Jaime de Sá, Tenente Coronel, foi Deputado Provincial por Goiás; dois de seus netos foram prefeitos de Pirenópolis, e o outro foi conselheiro municipal (equivalente a vereador); outro filho, Major Frederico, foi intendente (equivalente a prefeito) de Rio Verde e duas vezes Deputado Estadual por Goiás; Luiz Gonzaga Jaime era desembargador e foi Senador da República por Goiás durante 11 anos, de 1909 a 1920. Seu filho Túlio Hostílio foi Deputado Estadual.

Major Felix Jaime era Conselheiro de Pirenópolis, também ocupando o cargo de juiz municipal. Três de seus filhos foram prefeitos em cidades diferentes: Djalma foi prefeito de Palmeiras de Goiás; Ulisses foi prefeito de Pirenópolis; Plínio Abadia Gonzaga Jaime, membro por duas vezes do Conselho Consultivo da ACIA, foi prefeito de Anápolis e Deputado Estadual por dois mandatos.

Outro filho do Coronel João Gonzaga Jaime de Sá a ser destacado é Sisenando Gonzaga Jaime. Apesar de não encontrarmos registros de sua profissão ou cargos públicos, seus descendentes possuem um duplo papel neste trabalho, tanto como fontes de dados bibliográficos, como também objetos de pesquisa. Conforme citado em tópicos anteriores, Jarbas Jayme é a principal fonte a partir da qual elaboramos algumas das árvores genealógicas analisadas agora. Ele e seu filho, também genealogista e com o mesmo nome do avô, Sisenando Gonzaga Jaime, elaboraram alguns dos ensaios genealógicos mais conhecidos e divulgados a respeito de famílias goianas e pirenopolinas, não deixando de citar suas próprias famílias nestas obras. Haydeé Jaime, também filha de Jarbas, foi historiadora. Seu livro, “Anápolis: sua vida, seu povo” (FERREIRA, 1979), é utilizado como fonte de informações históricas em outras partes deste trabalho. Também escrevia obras literárias, poemas, pintava telas, entre outras atividades artísticas, tendo um prêmio com seu nome em Anápolis chamado “Distinção Haydeé Jaime”. Também foi diretora do Museu Histórico de Anápolis e influenciou a

prefeitura a adquirir a casa de Zeca Batista, seu tio-bisavô<sup>15</sup>, tendo assim contribuído muito para a produção simbólica da sua família, ao lado de outras pessoas de sua família.

Analisando os casamentos realizados por membros da família Jaime na primeira árvore genealógica, podemos observar dois casamentos exogâmicos que ligam este grupo familiar aos Pina, analisados na árvore genealógica da figura 3. Maria Batista Jaime se casou com Absalão Gonçalves Lopes, filho do padre Simeão Estelita Lopes Zedes, e dono da fazenda “Babilônia”<sup>16</sup>, em Pirenópolis, se tornando posteriormente sogra de Carlos de Pina e Luiz Abadia de Pina. Seu sobrinho, Luiz Abadia Gonzaga Jaime, se casou com Tula Túlia, filha de Aquiles de Pina, mostrando assim uma grande quantidade de alianças entre as famílias.

### 1.6.2. Família Pina

A família Pina exerceu grande dominação política no município de Anápolis entre as décadas de 1930 e 1960, sendo seu mais proeminente membro neste período o Coronel Aquiles de Pina. Por este motivo, essa é uma das famílias mais recorrentes no trabalho. Além de terem vários membros envolvidos na Associação Comercial e Industrial de Anápolis, possuíam grandes propriedades de terra, empresas de exportação de produtos agropecuários, entre outros patrimônios, e também ocuparam cargos políticos de destaque.

O genearca da família – o primeiro membro com o sobrenome Pina – foi o padre Braz Luiz de Pina. Nascido no Rio de Janeiro na época do Brasil Colônia, era filho de um português com uma brasileira. Enriqueceu com a pesca de baleias no litoral fluminense, na baía de Guanabara, mas teve que se mudar para o interior do território brasileiro depois de disputas com membros dirigentes da coroa na capital da colônia, chegando até o então arraial de Meia Ponte (Pirenópolis). A inclusão de Braz Luiz de Pina ajuda compreender a forma como a família adquiriu seu patrimônio e capital político, pensando também no acesso que os padres tinham às terras durante a formação

---

<sup>15</sup> Jornal Contexto, 2011. *Prefeitura concede Distinção “Haydée Jaime*. Disponível em: <<http://www.jornalcontexto.net/prefeitura-concede-distincao-haydee-jaime>>. Acesso em 23/03/2018.

<sup>16</sup> A fazenda é uma das mais conhecidas da região, e chegou a ter cerca de 200 escravos na época do Brasil colonial. Hoje é patrimônio histórico do IPHAN, funcionando como ponto turístico, e ainda realizando produção de gado. Disponível : <[www.fazendababilonia.com.br/](http://www.fazendababilonia.com.br/)>.

do Brasil, retornando a Silva (2008) e Carvalho (2009). A falta de informações mais específicas sobre Braz Luiz de Pina não permite, contudo, aprofundar a discussão. Para as outras famílias, mostrou-se difícil também traçar quem seria seu “genearca” e quais são as origens mais distantes de seus patrimônios o que não deixa de constituir forte agenda de pesquisa futura.

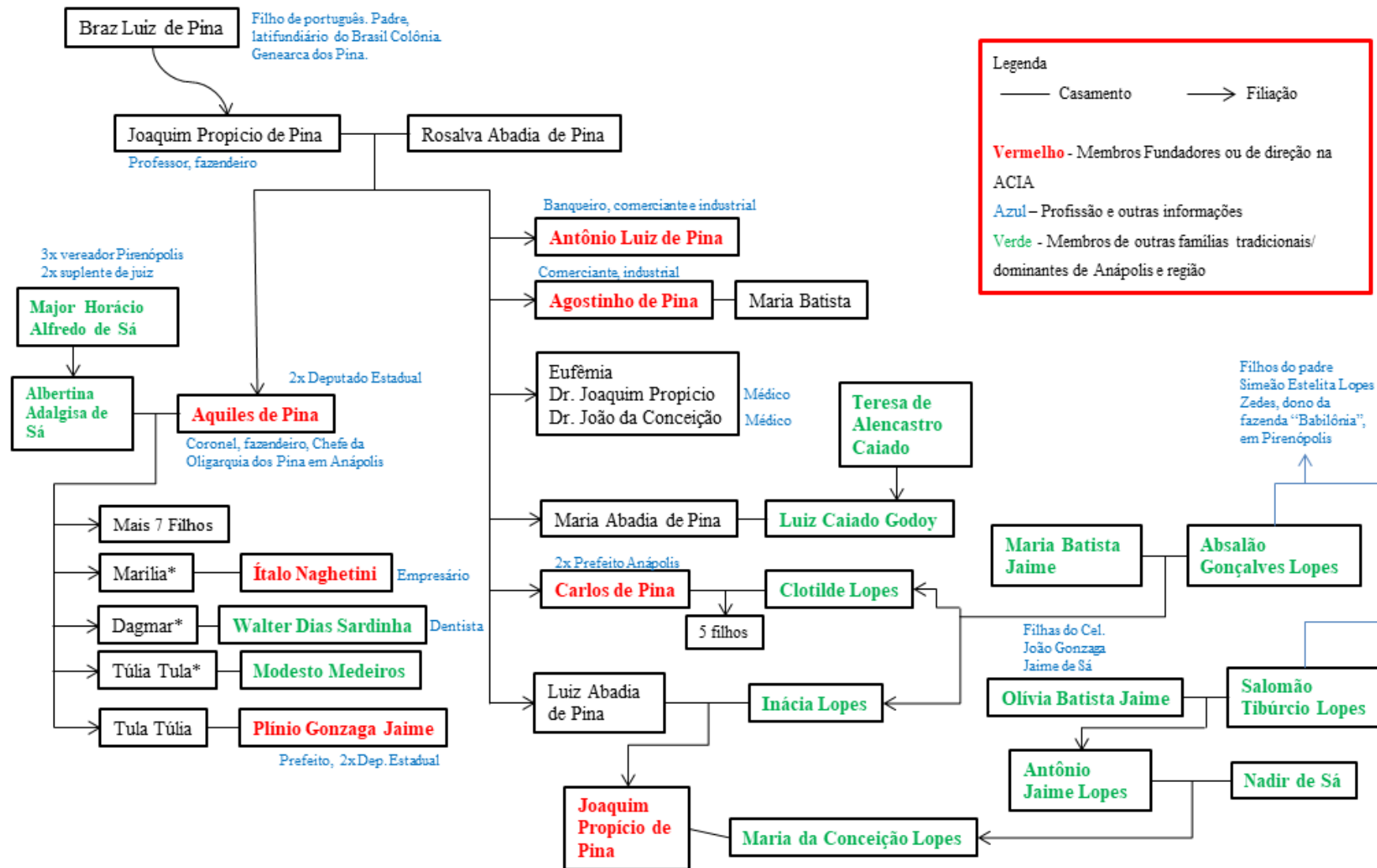
Joaquim Propício de Pina não era filho desse padre, mas sim um descendente relativamente distante. Era fazendeiro e um professor conhecido na cidade de Pirenópolis, tendo sido prefeito da cidade de 1927 a 1930. A mudança da família para Anápolis começou com o filho mais velho, Antônio Luiz de Pina, em 1911, seguido depois pelos outros irmãos. Assim como Antônio, os irmãos Aquiles, Carlos e Agostinho foram membros fundadores da ACIA. Aquiles foi do conselho consultivo, enquanto Carlos foi um dos primeiros presidentes. Seu sobrinho Joaquim Propício, filho de Luiz Abadia e com o mesmo nome do avô, foi tesoureiro da entidade no ano de 1954.

Nota-se, observando o diagrama, que a família Pina realizou diversos casamentos com membros de outras famílias dominantes de Pirenópolis ou Anápolis, consideradas quase sempre exogâmicas, visto que quase não se observa casamentos com primos ou outras pessoas da família.

Aquiles foi o chefe do clã ou oligarquia dos Pina durante o período de maior poder político do grupo. Foi membro do Conselho Municipal de Anápolis em 1927, duas vezes Deputado Estadual de Goiás na década de 1930 e candidato a vice-governador de Goiás na década de 1950.

Casou-se com Albertina Adalgisa de Sá, da tradicional família pirenopolina. O pai de Adalgisa, Major Horácio Alfredo de Sá, foi por três vezes conselheiro/vereador de Pirenópolis e por dois quadriênios suplente de juiz municipal, tendo assim um considerável capital político para “oferecer” a Aquiles. Quatro filhas suas também se casaram com homens de famílias dominantes, participando assim do jogo das alianças matrimoniais descrito por Canedo (2011). Dagmar e Túlia Tula se casaram, respectivamente, com Walter Dias Sardinha e Modesto Medeiros, sendo os dois sobrenomes pertencentes a famílias tradicionais da região.

Figura 3 - Árvore Genealógica da Família Pina



\* As três eram normalistas.

Elaboração do autor. Fonte: JAYME, Jarbas. *Famílias pirenopolinas: (ensaios genealógicos)*. 1. ed. póstuma. Pirenópolis, 1973.

Marília se casou com Ítalo Naghetini, segundo secretário da ACIA entre 1963 e 1965 e empresário do ramo de construção civil, entre outras áreas em que atuou junto ao sogro. Participou também da administração municipal de Anápolis em 1964 (mandato de Jonas Duarte) como Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas, mesmo período em que era secretário da ACIA. Foi candidato a vice-prefeito de Anápolis em 1960, tendo perdido para Henrique Fanstone, aliado de Henrique Santillo e ator frequente nas articulações presentes nas atas.

Tula Túlia, conforme exposto no tópico anterior, se casou com Plínio Abadia Gonzaga Jaime, duas vezes Deputado Estadual de Goiás e prefeito de Anápolis por um mandato. Participou do Conselho Consultivo da ACIA por dois períodos, entre 1944 e 1950, e entre 1963 e 1965. A primeira passagem coincidiu com o cargo de prefeito (1946). A segunda coincidiu com o segundo mandato de Deputado Estadual (1963 e 1964, quando foi dado o golpe militar).

A aliança da família Pina com a família Jaime, no entanto, foi realizada a partir de outros matrimônios. Os irmãos Carlos e Luiz Abadia de Pina se casaram, respectivamente, com as irmãs Clotilde e Inácia Lopes, filhas de Maria Batista Jaime e Absalão Gonçalves Lopes, representados na árvore genealógica da figura 2. Joaquim Propício de Pina, filho de Luiz Abadia e Inácia Lopes, se casou com Maria da Conceição Lopes, neta de Olívia Batista Jaime (também presente na árvore genealógica da figura 2) e sobrinha neta de Maria Batista Jaime. Portanto, Joaquim Propício e Maria da Conceição Lopes são primos.

Consideramos que as alianças entre as famílias Pina e Jaime exemplificam os conceitos abordados no início deste capítulo. Os primeiros casamentos, como entre Plínio Abadia Jaime e Tula Túlia, se caracterizam como exogâmicos, entre grupos familiares diferentes. Em um relativamente curto intervalo de tempo, reforçando e se somando a este caso, os casamentos entre Carlos de Pina e Clotilde Lopes, e entre Luiz de Pina e Inácia Lopes ajudam a caracterizar estas três uniões como alianças múltiplas entre grupos preferenciais, conforme classifica Canedo (2011). Posteriormente, quando o filho de Luiz de Pina, Joaquim Propício, se casa com sua prima, pode-se dizer que esta é uma união endogâmica, entre membros de um mesmo grupo que, neste período, já estava consolidado no quadro de poder local do município, visando portanto a manutenção do seu patrimônio e capital político.

Também é possível observar os casamentos entre Maria e Olívia Batista Jaime - filhas do Coronel João Gonzaga Jaime de Zá - e Absalão e Salomão Tibúrcio Lopes,

respectivamente – filhos do Padre Simeão Estelita Lopes Zedes. Estes dois casamentos também podem ser, na nossa visão, classificados como alianças múltiplas entre grupos preferenciais, concretizando assim a aliança entre dois patriarcas da região de Pirenópolis e Anápolis.

Outra união matrimonial que pode ser destacada é a de Maria Abadia de Pina, irmã dos atores centrais desta árvore, com Luiz Caiado de Godoy, configurando-se outra vez uma união exogâmica com um membro da família Caiado, mas que ocorreu anteriormente às citadas acima.

As duas primeiras árvores genealógicas analisadas apresentam um número significativo de sobreposições de sujeitos, advindo especialmente de três troncos familiares elegidos para estudo (Borges de Carvalho, Jaime e Pina) que permitem ligar estas três árvores a partir das relações de parentesco. Os casamentos observados entre atores de destaque permitem-nos inferir que estas três famílias constituíam um grupo familiar relativamente coeso, e que deriva seu poder de Pirenópolis, tendo participado assim da emancipação e solidificação do município de Anápolis, expandindo seu poder também para esta região. Alguns outros sobrenomes também aparecem nas uniões matrimoniais, indicando uma aliança política destas famílias, como Lopes, Sá e Batista.

Na bibliografia histórica a respeito das famílias anapolinas e do quadro político local de meados do século XX, indica-se que o grupo liderado por Aquiles de Pina teve como principal rival ou adversário político Jonas Alves Ferreira Duarte, analisado no próximo tópico, junto ao seu grupo familiar.

### **1.6.3. Família Duarte**

Jonas Ferreira Alves Duarte, diferentemente dos Pina e Jaime, não nasceu no Estado de Goiás, tendo chegado à Anápolis sem nenhum capital político acumulado. Natural do estado do Espírito Santo, possuía no entanto uma grande quantidade de capital econômico, devido ao próspero negócio de exportação de madeira dos pais. Chegou ao município como gerente das lojas Pernambucanas em Anápolis, em 1930, e adquiriu depois uma concessionária da Ford, além de ter aberto um dos primeiros bancos da cidade, o Oestebanc<sup>17</sup>. Desta forma, Jonas Duarte não pôde utilizar de seu capital social ou de um nome tradicional para realizar alianças ou acumular capital

---

<sup>17</sup> Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro, criado em 1945.

político. Sua principal “moeda de troca” era seu patrimônio, algo que pode explicar o casamento entre ele e Luiza da Silva, pertencente a uma família tradicional de Anápolis, os Crispim Souza, como pode ser visto na árvore genealógica da figura 4. O avô de Luiza, Antônio Crispim Souza, participou da emancipação e consolidação de Anápolis, tendo sido intendente da Vila de Santana das Antas, e o primeiro Presidente do Conselho da Vila, em 1883.

O sogro de Jonas Duarte também possuía um poder político muito forte. Antes da ascensão política de Jonas, Graciano Antônio da Silva foi intendente/prefeito de Anápolis por quatro oportunidades. Também foi membro fundador da ACIA. Enquanto uma filha de Graciano se casou com um então abastado empresário, a outra se casou com um membro de família tradicional com considerável capital político. Diva Silva Campos se casou com Hegesipo de Campos Meirelles, advogado do Banco do Estado de Goiás<sup>18</sup> e Interventor Federal interino do estado de Goiás em 1946 e 1947. O filho de Diva e Hegesipo, Henrique Meirelles, obteve grande projeção na sua vida política e profissional, tendo ocupado os cargos de presidente do Banco Central de 2003 a 2010 (dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva) e de Ministro da Fazenda do Brasil entre 2016 e 2018, durante o mandato de Michel Temer<sup>19</sup>, além de ocupar cargos de gestão de bancos estrangeiros.

Jonas Ferreira Alves Duarte foi vice-presidente da ACIA nos anos de 1943 e 1944. Foi também prefeito de Anápolis durante sete anos, entre 1961 e 1966 e governador interino do Estado de Goiás em 1954 e 1955, tendo alcançado, portanto, cargos expressivos na administração pública. Outra aliança importante de Jonas foi realizada a partir do casamento de seu filho, Haroldo Duarte, com Tânia Diniz, filha de Sócrates Mardocheu Diniz.

Sócrates Mardocheu Diniz ocupou o cargo de presidente da ACIA no ano de 1950. Não nasceu em Anápolis, e não conseguimos encontrar informações do local de seu nascimento. Chegou ao município como gerente de uma agência do Banco Comércio e Indústria Minas Gerais em Anápolis, em 1943. No mesmo ano, junto a Antônio Luiz de Pina e outros empresários e banqueiros, fundou outro banco no município, o Banco Comercial do Estado de Goiás (Goiasbanc), concorrente do banco

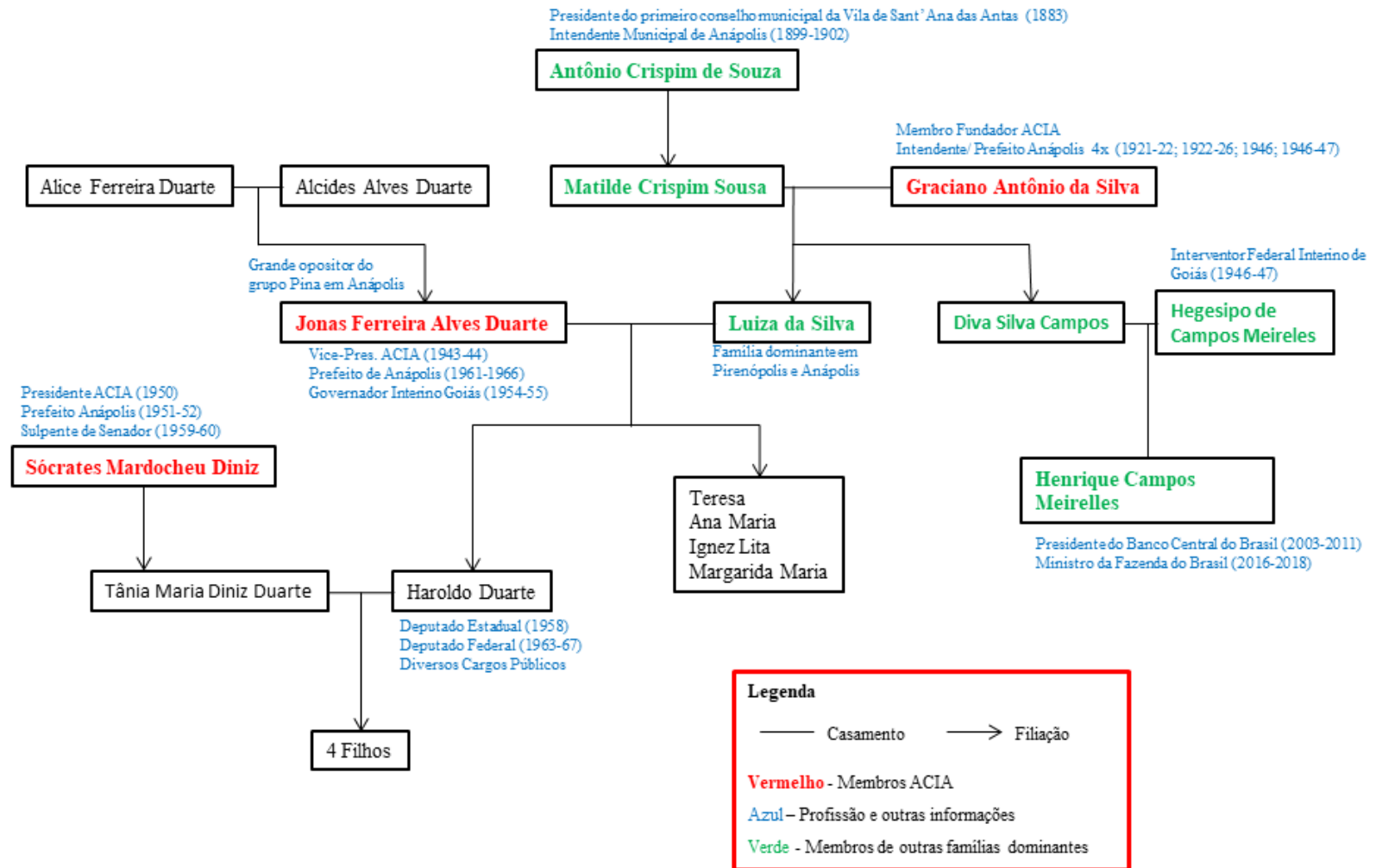
---

<sup>18</sup> Jornal Contexto, 2016. *Henrique Meirelles: Um anapolino no topo do poder nacional*. Disponível em: <[www.jornalcontexto.net/henrique-meirelles-um-anapolino-no-topo-do-poder-nacional](http://www.jornalcontexto.net/henrique-meirelles-um-anapolino-no-topo-do-poder-nacional)>. Acesso em 25/03/2018.

<sup>19</sup> CPDOC, 2018. *MEIRELLES, Henrique*. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meireles-henrique](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meireles-henrique)>. Acesso em 25/03/2018.



Figura 4 - Árvore Genealógica da Família Duarte



Fontes: CPDOC FGV. Acesso em: <http://cpdoc.fgv.br/>  
FREITAS, Lenice dos Santos Cintra. Vida e obra de Jonas Ferreira Alves Duarte. 1997.

de Jonas Duarte à época de sua fundação. À medida que seu capital político e econômico cresceram, foi eleito prefeito de Anápolis em 1951 e suplente de senador da república em 1959.

Por fim, o filho de Jonas, Haroldo Duarte, tendo herdado o capital político e a experiência da família, exerceu diversos cargos públicos, tendo se eleito Deputado Estadual em 1958 e Deputado Federal em 1963.

Analisando o grupo que possui, no contexto estudado, Jonas Ferreira Alves Duarte como seu membro nuclear, não há a constatação de casamentos endogâmicos ou exogâmicos de caráter múltiplo. Neste grupo, observam-se casamentos exogâmicos entre pessoas com diferentes capitais, buscando assim, conforme diz Canedo (2011), equilibrar os diversos tipos de capitais. A partir destas estratégias, o grupo de Jonas Duarte conseguiu manter seu poder econômico e político e fazer frente à oligarquia dos Pina quando esta era a única família hegemônica na região.

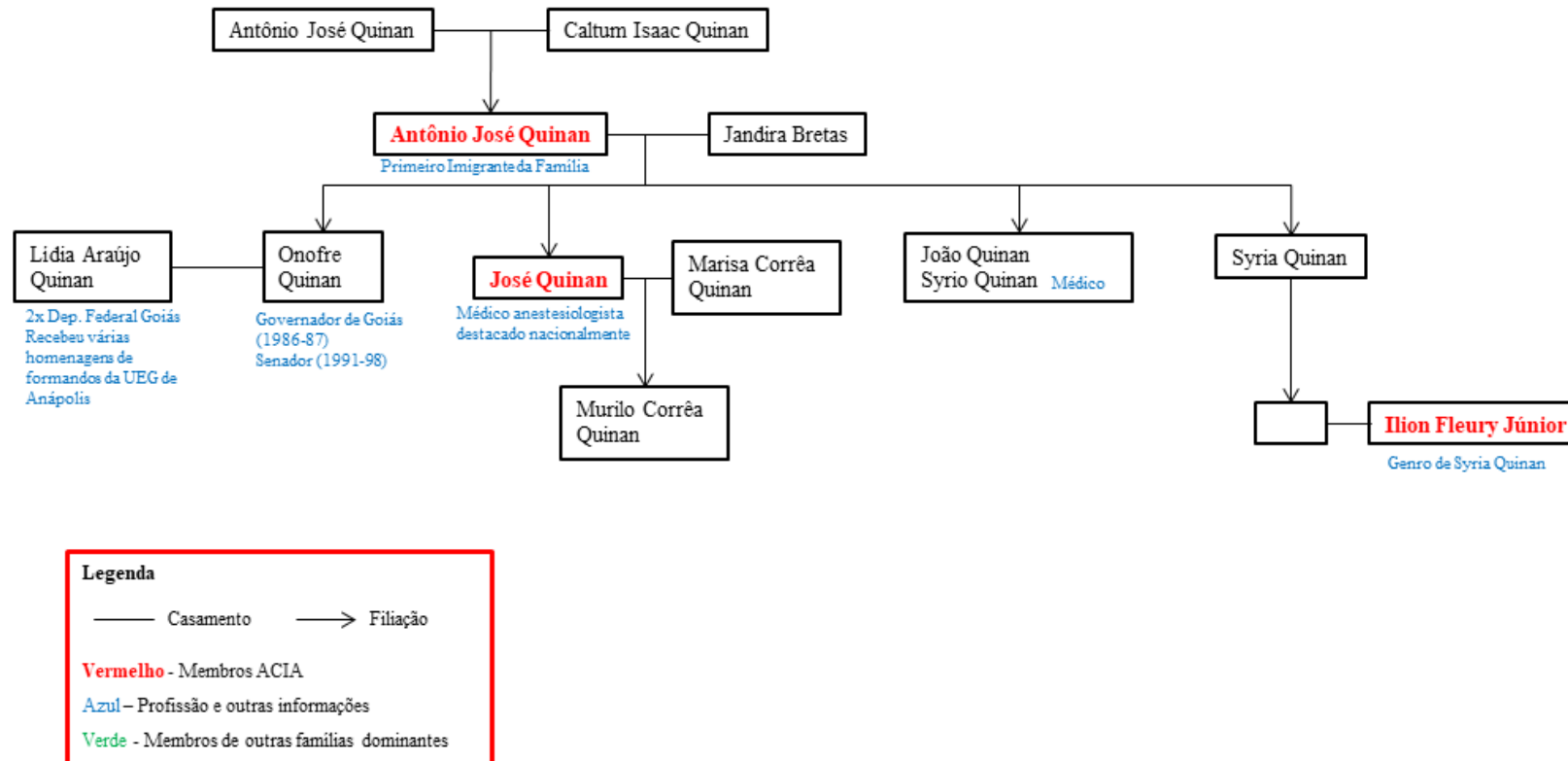
Além da forte presença de atores deste grupo em cargos administrativos públicos, uma constatação interessante aqui é a grande quantidade de bancos criados ou administrados pelos atores dispostos nesta genealogia. Jonas Duarte, Sócrates Mardocheu Diniz e Henrique Meirelles fundaram e/ou participaram da alta administração de um ou mais bancos durante suas vidas. Os bancos fundados por Jonas e Sócrates, contudo, expressam um caráter contraditório, visto que foram fundados por grupos opostos, e ainda assim viram seus filhos se casarem.

#### **1.6.4. Família Quinan**

Antônio José Quinan, também chamado de José Quinan Filho, nasceu no Líbano e foi um dos primeiros imigrantes árabes a chegar em Anápolis. Chegou no Brasil em 1910, se instalando no município de Vianópolis, então última estação da estrada de ferro no estado de Goiás, se mudando posteriormente para Anápolis. É contemporâneo dos atores nascidos em solo goiano, tendo exercido o cargo de 2º secretário da ACIA em 1943 e 1944, mesmo período em que Jonas Duarte era vice-presidente.

Analisando as uniões matrimoniais da família Quinan, observamos a tendência levantada por Ribeiro (2015) de casamentos exogâmicos de imigrantes com pessoas de

Figura 5 - Árvore Genealógica da Família Quinan



famílias já estabelecidas do lugar. Antônio José Quinan se casou com Jandira Bretas. Apesar de não termos encontrado informações da família de Jandira Bretas, seu sobrenome é de origem brasileira, e seu nome é utilizado em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) em Anápolis e em uma escola estadual de Vianópolis.

Acreditamos que Ilion Fleury Júnior, de família tradicional em Goiás e na região de Pirenópolis e Anápolis, seja filho de Ilion Fleury, que foi presidente da ACIA por um período e duas vezes vice-presidente, entre outros cargos. Não conseguimos muitas informações a respeito de sua família próxima ou de sua nora, filha de Syria Quinan, entretanto, este também é um exemplo de casamentos com pessoas de famílias estabelecidas na região.

Onofre Quinan<sup>20</sup> também realizou este tipo de união, ao se casar com Lídia Araújo<sup>21</sup>, natural de Campinas (SP) e filha de Paulo Freire Araújo, Deputado Federal por Minas Gerais. Lídia se mudou para Anápolis em 1955, aos 18 anos. Elegeu-se Deputada Federal por Goiás por dois mandatos, enquanto Onofre Quinan foi Vice-Governador e Governador do estado de Goiás na década de 1980, e Senador da República na década de 1990. Ele também exerceu cargos de direção na ACIA em um período posterior ao recorte temporal desta pesquisa, motivo de não estar destacado no diagrama.

Outro membro da família a participar da ACIA foi José Quinan. Tendo exercido o cargo de tesoureiro da associação entre 1957 e 1959, José Quinan se tornaria um médico conhecido no estado, participando da fundação da Academia Goiana de Medicina, e de diversas instituições ligadas à prática médica. Foi presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás (CRM) e do Instituto de Previdência dos Funcionários do Estado de Goiás (IPASGO) adquirindo assim grande parcela de capital social e político para a família que já possuía seu irmão Onofre como destaque.

A ocorrência de alianças matrimoniais foram menos praticadas a partir da segunda metade do século XX, se aproximando assim da tese de Ribeiro (2015) sobre a diminuição desta prática. Outra possível explicação para este processo é a preferência de grupos imigrantes pelas uniões endogâmicas ou reservadas a outras famílias árabes, mantendo assim a coesão destes grupos. As próximas famílias analisadas se encaixam

---

<sup>20</sup> CPDOC, 2018. QUINAN, Onofre. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/quinan-onofre](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/quinan-onofre)>. Acesso em 26/03/2018.

<sup>21</sup> CPDOC, 2018. QUINAN, Lígia. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidia-araujo-quinan](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidia-araujo-quinan)>. Acesso em 26/03/2018.

neste contexto, e se encontram em um período um pouco mais recente do nosso recorte temporal.

### **1.6.5. Famílias Haje e Naoum**

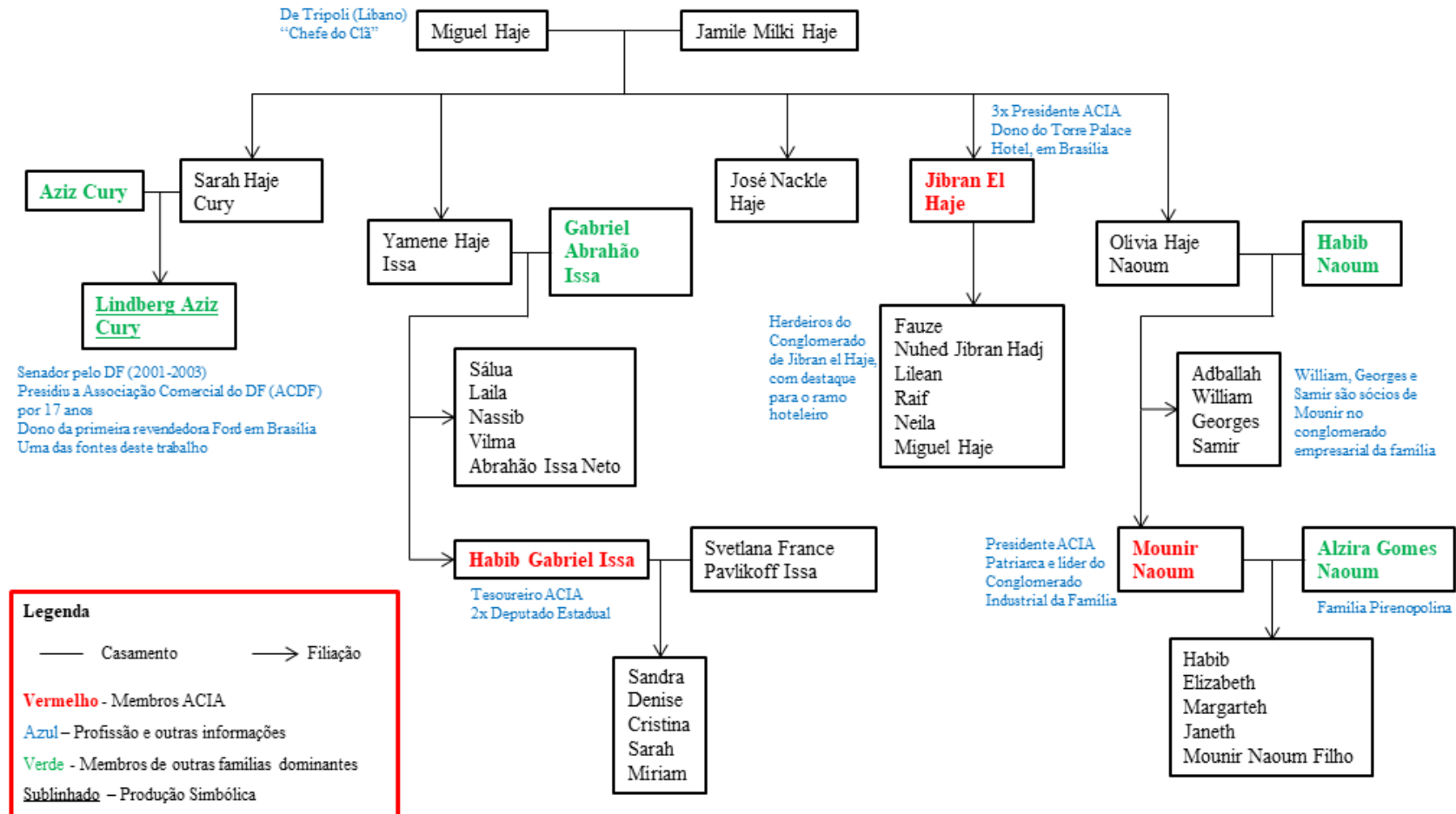
A família Haje, assim como os Quinan, é uma das primeiras famílias árabes a chegar ao município de Anápolis. Miguel Haje nasceu em Trípoli, no Líbano, e se mudou para Anápolis em 1922. Alguns de seus membros mais proeminentes, contudo, são da segunda e terceira gerações da família. Observa-se, na árvore genealógica da figura 6, que os casamentos foram realizados com pessoas de outras famílias árabes. Segundo Arimathéa e Cury (2009), os Haje eram uma família de “muita tradição” em seu país de origem.

Uma das filhas de Miguel, Sarah Haje Cury, se casou com Lindberg Aziz Cury, também de família árabe. Lindberg Cury se mudou para Brasília após a mudança da capital federal, aonde instalou uma concessionária da Ford. Teve longa participação (17 anos) na Associação Comercial e Industrial do Distrito Federal (ACDF), e se elegeu suplente de Senador da República pelo DF, assumindo o cargo em 2001 e ficando até 2003. Possuía grande prestígio político, podendo assim fazer o diálogo entre as associações empresariais e o poder legislativo, além de ser um defensor de interesses ainda localizados em Anápolis, onde se instalaram outros membros do seu grupo familiar.

Lindberg Aziz Cury é ao lado de Amador de Arimathéa uma das principais fontes deste trabalho (ARIMATHÉA; CURY, 2009). Consideramos sua produção como simbólica no sentido que relembra, homenageia e liga vários membros da comunidade árabe instalados no município de Anápolis como sinônimos do progresso da cidade.

Outra filha de Miguel Haje, Yamene, se casou com Gabriel Abraão Issa. Nascido no Líbano, Gabriel Issa chegou a Anápolis no final da década de 1920, aonde abriu uma loja de tecidos. Entre os filhos do casal, está Habib Gabriel Issa, tesoureiro da ACIA entre 1971 e 1973. Habib Issa também se elegeu Deputado Estadual em Goiás por dois mandatos, entre 1974 e 1978, e entre 1978 e 1982, além de ter exercido diversos cargos públicos municipais e estaduais. Entre 1972 e 1974, foi chefe de gabinete do então prefeito de Anápolis Irapuan Costa Júnior, que seria o governador de

Figura 6 - Árvore Genealógica das Famílias Haje e Naoum



Elaboração do autor. Fonte: ARIMATHÉA, Amador de. CURY, Lindberg. Dos Cedros ao Cerrado: História dos Sírios e Libaneses de Anápolis (1903-2009). Brasília: Starprint, 2009.

Goiás entre 1975 e 1979, sendo assim o governador que inaugurou o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA).

O tio de Habib, Jibrán el Haje, teve uma expressiva participação na ACIA, tendo exercido o cargo de presidente da associação por três mandatos consecutivos, entre 1957 e 1963. Ainda foi vice-presidente no mandato seguinte, até 1965. Empresário com uma gama diversificada de investimentos, Jibrán era dono da concessionária Aero-Willes em Anápolis.

Também tinha ativos no ramo do turismo, construção civil e hotelaria, criando assim um conglomerado empresarial que se dividia entre Anápolis, Corumbá de Goiás e Brasília. Fundou na capital federal, em 1973, o Torre Palace Hotel, um dos edifícios mais valorizados da cidade. Após a sua morte, em 2000, seus filhos entraram em disputa judicial pelo prédio e terreno, avaliados em cerca de 200 milhões de reais, disputa esta que deixou o hotel abandonado em 2013. Depois disto, o prédio foi ocupado por 166 famílias, retiradas do mesmo em 2016 por uma operação do governo do DF que contou com 200 policiais e dois helicópteros da polícia militar, e custou cerca de 800 mil reais<sup>22</sup>. No fim de 2017, ainda não havia uma solução jurídica para a construção. Os donos do hotel, filhos de Jibrán, não foram localizados para ser cobrada a operação policial, novas ocupações do prédio foram repreendidas pela polícia, e o imbróglio jurídico não permite a demolição do hotel ou outras medidas em relação ao patrimônio.<sup>23</sup>

Outro membro da família e da ACIA que possui disputas jurídicas é Mounir Naoum. Seu pai, Habib Naoum, nasceu no Líbano, e se casou com Olívia Haje, irmã de Jibrán, caracterizando assim mais uma união matrimonial interna à comunidade árabe, entre duas famílias libanesas.

Mounir Naoum foi 2º tesoureiro da ACIA entre 1961 e 1963, e presidente da associação entre 1971 e 1973. Quando chegou a Anápolis, em 1947, sua família já estava estabelecida no comércio local, como pode ser observado na análise de outros membros do grupo. Mounir é um dos únicos analisados nesta árvore genealógica a se casar com uma brasileira, Alzira Gomes.

---

<sup>22</sup> LUIZ, Gabriel, 2017. *Hotel Torre Palace: 1 ano depois, GDF ainda busca recuperar gasto com desocupação*. Disponível em: <[www.g1.globo.com/distrito-federal/noticia/hotel-torre-palace-1-ano-depois-gdf-ainda-busca-recuperar-gasto-com-desocupacao.ghtml](http://www.g1.globo.com/distrito-federal/noticia/hotel-torre-palace-1-ano-depois-gdf-ainda-busca-recuperar-gasto-com-desocupacao.ghtml)>. Acesso em 26/03/2018.

<sup>23</sup> G1 DF, 2017. *Antigo hotel Torre Palace, em Brasília, é mais uma vez alvo de invasão*. Disponível em: <[www.g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/antigo-hotel-torre-palace-em-brasilia-e-mais-uma-vez-alvo-de-invasao.ghtml](http://www.g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/antigo-hotel-torre-palace-em-brasilia-e-mais-uma-vez-alvo-de-invasao.ghtml)>. Acesso em 26/03/2018.

Mounir fundou junto aos irmãos a empresa “Casa América”, que atuava no ramo de construção civil, com participação na construção de Brasília e da estrada BR-153. Posteriormente, os irmãos fundaram o Grupo Naoum, de construção civil e hotelaria em Anápolis e Brasília. O grupo também adquiriu três usinas sucroalcooleiras: a usina Jaciara (MT) em 1972; a usina Pantanal (MT) em 1995; e a usina Santa Helena (GO). As duas usinas mato-grossenses entraram em processo de falência e são objetos de grande disputa judicial entre o grupo, os trabalhadores das usinas e a união. De acordo com reportagens publicadas em 2016, o grupo tentou transferir o patrimônio da massa falida das usinas para terceiros, evitando assim o pagamento de mais de 430 milhões de reais em dívidas trabalhistas e com a união, configurando gestão fraudulenta, sonegação fiscal e fraude documental no processo de decretação de falência<sup>24</sup>. No mesmo ano, outra reportagem indicou a disponibilização pelo grupo de bens (entre prédios e fazendas) no valor de 340 milhões de reais para a quitação de dívidas, sobretudo trabalhistas, envolvendo as duas usinas<sup>25</sup>.

O grupo formado pelas famílias Haje e Naoum se tornou um dos mais econômica e politicamente poderosos de Anápolis, especialmente na segunda metade do século XX. Atuavam no ramo da construção civil durante um período que beneficiou muito este setor da economia, com a construção de Brasília e das vias de ligação à capital, com ênfase para as rodovias. A família aproveitou este contexto e desenvolveu também atividades econômicas e políticas na nova capital, sendo pioneira no distrito federal no que diz respeito à hotelaria, venda de automóveis, participação em associações classistas, entre outros. A presença na política goiana, no entanto, não deixou de fazer parte das estratégias do grupo.

Entre os que permaneceram em Anápolis, participando ativamente da ACIA e das atividades industriais e comerciais, percebe-se a criação de grandes conglomerados empresariais que estenderam suas atividades para outras localidades, mantendo Anápolis como seu núcleo de gestão. A grande quantidade de ativos, no entanto, mostra também algumas das estratégias de acúmulo de capital por parte destes atores, e também conflitos internos pela gestão e acumulação de bens e patrimônio dos respectivos grupos empresariais.

---

<sup>24</sup> NovaCana, 22/03/2016. *Possível fraude milionária em recuperação judicial de usinas do Grupo Naoum será investigada*. Disponível em: <<http://www.novacana.com/n/industria/usinas/fraude-milionaria-recuperacao-judicial-usinas-grupo-naoum-investigada-220316/>>. Acesso em 26/03/2018.

<sup>25</sup> Portal 6, 28/11/2016. *R\$340 mi são disponibilizados pelo Grupo Naoum para dívidas trabalhistas*. Disponível em <[www.portal6.com.br/2016/11/28/r340-mi-sao-disponibilizados-pelo-grupo-naoum-para-dividas-trabalhistas/](http://www.portal6.com.br/2016/11/28/r340-mi-sao-disponibilizados-pelo-grupo-naoum-para-dividas-trabalhistas/)>. Acesso em 26/03/2018.



Tiveram também participação no processo de criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), devido à proximidade que a associação possuía com prefeitos, governadores goianos e o governo militar, proximidade esta que é mais visível nas próximas árvores genealógicas analisadas.

#### **1.6.6. Família Falluh**

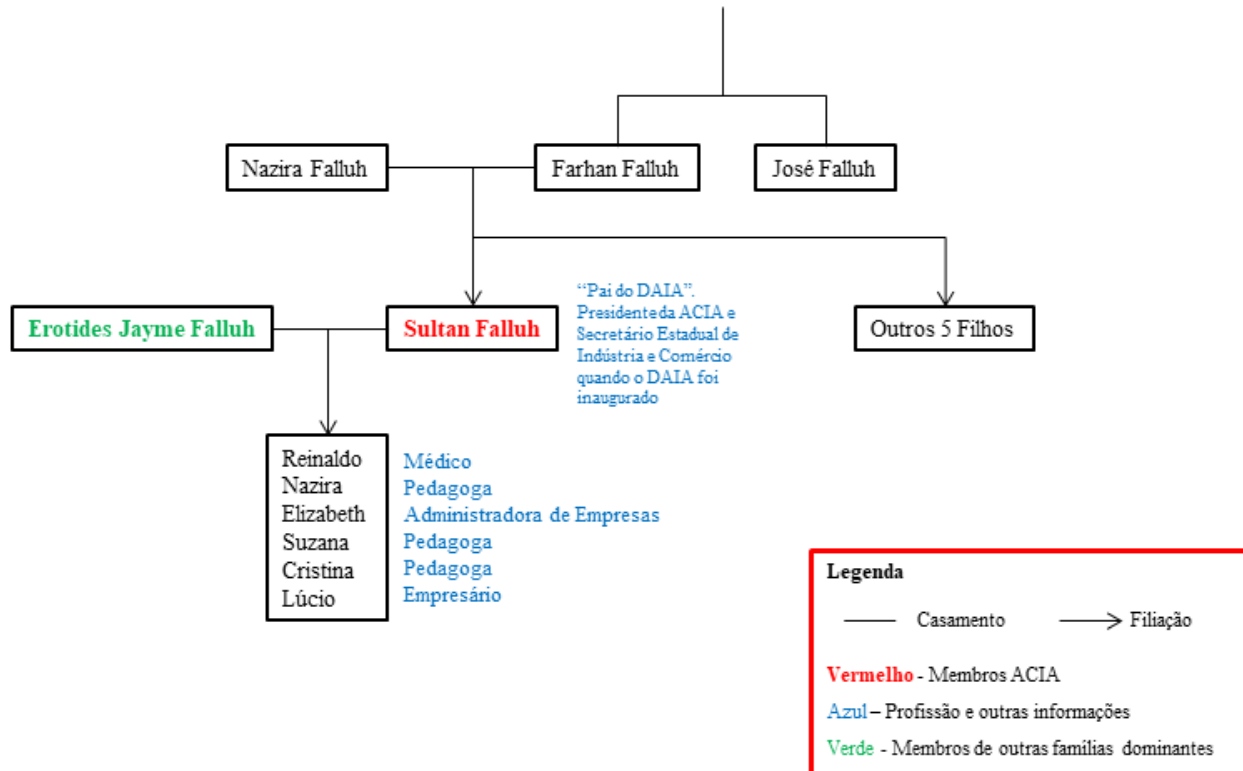
A família Falluh é de origem síria. Farhan e José Falluh, com mais dois irmãos, foram os primeiros a se mudarem para o Brasil, chegando o Rio de Janeiro em 1919. José Falluh foi o primeiro a chegar a Anápolis, no ano de 1938, três anos depois da inauguração da estrada de ferro e atraído por outros membros da comunidade árabe já fixados na cidade, onde abriu a loja de variedades “A Vencedora”.

Farhan Falluh chegou ao município em 1943, junto ao filho Sultan Falluh – nascido no Rio de Janeiro, em 1930 –, então com 13 anos de idade. Sultan trabalhava na loja que o pai abriu em 1943, a “Casa seis irmãos”. Três décadas depois, em 1976, adquiriu a franquia das Lojas Renner em Anápolis. Casou-se com Erotides Jayme, filha do Major Felix Jaime e irmã de Plínio Gonzaga Jaime, presentes na primeira árvore genealógica, na figura 2. Configura-se aqui, um casamento exogâmico entre uma mulher de uma das famílias mais dominantes da região, ligada à consolidação do município, e um membro de uma família imigrante com significativo capital econômico e também político, como se demonstrará abaixo.

Sultan Falluh foi, entre os atores estudados, um dos que atuaram por mais tempo na ACIA. Em mandatos de dois anos, começou em 1963, como tesoureiro, voltando anos depois para o cargo de vice-presidente, em 1969. Na gestão seguinte, iniciada em 1971, foi tesoureiro. Retornou para a vice-presidência em 1973 e foi presidente de 1975 a 1977, sendo portanto o presidente da ACIA no momento de inauguração do DAIA. Ocupou ainda outros cargos após 1977, não incluídos na pesquisa.

A longa atuação de Sultan Falluh na associação foi acompanhada também da atuação política institucional, lhe rendendo assim significativo capital político. Foi assessor de Irapuan Costa Júnior na prefeitura de Anápolis em 1973 e, posteriormente, Secretário Estadual de Indústria e Comércio, quando Costa Júnior foi nomeado governador do estado de Goiás pelo governo militar federal.

**Figura 7 - Árvore Genealógica da Família Falluh**



À época da inauguração do DAIA exercia também o cargo de diretor da Goiasindustrial, empresa criada pelo governo de Goiás para administrar os distritos industriais do estado. Além disto, foi presidente da ARENA (Aliança Renovadora Nacional, partido dos militares durante a ditadura) em Goiás durante a década de 1970<sup>26</sup>, sendo condecorado, entre outras comendas, como membro honorário do exército brasileiro. Desta forma, conseguia influenciar diretamente o poder público a garantir os interesses da classe empresarial anapolina em um período de forte cerceamento de direitos das classes inferiores.

### 1.6.7. Família O'Dwyer

A última família analisada neste capítulo inclui Waldyr O'Dwyer, vice-presidente da ACIA entre 1975 e 1977, mesmo período em que Sultan Falluh era presidente, contribuindo assim para a gestão que participou diretamente da articulação empresarial e política para a criação do DAIA. Uma parte desta família pode ser vista na árvore genealógica da figura 8.

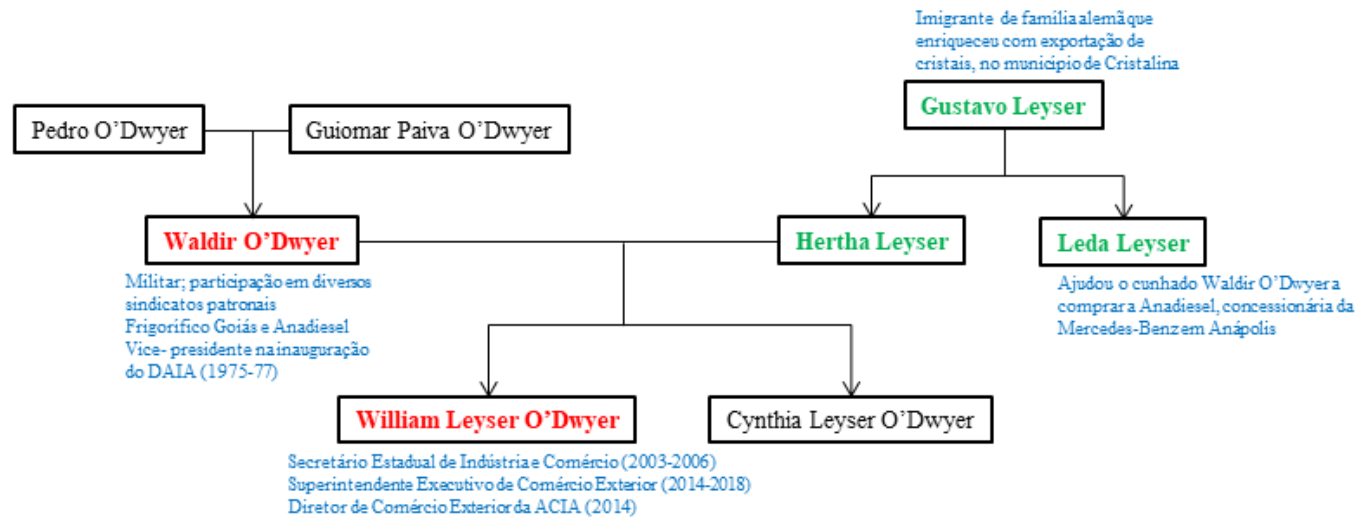
Waldyr O'Dwyer nasceu no Rio de Janeiro em 1916 e teve formação militar. Se mudou para Goiás para ser Comandante do 6º Batalhão de Caçadores (BC) de Ipameri, em 1940. Casou-se com Hertha Leyser, filha de Gustavo Leyser. A família Leyser, de origem alemã, integrava uma das primeiras colônias alemãs em Goiás, no município de Cristalina, sendo um dos primeiros grupos a extrair cristais na cidade com finalidade de exportação, acumulando assim um patrimônio significativo. Hans Leyser foi o primeiro presidente do SindCarne (Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado de Goiás, fundado em 1953, em Ipameri), seguido por Waldyr O'Dwyer.

Tendo em vista o capital econômico da família e a defesa de interesses da indústria da carne, Waldyr adquiriu, junto a investidores, o Frigorífico de Goiás (Frigoiás) em 1959, em Anápolis, fato que proporcionou a mudança da família para Anápolis. Em 1963, já estabelecido em território anapolino, contou com a ajuda financeira da cunhada, Leda Leyser, para adquirir a Anadiesel, concessionária da Mercedes-Benz no município.

---

<sup>26</sup> PLANETA ÁGUA, 2013. *Rendo especial homenagem aos empresários que acreditaram no DAIA e no sonho de Irapuan Costa Junior*. Disponível em: <<http://www.revistaplanetaagua.com.br/materia/58135>>. Acesso em 27/03/2018.

Figura 8 - Árvore Genealógica da Família O'Dwyer



**Legenda**

— Casamento      → Filiação

**Vermelho** - Membros ACIA

**Azul** - Profissão e outras informações

**Verde** - Membros de outras famílias dominantes

Além da ACIA e do SindCarne, Waldyr O'Dwyer participou de diversos outros sindicatos. Foi membro fundador do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea) e do Sindicato Rural de Anápolis. É membro antigo da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) e conselheiro do SENAI. Sua participação em diversos sindicatos patronais indica sua função como um elo entre diferentes setores da classe dominante, adquirindo assim significativo capital político.

Seu filho, William Leyser O'Dwyer, é um ator proeminente na política estadual e nacional nos tempos atuais. Foi Secretário Estadual de Indústria e Comércio entre 2003 e 2006 (secretaria hoje extinta), durante o primeiro governo de Marconi Perillo no executivo estadual; No segundo governo de Perillo, foi Superintendente-executivo de Comércio Exterior (2014-2018). Dentro deste período, foi Diretor de Comércio Exterior da ACIA.

### **1.7. A divisão familiar do trabalho no Estado patrimonial brasileiro**

Os casamentos utilizados como meio de aliança política permitiram aos grupos estudados manter e equilibrar certos tipos de capitais, a partir da troca com outros grupos dominantes. Para além disto, proporcionaram alianças políticas que influenciaram diretamente na emancipação do município de Anápolis e nas gestões municipais durante quase todo o século XX.

Observa-se, nas primeiras árvores genealógicas apresentadas, que as famílias Jaime, Batista, Pina, Borges de Carvalho, entre outros, que já eram dominantes em Pirenópolis, viram parcelas variadas de suas famílias se mudarem para Anápolis, aonde constituíram um grupo numeroso e diversificado, unificado a partir de diversos matrimônios, conforme foi explicitado.

Nota-se também a formação de outro grupo, alheio ao primeiro, centralizado na figura de Jonas Ferreira Duarte, aliado a uma oligarquia local pelo casamento, pelo fato de não ser de família goiana. Sua disputa com o grupo Pina seria duradoura e multifacetada. Pretendemos realizar uma discussão a respeito desta relação no próximo capítulo.

Em relação às famílias árabes, percebe-se um maior número de casamentos entre membros internos à etnia, com poucas alianças realizadas com pessoas de fora do grupo, mas que eram necessárias, no contexto de migração, com o intuito de converter seu extenso capital econômico em capital político, chegando a colocar membros em altos cargos legislativos brasileiros, bem como construir grandes conglomerados industriais. A presença destes atores, quase todos eles ligados a propriedade dos meios de produção, em cargos públicos e decisórios, que permitem alocação de recursos públicos baseados em interesses privados. Mais do que isso, um fato especialmente observado nas famílias tradicionais, é a origem agrária de seus ancestrais ou membros mais antigos, geralmente ligados à Igreja ou aos cargos governamentais da época do Brasil colonial.

Em todas as árvores genealógicas apresentadas após exaustiva descrição, além de cargos políticos, estão representadas em azul as profissões de muitos dos diretores da ACIA e de seus familiares. Estas profissões estão citadas nos estudos genealógicos das respectivas famílias ou em outras obras que contém informações esporádicas sobre uma pessoa central e alguns de seus parentes. Entretanto, um aspecto que é percebido principalmente nos ensaios genealógicos, pela sua estrutura e sistematização, é que nem todos os nomes catalogados têm citados as suas profissões. Segundo Canedo (2011), isso ocorreu também nas obras que analisou, concluindo que é o autor quem escolhe quais os “vultos” são “dignos” de serem registrados, e quais deles merecem ter suas profissões citadas próximo ao seu nome, contribuindo assim para o processo de valorização e glorificação de certas pessoas ou grupos pelos autores simbólicos.

Na bibliografia estudada e reproduzida nos diagramas familiares, percebe-se que as profissões que “merecem” ser citadas são na maioria das vezes as de médico, advogado – ou outros cargos do direito, como juiz, desembargador -, empresário ou comerciante, e professor. No caso das mulheres, os cargos de professoras normalistas - nas bibliografias mais antigas - ou pedagogas são os mais citados. Um caso intrigante que foge deste padrão é a citação de duas irmãs de Albérico Borges de Carvalho, Ana e Alice, representadas na árvore genealógica da figura 2, que são chamadas de “mentecaptas” na obra de Jayme (1973). Esta classificação sugere uma tentativa de desvalorização destas duas mulheres, no entanto não conseguimos mais informações sobre o caso.

Analisando as diferentes árvores criadas aqui, há certo padrão observado em relação às profissões, no sentido de que os membros das famílias são distribuídos entre

as diferentes formações, de modo que uma determinada família é representada em diversos campos profissionais, tendo assim médicos, advogados, intelectuais, políticos e empresários. Isto pode ser comprovado especialmente nas árvores genealógicas 1 e 2, que tiveram como fonte um estudo mais detalhado (JAYME, 1973). Este “planejamento” ou espécie de divisão familiar do trabalho é um processo que Miceli (2001) também observa no estudo que faz dos intelectuais brasileiros, pertencentes a famílias dominantes do início do século XX. Estudando a situação específica de alguns de famosos escritores brasileiros no período pós-1930, data da revolução varguista, o autor diz que

A distribuição dos agentes propensos a uma carreira intelectual pelas diferentes carreiras possíveis nessa conjuntura vai depender, de um lado, da posição em que se encontram as famílias desses futuros intelectuais em relação ao polo dominante da classe dirigente e, de outro, do montante e dos tipos de capital escolar e cultural disponível conforme o setor da classe dirigente a que pertencem. (Miceli, 2001, p. 81).

Ainda segundo Miceli (2001, p. 81) as disposições manifestadas pelos diferentes tipos de intelectuais em termos de carreira parecem indissociáveis da história social de suas famílias. Assim, Miceli indica uma forte ligação entre a carreira dos intelectuais que estuda e a situação familiar (origem, recursos, situações intrafamiliares, etc.), traduzida nos diferentes tipos de capital. Esta relação também parece ser muito forte no caso de Anápolis, onde irmãos, filhos e pais são observados nos mesmos espaços sociais e políticos estudados.

Miceli (2001), no entanto, prioriza seu estudo no campo intelectual literário, indicando como as histórias e capitais das famílias de cada um dos atores contribuiu para que trilhassem a carreira de escritor e chegassem a posições de destaque. Realizamos um estudo mais horizontal neste sentido, observando as diferentes profissões e campos de atuação que um mesmo grupo familiar consegue adentrar. Como estudamos, como fio condutor do trabalho, membros da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, a presença de empresários ligados ao comércio e à indústria é basilar.

Contudo, percebemos que a ACIA não se constitui como um grupo uniforme de atores e de seus respectivos interesses, mas sim uma esfera de ação dos diferentes grupos oligárquicos que possuem na associação um ou dois representantes, defensores dos interesses da família - unidade de gestão do patrimônio – junto a outros representantes de outros grupos dominantes. Geralmente empresários, ligados

diretamente à gestão do patrimônio familiar, eles participam de um microcampo de poder que possui conflitos internos, mas que age coletivamente na medida em que surgem interesses mais amplos, criando assim uma unidade de ação frente a outros setores da sociedade e ao poder público.

Se a presença de empresários é um pré-requisito para a reconstituição destas histórias familiares, um padrão, observado em todas as árvores apresentadas aqui, é a presença de políticos das mais diversas escalas de atuação, desde vereadores/conselheiros municipais até governadores, deputados e senadores da república; juízes e promotores municipais, desembargadores.

Esta característica faz parte do que Faoro (1987) chama de Estado Patrimonialista, em que não há uma distinção exata entre o patrimônio privado das classes dominantes e o patrimônio público. O autor desenvolve essa ideia no decorrer de uma extensa obra que tem como partida a formação do Estado português e a forma como ele foi organizado, a partir da gestão familiar e pessoal das terras do rei, configurando o que o autor chama de estamento burocrático, inserido na lógica patrimonialista. Em nenhum momento ele sintetiza o conceito, o que é feito posteriormente por Carvalho (1997): “O estamento, minoria dissociada da nação, é que domina, dele saindo a classe política, a elite que governa e separa governo e povo, Estado e nação.”

Este sistema migrou para o Brasil a partir do sistema colonial e se consolidou com a vinda da corte portuguesa para a então Colônia, em 1808. No período da primeira República, entre 1889 e 1930, é apresentado o fenômeno do Coronelismo. Pois é justamente neste período que muitos dos atores situados nas árvores genealógicas (em especial os progenitores dos atores da ACIA) viveram, fizeram alianças e uniões matrimoniais. Nas genealogias, inclusive, é possível observar alguns destes “coronéis”. Ainda segundo Faoro (1987, p. 631),

O coronel fazia a política e complementava a administração pública, no âmbito municipal, dentro do partido, partido único mas não monolítico, tumultuado na base por dissensões de famílias e grupos, sedentos da conquista do poder, que, por não reconhecido burocraticamente, se volatiliza, entregue às ambições e aos interesses.

Desta forma, cabia aos coronéis a gestão local, especialmente na área rural, em uma linha “fluída” ou “indistinta” entre o interesse particular e o público, em que era comum a utilização do poder estatal para o cumprimento de fins privados. A



administração local era ligada ao grupo dirigente estadual, este confiado pelo presidente. A relação entre as oligarquias dominantes no estado e no município se dava pela troca de favores, recursos, votos, entre outros.

A origem do poder dos coronéis, segundo Faoro (1987, p. 636) derivava mais do prestígio e da honra social, “tradicionalmente reconhecida”, do que da situação econômica, retomando o que Bourdieu (1999) chama de “jogos de honra” e ratificando a defesa da honra da filha enquanto moeda de troca matrimonial. Desta forma, estes atores não eram necessariamente fazendeiros, podendo ser também urbanos, profissionais liberais, entre outros cargos. O nome valia mais do que o bolso.

Já o controle dos coronéis, exercido localmente de maneira patrimonial, não recorria à burocracia estatal, mas sim ao “*self-government*”, com a solução local das disputas jurídicas e dos dissídios econômicos, na valorização da comunidade, satisfeitas as necessidades por meio de medidas ao seu dispor” (FAORO, 1987, p. 636). O autor cita como os mediadores neste contexto os promotores públicos, juízes de direito, policiais, financistas, membros do “primeiro escalão jurídico-político, capazes de sublimar direito próprio, o *common-law*”. A atuação destes, contudo, se inseria num sistema de “localismo isolado” com referência no coronel, que convertia o agente público em cliente, “dentro de uma extensa rede clientelista” (FAORO 1987).

Os primeiros diretores da ACIA, em contraposição aos seus pais, começaram a atuar profissionalmente e politicamente durante a transição deste sistema para a república varguista. Contudo, um trecho de Polonial (2007b) apresenta a relação conflitante entre João Luiz de Oliveira e Brasil Ramos Caiado em 1929, quando este era presidente de Goyaz.<sup>27</sup> As oligarquias anapolinas não eram aliadas ao grupo dirigente goiano antes do Golpe de Estado de 1930, ganhando poder com a posse de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira.

Esta transição de poder, também analisada por Faoro (1987), todavia não indica uma mudança estrutural. No âmbito local, há apenas a troca entre oligarquias dominantes pela confiança do dirigente estadual, enquanto a população em geral se mantinha silenciada: “Passiva e calada a base, a mudança virá na superfície, descendo sobre os chefes regionais, o poder estatal reconstruído, com outros senhores” (FAORO, 1987, p. 654). Agora sim, com uma maior burocracia estatal, que inclusive criou a legislação sob a qual é erigida a Associação Comercial e Industrial de Anápolis, e o que

---

<sup>27</sup> João Luiz foi o primeiro prefeito nomeado de Anápolis por Pedro Ludovico Teixeira, em 1930.

Faoro (1987) chama de reformulação do estamento burocrático, estabiliza-se a conjuntura na qual atuam os membros dirigentes da ACIA.

Se na Primeira República o coronelismo é a prática mais comum, a partir da década de 1930, segundo Carvalho (1997), ganha força o clientelismo. Este, conceito, mais amplo do que o primeiro, perpassa toda a história política brasileira, e é definido, de modo geral, como “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997).

Pertencentes a algumas das famílias mais dominantes de Anápolis e região, com raízes antigas na formação do Estado brasileiro, os primeiros diretores da ACIA são herdeiros de uma tradição política de troca de favores e de associação personificada e patrimonial do poder. Esta concepção pode ser vista empiricamente em alguns dos assuntos analisados nas atas, durante todo o recorte temporal, determinando desde o primeiro momento de fundação da entidade sua cultura política e relacional, baseada frequentemente nas práticas clientelistas com o Estado e, sempre, na honra.

## CAPÍTULO 2 – GANHOS DE CAPITAL E PODER SIMBÓLICO DA ACIA

No primeiro capítulo, buscamos representar as famílias sobre as quais obtivemos mais informações, e que também podiam fornecer pistas a respeito do sistema político e social do qual faziam parte, nas primeiras décadas do século XX. A análise das famílias foi um estudo que ganhou fôlego no decorrer da pesquisa, exigindo que deixássemos a análise e discussão teórica de outros atributos para este capítulo.

Aqui, pretendemos construir um quadro contundente a respeito dos trinta e cinco homens estudados neste trabalho, analisando sua formação escolar, passando pela profissão, propriedade privada, atividade sindical, atividades políticas e participação nos clubes de associativismo, chegando também à representação desses atores nas narrativas espaciais, como nomes de logradouros e prédios públicos.

Buscamos fazer uma análise do contexto de cada atributo transformado em tópico no caso de Anápolis, para o período estudado, respeitando o recorte temporal escolhido para o trabalho, entre o ano de 1936 até 1976. Parte da análise do primeiro capítulo foge deste intervalo, contudo permite compreender algumas das bases políticas e sociais que influenciaram a ação dos sujeitos a partir de 1936, quando é inaugurada a Associação Comercial e Industrial de Anápolis. Enquanto no estudo das famílias predominam os diretores mais antigos, do início da associação, a análise dos atributos transformados em tópicos apresenta uma amostragem mais uniforme, com mais informações a respeito dos diretores mais recentes, alguns deles ligados à implementação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), escolhido como marco para o final do nosso recorte por representar um novo período socioeconômico e político na cidade de Anápolis, com processos diferentes daqueles que abordamos.

Desde o começo do trabalho, utilizamos o termo “capital” para expressar atributos ou “dotes” simbólicos dos atores, como ocorre nas trocas matrimoniais, a partir do capital cultural, econômico, político, etc. Estes termos são desenvolvidos por Pierre Bourdieu, inseridos na discussão dos conceitos de *campo* e *habitus* de classe, e são utilizados por ele para representar diferentes formas de valores, poder econômico, erudição, entre outros, que atribuem a honra ou o prestígio social a um determinado ator, constituem seu capital simbólico, que por sua vez determina o poder simbólico dos

sujeitos em determinado recorte social (BOURDIEU, 2010). Segundo o autor, o poder simbólico

é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos enérgicos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação. (BOURDIEU, 2010, p. 15).

O poder simbólico é, portanto, uma “eufemização” ou dissimulação do poder real expresso nas relações de força entre agentes sociais, geralmente mediadas pela violência real. A transmutação dos diferentes tipos de capital em capital simbólico, dessa forma, serve a um reconhecimento ou naturalização do poder, capaz assim de produzir efeitos reais de dominação sem o mesmo dispêndio de energia, sendo o exercício do poder simbólico caracterizado então como violência simbólica (BOURDIEU, 2010).

Esta conceituação se baseia na crítica que o autor faz a respeito da forma como o poder é concebido em diferentes teorias políticas. Entre elas, a discussão sobre quem detém o poder (de Robert Dahl); se ele vem “de cima” ou “de baixo”, pensando na teoria das elites; se a diferenciação social parte de uma noção de classes (marxismo). Ele pensa a diferenciação social sob a forma de um espaço de relações – em concepção parecida à utilizada por Raffestin (1993), na Geografia. Para instrumentalizar esta discussão, Bourdieu (2010) emprega o termo “campo de poder”,

entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (BOURDIEU, 2010, p. 28).

Pierre Bourdieu desenvolveu as primeiras partes de sua teoria a partir dos campos educacional e cultural, expandindo posteriormente aos conceitos de campo econômico, político, acadêmico, religioso, familiar, entre outros. Segundo o autor, a utilização de termos da economia, como capital, investimento e ganho, começou *a priori*, sem que ele tivesse o fundamento teórico adequado para utilizá-los (BOURDIEU, 2010).

Após uma ressignificação dos termos e o cuidado com os reducionismos da apropriação dos termos econômicos, eles se tornam então ferramentas de análise, dadas as especificidades de cada campo:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 2010, p. 69).

A crença específica de cada campo, os jogos de linguagem, e as “coisas materiais e simbólicas em jogo”, por sua vez, correspondem ao que o autor chama de “*habitus*”. Em outras palavras, “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital.[...] O *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural.” (BOURDIEU, 2010, p. 61).

Aplicando ao nosso estudo, como síntese (ainda que o reducionismo seja perigoso), o campo analisado é o campo político de Anápolis e seu espaço regional, no qual a ACIA coloca-se como um ator coletivo, em um jogo relacional interno à associação, fundamentado no poder familiar com o objetivo de se aproximar ou apropriar do poder estatal legitimado, em um espaço relacional agora mais amplo, na escala municipal ou estatal. Seus pares, individualmente, são investidos de diferentes tipos e quantias de capital, e seguem o *habitus* do campo familiar e político traduzido no estado patrimonialista analisado no primeiro capítulo.

Após a análise do campo familiar e das trocas de capital proporcionadas pelos casamentos enquanto ferramentas de aliança política direcionamos o olhar a outros campos e espaços relacionais que investem os sujeitos de diferentes tipos de capital, congregados na atuação política coletiva da associação.

## **2.1. Formação escolar**

Existem em Anápolis na ocasião dessa pesquisa, isto é, em 2018, oito instituições de ensino superior. A primeira delas, Associação Educativa Evangélica (AEE), hoje UniEvangélica, foi inaugurada em 1947. Faziam parte desta associação a Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (1961); a Faculdade de Direito de Anápolis – FADA (1969) e a Faculdade de Odontologia João Prudente (1971). A Universidade Estadual de Goiás (UEG) foi criada em 1999 a partir da incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA), implantada em 1962. Outras cinco instituições foram inauguradas a partir a década de 2000 (ENSINO, 2009).

Seguindo o exposto acima, não havia em Anápolis antes de 1947 nenhuma instituição de ensino superior. Aqueles que desejavam ter uma graduação tinham que sair de Anápolis e buscar sua formação em outras cidades, especialmente fora do estado de Goiás. Desta forma, poucos integrantes da ACIA, principalmente antes da década de 1950, tiveram formação universitária, se diferindo bastante do quadro que Miceli (2001) descreve em seu livro, a respeito do ambiente universitário das faculdades de direito frequentadas pelos filhos das classes dirigentes paulistas, que funcionavam enquanto espaços de consagração, convívio e iniciação na carreira política, especialmente antes da revolução de 1930:

De agora em diante não era mais possível valer-se das prerrogativas inerentes ao sistema de reprodução direta que fazia com que a passagem pela Faculdade de Direito constituísse apenas um simples estágio de iniciação ao conjunto dos modelos masculinos da classe dirigente e de integração na rede de relações de suas famílias. Em vez de terem que lidar apenas com professores que eram ao mesmo tempo parentes, amigos da família, figuras eminentes da política e da magistratura, sócios dos escritórios de advocacia-em suma, membros do mesmo círculo social-, esses herdeiros deveriam também envolver-se na concorrência política e intelectual e assumir tarefas cada vez mais especializadas nos jornais partidários, nas organizações políticas, nas instituições culturais. A diferenciação da esfera política e do campo de produção ideológica tornara praticamente inviável a passagem quase automática da situação de estudante à condição de membro por inteiro da classe dirigente. (MICELI, 2001, p. 93).

Se o autor indica uma diminuição de importância destes espaços pelo aumento de instituições de ensino privadas em São Paulo, o mesmo não pode ser dito sobre Goiás e Anápolis, que passaria ainda quase vinte anos sem ter uma faculdade instalada em seu espaço urbano. De qualquer maneira, Miceli (2001) indica os benefícios de possuir um diploma e de se estar presente e ativo nestes espaços na primeira metade do século XX, permitindo o acesso e conhecimento a figuras proeminentes e consagradas de um campo profissional que se estende também para as relações pessoais e o campo político.

Há diferentes exemplos no caso anapolino. Nicanor de Faria e Silva cursou direito na Faculdade de Direito de Goiás<sup>28</sup>, em 1932, e viu sua carreira política evoluir até chegar ao cargo de Deputado Federal em 1954. Sua atuação profissional se estendeu além da política partidária. Foi também jornalista, empresário, e promotor público do município de Itaberaí (GO), onde nasceu.

---

<sup>28</sup> Que viria a se tornar a Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, após a transferência da capital em 1937.

Waldyr O'Dwyer, nascido no Rio de Janeiro, se formou em Ciências Políticas e Econômicas pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, em 1938. Com formação militar e carreira extensa no exército, sendo este o motivo de sua mudança pra Goiás, pode-se dizer que sua formação não influenciou no avanço de sua carreira, até o início das atividades nos sindicatos e no ramo de frigoríficos. Seguiu a carreira militar até pedir demissão do exército e começar a trabalhar com o sogro na produção de carne.

**Quadro 2 - Formação escolar dos diretores da ACIA (1936-1976).**

Formação	Nomes	Total
Ensino Fundamental	Albérico Borges de Carvalho; Carlos de Pina; Sultan Falluh; Mounir Naoum; Aquiles de Pina; Jonas Ferreira Alves Duarte	6
Curso superior	Nicanor de Faria e Silva; Barbahan Helou; José Quinan; Ruy Abdalla; Waldir O'dwyer	5
Ensino Médio ou técnico	Plínio Gonzaga Jaime; Aryowaldo Tahan	2
Escola rural	João Luiz de Oliveira	1

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

Ruy Abdalla, assim como Nicanor de Faria, se formou em Direito pela Universidade Federal de Goiás, em Goiânia (1962). Fez uma especialização em Administração de empresas no ramo agropecuário, e atuou posteriormente como advogado e empresário.

Mas não apenas de bacharéis se constituíram os diretores da ACIA, como pode ser visto no quadro 2. Na verdade, muitos dos integrantes da associação, especialmente nas primeiras décadas, não concluíram sequer o colegial, equivalente ao ensino médio. Os irmãos Pina são um exemplo disto, tendo concluído apenas o ensino primário. Isso não impediu Aquiles de Pina de se tornar um dos líderes das oligarquias anapolinas. Também empresário, comerciante, industrial, e pecuarista, o irmão Carlos de Pina introduziu a prática da charqueada em Anápolis e foi um dos pioneiros na exportação de carne do estado. O mesmo pode ser verificado no caso de Jonas Duarte, que estudou apenas até o 4º ano do ensino fundamental, e mesmo assim foi um dos maiores opositores dos Pina, tendo alcançado cargos públicos de relevância.

João Luiz de Oliveira frequentou a escola rural do município até os 12 anos de idade, quando se mudou para Minas Gerais, onde começou a trabalhar em fazendas. Retornou ao município para exercer as profissões de agente comercial, corretor de seguros, jornalista e historiador, além das disputas políticas de que participou.

Aryowaldo Tahan também seguiu carreira política tendo uma formação ordinária. Completou o ensino médio, se tornou empresário do comércio e indústria, e chegou ao cargo de deputado estadual em 1951.

Ativo politicamente nas décadas de 1960 e 1970, Sultan Falluh também não concluiu um curso superior. De acordo com as fontes de informações encontradas, chegou ao equivalente 6º ano do ensino fundamental (antiga 5ª série) mas, sendo fazendeiro, não precisou dos círculos de consagração do ensino superior para chegar a condição de empresário.

De modo geral, observamos em Anápolis, no caso dos membros da ACIA, que a formação e o capital escolar ou cultural não foi determinante para a ascensão social, política e econômica destes sujeitos. Dentre os 14 membros com dados disponíveis a respeito de sua escolaridade, apenas cinco tiveram formação universitária (dois formados em Direito; um em Medicina; um em Ciências Políticas e Econômicas; e um na profissão de guarda-livros). Desta forma, a aquisição de capital econômico e político foi realizada por outros meios e tipos de capital, como o familiar, explicitado no primeiro capítulo.

Apesar de não ter contribuído tão fortemente para a formação destes agentes, estes passaram a utilizar o ambiente universitário como forma de reproduzir seu poder simbólico a partir do momento em que já se encontravam em uma posição dominante. Isto foi observado especialmente no campus da Universidade Estadual de Goiás (UEG), durante os trabalhos de campo. Algo corriqueiro na maioria das universidades, os corredores do Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG em Anápolis são repletos de placas de formandos da faculdade.

De 1962 a 1990, o que hoje é a UEG se chamava Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA). De 1990 a 1999, passou a se chamar Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA). A partir de 1999, seu nome mudou para Universidade Estadual de Goiás (UEG). As placas de formatura perpassam os três períodos, mas chamaram atenção especial nos anos anteriores a 1999, antes da criação da UEG. Nelas, são recorrentes nomes de políticos e grandes empresários como patronos ou paraninfos das turmas, com alguns nomes da ACIA e de famílias tradicionais da cidade sendo observados<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Outros políticos do município e do estado também foram encontrados nas homenagens realizadas por cerimônias e registradas pelas placas universitárias. São eles:



No curso de Economia, foram homenageados Lúcia Quinan (1982); Onofre Quinan (1985); Mounir Naoum (1986;1989;1992); Max Lânio Gonzaga Jaime (1989); Míriam Asmar (1996).

No curso de Administração de Empresas, foram homenageados Mounir Naoum (1987 e 1992); José Abdalla e José Abdalla Júnior (1987); Georges Hajjar (1992); Lúcia Quinan e Ibrahim Hajjar (1994).

No curso de Ciências Contábeis, foram observadas homenagens a João Asmar (1989); Ibrahim Hajjar (1990); Mounir Naoum (1994); Lúcia Quinan (1995 e 1999).<sup>30</sup>

Todos esses nomes listados como registros e homenagens a atores políticos e empresários indicam, na nossa interpretação, mais um espaço social simbólico de poder, dominação e prestígio social, indicando solenidades que valorizam estes nomes e que produzem artefatos e eventos que se distribuem no espaço urbano e social, e consolidam seus nomes na narrativa social e na vida cotidiana, em especial, neste caso, no ambiente acadêmico, em cursos ligados à atividade econômica e empresarial.

Além dos nomes citados, há também homenagens a professores conhecidos, ligados especialmente a estudos sobre o município, como Eurípedes Barsanulfo e Joana D'Arc Bardella de Castro. O curioso ou sintomático neste contexto é a presença de tantos políticos e empresários em um espaço de prestígio tipicamente acadêmico, o que indica a interseção e sobreposição – ou invasão – dos campos político e econômico de Anápolis junto – e sobre- ao campo acadêmico, que possui suas próprias relações de poder, prestígio e dominação internas.

## 2.2. Profissão

A grande maioria dos dirigentes da ACIA eram empresários, algumas vezes caracterizados como “comerciantes” nas diferentes fontes de material biográfico, o que, mesmo em uma situação de lojas e vendas, podem ser considerados como empresários

---

ECONOMIA; Irapuan Costa Júnior e Lúcia Vânia (1983); Mauro Borges (1984); Adhemar Santillo e Anapolino Silvério de Faria (1987); Ronaldo Caiado, Onaide Santillo (1989); Wolney Martins de Araújo (1994); Adhemar Santillo (1996); Marconi Perillo e Pedro Canedo (1999); Marconi Perillo e Pedro Fernando Sahium (2000).

CIÊNCIAS CONTÁBEIS: Wolney Martins de Araújo, (1994); Maguito Vilela, Íris de Araújo Machado (1995); Marconi Perillo (1999); Robertson de Souza Abdalla (1990); Íris Rezende (1989).

<sup>30</sup>Os cursos mencionados são os únicos cujas placas de formatura estão nas paredes da universidade. Por ser uma faculdade de Ciências Econômicas, penso não haver na época outros cursos além destes.

que tinham na associação a esperança de conservar e conquistar suas posições de classe inclusive na relação com o Estado. No quadro 3 podemos observar as profissões encontradas nas fontes consultadas. Algumas delas fogem do recorte temporal, especialmente no período posterior a 1976.

**Quadro 3 - Profissões dos diretores da ACIA (1936-1976).**

<b>Profissão</b>	<b>Nomes</b>	<b>Total</b>
Empresário/ Comerciante/ Industrial	Albérico Borges de Carvalho; Carlos de Pina; Nicanor de Faria e Silva; Jonas Ferreira Alves Duarte; Barbahan Helou; Sócrates Mardocheu Diniz; Aryowaldo Tahan; Plácido Campos; Augusto Pinto Pereira; Joaquim Propício de Pina; Jibrán El Haje; Mounir Naoum; Ítalo Naghetini; Sultan Falluh; Jorge Cecílio Daher; Alexis Salomão; José Miguel Hajjar; Habib Gabriel Issa; Ruy Abdalla; Waldir O'dwyer; José Marreto; Aquiles de Pina	22
Fazendeiro/ Pecuarista/ Cerealista	Albérico Borges de Carvalho; Aquiles de Pina; Carlos de Pina; Joaquim Propício de Pina; Carlos Castanho; Sultan Falluh	6
Banqueiro	Nicanor de Faria e Silva; Jonas Ferreira Alves Duarte; Sócrates Mardocheu Diniz; Plácido Campos; Graciano Antônio da Silva	5
Jornalista/Radialista	Nicanor de Faria e Silva; João Luiz de Oliveira; Habib Gabriel Issa; Plínio Gonzaga Jaime	4
Advogado	Nicanor de Faria e Silva; Alexis Salomão; Ruy Abdalla	3
Contador	Adherbal Cunha; Edwirges Soares	2
Professor Universitário	José Quinan	1
Médico	José Quinan	1
Farmacêutico	José Fernandes Valente	1
Professor primário	João Luiz de Oliveira	1

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

Apesar do predomínio de atores classificados como empresários, em sua maioria donos de comércios e indústrias, nota-se também outras profissões interessantes, muitas vezes exercidas de modo concomitante à atividade empresarial/produziva. Entre os fazendeiros ou cerealistas, quase todos eram também empresários com estabelecimentos na cidade. Acreditamos que este número seja muito maior, principalmente quando se considera as famílias mais tradicionais, que tiveram na propriedade de terras o principal

trunfo para a aquisição de poder econômico e político, até mesmo antes da consolidação do município. Não encontramos estas informações nas fontes consultadas, mas a presença de Albérico Borges de Carvalho e de três membros da família Pina nessa condição indicam este padrão.

A participação na associação de homens ligados à mídia impressa e ao rádio também é considerável. O uso dos meios de comunicação pode ser utilizado para a reprodução de poder na medida em que permite homenagens e vanglorização de determinadas pessoas. Isto pode ser comprovado inclusive pelas fontes de dados deste trabalho, sendo muitas delas artigos de jornais que realizam homenagens e matérias biográficas de determinados atores ligados ao “progresso” de Anápolis. Além disto, estes meios de comunicação possuíam importância central nas disputas políticas do município, seja por meio de reivindicações ao poder público, ou como espaço de discussão entre diferentes grupos políticos que disputavam a hegemonia política no quadro de poder local anapolino.

Os banqueiros também se constituem como uma categoria central na análise das profissões, indicando os atores que possuíam maior poderio econômico e a capacidade de financiar ou não determinadas atividades produtivas. Pelo fato de serem os fundadores e donos destes bancos, os respectivos atores serão analisados no próximo tópico. Ainda destaca-se a presença de advogados, funcionais aos possíveis litígios da associação. Alexis Salomão e Ruy Abdalla, dois dos três advogados citados na tabela (além de Nicanor de Faria e Silva), foram presidentes da ACIA. Edwirges Soares e Adherbal Cunha, contadores, também foram presidentes.

### **2.3. Patrimônio e propriedade privada**

Quando observamos o patrimônio de cada ator, podemos entender melhor como estes exerciam as profissões citadas acima. Os tipos de propriedades, bem como seus donos, podem ser vistos no quadro 4. Não foram encontradas informações para 11 atores.

**Quadro 4 - Patrimônio e Propriedade Privada dos diretores da ACIA (1936-1976).**

<b>Patrimônio</b>	<b>Nomes</b>	<b>Total</b>
Empresas de compra e venda de Cereais em larga escala/ armazéns/ Atacadistas	Albérico Borges de Carvalho; Carlos de Pina; Augusto Pinto Pereira; Jorge Cecílio Daher; José Miguel Hajjar; Aquiles de Pina; Mounir Naoum	7
Construção Civil	Mounir Naoum; Jibrán El Haje; José Miguel Hajjar; Ítalo Naghetini; Habib Gabriel Issa	5
Banco	Nicanor de Faria e Silva; Jonas Ferreira Alves Duarte; Sócrates Mardocheu Diniz; Plácido Campos; Graciano Antônio da Silva	5
Concessionária de veículos	Jonas Ferreira Alves Duarte; Jibrán El Haje; Waldir O'dwyer	3
Loteamentos imobiliários	Jonas Ferreira Alves Duarte; Plácido Campos; José Fernandes Valente	3
Empórios/ Lojas de variedades/ Supermercados	Barbahan Helou; Aquiles de Pina; Sultan Falluh	3
Conglomerados empresariais	Jibrán El Haje; Mounir Naoum; José Miguel Hajjar	3
Usinas de energia	Albérico Borges de Carvalho; João Luiz de Oliveira; Aquiles de Pina	3
Lojas de roupas/têxteis	Barbahan Helou; Sultan Falluh; Ruy Abdalla	3
Frigoríficos/ Compra e venda de gado	Carlos de Pina; Waldir O'dwyer	2
Empresas de transporte	Augusto Pinto Pereira; José Miguel Hajjar	2
Hotelaria e turismo	Jibrán El Haje; Mounir Naoum	2
Farmácia	José Fernandes Valente	1
Jornais e Tipografia	Nicanor de Faria e Silva	1
Rádio	Plínio Gonzaga Jaime	1
Clínica de Anestesia (Goiânia)	José Quinan	1
Usinas de álcool e açúcar	Mounir Naoum	1
Indústria de Plásticos	José Marreto	1
Indústria Farmacêutica	José Miguel Hajjar	1
Indústria têxtil	Ruy Abdalla	1

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

A questão do patrimônio privado de cada ator e das propriedades privadas de cada um deles, em especial empresas, é o atributo que forma, junto aos cargos públicos, o principal binômio de pesquisa que guia todo este trabalho. É a partir da propriedade privada que a classe economicamente dirigente “compra” seu caminho até o lugar politicamente dirigente, como indica Harvey (2007).

Em última análise, é a partir do tipo de patrimônio que determinado ator vai escolher participar ou se interessar pelas atividades e ações políticas da ACIA, que não exclui a propriedade de terra (até pela necessidade de comercializar as produções agrícolas) ou as profissões livres, entre outros, mas de certa forma exige do sócio que ele tenha relação com o comércio ou a indústria. Como o meio empresarial não é exclusivo – é comum a diversificação das atividades –, a maioria dos empresários não se especializou apenas em uma atividade, fazendo com que as correlações e coincidências sejam corriqueiras.

Ligada fortemente à atividade agropecuária e propriedade de terra, a família Pina foi pioneira em alguns processos econômicos privados em Anápolis. Aquiles de Pina fundou em 1910 “A Rainha da Barateza”, uma das primeiras lojas de Anápolis, junto aos irmãos. Posteriormente, junto ao irmão Carlos de Pina, fundaram a empresa “Firma Pina & Irmão”, que viria a ser, em 1944, a segunda maior empresa de exportação de arroz do país. Por sua vez, Carlos fundou a “Charqueada Santana”, empresa de compra e venda de gado, e uma das primeiras deste ramo no estado. Posteriormente, fundou a “Cia. Goiana de Armazéns Gerais”, que comercializava arroz, feijão e café.

Ainda na década de 1930, Aquiles se tornou, junto a Albérico Borges de Carvalho, sócio da usina hidrelétrica “Força e Luz”<sup>31</sup>, a primeira usina hidrelétrica da cidade. Segundo Silva (1997), a empresa de energia conseguiu um contrato considerado extremamente oneroso para o município em 1933, quando João Luiz de Oliveira ocupava o cargo de prefeito. Além disto, Segundo Freitas (2007), a produção de energia da usina não era suficiente para abastecer a população da cidade, e o governo municipal não interviu na situação.

Não obstante, segundo Silva (1997), Aquiles inauguraria mais três usinas hidrelétricas no município respondendo à demanda dos empresários da cidade para expandir seus negócios: as usinas de Piancó, Anicuns e Izidoro. No decorrer das atividades do grupo Pina em Anápolis, seus membros realizaram diversos investimentos privados e se beneficiaram de medidas do governo para impulsionarem seus negócios e lucros. Silva (1997) indica a concessão por 25 anos de uma rede telefônica e uma rede de água e esgoto para o uso de Aquiles de Pina e Genserico Gonzaga Jaime, ação esta também concretizada pelo prefeito João Luiz de Oliveira, em 1933. Outra medida que viria a beneficiar muito o grupo foi a chegada da ferrovia em Anápolis, em 1936,

---

<sup>31</sup> Fundada em janeiro de 1924, por Francisco Silvério de Faria e Ralf Colemann (SILVA, 1997).

permitindo assim o escoamento da produção da família. Assim como os Pina, Albérico Borges de Carvalho também possuía um amplo armazém, chamado “Casa A.B.C.”.

Outros atores também possuíam lojas de variedades e armazéns. É o caso de Augusto Pinto Pereira, Jorge Cecílio Daher, Barbahan Helou e Sultan Falluh. Este dois últimos, assim como Ruy Abdalla, possuíam lojas de roupas ou de têxteis. Ruy Abdalla, já inserido em um contexto mais recente, exercia também a atividade industrial. Fundou as indústrias Texana Têxtil Anápolis (1972) e Rick Express Industrial Ltda. (1988).

Jonas Ferreira Alves Duarte chegou a Anápolis em 1930 como gerente das Lojas Pernambucanas. Vindo de família capixaba abastada e aliado pelo matrimônio a famílias tradicionais, realizou investimentos em diferentes áreas. Inaugurou uma concessionária de veículos da Ford no município; realizou um loteamento imobiliário na cidade junto a Plácido Campos que viria a se tornar o bairro Jundiáí, habitado hoje em dia por população das classes média e alta.

Outro setor que recebeu investimentos de Jonas Duarte nos ajuda a entender os conflitos existentes entre os grupos dominantes da cidade, com reverberações também entre os membros da associação comercial. Jonas fundou, junto a Nicanor de Faria e Silva e Plácido Campos, Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A (Oestebanc). Segundo Polonial (2011), este foi o segundo banco criado em Anápolis com dinheiro local, em 1945, para fazer oposição ao primeiro, o Banco Comercial do Estado de Goiás (Goiasbanc). Fundado em 1942, tinha por trás de seu funcionamento o grupo Pina. Seu presidente era Antônio Luiz de Pina. Alguns dos integrantes da ACIA presentes na diretoria deste banco foram Sócrates Mardocheu Diniz e Graciano Antônio da Silva. A presença de vários membros nos dois bancos revela a existência de conflitos internos dentro da associação, bem como dá indícios do capital econômico destes banqueiros.

Um deles se tornou deputado estadual e posteriormente deputado federal (1951 a 1958). Nicanor de Faria e Silva possuía grande atuação relacionada aos jornais de Anápolis, em um tipo de monopolização dos meios de comunicação. Fundou a Tipografia Antesina; Dirigiu o Jornal "A Luta"; foi Redator do jornal "O Verbo"; Fundou e dirigiu o jornal "O Anápolis".

Outro membro proprietário de meios de comunicação era Plínio Gonzaga Jaime. Fundou e presidiu a Rádio Santana de Anápolis e foi diretor e presidente da Rádio

Karajá de Anápolis. Plínio Gonzaga Jaime foi prefeito de Anápolis em 1946 e duas vezes eleito deputado estadual (1959 a 1964).

Entre as famílias árabes que possuíam membros na ACIA, três nomes se destacam na tabela como empresários de diversos ramos de atuação, configurando assim conglomerados empresariais: Jibrán el Haje Mounir Naoum e José Miguel Hajjar.

Jibrán El Haje começou sua trajetória empresarial como dono da concessionária Aero-Willes. Posteriormente, expandiu seus negócios para os ramos de hotelaria; turismo; construção civil e segmentos sócio-culturais. Conforme explicitado no primeiro capítulo, sua herança é motivo de grande litígio entre os familiares, resultando no abandono de alguns empreendimentos.

Também ligado a problemas judiciais citados no primeiro capítulo, Mounir Naoum é a figura principal de um conglomerado que atua nos ramos de hotelaria e construção civil, turismo, usinas de produção de açúcar e álcool, entre outros.

Por sua vez, José Miguel Hajar (Rizek Mikail Hajjar) abriu junto ao pai e o irmão a empresa “Mikhail Ibrahim Hajjar & Filhos Ltda.”, de comércio de secos e molhados. Posteriormente, em 1960, abriram o Armazém Goiás Ltda. O grupo fundou em 2000 a indústria farmacêutica Geolab, no Distrito Agroindustrial de Anápolis. Também são donos da Meridional Transportes e das construtoras Época, RH e Linea, atuando assim desde a construção civil, passando pelo ramo de transportes, atacadista, chegando à produção de medicamentos, processo que se intensificou no município a partir do século XXI.

Outros ramos empresariais são representados por um número menor de membros. José Fernandes Valente possuía uma farmácia, a qual virou um ponto de encontro entre lideranças políticas de seu tempo, conjuntura esta que influenciou na sua eleição como prefeito, cargo que exerceu de 1934 a 1940. Seu patrimônio privado, entretanto, foi dilapidado no decorrer da sua gestão no executivo municipal. Atuante em períodos mais recentes, José Marreto é o proprietário da empresa INAPLA (Indústria Anapolina Plástico). Já Waldyr O’Dwyer seguia a carreira militar até ser transferido para o estado de Goiás e conhecer sua mulher. Algum tempo depois, para não ter que se mudar novamente, pediu demissão do exército e começou a trabalhar no frigorífico do sogro, Gustavo Leyser, que viria a ser comprado pela JBS (Friboi). Além disso Waldyr também fundou em 1963, junto à cunhada Leda Leyser e os empresários Virgílio Monteiro e Juarez Machado, a Anadiesel.

A propriedade privada de cada membro indica quais as medidas do poder público que podem beneficiar certo tipo de indústria ou empresa. Desta forma, a partir de contatos com atores investidos em cargos públicos, através da família ou da atuação coletiva da associação em reuniões com governantes, buscam-se as melhores condições para a maximização do lucro e expansão das atividades empresariais. É importante ter em mente estas propriedades quando analisamos as discussões realizadas pela ACIA ou certas medidas tomadas pela prefeitura.

A aliança entre os diferentes membros, no entanto, pode se dar em diversas maneiras. Acreditamos que a principal delas, capaz de proporcionar as alianças mais duradouras, seja a família e as uniões matrimoniais, conforme já exploramos. As reuniões realizadas no espaço físico da ACIA, bem como os eventos realizados por eles, se apresentam como espaços sociais de constante contato entre os atores, evidentes no terceiro capítulo. No próximo tópico, analisaremos outros espaços que se apresentaram no curso da pesquisa como relevantes, criando círculos de socialização, mas também do ponto de vista ideológico, permitindo assim a legitimação das ações e união entre os sujeitos. Estes espaços são os clubes de associativismo voluntário, exemplificados na nossa pesquisa pelo Rotary Club, a Maçonaria e o Lions Club.

#### **2.4. Rotary, Maçonaria e Lions**

Uma característica recorrente dos atores estudados na pesquisa diz respeito à participação dos mesmos nos chamados clubes de associativismo voluntário, mais especificamente o Rotary Club, a Maçonaria e o Lions Club. Encontramos informações de participação nesses clubes para 20 dos 35 homens estudados. A maioria deles alcançou posições de destaque nestes clubes, motivo de serem citados nas bibliografias de resgate de memória, uma vez que muitos dos relatos históricos resgatam apenas aqueles membros que foram fundadores, presidentes ou que participaram por um longo período dessas atividades.

Cada um dos clubes, separadamente, constituiriam possibilidades de análise. Decidimos por analisá-los conjuntamente pelos vínculos conjuntos que tiveram com o grupo de 35 sujeitos. O Rotary Club Internacional é o que possui a maior quantidade de membros estudados, totalizando 12, como pode ser visto no quadro 5. O clube foi



fundado no município de Anápolis em 17 de outubro de 1941, de acordo com o site da organização<sup>32</sup>. Aquiles de Pina, Carlos de Pina, Jonas Ferreira Alves Duarte e Ítalo Naghetini foram membros fundadores. Destes, apenas o último não foi presidente. Os outros nomes encontrados na tabela incluem diversos presidentes, além de membros considerados ativos e identificados com a filosofia e códigos da organização.

A primeira loja da Maçonaria em Anápolis, “Lealdade e Justiça”, foi fundada em 1933, de acordo com o seu site<sup>33</sup>. Dentre os atores estudados, pelo menos sete foram maçons, sendo que José Fernandes Valente foi um dos membros fundadores da loja em questão (uma segunda unidade foi inaugurada na cidade, posteriormente). Dentre os outros membros, a maioria alcançou posições de destaque nesta ou em outras lojas, e Aryowaldo Tahan chegou ao posto de Grão Mestre do Grande Oriente do Estado de Goiás, posto de maior prestígio ou hierarquia no estado, dentro da estrutura maçônica.

**Quadro 5 - Participação de diretores da ACIA (1936-1976) em clubes de associativismo voluntário.**

Clube	Nomes	Total
Rotary Club	Carlos de Pina; João Luiz de Oliveira; Jonas Ferreira Alves Duarte; Sócrates Mardocheu Diniz; Edwirges Soares; Joaquim Propício de Pina; Ilion Fleury; Ítalo Naghetini; Geraldo Rosa; Waldir O'dwyer; Graciano Antônio da Silva; Aquiles de Pina	12
Maçonaria	João Luiz de Oliveira; Aryowaldo Tahan; Augusto Pinto Pereira; Jibran El Haje; Ruy Abdalla; Plínio Gonzaga Jaime; José Fernandes Valente	7
Lions	Jibran El Haje; Mounir Naoum; Habib Gabriel Issa; Ruy Abdalla	4
Maçonaria e Lions	Jibran El Haje; Ruy Abdalla	2
Rotary e Maçonaria	João Luiz de Oliveira	1
Rotary e Lions		0

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

O Lions Clube foi fundado na cidade em 10 de março de 1957, de acordo com o site do clube anapolino<sup>34</sup>. É o clube com menos membros dentre os estudados, com quatro integrantes. Um aspecto interessante aqui é que estes quatro integrantes são de

<sup>32</sup> <http://www.rotaryclubdeanapolis.org.br/rotary-fundacao>. Acesso em 06/03/2018.

<sup>33</sup> <http://lealdadeejustica.com/?l=sp&i=3>. Acesso em 06/03/2018.

<sup>34</sup> <http://www.lions.org.br/clubes/anapoliscentro/index.htm>. Acesso em 06/03/2018.

descendência árabe, mostrando uma ligação maior entre este grupo social e o clube em questão. José Abdalla, pai de Ruy Abdalla, foi um dos fundadores do clube na cidade.

Fazendo a correlação entre os clubes, observa-se que há pouca participação concomitante dos membros entre eles. E nos casos em que isto aconteceu, não houve participantes, ao mesmo tempo, dos clubes Lions e Rotary, que possuem uma história e estrutura organizacional mais parecidas entre si do que entre eles e a Maçonaria.

Setton (2004) traça um paralelo entre Rotary e Lions. Os dois foram fundados nos Estados Unidos, em 1905 (Rotary, em Chicago) e 1917 (Lions, em Dallas). No Brasil, o Rotary foi primeiramente criado em 1922, no Rio de Janeiro, enquanto o primeiro Lions Club surgiu em 1952, na mesma cidade, então capital federal. Os dois clubes apresentam objetivos e características semelhantes em relação ao número de associados, perfil social e sistemas de comportamento moral. Já a Maçonaria tem início incerto, durante a idade média, na Europa, estando hoje presente no mundo inteiro. De acordo com Setton (2004, p. 91, grifo nosso),

Organizações sociais ou associações como o Rotary Internacional, o Lions Club e a Maçonaria têm como objetivo **estatutário** prestar serviços à comunidade a fim de preservar a harmonia e a paz social. São entidades denominadas clubes de serviços, irmandades ou confrarias, mas a tradição sociológica as classifica dentro do fenômeno do associativismo voluntário.

De modo geral, seguindo seus estatutos, estes clubes de serviços ou de associativismo voluntário pregam a ajuda mútua e sociabilidade entre seus membros, de modo criar uma unidade de pensamento e ação, e as ações filantrópicas ou assistencialistas, bem como medidas “harmoniosas” que possam ajudar no desenvolvimento da comunidade em que se encontram. Homenagens a personalidades destacadas na sociedade e na política, festividades e um senso forte de hierarquia e religiosidade também são características comuns. As consequências sociais de suas ações, no entanto, vão além de seus objetivos estatutários.

Por ser o clube que possui mais membros estudados, vamos priorizar aqui o Rotary Club Internacional e sua atuação no Brasil, de modo a entender porque esta variável é importante no estudo dos diretores da ACIA. A análise deste clube, no entanto, pode ser em grande medida estendida aos outros dois devido às semelhanças de objetivos e estruturação, conforme destacam também os trabalhos consultados, visto que não pretendemos aqui fazer uma análise verticalizada a respeito destas entidades, mas sim entender qual o seu propósito e significado no contexto anapolino.

De acordo com Uhle (1991), o Rotary Club no Brasil sempre agiu em colaboração com o Estado, desde os poderes locais ao poder central, seguindo ainda as recomendações de conduta do Rotary Internacional, visto a organização hierárquica da instituição. Segundo a autora, o Rotary historicamente aplaudiu as iniciativas dos governos e políticos, prestando também homenagens e cultos a personalidades importantes da política, se colocando em um lugar privilegiado na ótica dos governantes. Esta harmonia foi quebrada, no Brasil, no golpe militar de 1964, quando o Rotary, especialmente o estudado pela autora, utilizou seu poder político e de seus membros, grandes industriais, para impedir realizações do governo de João Goulart. Ela indica também que durante a década de 1950 os clubes brasileiros participaram ativamente de campanhas anticomunistas, em sintonia com as medidas tomadas pela organização em nível internacional.

Todas as ações do clube convergem para a defesa dos interesses das empresas e do capital, e que o que está em jogo são sempre dois fatores: a permanência no poder e a defesa da ordem capitalista, para garantir as condições de reprodução e aprofundamento das relações capitalistas (UHLE, 1991). Ela chega nesta conclusão a partir da análise de alguns fatores: a educação, que prepara os alunos para a aceitação da exploração capitalista e da injustiça social; e a pregação da harmonia no trabalho entre patrão e empregado, as práticas assistencialistas e filantrópicas, que mascaram a desigualdade econômica e social, defendem a acumulação e a propriedade privada, bem como a resultante desapropriação das camadas populares. Funcionam, assim, como grupos de pressão frente ao Estado, visando perpetuar as relações de dominação.

Uhle (1991) faz um estudo de um clube específico do Rotary Internacional na cidade de São Paulo, que possui como associados grandes industriais e membros da elite econômica e social paulistana. A amostragem é diferente daquela estudada por Setton (2004), que estudou alguns clubes espalhados pela Região Metropolitana de São Paulo, incluindo assim pessoas de mais variada condição socioeconômica. Entretanto, apesar das interações sociais e de características mais complexas indicadas pela última autora, pode-se dizer que os dois trabalhos concordam ao dizer que os clubes Rotary agem, de maneira menos ou mais frequente e eficaz, como grupos de pressão ideológica sobre seus membros e a sociedade, e como grupos de pressão direta frente ao poder público.

Contudo, segundo Setton (2004), caracterizar os clubes de associativismo voluntário apenas como grupos de pressão pode ser muito reducionista, uma vez que a

atuação desses clubes é mais ampla e envolve uma cultura institucional e moral específica. Uma melhor conceituação, para a autora, é de que o Rotary, o Lions e a Maçonaria podem ser considerados espaços de distinção e produtores de capital social e simbólico.

A produção de capital social e simbólico se dá a partir da conversão do capital cultural e, principalmente, do capital econômico dos agentes, através de algumas estratégias. De acordo com Setton (2004), são três as estratégias principais: a filantropia, sendo o assistencialismo uma das principais atividades do Rotary, especialmente no Brasil; os trabalhos de parceria realizados junto a instituições, outros clubes e entidades governamentais, sendo algumas que dão mais importância e legitimidade a Unicef e a OMS; e as atividades festivas, que valorizam as atividades filantrópicas e a participação de políticos nesses empreendimentos, dando maior publicidade às ações do clube e lhe conferindo, portanto, maior prestígio.

Principalmente em relação à prática assistencialista, a autora indica que, mesmo sendo realizados trabalhos de filantropia, eles são, em maior teor, uma estratégia que garante aos seus participantes um status social diferenciado:

Conseguem por meio da alquimia do jogo social transformar a força de seu capital econômico e capital cultural em capital social e capital simbólico. Em outras palavras, usam a filantropia, a parceria e as festividades como técnicas de marketing social, aumentando objetivamente a capacidade de angariar poder, prestígio e honrarias. (SETTON, 2004, p. 138).

Tendo em vista o funcionamento do Rotary e as estratégias que o clube utiliza para angariar prestígio, é necessário compreender os motivos pelos quais os membros se associam e quais as vantagens que eles subtraem desta atividade em uma rede de relações de poder como a analisada em Anápolis.

Setton (2004) indica em sua obra, a partir de entrevistas realizadas com membros do Rotary Club, que o prestígio e a distinção que o pertencimento ao clube dá aos seus membros lhes conferem também relações sociais que se concretizam muitas vezes em vantagens ou trocas de favores em determinadas situações. Exemplos encontrados no livro são a maior agilidade de um serviço prestado por uma Secretaria Municipal de São Paulo, por o requerente ser do mesmo clube que o secretário; e um membro paulista que conseguiu uma declaração de não devedor da receita federal em 15

minutos, em Cuiabá, pelo fato de o diretor da Receita Federal de Cuiabá ser, também, rotariano<sup>35</sup>.

Essas trocas de favores ou favorecimentos, no entanto, não são os motivos explícitos ou a filosofia expressa dos clubes de associativismo. Pelo contrário, os membros que procuram a associação com este objetivo primeiro em mente são repudiados e excluídos dos círculos sociais, conforme indica Setton (2004). O prestígio e a diferenciação vêm do fato de que os rotarianos estão ali primeiramente para ajudar a comunidade, prestar serviços assistenciais e criar círculos de sociabilidade e amizade. Apenas a partir da convivência com outros membros e absorção dos valores éticos e morais pregados pelo clube, esse prestígio se torna uma forma de capital simbólico que determinado membro pode utilizar em suas relações sociais, de forma “natural”. De acordo com a autora, o prestígio se torna um bem simbólico, neste contexto, por que expressa a força do capital econômico e cultural de seus portadores.

De acordo com Setton (2004), os Rotary Clubs, especialmente no caso estudado por ela, na cidade de São Paulo, são constituídos por uma parcela de elite da classe média, ou uma pequena burguesia, constituída de pequenos e médios proprietários industriais. No caso de Anápolis, observamos que a participação dos atores nos clubes de associativismo (Rotary, Lions e Maçonaria) é mais diversificada, podendo-se observar desde comerciantes, profissionais liberais, até grandes industriais e donos de conglomerados empresariais. Seguindo o pensamento de Setton (2004), esses espaços proporcionam a criação e fortalecimento de vínculos sociais entre estes atores, criando assim um ambiente de troca de favores e sociedade, ao mesmo tempo em que lhes dá prestígio, autoridade e poder, pelos interesses que estas instituições representam na sociedade.

Desta forma, as estratégias de consagração dos grupos, em especial a filantropia, a parceria com figuras de renome social e político e a autopromoção, concedem aos seus membros um valor distintivo, uma consagração, lhes retiram do anonimato. Converte em capital social e simbólico seu capital cultural e, especialmente no caso de Anápolis, seu capital econômico, legitimando assim junto à população ações que realizam em outras esferas e espaços sociais, consolidando uma rede específica de relações sociais em um contexto de dominação que perpetua, em outra medida, diferente e

---

<sup>35</sup> Relatos encontrados na página 130. A autora preservou os nomes dos membros que fizeram estes relatos, bem como outros detalhes dos acontecimentos.

complementar, o poder simbólico destes atores no quadro de poder local do município de Anápolis.

Os clubes de associativismo voluntário se somam às estratégias dos atores de serem vistos como homens honrados, prestigiosos e que representam uma narrativa de progresso. Esta imagem que também é cultivada por ações da ACIA enquanto coletividade, e também é observada nas ruas, prédios públicos e outras comendas. Além de criar certa distinção aos seus membros e aumentar seu poder simbólico, também permitem interações sociais profundas e duradouras entre atores que já são das mesmas famílias e círculos sociais, facilitando assim a criação de um ambiente em que as trocas de favores entre eles, enquanto na investidura de cargos públicos ou não, sejam espontâneas.

#### 2.4.1. Trabalho voluntário

Uma das principais estratégias utilizadas pelos clubes de associativismo são os trabalhos voluntários ou atividades filantrópicas. Não conseguimos encontrar estas atividades para o caso das instituições estudadas acima. No entanto, a filantropia não é realizada exclusivamente dentro dos clubes, e encontramos informações a respeito desta atividade nas fontes bibliográficas, conforme pode ser observado no quadro 6.

**Quadro 6 - Filantropia e trabalho voluntário dos membros selecionados da ACIA? (1936-).**

<b>Filantropia ou trabalho voluntário</b>	<b>Nomes</b>	<b>Total</b>
Fundação ou auxílio a abrigos, asilos e hospitais psiquiátricos	José Fernandes Valente; Augusto Pinto Pereira; Aryowaldo Tahan; Jonas Ferreira Alves Duarte	4
Doações em dinheiro	João Luiz de Oliveira; Sócrates Mardocheu Diniz; José Fernandes Valente	3
Conselheiros em escolas	João Luiz de Oliveira; Graciano Antônio da Silva; Aquiles de Pina	3
Doação de terras	Jonas Ferreira Alves Duarte	1
Assessor Jurídico	Nicanor de Faria e Silva	1
Serviço militar	Waldir O'dwyer	1

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

Um aspecto recorrente a respeito das atividades filantrópicas é que muitas delas foram creditadas, nas fontes consultadas, às mulheres dos homens estudados. Segundo Bourdieu (1999) esta é uma contribuição valiosa da mulher para a reprodução do capital simbólico familiar, uma vez que são atividades que demandam tempo e esforço. No entanto, o autor salienta que a filantropia e também a atividade religiosa familiar geralmente são delegados às mulheres, e não possuem remuneração direta. Representam a divisão familiar do trabalho em que os cargos de maior prestígio e remuneração são reservados aos homens, enquanto aqueles que não têm salários ou reconhecimento público são destinados às mulheres. Mais do que a filantropia e a religião, o exemplo mais universal é o trabalho doméstico, necessário, porém invisível fora da própria casa, e que não oferece nenhuma recompensa financeira. Encontramos nas fontes relatos a respeito do trabalho feminino para as esposas de pelo menos dois atores: João Luiz de Oliveira e Jonas Ferreira Alves Duarte.

Além disso, observa-se também o auxílio a instituições psiquiátricas, abrigos e asilos, por meio da fundação destas instituições, ou pela doação de dinheiro, abdicando do salário, caso de Sócrates Diniz, quando prefeito, doando seus vencimentos para a Santa Casa de Anápolis; e João Luiz de Oliveira, quando diretor da “Escola Normal”. João também foi conselheiro desta mesma escola, junto a Graciano Antônio da Silva e Aquiles de Pina.

No caso de Jonas Ferreira Alves Duarte, as fontes indicaram a doação de uma considerável quantidade de terras nas quais foram instalados diversos prédios públicos<sup>36</sup>: Abrigo dos Velhos de Anápolis; Colégio São Francisco de Assis; Convento Carmelitas; Senai; Tiro de Guerra; Santa Casa de Misericórdia de Anápolis; Rádio Carajá (presidida por Plínio Gonzaga Jaime).

Também observamos o caso de José Fernandes Valente, que fazia doações em dinheiro para pessoas necessitadas e contribuiu para a construção de um abrigo para a “pobreza desvalida”. Foi prefeito da cidade por sete anos e viu seu filho, Washington Valente, se tornar vereador de Anápolis.

---

<sup>36</sup> Não encontramos dados sobre a razão de Jonas Duarte ter terras, doadas por ele, no centro urbano de Anápolis. Todavia, o avô de sua esposa foi intendente de Anápolis, antes da emancipação do município. O pai, Graciano da Silva, foi duas vezes intendente antes de 1930 e duas vezes prefeito depois de 1945.

## 2.5. Cargos na Associação Comercial e Industrial de Anápolis

Os cargos ocupados na ACIA formam o norteador do quadro de atributos proposto. As atas de reuniões da entidade serão a fonte de dados secundários deste trabalho; Nelas espera-se encontrar as discussões e decisões, postas em prática, majoritariamente, pelos diretores da associação, enquanto “linha de frente” da atuação política da entidade. Compreender quem são esses homens e o que eles representam na produção do espaço urbano, seus interesses, suas discussões são parte dos objetivos que nos fez optar pela metodologia proposta por Miceli a partir da qual construímos o objeto de pesquisa ao longo dos dois primeiros capítulos.

**Quadro 7 - Cargos na Associação Comercial e Industrial de Anápolis (1936-1976).**

<b>Cargo(s) na ACIA</b>	<b>Nomes</b>	<b>Total</b>
Presidente	Albérico Borges de Carvalho; Carlos de Pina; João Luiz de Oliveira (2x); Sócrates Mardocheu Diniz; Edwirges Soares (2x); Abel Carneiro; Adherbal Cunha; Carlos Castanho; Jibrán El Haje (3x); Ilion Fleury; Mounir Naoum; Sultan Falluh; Augusto de Oliveira; Alexis Salomão; Ruy Abdalla (2x)	15
Vice-Presidente	Albérico Borges de Carvalho; João Luiz de Oliveira (2x); Jonas Ferreira Alves Duarte; Plácido Campos; Jibrán El Haje; Ilion Fleury (2x); Sultan Falluh (2x); Geraldo Rosa; Waldir O'dwyer	9
1º Secretário	Plácido Campos; Edwirges Soares (2x); Ilion Fleury; Jorge Cecílio Daher	4
2º Secretário	Antônio José Quinan; Edwirges Soares; Ilion Fleury; Ítalo Naghetini; Jorge Cecílio Daher	5
1º Tesoureiro	Augusto Pinto Pereira; José Quinan; José Miguel Hajjar; Habib Gabriel Issa; José Marreto; Sultan Falluh	6
2º Tesoureiro	Barbahan Helou; Aryowaldo Tahan; Joaquim Propício de Pina; Carlos Castanho; Mounir Naoum; Sultan Falluh	6
Conselho Consultivo	Aquiles de Pina; Plínio Gonzaga Jaime (2x)	2
Orador	Nicanor de Faria e Silva	1
Reunião Inaugural	José Fernandes Valente	1
Membro Fundador	Graciano Antônio da Silva	1

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.



O livro de João Asmar (2011), obra encomendada pela associação em um esforço de aliar a história da entidade à história do município, traz uma sistematização das diretorias de cada período de gestão, facilitando assim a captação de muitas informações que ele compilou, no entanto temos um percurso interpretativo mais autônomo e particular. Entre 1936, ano de fundação da ACIA, até 1976, passaram-se 19 gestões. Muitos nomes se repetem nos cargos diretores no decorrer deste tempo, chegando a um total de 60 homens que ocuparam, no período, os cargos de presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro. Alguns deles também ocuparam os cargos de diretores específicos e do conselho consultivo.

Conforme dito anteriormente, conseguimos informações relevantes de metade deste grupo. Por isto, excluimos da análise 30 nomes que dispõem de informações muito esparsas ou inexistentes a respeito de suas vidas, com exceção de alguns presidentes. Desta forma, no quadro 7, que apresenta os nomes dos atores que ocuparam cada cargo, há um número maior presidentes do que ocupantes de outros cargos, que tiveram alguns de seus ocupantes retirados do trabalho.

Também podem ser constatados os cinco membros que não ocuparam cargos de gestão, mas participaram da associação de alguma forma (Membro fundador; Reunião Inaugural; Orador ou participante do Conselho Consultivo). Esses possuíam vínculos pessoais ou/e familiares com outros membros e, principalmente, exerceram cargos públicos, que possibilitaram uma ligação mais direta entre empresários e governantes municipais e estaduais. Chega-se, portanto, a um total de 35 homens, todos presentes na tabela 7, em pelo menos um cargo.

Não nos deteremos a uma descrição detalhada de todos os membros e de seus cargos, contudo vamos destacar alguns dos integrantes mais recorrentes, que ocuparam cargos em três ou mais gestões diferentes, visto que possuem chance maior de aparecerem nas atas de reuniões.

Albérico Borges de Carvalho foi o primeiro presidente da ACIA, em uma gestão de pouca duração (alguns meses), e duas vezes vice-presidente, entre os anos de 1936 e 1943, quando houve pouca atividade da associação, e entre 1944 e 1950. O presidente da associação coordena as reuniões e principais ações do grupo, criando, por exemplo, comissões para tratar de temas específicos, ou para se reunir com agentes públicos ou privados.

João Luiz de Oliveira, que também foi prefeito e vereador do município, teve atuação constante nos cargos mais altos da entidade. Foi presidente por dois mandatos,

de 1943 a 1944 e de 1944 a 1950; e duas vezes vice-presidente: em 1950 e de 1950 a 1954.

Outro nome ativo nas décadas de 1950 e 1960 foi Edwirges Soares, que ocupou cargos em cinco mandatos. Foi 2º secretário em 1950, e duas vezes 1º secretário: em 1954 e entre 1954 e 1957. É o secretário quem tem a função de registrar as reuniões em ata. Seu nome, bem como o nome de outros secretários, consta nas assinaturas de encerramento das reuniões da associação. Posteriormente, quando a ACIA já estava consolidada e os mandatos passaram a ser de períodos regulares de dois anos, foi por duas vezes presidente: de 1963 a 1965, e de 1967 a 1969.

Jibrán El Haje, de origem árabe, foi presidente por três mandatos consecutivos, entre 1957 e 1963, e vice-presidente na gestão seguinte, entre 1963 e 1965. Esteve na associação na mesma época em que Ilion Fleury foi 2º e 1º secretário. Este viria a ser também vice-presidente por duas oportunidades (1961 a 1963 e em 1965).

Já no final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970, Sultan Falluh foi um nome perene nos cargos de direção da ACIA. Foi tesoureiro entre 1963 e 1965; 2º tesoureiro entre 1971 e 1973. Aos tesoueiros cabiam as funções relacionadas ao caixa da entidade e a novos sócios, entre outras funções relacionadas às movimentações financeiras. Falluh foi também duas vezes vice-presidente, de 1969 a 1971 e de 1973 a 1975; e uma vez presidente, de 1975 a 1977. Na sua segunda vez como vice, assumiu a presidência Ruy Abdalla, entre 1973 e 1975. Ele viria a assumir novamente a presidência entre 1981 e 1983, período que não se encaixa no nosso recorte temporal e por esse motivo não será considerado.

A lista dos personagens mais recorrentes e seus respectivos cargos pode oferecer uma experiência de leitura desgastante, mas é necessária na medida em que indica quais são aqueles que passaram mais tempo dedicados às ações da ACIA e, por isso, tiveram a possibilidade de participar de um número maior de atividades políticas, podendo assim beneficiar a classe empresarial do município e principalmente seus grupos familiares e políticos mais próximos, com consequentes implicações para o espaço urbano anapolino.

## 2.6. Participação em outros sindicatos e associações classistas

Os esforços para atender aos interesses específicos de cada ator se concretizam na participação dos mesmos em outros sindicatos ou associações de defesa dos interesses das classes dominantes, as chamadas associações patronais. Alguns dos nomes são recorrentes, e reconhecidos como pessoas que participaram ativamente das disputas relacionadas à representação dos interesses empresariais. Os membros da ACIA que participaram de outras entidades patronais podem ser vistos no quadro 8.

**Quadro 8 - Participação de diretores da ACIA (1936-1976) em outras associações patronais.**

Outros Sindicatos/ associações	Nomes	Total
Sindicato dos Produtores Rurais de Anápolis	Ruy Abdalla; Waldir O'dwyer; Sócrates Mardocheu Diniz	3
Associação Goiana de Imprensa	João Luiz de Oliveira	1
Câmara dos Dirigentes Lojistas	Sultan Falluh	1
Sindicado do Comércio Varejista de Anápolis	Ruy Abdalla	1
Clube das Thesouras	José Fernandes Valente	1
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis	Ruy Abdalla	1
Fecomércio	Ruy Abdalla	1
FIEG	Waldir O'dwyer	1
SindCarne	Waldir O'dwyer	1
Simmea (Metalúrgicas)	Waldir O'dwyer	1
Academia Goiana de Medicina	José Quinan	1
Academia Anapolina de Letras e Artes	João Luiz de Oliveira	1

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

A Associação Comercial e Industrial e Comercial de Anápolis foi uma das primeiras entidades de defesa de interesses de classe do estado de Goiás. Por este motivo, não existiam, nas suas primeiras décadas de existência, entidades do tipo no estado, e também em Anápolis. O mesmo ocorria com os sindicatos, especialmente os

ligados aos donos dos meios de produção. Este cenário muda a partir da década de 1950, especialmente com a criação da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), em 1950, que aglutina e fortalece diversos sindicatos ligados à indústria.

A participação em outros sindicatos, além da ACIA, indica a tentativa de unir a classe empresarial e outros grupos de detentores dos meios de produção para conseguir mais privilégios junto aos governos municipais e estaduais. Poucos membros da ACIA na época estudada participavam de outros sindicatos e associações, que aumentaram muito em quantidade a partir da década de 1990.

Sócrates Mardocheu Diniz foi presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Anápolis; Sultan Falluh, já na década de 2000, presidiu a Câmara de Dirigentes Logistas de Anápolis. Ruy Adballa, presidente por duas vezes da ACIA, fundou e também presidiu o Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis; Participou da Fecomércio e do Sindicato Rural de Anápolis; e presidiu, já nas décadas de 1990 e 2000, o Sindicato do Comércio Varejista de Anápolis. Fundou diversas empresas de comércio e indústria têxtil.

Waldir O'Dwyer, ligado ao ramo da produção de carne e combustíveis, foi um dos fundadores do SindCarne; do Simmea (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis); e do Sindicato Rural de Anápolis, tendo atuação antiga na militância política de promoção dos empresários. É também membro antigo da FIEG e Conselheiro do SENAI.

Não ligados diretamente à prática empresarial da indústria e comércio, João Luiz de Oliveira e José Quinan também participaram de entidades de classe e distinção, em suas respectivas áreas de atuação profissional. João Luiz de Oliveira foi membro da Associação Goiana de Imprensa e da Academia Anapolina de Letras e Artes. José Quinan, por sua vez, após carreira médica consagrada em Goiânia, foi um dos fundadores e primeiros membros da Academia Goiana de Medicina.

## **2.7. Cargos públicos e outras atividades políticas**

Os cargos públicos ocupados pelos membros da ACIA são a expressão material mais nítida e óbvia do que Faoro (1987) chama de sistema patrimonial do Estado

brasileiro, ou do Estado como instrumento de dominação de classe, conforme indica Engels (1941, p. 157, apud HARVEY, 2005, p. 80):

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sobre controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas.

Enquanto ocupantes de cargos de poder público, estes agentes podem facilitar o acesso privado a recursos públicos, por meio de infraestruturas urbanas ou de escoamento de produção, incentivos fiscais, o contato direto com outras instâncias de poder, como o governo estadual ou federal, entre outras ações, como criação de leis e acordos específicos que beneficiem apenas uma pessoa ou grupo político. Os cargos políticos dos membros da ACIA podem ser vistos no quadro 9.

**Quadro 9 - Cargos públicos e atividades políticas dos diretores da ACIA (1936-1976).**

<b>Cargos públicos</b>	<b>Nomes</b>	<b>Total</b>
Prefeito	Carlos de Pina (2x); João Luiz de Oliveira (2x); Jonas Ferreira Alves Duarte; Sócrates Mardocheu Diniz; Plácido Campos (2x); Graciano Antônio da Silva (4x); Plínio Gonzaga Jaime; José Fernandes Valente (3x)	8
Deputado Estadual	Nicanor de Faria e Silva; Aryowaldo Tahan; Habib Gabriel Issa (2x); Aquiles de Pina (2x); Plínio Gonzaga Jaime (2x)	5
Deputado Federal	Nicanor de Faria e Silva	1
Secretário Estadual de Indústria e Comércio	Sultan Falluh	1
Sem Informação	Albérico Borges de Carvalho; Antônio José Quinan; Barbahan Helou; Edwirges Soares; Abel Carneiro; Adherbal Cunha; Augusto Pinto Pereira; Joaquim Propício de Pina; Carlos Castanho; Jibrán El Haje; Ilion Fleury; José Quinan; Mounir Naoum; Ítalo Naghetini; Augusto de Oliveira; Jorge Cecílio Daher; Geraldo Rosa; Alexis Salomão; José Miguel Hajjar; Ruy Abdalla; Waldir O'dwyer; José Marreto;	22

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

Embora não tenha ocupado de fato uma posição na ACIA, Nicanor de Faria e Silva consta nas atas e nos registros de Asmar (2011) como orador da entidade, um cargo da primeira gestão aparentemente criado só para ele, uma vez que não se repetiu nas gestões posteriores. Participou da primeira reunião, em 1936, e gozava de prestígio

político em Anápolis. Tendo em vista esta premissa, Nicanor de Faria e Silva foi o único membro da ACIA a chegar ao cargo de deputado federal, exercido entre 1954 e 1958. Foi também deputado estadual em Goiás, entre 1951 e 1955. Antes disto, exerceu o cargo de Secretário do Interior e Justiça durante o governo estadual de Coimbra Bueno (1948-1950), e Secretário Interino da Fazenda do Estado de Goiás, no ano de 1949.

Outros três membros se sagraram deputados estaduais. Aquiles de Pina, que foi membro do Conselho Consultivo da ACIA nos anos de 1943 e 1944, era um dos coronéis da região de Anápolis no início do século XX, e foi deputado estadual por dois mandatos: 1929-1930 e 1935-1937. Seu irmão, Carlos de Pina, foi presidente da ACIA entre 1936 e 1943, e prefeito de Anápolis por dois mandatos: de 1947 a 1951; e de 1955 a 1959. Aquiles de Pina também foi membro do Conselho Municipal de Anápolis em 1927 e candidato a vice-governador do estado em 1950.

Plínio Gonzaga Jaime também não exerceu cargo diretor na ACIA, tendo participado também do Conselho Consultivo por duas oportunidades, de 1944 a 1950, e de 1963 a 1965. Foi prefeito do município em 1946, e Deputado Estadual por dois mandatos consecutivos, entre 1959 e 1964, tendo exercido o segundo por apenas dois anos, até a tomada de poder pela ditadura militar. Exerceu também cargos de indicação, como a Diretoria Municipal de Viação e Obras, no governo de Jonas Duarte (1950), Diretoria de Previdência e Assistência do Ipasgo (1967-1971); e a Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, no governo de Mauro Borges.

O terceiro membro a ocupar uma cadeira na assembleia legislativa de Goiás foi Aryowaldo Tahan. Tendo sido 2º tesoureiro da ACIA no ano de 1950, foi deputado estadual por um mandato, em 1951 e 1955. Além disso, ocupou os cargos de Interventor da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) na década de 1960.

Sete personagens foram prefeitos de Anápolis. Além dos já citados Carlos de Pina e Plínio Gonzaga Jaime, José Fernandes Valente assumiu o cargo de 1934 a 1940; João Luiz de Oliveira o fez por dois mandatos, sendo interventor municipal indicado por Pedro Ludovico Teixeira de 1930 a 1934, e prefeito eleito de 1954 a 1958; Graciano Antônio da Silva, membro fundador da ACIA, foi prefeito em 1945 e no biênio 1946-47 (além de outras duas vezes antes de 1930); Plácido Campos, enquanto presidente da Câmara Municipal, teve duas passagens rápidas pela prefeitura, em 1951 e 1953, entre as quais exerceu o mandato Sócrates Mardocheu Diniz (presidente da ACIA em 1950).

Por último, foi prefeito de Anápolis entre 1961 e 1966 Jonas Ferreira Duarte, que havia sido vice-presidente da ACIA entre 1943 e 1944.

Juntos, estes sete homens exerceram o cargo de prefeito do município por 12 vezes. Considerando apenas o recorte temporal delimitado, de 1936 a 1976 (e portanto, excluindo o primeiro mandato de João Luiz de Oliveira), houve 23 trocas de comando na prefeitura de Anápolis, com durações das mais variadas. Destas, por 11 vezes o cargo foi ocupado por membros da ACIA, totalizando cerca de 24 anos, em um total de 40, de mandatos do executivo municipal exercidos por membros da associação<sup>37</sup>.

Se considerarmos como ponto de partida o ano de 1930, quando João Luiz de Oliveira assume o governo municipal em decorrência da revolução de 1930 (e contando também o início do mandato de José Fernandes Valente, cassado pelo Estado Novo em 1936), o período de presença dos membros na prefeitura aumenta pra 30 anos, de 46 possíveis. Se mudamos mais um pouco o recorte, iniciando em 1930 e indo até a saída do último prefeito da ACIA no cargo, Jonas Duarte, em 1966, a permanência no poder passa a 30 anos de 36 possíveis. Assim, pode-se dizer que a ACIA surgiu em um momento em que seus membros possuíam uma grande influência política direta no município, a partir de 1930, e esta ligação, com a ocupação efetiva de cargos públicos, durou até 1966, no início da ditadura militar.

A partir de 1966, com a saída de Jonas Ferreira Duarte do poder, e com novos cenários políticos nas diferentes escalas de análise em decorrência do golpe militar perpetrado em 1964, não houve mais prefeitos empossados no município que fossem diretamente ligados à associação. Isso não impediu que os empresários tivessem seus interesses atendidos, fato especialmente exemplificado pelo Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), em 1976, conforme pode ser visto nas atas. As relações entre as classes dirigentes política e econômica se tornaram menos escancaradas a partir de então.

Se não houve um prefeito que fosse da ACIA quando da inauguração do distrito, marco final deste trabalho, o então Secretário Estadual da Indústria e Comércio (1975-1979) era Sultan Falluh. Considerado o “pai do DAIA” pelas matérias de jornais e homenagens realizadas, Sultan Falluh, como salientado no tópico anterior, era também, no mesmo período (1975-77), presidente da ACIA, além de ter exercido os cargos de tesoureiro e vice-presidente por um total de oito anos. Além disto, foi presidente da

---

<sup>37</sup> Informações sobre os mandatos foram retiradas de Borges (2011) e dados da prefeitura. A contabilização do tempo de cada mandato e a soma final foram feitos pelo autor.

ARENA na década de 1970; assessor de Irapuan Costa Júnior<sup>38</sup> na prefeitura de Anápolis, em 1973; e presidente da empresa estatal Goiasindustrial – que gerencia os distritos industriais do estado – após o surgimento do DAIA.

Diversos membros da ACIA exerceram o cargo de vereador em Anápolis. Contudo, a Câmara Municipal de Anápolis não possui dados sistematizados ou catalogados – uma lista – dos vereadores de legislaturas anteriores à década de 1990, tornando assim a tarefa de pesquisar as atas da câmara em busca de assinaturas e termos de posse uma tarefa muito difícil e demorada, e que não pôde ser realizada em tempo hábil.

## **2.8. O contexto político e a dança dos de partidos**

A ACIA e seus membros, de maneira individual, estão inseridos em um quadro de poder local conturbado com oligarquias rivais e que, especialmente nas vésperas da revolução varguista de 1930, foram muito influenciadas pela conjuntura nacional. O mesmo pode ser dito no caso do golpe de 1964, mas com um maior poder de adaptação e organização da classe empresarial frente ao processo.

No caso de 1930, essa conjuntura influenciou na própria criação da então Associação Comercial de Anápolis. Juscelino Polonial faz uma contextualização do quadro de poder em Anápolis e em Goiás no período anterior à revolução de 1930. Segundo o autor, Goiás era relativamente isolado dos outros estados e oligarquias dominantes do país, o que maximizava um quadro político autônomo e hegemônico, também existente em outros estados, e que dava grande poder aos coronéis, comandando desde o Poder executivo, até o poder legislativo, passando também pelas comissões executivas partidárias. Polonial (2007b) indica os ciclos de poder e famílias dominantes durante o período da República Velha:

1° - O domínio dos Bulhões – 1892-1901 e 1909-1912

2° - O domínio de Xavier de Almeida – 1901-1909

3° - O domínio Jardim-Caiado – 1912-1930

---

<sup>38</sup> Governador que inaugurou o DAIA, em 1976.



Seguindo na questão, Polonial (2007b) dá pistas de como a dominação política no estado e em Anápolis se alteraram, especialmente a partir do final da década de 1920, quando a família Pina ganha poder no município.

Anápolis nasce na época em que o coronelismo era o fenômeno político dominante no Brasil. De 1907 até 1930, o município teve seis prefeitos eleitos no sistema do voto aberto, e a principal liderança política desse período foi o coronel Arlindo Costa, pertencente ao grupo Crispim, embora, no final dos anos vinte, Aquiles de Pina se apresente como alternativa política a essa oligarquia hegemônica. (POLONIAL, 2007, p. 27).

Segundo o autor, os grupos Pina e Costa eram rivais na década de 1920, mas ambos pertenciam ao mesmo partido, o Partido Democrata, dominado pelo grupo Caiado, que apoiava a oligarquia de Arlindo Costa. De maneira geral, no decorrer da década de 1920, houve uma disputa entre os grupos oligárquicos representados por Arlindo Costa e Aquiles de Pina em Anápolis, ambos sob a supervisão do hegemônico grupo Caiado.

Em meio a essa disputa, as eleições para 1930 movimentaram os coronéis da região. Polonial (2007b) traz o relato de um historiador, José Sisenando Jayme (1990, apud POLONIAL, 2007), a respeito de uma reunião que ocorreu em 1929, às vésperas da eleição para presidente do Brasil. Os coronéis goianos, entre eles o Presidente do Estado de Goiás, Brasil Ramos Caiado, apoiavam Júlio Prestes. Entretanto, segundo o historiador, Anápolis era um dos maiores colégios eleitorais da Aliança Liberal, de Getúlio Vargas, no estado.

Segundo o relato, o presidente estadual Ramos Caiado foi a Anápolis supervisionar as eleições, de modo a evitar que votos fossem direcionados a Vargas. Por meio de Aquiles de Pina, já um coronel estabelecido na região, Caiado recebeu João Luiz de Oliveira, que dizia ter a Aliança Liberal cerca de 200 votos no município. Pelo fato de o voto ser aberto na época, e pela intimidação que Ramos Caiado fez ao grupo da Aliança Liberal, Getúlio Vargas não recebeu nenhum voto em Anápolis. Este acontecimento indica o agravamento das disputas políticas que aconteciam em um contexto de crise do coronelismo, e que levariam o próprio João Luiz de Oliveira à chefia do executivo municipal alguns meses depois, com a derrota dos Caiado na revolução de 1930.

Getúlio Vargas assume o poder no final de 1930, com repercussão nos quadros regionais. Ramos Caiado cai do governo estadual e é substituído por Pedro Ludovico Teixeira. Além de João Luiz de Oliveira, que assumiu o governo municipal, outros

personagens defendiam Vargas, dentre eles Albérico Borges de Carvalho, primeiro presidente da ACIA. Diversos membros eram filiados ao PSD, partido que seguia as ideias getulistas após sua tomada do poder<sup>39</sup>. Além disso, os prefeitos que tomaram posse de 1930 a 1947 em Anápolis foram nomeados, indicados pelo governador de Goiás Pedro Ludovico, aliado de Vargas. Entre eles estava João Luiz de Oliveira, José Fernandes Valente, Graciano Antônio da Silva e Plínio Gonzaga Jaime.

Acreditamos que estes fatos, junto à informação de filiação partidária de alguns membros, demonstram que a ACIA surgiu, em 1936, no governo de Vargas e Ludovico Teixeira, em meio ao rearranjo de forças a que foi submetida a região, e através de homens diretamente ligados à vitória contra o antigo grupo dirigente estadual, estabelecendo uma nova oligarquia, que se aproveitou da chegada da estrada de ferro no município e à dinamização da economia, sob o comando da família Pina. De acordo com Polonial (2007b), essa dominação seguiria da década de 1930 até a década de 1960, quando a ditadura militar gerou uma nova reconfiguração de forças nas diferentes escalas.

A respeito de Aquiles de Pina e sua situação política entre 1920 e 1960, Polonial (2007b) traz um pequeno resumo de sua trajetória, e da forma como ele e sua oligarquia sobreviveram por tanto tempo hegemônicos no quadro de poder local do município, com diversas trocas de partido, dissidências, acordos, etc. graças ao seu “pragmatismo”, segundo Polonial (2007b, p. 30):

O pragmatismo político de Aquiles de Pina, conforme relatamos acima, pode ser constatado em outros episódios, pois se nos anos vinte ele era aliado do caiadismo, já que estava filiado ao Partido Democrata, na década seguinte, passa a apoiar os homens de trinta, sendo, inclusive, membro da Comissão Estadual do Partido Social Republicano, que era aliado de Pedro Ludovico Teixeira. Já em meados dos anos quarenta, rompe com Pedro Ludovico, sendo um dos líderes da famosa dissidência do PSD, em 1947, que apoiou o candidato vitorioso do grupo Caiado nas eleições daquele ano. Depois, Aquiles de Pina foi para o PSP, na década de cinquenta, porém, ‘[...] em 1958, o velho cacique já retornara às fileiras do PSD, ao qual permaneceu fiel, mais ou menos, até a chegada da ditadura militar.’ (JAYME, 1990, p. 75). Por época da sua morte, estava filiado à ARENA, partido que deu sustentação ao Regime Militar.

Tendo em vista este relato, podemos dizer que as legendas às quais os atores políticos se filiavam não são um bom parâmetro para avaliar as disputas de poder e

---

<sup>39</sup> A deposição de Getúlio Vargas em 1945 e a adoção de uma nova constituição federal em 1946 deu origem aos três maiores partidos da época: PSD (Partido Social Democrático), mais conservador e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), mais popular, os dois de apoio a Vargas; e a UDN (União Democrática Nacional), partido opositor a Getúlio que se respaldava nas classes médias urbanas e elites industriais.

polarizações ocorridas no período. Os partidos eram utilizados, em última instância, como um meio institucional de representação de disputas entre as oligarquias mais fortes. E entre as décadas de 1930 e 1960, os dois grupos mais dominantes, por vezes aliados e na maior parte do tempo, rivais, eram centralizados nas figuras de Aquiles de Pina e de Jonas Ferreira Alves Duarte. No quadro 10 explicita-se os partidos a que associaram os atores estudados. Destaca-se, em negrito, a participação dos mesmos personagens em mais de um partido.

João Luiz de Oliveira, por exemplo, participou das legendas do PSD<sup>40</sup>, quando prefeito de Anápolis, se mudando posteriormente para o PRP. Carlos de Pina também fez a troca, indo do PSD ao PR. Jonas Duarte, por sua vez, participou ora do PSD, partido de apoio a Ludovico Teixeira e Vargas, ora da UDN, partido de oposição ao governo varguista, mudando de partido de acordo com as pretensões de seu grupo oligárquico local. Independente do partido que ocupava em determinado momento, era constante a contraposição a Aquiles de Pina e seu grupo, com raras exceções.

**Quadro 10 - Partidos nos quais se filiaram os diretores da ACIA (1936-1976).**

<b>Partido</b>	<b>Nomes</b>	<b>Total</b>
PSD	<b>Carlos de Pina</b> ; Nicanor de Faria e Silva; <b>Jonas Ferreira Alves Duarte</b> ; Edwirges Soares; Aryowaldo Tahan; Plínio Gonzaga Jaime; <b>Aquiles de Pina</b> ;	7
ARENA	<b>Aquiles de Pina</b> ; <b>Jonas Ferreira Duarte</b> ; Sultan Falluh; Habib Gabriel Issa;	4
PR	<b>Carlos de Pina</b>	1
UDN	<b>Jonas Ferreira Alves Duarte</b>	1
PSB	<b>João Luiz de Oliveira</b>	1
DEM	José Miguel Hajjar	1
PMDB	José Marreto	1
PRP	<b>João Luiz de Oliveira</b>	1
PSP	<b>Aquiles de Pina</b>	1

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

Jonas Duarte sempre participava diretamente dos diferentes pleitos, seja para vereador, prefeito de Anápolis, deputado estadual e governador do estado. Já Aquiles de Pina não se expunha tanto. Um trecho de um artigo do jornal “O Anápolis” citado por

---

Polonial (2007b) demonstra a forma como Aquiles articulava seus aliados em torno de cargos públicos. Apesar de o artigo ter a finalidade de construir uma imagem negativa do grupo Pina (fazia campanha para Jonas neste pleito), ela ilustra muito bem a ligação entre a organização familiar e o poder público:

Familiocracia quer dizer isto: governo de família. Ou seja, por citação, o que o “coronel” Aquiles de Pina sempre praticou, tendo o cuidado de ficar detrás do pessoal, servindo de “ponto” da peça. Um modelo pode ser dado ao povo: o “coronel” Aquiles de Pina está com um genro na Assembléia Legislativa; pretende eleger (mas não elege) um mano que lhe obedece prefeito deste município; ditatoria uma empresa de Luz e Força que tem contrato com a Prefeitura; outros parentes seus tem a Empresa Funerária, com privilégio conseguido com a Prefeitura; outros parentes seus ainda constroem cadeia, muros de cemitério, etc. mediante contratos com a prefeitura, conseguidos quando lá estava um genro que hoje é deputado. Familiocracia é isto, leitores. Um governo de família, o qual só serve à família dita cuja. (“O Anápolis”, 16/11/1947, apud POLONIAL, 2007, p. 66).

Esta passagem ilustra o ambiente de disputas políticas em Anápolis na década de 1940, durante a campanha para prefeito do município disputada entre Carlos de Pina, então no PR e Jonas Duarte, do PSD, com Apoio da UDN. O jornal busca valorizar Jonas Duarte atacando Aquiles de Pina. O curioso, ou sintomático, neste contexto, é que não há uma menção no texto mencionado a pessoa de Carlos de Pina, real postulante ao cargo, mas sim ao seu irmão, chefe da oligarquia. Além disto, o trecho cita dois genros de Aquiles que ocupavam cargos importantes à época, demonstrando assim a extensão de sua influência política. Apesar da campanha contrária realizada pelo principal jornal da época, fundado por Nicanor de Faria e Silva (aliado dos Pina em um primeiro momento), Carlos de Pina venceu o pleito contra Jonas por uma pequena margem.

Três anos depois, em 1950, Jonas, ainda no PSD, venceu a disputa direta com Aquiles, no PSP<sup>41</sup>, pelo cargo de vice-governador do estado, na chapa que elegeu Pedro Ludovico Teixeira para o executivo goiano. Todas as eleições para cargos legislativos e executivos nas décadas de 1930 a 1960, especialmente na escala municipal, tinham quadros representativos dos dois grupos políticos, ou contavam com a participação direta destes atores.

Em algumas situações citadas por Polonial (2007b), no entanto, estes políticos entraram em acordo. A primeira delas foi a ocasião da eleição de Sócrates Mardocheu Diniz para prefeito, candidato de consenso eleito em 1950. O mesmo renunciaria em

---

<sup>41</sup> Partido Social Progressista, partido de união dispersa de oligarquias de vários estados, ligado à liderança de Adhemar de Barros, de origem agrária, eleito por duas vezes governador de São Paulo.

1953, uma vez que esse consenso não se estendeu aos candidatos à câmara municipal. No ano seguinte, em mais um pleito para prefeito, Jonas Duarte, então governador do estado, apoiou a candidatura de Carlos de Pina, eleito com mais de 60% dos votos. O jornal “O Anápolis”, que havia criticado o grupo Pina em 1947, também o apoiou em sua campanha.

Outras duas eleições municipais aconteceram antes do golpe militar de 1964. Em 1958, Jonas Duarte, desta vez pelo PTB, foi novamente derrotado por um representante de Aquiles de Pina, o professor Heli Alves Ferreira, do PSD. Já em 1960, Heli e Aquiles apoiaram Jonas Duarte para a prefeitura, em uma coligação entre PTB e PSD. Este venceria o pleito contra João Luiz de Oliveira, candidato do PSB.

Segundo Polonial (2007b), o PSD de Pedro Ludovico Teixeira dominou a política estadual entre 1947 e 1962, em detrimento da UDN, principal partido de oposição. Este quadro, no entanto, não se repetiu em Anápolis. As constantes trocas de partidos entre os principais líderes políticos atestam o fato de que os grupos políticos dominantes escolhiam as legendas que mais atendiam seus interesses em um determinado momento. A ascensão de determinado partido para os cargos políticos dependiam muito mais de quem se candidatava, e não das ideias defendidas ou da força específica de determinado partido. Isto indica que a circulação entre os partidos obedece a uma ordem de coisas que não é ideológica senão de interesses, além de expressar a forte concepção personificada do poder.

A respeito do poder do grupo Pina, Polonial (2007b) traz uma consideração interessante a respeito do declínio político do grupo. De acordo com o autor, a força desta oligarquia era muito ligada à população residente na área rural anapolina (em contraposição a Jonas Duarte, ligado às elites urbanas industriais), que diminuiu bastante entre 1940 e 1970, seja pelo aumento da população urbana, mas também pela emancipação de outros municípios. De 1948 a 1963, Anápolis perdeu 51,83% do seu território (foi de 2.622 para 1.263 Km<sup>2</sup>) devido à emancipação de Nerópolis (1948), Brazabranes, Damolândia, Goianápolis, Nova Veneza (todos em 1958) e Ouro Verde (1963), todos antigos distritos anapolinos. Conforme pode ser visto no quadro 11, a população rural se manteve em cerca de 31 mil habitantes entre 1940 e 1950, apresentando redução significativa nas próximas décadas, chegando 15 mil habitantes em 1970. A população urbana, no entanto, passou de 8 mil habitantes em 1940 para pouco mais de 90 mil habitantes em 1970. Porcentualmente, a maior evolução foi durante a década de 1950, quando a população urbana foi de 36,5% para 71,1% da

população total do município, no mesmo período em que Anápolis perdeu a maior parte de seu território.

**Quadro 11 - Evolução da população de Anápolis de 1940 a 1970.**

<b>População</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>
Urbana	8.091	18.350	48.847	90.747	163.096
Rural	31.057	31.988	19.885	15.716	16.916
Total	39.148	50.338	68.732	105.121	180.012
% População Urbana	20,7	36,5	71,1	86,3	90,6

Fonte: Polonial (2007b), SIDRA/IBGE. Elaborado pelo autor.

Contudo, a perda de poder político da oligarquia dos Pina não se deveu apenas pela redução da área rural e a consequente contagem baixa de votos conseguida pela população residente no campo. Além disso, ocorreu também a perda da hegemonia do comércio na região, o desenvolvimento de Goiânia, aliado à crise do sistema ferroviário e à decadência da economia cafeeira, tendo os três fatores prejudicado o grupo, conforme indica Polonial (2007b).

Em 1964 acontece o golpe civil-militar, com a deposição do presidente João Goulart. A partir deste período, observa-se uma ligação direta muito menor entre os membros da ACIA e seus grupos e os quadros que ocuparam cargos no governo, especialmente no executivo municipal e estadual. Jonas Duarte, que havia começado seu mandato em 1961, seguiu até 1966, perdendo espaço após esta data.

Polonial (2007b) indica que os grupos de Pina e Duarte se mantiveram ao lado dos militares, participando da base de sustentação do regime no município. O autor defende a tese de que o apoio aos militares acabou custando muito a estes grupos, frente à forte resistência popular que sucedeu ao golpe e à ascensão do MDB, partido de oposição ao regime, que ganhou as três eleições municipais até 1973. Tanto Jonas Duarte quanto Aquiles de Pina se associaram à ARENA, partido dos militares.

O ano de 1973 decretou o fim das eleições diretas para prefeito devido à ascensão de Anápolis a área de segurança nacional, se juntando às capitais de estados e cidades consideradas estratégicas pelo governo federal, as quais teriam seus governantes indicados pelo governo central. A alegação para a mudança do status de Anápolis foi a inauguração da Base Aérea.

O primeiro prefeito indicado para governar Anápolis após este processo foi Irapuan Costa Júnior, que exerceu o cargo até 1974. Sultan Falluh era seu assessor na

prefeitura, e se tornou Secretário Estadual de Indústria e Comércio quando Irapuan foi indicado ao governo do estado, entre 1975 e 1979. Concomitantemente, Falluh era presidente da ACIA, e articulou os interesses dos empresários anapolinos através de reuniões com membros do governo militar central. Também era proeminente dentro dos quadros partidários da ARENA, fato que facilitou seu contato com a liderança nacional do partido, resultando assim na inauguração do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) em 1976.

Além dele, o “capitão” Waldyr O’Dwyer, como é chamado por sua carreira militar, se enquadrava no perfil do exército e sem dúvidas teve um papel importante nos processos ligados ao DAIA e outras ações municipais. Foi vice-presidente da gestão de Sultan Falluh na ACIA, participando também das articulações políticas que resultaram na instalação do distrito industrial na cidade. O prefeito indicado na época da inauguração do DAIA era Jamel Cecílio.

Observamos até aqui que, principalmente até a instauração da ditadura militar, dois grupos oligárquicos tradicionais disputavam os cargos do poder público em Anápolis, colocando quadros diretos ou “representantes” subordinados às maiores lideranças locais. Segundo Polonial (2007b), o grupo Pina foi hegemônico no município neste período, e especialmente nas décadas de 1940 e 1950. A eleição de Carlos de Pina em 1954 marca o auge da dominação do grupo no quadro de poder local, segundo o autor. A vitória de Jonas Duarte em 1960, contudo, indica o fim da sua dominação, o que iria se concretizar na eleição de 1965, já durante o regime militar. Concluindo, Polonial (2007b) constata um fato observado na sua pesquisa: de 1947 a 1960, todos os prefeitos eleitos na cidade contavam com o apoio de Aquiles de Pina, de uma forma ou de outra, independentemente do partido político (em 6 eleições, 5 partidos diferentes chegaram ao executivo municipal).

O golpe militar de 1964 marca uma mudança na estrutura política nacional com fortes implicações em Anápolis. Os grupos tradicionais perdem espaço, mas a classe empresarial, dominante economicamente, conseguiu manter representantes próximos aos cargos de poder decisório, conseguindo assim investimentos públicos na cidade que permitiram reproduzir e aumentar sua dominação na escala municipal, especialmente nas figuras de Sultan Falluh e Waldyr O’Dwyer, presentes tanto na ACIA quanto em outras associações patronais, ocupando também cargos públicos em um período de forte cerceamento de liberdades civis e políticas.

Muitos elementos dessa conjuntura política serão relembrados no decorrer da análise das atas, ora percebidos na relação com o governo municipal, e em outros momentos na relação com o governo estadual além de representantes do Congresso Nacional.

## 2.9. Nomes de ruas e edifícios públicos

Uma variável importante para a análise proposta neste trabalho expressa espacialmente o poder simbólico dos atores estudados. São as ruas do município de Anápolis que foram nomeadas como homenagem a personagens da cidade. Durante o trabalho de campo, enquanto caminhava pelas ruas do centro de Anápolis, observei vários dos nomes que estava estudando anotados nas placas de ruas do centro e de outros bairros. O mesmo ocorreu quando procurava por alguns dos atores na internet, esperando encontrar dados biográficos, quando a primeiro resultado de pesquisa indicava uma rua da cidade, representada no site *Google Maps*.

A partir disto, procurei cada um dos atores no site de mapeamento. Entre ruas, escolas, bairros e edifícios, pelo menos 24 bens públicos em Anápolis levam o nome de membros da ACIA. Além disto, 4 membros possuem seus nomes nas placas de ruas de outras cidades goianas. A relação destes nomes e do patrimônio público que nomeiam pode ser vista no quadro 12.

Amador de Arimathéa, escritor nascido em Anápolis, publicou em 2007 um livro sobre as ruas da cidade que levam nomes de pessoas, em uma tentativa de resgatar a história destes personagens, ligando-os à história do município, de Goiás, e do Brasil. Há também, no estudo, estrangeiros que tiveram destaque na política ou em seu campo de atuação profissional. Ao todo, Arimathéa (2007) destacou 210 ruas e praças anapolinas com nomes de pessoas ou datas históricas consideradas importantes. Destas, 52 ruas ou praças levam nomes de datas ou pessoas consideradas como “proeminentes”, segundo a história oficial, no âmbito local ou regional. Entre eles estão nomes como Pedro Ludovico Teixeira e Emival Ramos Caiado.



**Quadro 12 - Ruas e edifícios públicos com nomes de membros da ACIA.**

Ruas e edifícios públicos	Nomes	Total
Rua/avenida	Albérico Borges de Carvalho; João Luiz de Oliveira; Jonas Ferreira Alves Duarte; Barbahan Helou; Sócrates Mardocheu Diniz; Plácido Campos; Adherbal Cunha; Augusto Pinto Pereira; Joaquim Propício de Pina; Jibrán El Haje; Mounir Naoum; Jorge Cecílio Daher; Geraldo Rosa; Aquiles de Pina;	14
Bairro	João Luiz de Oliveira; Jibrán El Haje;	2
Escola	Carlos de Pina; João Luiz de Oliveira; Habib Gabriel Issa; Aquiles de Pina;	4
Ginásio	Carlos de Pina	1
Estação Ferroviária	Fernando Valente	1
Estádio de Futebol	Jonas Ferreira Alves Duarte	1
Mercado Municipal	Carlos de Pina	1
Ruas de outras cidades	Carlos de Pina; Nicanor de Faria e Silva; Antônio José Quinan; Sultan Falluh;	4

Fonte: Diversas, encontradas no anexo 3. Elaborado pelo autor.

Além disso, nove membros da ACIA estão presentes no livro de Arimathéa (2007) enquanto nomes de ruas: Aquiles de Pina; Joaquim Propício de Pina Júnior; Sócrates Mardocheu Diniz; João Luiz de Oliveira; Augusto Pinto Pereira; Jonas Ferreira Duarte; Carlos de Pina; Albérico Borges de Carvalho; e José Fernandes Valente. O autor indica a posição de cada rua no tecido urbano anapolino e traça um pequeno perfil sobre a história de vida e os benefícios que trouxeram à cidade. Deles, apenas Joaquim Propício de Pina Júnior não exerceu atividade política profissional, tendo se dedicado à medicina.

Desta forma, e também analisando outros nomes locais e regionais citados por Arimathéa (2007), nota-se que há maior valorização de pessoas que desempenharam funções políticas profissionais, como vereador, prefeito, governador, etc., e que têm seus nomes atrelados ao poder público e, conseqüentemente, ao espaço público. Além disto, tanto na obra de Arimathéa quanto nos outros nomes da ACIA, observa-se a predominância de figuras ativas até a década de 1960, com algumas exceções, de atores mais recentes.

Dias (2000) traz uma análise da nomeação e distribuição espacial dos logradouros no município de Maringá, fundado em 1947. Nesta cidade também há a prática de nomeação de ruas seguindo fatos e personagens da história oficial, dentre eles

o descobrimento do Brasil, a independência da República, a abolição da escravidão, entre outros. A nomeação de ruas como homenagem é uma prática que, como salienta o autor, é seguida no mundo todo, seguindo as especificidades de cada lugar.

De acordo com Azaryahu (1996), a nomeação de ruas tradicionalmente seguia orientações direcionais no espaço urbano, ou se referia a uma certa peculiaridade associada com a história ou topografia do lugar. A prática de nomear ruas com nomes dissociados de características locais foi inicialmente adotada na França, na segunda metade do século XVIII (Place de l’Odeon, 1779), passando, a partir deste momento, a ser controlada por meios oficiais do Estado. Na mesma época, países como Suécia, Inglaterra e Prússia passaram a numerar casas e sinalizar com placas as principais ruas de suas cidades.

Foi na Revolução Francesa que se passou a utilizar a nomeação de ruas e praças com o propósito de representação política quando, em 1792, uma estátua da Liberdade foi erguida no lugar em que havia uma estátua de Luís XV. A praça em que se ergueu a estátua passou a se chamar “Praça da Revolução”. A prática de comemoração através da nomeação de praças e ruas se tornou, portanto, um componente do simbolismo político francês, que se manteve durante o reinado de Napoleão Bonaparte e foi posteriormente seguida em outras capitais europeias. (AZARYAHU, 1996).

No século XX a nomeação de ruas, além de glorificar atos históricos e políticos, passou também a ter a função de reforçar sentimentos nacionalistas, utilizando-se de nomes de figuras políticas proeminentes ou dominantes em um determinado período de tempo. Azaryahu (1996) cita os exemplos da Alemanha e da União Soviética, entre outros países.

Em Maringá, o batismo de vias públicas ocorreu de forma intensa durante a década de 1950, e homenageou poucos acontecimentos do século XX, recentes à época, privilegiando processos de séculos anteriores (DIAS, 2000). Por ser uma cidade planejada, Maringá não tinha um quadro de poder local consolidado como no caso de Anápolis. Além disto, não estava constituída quando ocorreu a Revolução de 1930, em que Getúlio Vargas assumiu o poder, e que foi motivo de intensas disputas políticas entre os membros das oligarquias de Anápolis, tendo seus efeitos reverberados na gestão da cidade e, conseqüentemente, nos nomes das ruas. Tendo em vista o exposto por Dias (2000), é predominante em Maringá nomes de vias públicas que enalteçam a história oficial do Brasil Colônia, Império e Primeira República. Estes elementos também são enaltecidos em Anápolis, porém se observa também homenagens a

personagens da Era Vargas e Estado Novo proeminentes tanto na escala nacional quanto local.

Azaryahu (1996, p. 318, tradução nossa) explora a questão das trocas de poder, como em 1930, e indica o importante papel realizado pelas ruas e monumentos:

Em um contexto revolucionário, a renomeação de ruas, assim como derrubadas de monumentos, é um ato de propaganda política com imenso valor proclamativo e ressonância pública. Através das renomeações, o novo regime proclama o começo de uma nova era ao mesmo tempo em que demonstra sua coragem e autoconfiança. O ato de renomeação indica que uma reestruturação radical das relações de poder na sociedade realmente foi alcançada, ou está em curso, e indica a profunda reconstrução das instituições sociais e políticas.

Em Anápolis, a tentativa de reconstrução da história oficial também passou pela renomeação de ruas. Menos de um mês após a troca do governante municipal, João Luiz de Oliveira, o novo intendente, renomeou ruas e praças que homenageavam figuras da oligarquia deposta, conforme pode ser observado em Arimathéa (2007, p. 38):

Surgem os primeiros atos da presença da Revolução vitoriosa de 24 de outubro de 1930. Assume a Intendência Municipal o respeitável senhor João Luiz de Oliveira, e em obediência à Resolução n° 4, de 24 de novembro daquele mesmo ano, que dizia: ‘usando das atribuições que lhe estão conferidas pelo Instituto Constitucional do País, exarado pelo Chefe do Governo Provisório, triunfante em 24 de outubro findo, em 11 de novembro do corrente, resolve o intendente municipal’:

Art. 1°- Passará a ser denominada PRAÇA JOÃO PESSOA a praça que até então se denominava Senador Ramos Caiado

Art. 2°- Passará a ser denominada de Rua Getúlio Vargas, a rua que até então se denominava Cel. Pedro Dias Campos.

Art. 3°- Passará a ser denominada Rua Antônio Carlos, a rua então denominada de Comercial ou 15 de Novembro.

Art. 4°- Fica sendo denominada de Praça Mário Caiado a denominada até então Cel. Silvério Pedro da Silva.

Art. 5°- Revogam-se as disposições em contrário.

João Luiz de Oliveira

Intendente Municipal.

A respeito disto, Azaryahu (1996) diz que em uma reconstrução histórica, é dado espaço tanto para os “heróis”, quanto para os “vilões”, mesmo que apenas aos “vilões” mais proeminentes. No caso das ruas e monumentos, não há espaço para aqueles considerados vilões da história. Eles não são presenteados com a honra da comemoração pública, pois estão localizados no lado negativo do um eixo “bom-mau” determinado pela visão particular do passado que é perpetuada pelos que estão no poder. Entretanto, estas categorias são maleáveis e intercambiáveis, e indicam quais são os nomes aceitáveis e valorizados em determinado período histórico. Se há uma troca no

poder, isso pode significar também que uma versão da história oficial anteriormente aceita como universal passa a ser censurada e descartada.

Feitas as considerações, a grande questão que permeia a seleção dos nomes de ruas como uma variável eficaz do estudo proposto para a realidade observada é saber qual é o seu alcance enquanto legitimadora e perpetuadora de um poder simbólico em um determinado contexto social e, mais especificamente, no caso de Anápolis.

De acordo com Azaryahu (1996), o poder dos nomes de ruas e monumentos comemorativos, que registram certa versão da história aceita pela classe dominante, está no fato de inserirem espacialmente na vida cotidiana do cidadão comum uma interpretação política e enviesada da realidade, de maneira que isso pareça natural e apolítico, legitimando assim o poder simbólico da classe dominante e reproduzindo a ideologia dominante no contexto de vida do cidadão comum. Sobre isto, ele diz que

Nomes de ruas comemorativos providenciam um notável exemplo da interseção de estruturas ideológicas hegemônicas com as práticas espaciais da vida cotidiana. [...] Seu poder se encontra na habilidade de tornar uma versão da história um elemento inseparável da realidade, constantemente construída, vivenciada e percebida diariamente. (AZARYAHU, 1996, p. 321, tradução nossa).

Desta forma, as placas de ruas, monumentos e edifícios públicos reproduzem nomes de atores hegemônicos em um determinado espaço e escala social, constituindo uma narrativa urbana histórica que é absorvida pelos habitantes em suas práticas cotidianas. A respeito disso, Azaryahu (2006, p. 319, tradução nossa) diz que

A narrativa histórica é construída de cadeias sequenciais e causais que levam linearmente ao presente e à ordem sociopolítica que ela representa. Essa estrutura narrativa “explica” e celebra o presente, que é identificado com o status quo incorporado pela ordem sociopolítica dirigente, como o único possível, e portanto inevitável, resultado do curso ‘objetivo’ da história. Um resultado direto desta prática cultural é a reificação do presente.

Portanto, segundo o autor, não só a narrativa urbana e histórica valoriza elementos e atores do passado, criando mitos e personagens vangloriados, como esse processo produz uma construção da história produzida como algo natural, e do presente, com todas as suas estruturas de dominação e atores hegemônicos, como aceitável e irreversível, a ser apreendida pelo cidadão comum.

De acordo com Dias (2000), a estratégia de nomeação de ruas enquanto esforço de perenização da história chamada oficial de fatos e personagens possui algumas limitações, como o fato de o critério de seleção de nomes se alterar no decorrer dos

anos. Além disso, o autor diz que é necessária a reafirmação permanente destes elementos históricos, através de festas cívicas e do ensino de História (a História oficial, de quem “vence”) para a população. Portanto, o cidadão deve, segundo Dias (2000), conhecer o conteúdo histórico referenciado pelos nomes oficiais, para que haja uma perpetuação mais eficiente da memória histórica, em diferentes escalas.

Entretanto, pensamos que a reafirmação permanente dos elementos históricos não é algo imprescindível para que seja reproduzida uma versão construída e enviesada da História ensinada. Pensando apenas em nomes comemorativos, seja de ruas ou outros elementos urbanos, a simples naturalização de um nome e o seu uso em espaços de vida íntima e cotidiana já permitem uma maior aceitação de elementos ligados a estes atores, podendo se reverter, em termos práticos, na maior aprovação de um candidato em eleições ou no reconhecimento do “merecimento” de determinado ator ou empresa em alcançar altas taxas de lucro.

Utilizando Anápolis e Goiás como exemplo, é importante salientar que muitos dos nomes presentes em placas são de famílias dominantes, que preservam seus sobrenomes e proporcionam a perpetuação de quadros políticos a partir da aprovação automática dos quadros pela população. Os sobrenomes Pina, Crispim, Jaime, Caiado, entre outros, são frequentes nas placas, livros de história e cargos políticos anapolinos e goianos do último século.

No livro de Arimathea (2007), o autor traz os nomes de muitas ruas de Anápolis que foram nomeadas por nomes de figuras proeminentes na política brasileira, goiana e anapolina, bem como por datas de eventos importantes na cidade e no país. Azaryahu (1996) utiliza o conceito de “texto urbano” para designar a coletividade dos nomes de placas, monumentos, edifícios, etc., que estão presentes no espaço urbano de uma determinada cidade.

Arimathea (2007) faz justamente, com seu livro, o trabalho de reificação e legitimação deste texto urbano, que reforça nomes da política anapolina, especialmente a partir da revolução de 1930, com vistas a reconhecer e reproduzir, reafirmando no leitor, o poder simbólico daqueles atores num processo que Azaryahu (1996) chama de sacralização e naturalização histórica, mais comum em rituais e solenidades comemorativas. O livro de Arimathéa (2007), no entanto, permite observar quais são os atores escolhidos ou permitidos pelo quadro de poder dominante, para serem legitimados e naturalizados na paisagem urbana de Anápolis.

Consideramos que o livro de Arimathéa (2007) se insere, enquanto produto de encomenda, no que Bourdieu (2010) chama de produção simbólica, construindo e legitimando um quadro de poder simbólico no imaginário social, ao mesmo tempo em que se promove e se consolida como um escritor, ator importante no quadro social geral, e de ressonância entre aqueles escritores pertencentes à classe dirigente<sup>42</sup>.

Dias (2000) também cita nomes de políticos locais, de Maringá e do Paraná, que viraram nomes de ruas. Entre eles dois prefeitos, alguns vereadores e quatro governadores ou interventores. No artigo de Dias (2000), podemos ter um exemplo documentado de como ocorre o processo de nomeação de ruas em uma cidade brasileira de porte semelhante a Anápolis<sup>43</sup>, mas com uma formação e história política diferente. O autor notou uma distribuição espacial dos nomes de ruas que respeita o planejamento urbano inicial do município, separado por zonas. No caso de Anápolis, uma cidade de formação espontânea, esta distribuição não é tão segmentada, seguindo um padrão mais próximo àquele descrito por Azaryahu (1996), e mais influenciado pelos diferentes contextos políticos. Nas duas cidades brasileiras, contudo, há a nomeação como forma de homenagem, tanto de figuras (que detêm capital simbólico) e fatos nacionais, quanto regionais e locais ao município, seguindo a lógica de perpetuação destes nomes na memória urbana e cotidiana das populações locais.

A quantidade de ruas com nomes de antigos personagens anapolinos no tecido urbano da cidade dá pistas do poder que estes atores dispõem no município, e como este poder se legitima e se reproduz junto à população, sendo ainda exercido por aqueles que herdaram essas posições de mando, seja no contexto familiar, político ou empresarial.

O fato de alguns destes personagens serem integrantes da ACIA, aliado ao exercício de cargos públicos, indica também o poder que detêm os donos dos meios de produção na cidade a partir da primeira metade do século XX, e como a relação dos empresários com o poder público municipal se mantém próxima e cúmplice desde esta mesma época.

---

<sup>42</sup> Sua biografia atesta isto. Atuou pelo exército por muito tempo, é formado em Educação Física, também pelo exército; possui também formação em direito e participa da maçonaria, tendo fundado uma loja em Brasília há mais de 40 anos. É casado com Theresinha Jayme.

<sup>43</sup> Maringá possui 403 mil habitantes (2016), segundo o IBGE.

## 2.10. A constituição do capital simbólico no quadro de poder local

Os atributos analisados neste capítulo, bem como os diferentes olhares sobre um mesmo contexto histórico, nos permitem entender em parte quem são esses atores selecionados para este trabalho, de forma a identificar os interesses por trás das decisões coletivas dentro das próprias reuniões da entidade.

A formação, no geral, não contribuiu muito para a aquisição de poder simbólico destes membros. Em suma, o capital escolar dos anapolinos pertencentes às parcelas dominantes estudados aqui é consideravelmente inferior ao capital escolar e cultural das elites paulistas, por exemplo. A principal conversão para capital político se originou do capital econômico, visto que a maioria dos membros eram empresários, donos de lojas, armazéns, fazendas, fábricas, entre outras propriedades.

As relações políticas também não eram isentas de conflitos. Pelo contrário, os grupos que mais disputaram o poder no município, na maior parte do recorte temporal do trabalho, participaram ativamente da Associação Comercial de Anápolis, mesmo que não por um longo período de tempo. Seus conflitos se estendiam por todos os níveis de poder, bem como no campo econômico, com a criação de bancos rivais quase que no mesmo ano, e não respeitavam limites institucionais, como os partidos políticos, utilizados pelos quadros dominantes de acordo com interesses específicos, quando lhes convinha. A ocupação de cargos públicos por empresários e defensores de interesses privados, em um período em que a prática do clientelismo era muito utilizada no Brasil, é sintomática do aparelhamento do Estado pelos grupos dominantes, visando atender seus interesses em detrimento dos interesses coletivos da sociedade.

Os clubes de associativismo coletivo também se mostraram ser espaços de grandes disputas e alianças políticas, visto o caráter discutido destes clubes, bem como a quantidade de pessoas que assumiram ou alcançaram postos de expressão destas sociedades, mesmo que não tenhamos conseguido informações internas mais precisas a respeito da atuação individual dos seus quadros. Por fim, os nomes de ruas e prédios públicos são uma expressão cotidiana e concreta do poder simbólico destes atores, reproduzido paulatinamente verdadeiros pontos de referência para a população local do município.

Todos os atributos tornados tópicos, analisados neste capítulo, representam situações simultâneas. Mesmo que no decorrer de um período de quarenta anos, cada um destes sujeitos constitui uma trajetória individual dotada de antecedentes (heranças)

históricos e investida de diferentes capitais simbólicos. Não são os únicos atores donos dos meios de produção de Anápolis, tampouco são os únicos sujeitos dominantes. A totalidade dos atores (não só dos chamados “dominantes”) que atuam dentro dos limites concretos e abstratos do espaço constitui o quadro de poder local anapolino, termo que já utilizamos em algumas passagens do texto.

Pensando em um estudo relacional, de acordo com Fischer (1993, p. 106): “Ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em tomo de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto”. Explorando a questão “local”, a autora indica apreensões diferentes da palavra, aplicadas simultaneamente nos estudos de caso. O local refere-se imediatamente a um âmbito espacial delimitado, identificado como “base, território, microrregião, município”, sugerindo constância ou inércia. Por outro lado, o local também se refere ao espaço abstrato aonde se realizam as relações entre atores e grupos sociais, seja conflituosa ou de aliança frente a interesses mútuos (FISCHER, 1993).

Silva (2008) busca fazer uma síntese dos estudos sobre o poder local no Brasil. Segundo a autora, o conceito de poder local, levando em conta as abordagens de diferentes autores, considera um determinado recorte territorial, palco das interações e conflitos políticos e sociais, ou de uma territorialidade, que varia de acordo com o ator ou objeto estudado. Além disso, também leva em conta as relações sociais entre os agentes e o espaço abstrato aonde ocorrem estas relações, determinando assim redes de relações sobrepostas ao território. Tendo em vista estas duas dimensões de análise, o local é, voltando a Fischer (1992), socialmente construído, tendo assim memória e história próprias, identidades e práticas políticas particulares, representadas, como exemplo, por sobrenomes tradicionais na gestão política do lugar.

Ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração o ambiente social e institucional onde a ACIA atua primordialmente, ou seja, a cidade de Anápolis e a estrutura política municipal. Daniel (1988) lança uma reflexão a respeito do poder local no Brasil urbano, em um artigo lançado num período em que a população urbana crescia rapidamente, e a atuação dos grupos nas cidades ficava cada vez mais determinante para as políticas locais.

O autor busca fazer uma abordagem na interseção entre o material e o simbólico, entre o econômico e o político. Sua análise divide o poder local em três categorias principais. A primeira delas é o poder econômico local, constituído pelo conjunto dos



setores capitalistas cuja lucratividade depende das ações de regulamentação e produção levadas a efeito pelo poder político local. Seu exercício é realizado por empresas individuais ou agrupadas, ou “uniões formalizadas dessas empresas em associações representativas de seus interesses” (DANIEL, 1988, p. 29), caso que se aplica a ACIA.

A segunda categoria de atuação no poder local colocada pelo autor é a o poder social local. Este é exercido pelas elites locais e pelos movimentos sociais, que alcançam sua maior eficácia no campo do simbólico, ainda que acompanhado de uma dimensão material. Ele define a união dos movimentos sociais por carências comuns, seja na empresa ou no bairro, resultando na formação de sindicatos e associações de bairro. As elites locais, por sua vez, são

agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro. Fruto dessa elaboração é a oposição entre as elites – setor social ativo da história do município – e o povo – a maioria da população, concebida como não esclarecida e integrante passiva da comunidade municipal. (DANIEL, 1988, p. 30).

O autor ainda diz que os integrantes do poder econômico muitas vezes participam das elites locais. Nesses casos, “são os mesmos agentes sociais assumindo diferentes posições de sujeito” (DANIEL, 1988, p. 30). Como resultado disso, é “frequente a incorporação dos interesses do poder econômico local nos valores veiculados pelas elites locais”.

A terceira categoria apontada por Daniel (1988) como integrante do quadro de poder local no Brasil urbano é o poder político local, constituído pelo governo municipal, seu poder administrativo e o poder legislativo. A acumulação e legitimação do poder político local geralmente resulta da produção e reprodução de laços com os poderes econômico e social, que condicionam as decisões do governo local.

Demonstramos no primeiro capítulo um recorte da formação da classe dominante ou elite local e do conseqüente poder social investido em algumas das principais oligarquias de Anápolis, como constituíram seu poder desde a fundação do município, e as formas utilizadas para a sua legitimação. Daniel (1988, p. 30) diz que esta legitimação passa pela produção e transmissão de uma cultura política própria, fundada em uma oposição criada entre as elites e o povo, e criada a partir de “associações empresariais e de profissionais liberais, clubes esportivos e de serviços, meios de comunicação de massa locais, etc.”. Na condição de formadores de opinião pública, tornam-se referência para a legitimação do poder político local.

A partir da construção destes atores, realizada nos capítulos 1 e 2, é possível ter uma noção da agenda política, motivações das mais variadas, conflitos e contextos sociais nas quais estes membros agiram. As atas de reuniões, analisadas nos capítulos 3 e 4, permitem ver de forma concreta como estas ações foram tomadas e quais foram as pessoas diretamente envolvidas, sejam elas membros da ACIA, do poder público e de outras instituições da sociedade civil. Fica evidente como a ACIA atuou na produção do espaço urbano anapolino a partir destas ações, e para quem eles se mostraram mais funcionais.

## **CAPÍTULO 3 – AS ATAS E O FUNCIONAMENTO INTERNO DA ACIA.**

### **3.1. O primeiro contato com a ACIA e o caminho percorrido até a obtenção dos documentos**

Nos dois primeiros capítulos apresento um estudo dos atores que compuseram a diretoria da Associação Comercial e Industrial de Anápolis durante o recorte temporal escolhido, correspondente aos primeiros quarenta anos de funcionamento dessa entidade, iniciando em 1936. Tendo em mente a situação econômica, política e social dos que pertenceram ao quadro de diretores busca-se agora analisar a atuação coletiva e os interesses defendidos pela associação nas mais diversas instâncias.

Nos capítulos seguir pretendo demonstrar como ocorreu a atuação dessa entidade conforme os registros dos documentos obtidos. A principal fonte de dados são as atas de reuniões da associação onde se registram as articulações que se apensam à configuração social e política do município de Anápolis, bem como também a partir da qual se observa a produção do espaço urbano da cidade.

A escolha pela ACIA como objeto de pesquisa estava praticamente decidida quando comecei a ser orientado pela professora Rusvênia. A descoberta das atas ocorreu quase na mesma época, na primeira visita que fiz à associação, a convite do professor Ronan Borges junto à disciplina de Geografia das Indústrias, em setembro de 2016. Na ocasião assistimos a uma exposição a respeito da biblioteca da associação e de seu acervo. A escolha pelos registros das reuniões como fonte de dados só ocorreu depois de algumas reuniões de orientação, ainda considerando 80 anos (1936 a 2016) como o recorte temporal, repensado após a qualificação.

Até o exame de qualificação, dois trabalhos de campo foram feitos: em maio e julho de 2017; Nestas ocasiões tive o primeiro contato formal na condição de pesquisador que tinha como objeto de pesquisa a ACIA. Apesar da minha dificuldade em conseguir agendamento de visitas (o acesso a pessoas externas não é permitido nos dias de reunião ordinária ou quando há eventos ou reuniões com empresários e

autoridades), fui recebido de maneira amistosa pelos funcionários<sup>44</sup>. Foi perceptível a intenção da associação como um todo de ter seu acervo consultado, bem como ter sua atuação pesquisada embora acreditemos que a narrativa pretensa fosse na direção de outras pretéritas (que inclusive entraram nesse trabalho como fonte). É como se estudar a ACIA fosse fornecer uma documentação de seu papel no progresso da cidade de Anápolis, visão que a mesma procura consolidar de diversas formas, algumas das quais analisadas neste trabalho.

Em primeiro momento, mantiveram a biblioteca com a porta aberta para o salão onde fica a secretária e os funcionários passam durante todo o tempo. Após as primeiras conversas e indagações sobre a pesquisa, me foi entregue um livro onde estava listado os documentos presentes na biblioteca. Nesta ocasião selecionei as atas como documentos primordiais. Havia também, em um depósito adjunto, muitas prateleiras com livros-caixa de contabilidade, documentos de sócios e outras pastas, que não estavam catalogados. No entanto, embora a porta estivesse aberta eu tive a sensação de estar sendo vigiado e isso fez com que eu ficasse concentrado apenas nos arquivos registrados na planilha de acervo.

No primeiro dia de trabalho, em maio de 2017, fiz uma leitura geral dos conteúdos presentes na planilha. Havia na biblioteca 188 pastas numeradas contendo documentos diversos: propostas de sócios, livros-razão, livros de pontos, recortes de jornais, fotos e álbuns, fitas k7, DVDs, estatutos, ofícios recebidos, entre outros. As pastas contendo os cadernos de atas estavam classificadas de acordo com o ano ou biênio somando um total de 43 pastas, desde 1936 até 2015. Outros conteúdos, como recortes de jornais, por exemplo, poderiam demonstrar a relação entre a associação e os veículos de imprensa; porém o grande volume representado pelas atas não permitiu que fosse feito este aporte metodológico, nem de outro tipo de fonte encontrada, tendo sido decidido, nas reuniões de orientação, que as atas seriam a principal fonte de informações.

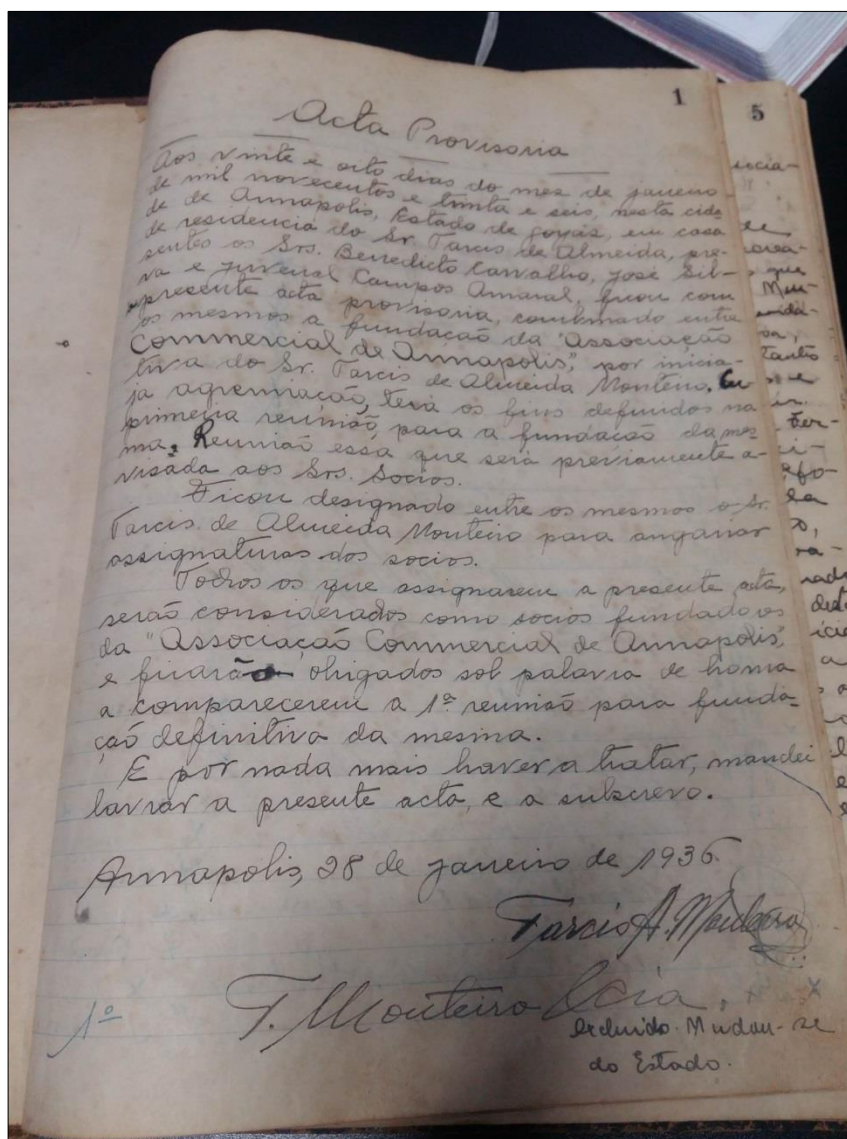
Na segunda visita de trabalho de campo, em julho de 2017, comecei a explorar as atas, seguindo a ordem cronológica, e tentando encontrar temas relevantes. Depois de um dia inteiro de trabalho percebi que a tarefa seria mais exigente do que parecia. Passei a tirar

---

<sup>44</sup> A minha visita foi documentada no site da associação, em uma matéria na qual citam informações básicas fornecidas por mim, a respeito da pesquisa, bem como do conteúdo presente no acervo da biblioteca. A matéria está disponível no seguinte link: <<http://www.aciaanapolis.com.br/site/2017/06/01/biblioteca-e-memorial-da-acia-sao-suporte-para-pesquisa-de-mestrado-da-ufg/>>. Acesso em 15/08/2018.

fotos dos cadernos de atas, dos assuntos que achava relevantes no momento, para que pudesse analisa-las nos momentos de estudo livre. No entanto só consegui registrar o período de 1936 até 1944, em que a densidade de atas era muito menor do que nos períodos posteriores, levantando dúvidas, portanto, sobre a exequibilidade da metodologia. Na imagem 1 é possível ver a primeira foto capturada das atas, referente à primeira reunião da associação, em 1936.

Figura 9 - Fotografia da primeira ata registrada da ACIA.



Fonte: Trabalho de campo, arquivo ACIA, dia: 18/07/2017.

Foi este material, referente aos primeiros oito anos de atividade da associação, que levei para o exame de qualificação, em setembro. No exame de qualificação além de reduzir o recorte temporal pela metade, foi confirmado o uso das atas como fonte,

dando maior tranquilidade da escolha de abordagem desse tipo de documento, buscando identificar as consequências espaciais da atuação da ACIA. O trabalho pela frente havia sido confirmado. Entretanto, em outubro de 2017 a biblioteca da associação entrou em reformas. A entidade havia sido contemplada em um edital do Fundo de Arte e Cultura de Goiás, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), no valor de 200 mil reais, para a revitalização de sua biblioteca. Não foi possível encontrar o edital no portal da SEDUCE, mas o recurso é noticiado no site da ACIA<sup>45</sup>.

Depois de várias ligações e tentativas de visita sem sucesso, alguns trabalhos de campo foram realizados no período em que a biblioteca estava fechada, os quais resultaram em boa parte dos conteúdos estudados nos primeiros capítulos. Depois disso, havia o receio de que a biblioteca não ficasse pronta antes do prazo para o término do trabalho ou, mesmo que ficasse, que não houvesse tempo hábil para a análise de todas as atas.

A reinauguração da biblioteca ocorreu em abril de 2018, e a visitação reiniciou apenas em maio. No dia 8 de maio voltei a Anápolis e à biblioteca da entidade para ver o que seria possível fazer após as reformas, visto o curto prazo para o término do trabalho. Fui recebido com a informação de que todos os documentos do acervo da biblioteca haviam sido escaneados, incluindo as atas. Houve certa relutância em me passar os arquivos, pois eles seriam ainda analisados, organizados e classificados pelo curador da biblioteca, de forma a apresentar seus conteúdos para o público. Conseguir os arquivos brutos, no entanto, me deu a possibilidade de analisar os dados sem uma vistoria prévia, e a partir disso eu poderia me concentrar diretamente no conteúdo das atas.

Ao todo, foram disponibilizados 13 *Gigabytes* de arquivos escaneados. Destes, cerca de 3 *Gigabytes* correspondiam às atas do período estudado, entre 1936 e 1976. Os outros arquivos correspondem a atas de períodos mais recentes, recortes de jornal e outros documentos. De 1936 até 1972, as atas eram registradas a mão nos cadernos de atas. Cada arquivo dentro deste período contém duas páginas abertas. A partir de 1972, os registros das reuniões passaram a ser datilografados, contendo assim uma página por arquivo. No total, portanto, foram analisados 980 arquivos individuais de imagem, correspondentes a cerca de 1480 páginas de atas.

---

<sup>45</sup> “ACIA: arquivo histórico recebe premiação do Fundo de Arte e Cultura de Goiás”. Disponível em <<http://www.aciaanapolis.com.br/site/2017/01/09/arquivo-historico/>>, acesso em 19/08/2018.

De acordo com a página da internet “<http://origemdapalavra.com.br>”<sup>46</sup>, a palavra “ata” “surgiu no Latim como ACTA, ‘obras, coisas feitas’, participio passado de AGERE, ‘agir, realizar, fazer’”. No uso que se faz da palavra no português, o dicionário *Michaelis*<sup>47</sup> define ata como “Registro escrito no qual se indicam as resoluções tomadas por um conselho deliberativo e os assuntos tratados em uma reunião, assembleia, convenção etc.”.

Posto isso, as atas analisadas contém registros de reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria, bem como assembleias para todos os associados e assembleias de eleição para os cargos de direção da entidade, compostos pelo presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiros, além dos diretores para assuntos específicos e do conselho consultivo, que possuía poder superior aos eleitos em casos extraordinários ligados à gestão e solução de conflitos.

### 3.2. O processo de análise das atas

A tarefa de registrar as reuniões por escrito cabe ao primeiro secretário, terceiro na hierarquia de poder, depois da presidência e vice-presidência. Especialmente no período em que as atas eram registradas em letra de mão cursiva, a troca de direção a cada dois anos trazia pequenas alterações nos registros, e alterava também a caligrafia dos textos. Passei a reconhecer alguns dos secretários pela caligrafia, especialmente quando a letra era quase ilegível, fazendo com que eu tivesse que “decifrar” algumas das palavras escritas. Outros secretários possuíam uma caligrafia mais clara, o que facilitava a leitura e agilizava o processo de revisão dos conteúdos. Das 1480 páginas analisadas, cerca de 900 foram escritas à mão.

Os últimos seis anos do recorte temporal, a partir de 1972, quando as atas passaram a ser datilografadas, possuem cerca de 580 páginas, mostrando assim um número muito superior de páginas por ano pesquisado. Isto se dá porque as atas datilografadas possuem menor densidade de informações (as atas datilografadas possuem maior espaço em branco entre os tópicos discutidos). Além disto, vários períodos de instabilidade nacionais e locais dificultaram a atividade da associação,

---

<sup>46</sup> Acesso em 20/08/2018.

<sup>47</sup> Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/>>, acesso em 20/08/2018.

como o golpe de Estado de 1937, o fim do Estado Novo, em 1945, e o golpe militar de 1964. A periodicidade das reuniões também era menor nos períodos iniciais, quando eram realizadas com intervalos de 15 dias a 2 meses entre elas. A partir do final da década de 1960 as reuniões passaram a ser feitas quinzenalmente ou até semanalmente, indicando um processo de consolidação da entidade na década de 1970, atestado pela maior frequência nas reuniões.

Os registros seguiam uma estrutura padronizada no decorrer do recorte temporal. Na figura 10, é possível observar os principais elementos textuais presentes nas atas.

A ata em questão se refere à reunião ocorrida em 03 de dezembro de 1971, e foi escolhida por ser uma das mais didáticas e exemplificar a estrutura textual porque foi um registro curto, podendo ser observado em apenas uma imagem escaneada. A maioria das reuniões eram registradas em mais de duas páginas ou estavam divididas em *scans* diferentes. Além disto, a caligrafia desta ata é uma das mais claras, sendo uma das últimas registradas à mão.


O primeiro elemento observado é a identificação da ata. Esta identificação se iniciava do zero a cada diretoria. Entretanto, em diversas ocasiões ela parou de ser feita. A identificação para fins da pesquisa era, portanto, realizada pela numeração da página, dentro dos cadernos que continham registros bienais. As atas datilografadas, no entanto, não eram identificadas por ordem de acontecimento, tampouco por numeração de páginas, fazendo com que a sua catalogação para a pesquisa fosse feita estritamente pelas datas de acontecimento.

Logo em seguida, observa-se a data, hora, e local das reuniões. Os locais em que as reuniões eram realizadas dão pistas importantes a respeito das redes sociais entre os atores, bem como as territorialidades que exerciam no espaço urbano anapolino, especialmente antes da inauguração do prédio sede da associação, quando não possuíam um lugar fixo para se reunir, recorrendo a casas de sócios e clubes recreativos.

A descrição dos membros presentes indica a participação de convidados, sejam eles associados com reivindicações ou pendências, ou políticos e membros de outras entidades classistas. A maioria das reuniões ocorria apenas com os diretores, enquanto membros do conselho consultivo e os atores citados acima apareciam esporadicamente ou em eventos solenes.



Figura 10 - Estrutura textual de uma ata.

Identificação da ata	Data, local e horário da reunião	Paginação do caderno de atas
<p>Ata nº 31.            Cabo, local e horário. Aos 3 dias do mês de dezembro de 1971, no sede paripua desta entidade, às 20 horas.</p>	Expediente do dia	<p>11            atos, podendo assumir os municípios. Orestes alegou uma comissão composta de 11 membros, para elaborar relatório dos municípios paripua por esta entidade e o que ainda devia se fazer no governo / ano. Ficando composta a comissão pelos conselheiros: Oscar Luiz, Mauri Nogueira, José Mariano e Manoel Manduê.</p>
<p><b>Membros presentes</b>            Gilson Nogueira, Manoel Nogueira, Oscar Luiz, José Elvira, José Augusto e Gilson Batista.</p>	Encerramento	<p>Encerramento: nada mais havendo a fazer foi suscitado o presente assunto, foi levado ao voto para constar, que após lido e aprovada, foi assinada por / quem de direito.</p>
<p><b>Presidência da reunião</b>            Expulso da presidência: com os conselheiros ausentes, o ex presidente deu fe para o fim de uma reunião de paripua de este.</p>	Informes	<p><b>Assinaturas dos presentes</b>  </p>
<p>Esta reunião para dar as paripuas por nome foi uma reunião do Senai - em junho pelo. Orestes também que esteve em contato com o presidente de vereadores. Orestes também, o qual se afastou para estudar no selção do governo do Brasil.</p>	Ofícios recebidos e expedidos	<p>11            Data, local e horário. Aos 10 dias do mês de dezembro de 1971, no sede paripua desta entidade, às 20 horas.            Ofícios: Mauri Nogueira, Manoel Nogueira, Oscar Luiz, José Augusto, Gilson Batista, José Elvira e José Mariano.            Expediente do Senai: com os conselheiros de paripua, o ex presidente paripua que fora feita a lista da ata anterior, sendo aprovada por unanimidade.</p>
<p>Orestes também, o qual se afastou para estudar no selção do governo do Brasil.</p>	Expediente do dia	

Fonte: Caderno de atas ACIA (1971).

A presidência da reunião seguia a hierarquia de comando da associação (presidente, vice, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro, diretores). Geralmente, o presidente dava os informes de eventos ocorridos entre as reuniões, que poderiam ser levados à discussão ou não. Em seguida, eram lidos os ofícios recebidos e expedidos.

Na ata apresentada, praticamente não se menciona os ofícios, mas eles indicavam os atores com os quais a associação se articulava. Quando os assuntos se mostravam de alta importância para os diretores, alguns dos ofícios e telegramas eram transcritos nas atas, servindo como importante fonte de dados factuais da pesquisa. Nas atas datilografadas, no entanto, os ofícios perdem espaço nas reuniões para os assuntos em discussão, e são apenas numerados ou citados.

O expediente do dia configura a parte mais importante das atas como fonte de dados primários da pesquisa. Primeiramente lido pelo secretário, o expediente determina os assuntos levados ao plenário para discussão e deliberação, contando às vezes com convidados. A palavra inicial após a leitura dos assuntos discutidos cabia ao presidente, que apresentava detalhes das pautas e dava suas impressões a respeito. Após sua fala, outros diretores ou convidados podiam dar suas opiniões e, posteriormente, os assuntos eram votados. Muitos dos assuntos eram endereçados por comissões formadas durante as reuniões, geralmente possibilitando que se dirigissem em bloco para reuniões com autoridades de Anápolis e do estado, e também com outras entidades de classe. Nos anos finais do recorte estudado, algumas reuniões chegavam a ter mais de 6 ou 7 assuntos discutidos, nas mais variadas frentes de ação, rendendo assim muitas páginas de discussão.

No final das discussões, o secretário declarava a reunião encerrada e coletava a assinatura dos presentes. Estas assinaturas passaram a não constar mais a partir das atas datilografadas. No início das reuniões fazia-se também a aprovação da ata da reunião anterior, fazendo alterações quando algum conteúdo anterior era reprovado pelos diretores.

### **3.3. A ata como fonte histórica de discursos**

A forma como abordar as atas e buscar traços da atuação política e espacial dos atores foi para além do desafio metodológico e de tempo hábil para a execução, um desafio teórico. Não existem muitos estudos que utilizam atas de reuniões como fonte de informação, especialmente no campo da Geografia. O estudo destes documentos, principalmente no recorte escolhido, entre 1936 e 1976, parece ter mais respaldo em outros campos do conhecimento, como na História. Desta forma, aceitamos o desafio de

utilizar a perspectiva histórica para identificar relações sociais e articulações políticas - que se realizam no espaço, bem como efeitos concretos no espaço urbano anapolino.

Contudo, ao analisar as atas foi imprescindível considerá-las como documentos produzidos por atores com determinadas intencionalidades e ideologias (geralmente o 1º secretário), sobre assuntos e ações tomadas por um grupo do qual faz parte, a Associação Comercial e Industrial de Anápolis, que por sua vez é uma das formas como a classe dominante anapolina se organiza para defender seus interesses. Retornando ao parágrafo anterior, estes são interesses que, apesar de definirem muitos processos socioespaciais, observados hoje, se localizam em outro tempo histórico, em diferentes conjunturas políticas e sociais, com conflitos e contradições específicas de seu tempo.

Spink (2000) faz uma comparação entre os fundamentos metodológicos da história e da psicologia social para buscar um arcabouço que fundamente a análise de discursos em documentos históricos, com atenção dada aos documentos de domínio público. Ele utiliza como exemplos de documentos de domínio público passíveis de análise: “arquivos diversos, diários oficiais e registros, jornais e revistas, anúncios, publicidade, manuais de instrução e relatórios anuais são algumas das possibilidades” (SPINK, 2000, p. 136). Segundo o autor, tudo pode contar, contando que se consegue ouvir o que os documentos têm a dizer, e acreditamos que as atas possuem grande riqueza de informações, tornados públicos pelo acervo da biblioteca da associação, caráter este substanciado pelo aporte de 200 mil reais de recurso recebidos da SEDUCE, depois de contemplados por um edital público.

Assim, as atas conferem publicidade a decisões internas de um grupo de atores materializado na ACIA como forma institucional, de forma similar ao que diz o autor:

Os documentos de domínio público são produtos sociais tornados públicos. Eiticamente estão abertos para análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-a-dia [...]. Para os grupos profissionais, situados simultaneamente no institucional e no cotidiano, o mundo das publicações é igualmente rico, permitindo acesso às coalizões de pensamento e diálogo. (SPINK, 2000, p. 136).

A análise destes documentos em um intervalo de tempo relativamente grande, de 40 anos, foi algo que nos intrigou desde o início da pesquisa. As quase 1500 páginas de atas de reunião resultaram em um fichamento de 178 páginas no programa de texto *Microsoft Word*. O registro, no qual tentei colocar os fatos mais relevantes, foi feito na ordem cronológica, a partir de 1936. Apesar de importante para recriar momentos de

uma época que não presenciei e da qual, portanto, não tenho a compreensão do aspecto vivido, a sequência cronológica das reuniões e dos fatos se mostrou pouco operacional para a narrativa dos eventos e análise dos elementos desejados. Muitos assuntos, alguns dos quais centrais para os objetivos do trabalho, apareciam em uma reunião, digamos, em 1960, e depois desapareciam até um ano ou mais tempo depois, quando voltavam a ser discutidos. Isso era muito comum nas articulações de leis e projetos, pois necessitavam esperar a tramitação nas diferentes instâncias do legislativo e executivo. A intermitência dos assuntos é um aspecto comum e recorrente nas discussões registradas nas atas.

Uma resposta para esta questão, indo ao encontro de algumas suspeitas sobre o caminho a seguir, também foram encontradas em Spink (2000). Segundo o autor, Fernand Braudel foi um crítico severo da chamada história dos eventos, a história tradicional dos acontecimentos políticos. Foram muito criticadas pelo historiador as versões agregadas da História, que classifica o tempo em anos, décadas ou séculos de forma seriada. Para alguns exemplos a classificação a partir dos assuntos pode ser mais interessante do que partir do tempo.

No que se refere às fontes de informações, Spink (2000) valoriza os longos intervalos de tempo e publicações seriadas. Citando o estudo de uma publicação periódica de medicina, o autor indica que a análise de uma base de dados contínua por um período de tempo determinado permite observar o surgimento de novos assuntos, a perda de interesse em outros, e o estabelecimento de tendências ou comportamentos sociais. Outro indicador importante da passagem do tempo, segundo o autor, é a língua e a mudanças nos usos de palavras. Assim também se percebe nas atas, como pode ser visto nas citações, onde se observa a variedade lexical da língua portuguesa.

Pensando ainda na forma de organizar os assuntos observados, a obra de Silva (2009) nos ajudou a esclarecer os procedimentos metodológicos que seriam mais eficazes, em busca de uma classificação de conteúdo que permitiu realizar a análise do discurso, com alguns temas como eixo central. De acordo com a autora,

A Análise do Discurso, porém, não se interessa particularmente em equacionar extensão e representatividade, pois não tem propósitos quantitativos, ao contrário da Análise de Conteúdo. O *corpus* reporta-se a uma *reunião, sobretudo, de fatos* (sentidos em processo da produção do discurso), *não apenas de dados*. Desse conjunto, o analista recortará *fragmentos* (sequências discursivas) por meio dos quais constituirá as *regularidades discursivas de seu objeto*. A diferenciação entre dados e fatos permite ao analista transpor o empírico, ou a materialidade linguística, em

direção a acontecimentos histórico-ideológicos que são as condições e as possibilidades do discurso. (SILVA, 2009, p. 112, grifo da autora).

A autora fala a respeito das regularidades que o analista encontra na pesquisa, e que são manifestadas na conjuntura enunciativa de um estudo. Estas regularidades aparecem como elementos recorrentes ou idiossincráticos quando analisada toda a conjuntura ou conjunto de enunciados, objetos de análise da pesquisa. Tais regularidades vão constituindo o tópico de investigação do analista, permitindo assim a projeção de objetivos, hipóteses e questões de pesquisa sobre os objetos estudados (SILVA, 2009).

As regularidades encontradas nos discursos são também abordadas por Souza Júnior (2009). Segundo o autor, as regularidades permitem a proposição pelo pesquisador de ideias centrais, e estas, conseqüentemente, permitem a elaboração da análise do discurso. A partir do acesso e dos diferentes discursos analisados, é possível então elaborar uma matriz discursiva, constituída pela superposição dos diversos discursos estudados, de forma a identificar as principais práticas e intencionalidades dos sujeitos (SOUZA JÚNIOR, 2009).

Depois de ler e fazer fichamentos do conjunto de todas as atas, a partir da ordem cronológica de acontecimentos, dividimos os conteúdos por temas mais recorrentes nas reuniões da ACIA; tais estes que orientarão as discussões realizadas até o fim desta dissertação, e que compõem o que Souza Júnior (2009) chama de *matriz discursiva* das atas analisadas. Os 22 temas principais, identificados tendo em vista também os objetivos da dissertação, em diferentes níveis de concentração de discussões e aplicabilidade para o trabalho são (em ordem alfabética): Articulação com políticos e autoridades; Auxílio a instituições e filantropia; Bancos e dívidas; Base Aérea de Anápolis; Corpo de bombeiros; Distrito Agroindustrial de Anápolis; Ditadura militar; Eleições internas; Embelezamento urbano; Escola de comércio e centro de convivência do SESC; Ferrovia; Fiscalização, impostos e isenções; Funcionamento interno da associação; Hotéis e outras empresas; Infraestrutura e transportes; Outras associações e entidades de classe; Relações com a mídia; Rotary, Maçonaria e Lions; Sede própria; Universidades.

Alguns destes temas serão de importância central para a investigação da forma como a ACIA se coloca como um ator coletivo do espaço urbano e de como se relaciona politicamente com outros atores, bem como defende seus interesses frente outras instâncias sociais. Outras questões, apesar de interessantes temas de pesquisa, não

puderam ser explorados de maneira satisfatória devido ao grande volume de dados, perdendo assim espaço em detrimento de temas mais próximos dos objetivos desse trabalho.

### 3.4. A análise dos discursos presentes nas atas

Após a coleta do conteúdo e da separação pelos assuntos mais recorrentes das atas, fez-se necessário expor a forma como analiso este conteúdo como ele me faz compreender a organização do espaço urbano de Anápolis. Uma característica abordada neste capítulo que permeia os temas analisados é a articulação política entre a ACIA e outros atores, justificado pela função da associação de representatividade política do empresariado anapolino. Além disto é nítido ao longo dos assuntos abordados pelos diretores a influência de episódios e conjunturas políticas na escala regional e nacional.

Desta forma o fichamento e catalogação das atas seguiu basicamente três parâmetros para a identificação de elementos relevantes à compreensão do objeto de estudo. O *primeiro* é a menção de nomes de políticos, empresas e associações, com vistas a criar um esboço ou uma amostra da rede social em que a ACIA estava inserida nas décadas estudadas. O *segundo* parâmetro foi a presença de elementos que dessem indícios da situação política, econômica ou social em que agiam, nas mais diferentes escalas. Tendo em vista o considerável intervalo de tempo, é possível observar a influência destas conjunturas nas pautas discutidas e nos interesses defendidos pela entidade. O terceiro *parâmetro* se constituiu na identificação e reprodução direta de discursos e relatos de discussões que permitem analisar as intencionalidades, interesses e alinhamento ideológico da associação enquanto sujeito coletivo e de seus associados, em especial os diretores.

Silva (2009) insere a Análise do Discurso no campo da pesquisa qualitativa nas ciências humanas e na Geografia. Segundo a autora, uma crítica realizada pelos linguistas à análise discursiva em alguns estudos de ciências humanas é a de que se negligencia os aspectos propriamente linguísticos em detrimento de uma análise temática, perdendo assim a identificação das intencionalidades dos sujeitos e

fundamentos ideológicos por trás das ações dos atores<sup>48</sup>. Contudo, uma das correntes de estudo da análise de discurso de maior relevância, e mais difundida no Brasil é a de Michel Pêcheux, também chamada de vertente francesa, cujos autores estão ligados à linguística, o marxismo e a análise política. Segundo Silva (2009, p. 95), “Pêcheux relaciona, em síntese, o dado linguístico e o contexto na confluência da língua, do sujeito e da História. Consolida, assim, um marco relevante para a Análise do Discurso”.

Em que pese este ser um trabalho de Geografia que busca realizar uma análise política e histórica de um grupo determinado de atores, aliado aos impactos de sua atuação na cidade de Anápolis, o foco metodológico predominante é, inevitavelmente, a análise temática e contextual. Os discursos se fazem presentes, entretanto não é interessante para os nossos objetivos dissecá-los ou fazer uma análise verticalizada dos elementos textuais, dando mais espaço para o estudo do contexto sociopolítico e das relações entre os atores.

Souza Júnior (2009) nos fornece outra ferramenta de análise de grupos atuantes no espaço urbano, pela Geografia, também inserido no método qualitativo. Na sua pesquisa sobre movimentos sociais urbanos na cidade de João Pessoa-PB, com ênfase na análise do discurso, o autor classifica a fala social destes grupos como discurso do sujeito coletivo (DSC). Na pesquisa em questão, são analisados quatro grupos atuantes na capital paraibana que atuam na busca por mais moradias e condições de mobilidade urbana, representantes de camadas sociais desprovidas de privilégios e poder econômico.

Apesar de os grupos analisados por Souza Júnior se localizarem na outra extremidade do espectro político-ideológico quando comparados à Associação Comercial e Industrial de Anápolis, os fundamentos de análise utilizados nos seus discursos são instrumentais também para compreender a atuação do grupo anapolino. Mais do que isso, segundo Souza Júnior (2009, p. 30), o método qualitativo permite “uma apreensão mais substancial acerca das características e limites de cada ator social envolvido”, quando se inclui a produção do espaço entre as ações sociais realizadas por determinados sujeitos. Pensando na ação em grupo, bem como a análise do contexto dos atores estudados,

---

<sup>48</sup> Ver GREGOLIN, M. R. F. V. . Foucault e Pêcheux na análise do discurso. Diálogos & Duelos. 1. ed. São Carlos: Claraluz Editora, 2004. v. 1. 220p .

O método qualitativo permite, pois, identificar as motivações que levam os sujeitos sociais ao exercício de suas práticas espaciais, sendo importante a fundamentação de elementos que sustentem a produção de um discurso capaz de representar o posicionamento de todo o segmento social. (SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 30).

A tarefa de articular o contexto social e político, os sujeitos e suas redes de relações e os discursos proferidos pelas atas, em busca de suas intencionalidades e do seu resultado no espaço urbano anapolino é desafiadora. Buscamos evitar reducionismos e simplificações. Entre as limitações ou armadilhas que tentamos superar, está o fato de que utilizar a ata como fio condutor da narrativa na dissertação, buscando nelas os elementos e parâmetros citados acima, não exclui o fato de que elas são, em sua completude, discursos produzidos pelos mesmos atores que desejamos estudar, tendo assim vieses próprios e intencionalidades anteriores à própria escrita, e que possibilitam a omissão ou valorização de assuntos e termos que podem influenciar o olhar do pesquisador. A busca de fontes de informações exteriores, especialmente na checagem de fatos históricos que reverberam nas atas, foi uma das formas de tentar nos esquivar desta alienação.

Postos os critérios metodológicos utilizados para a análise das atas, a disposição dos capítulos 3 e 4 segue o agrupamento de temas que julgamos serem mais próximos, permitindo assim maior coesão textual e a visualização mais nítida possível das relações políticas e dos bastidores do poder estatal e oligárquico, e como isto se fez visível no espaço urbano de Anápolis. É possível classificar as atas também como um registro de circulação de informações, a partir das quais analisamos objetos que servem à atuação da classe dominante, seguindo os conceitos de Raffestin (1993). Seja a legislação, a ferrovia, as infraestruturas necessárias à atividade industrial ou a instalação de um distrito industrial, a implementação e o uso destes sistemas passam por uma rede de relações interpessoais complexas e multilaterais, em parte registradas nas atas.

O autor propõe a abordagem pela problemática relacional, ou seja, que considera que as relações entre os atores são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais. Como um pressuposto ou “axioma” desta problemática, Raffestin (1993) estipula que a toda relação entre humanos é política, concernente à coletividade e à vida em grupo, sobre a qual se projeta o problema fundamental da repartição das coisas entre os seres humanos. Assim, uma conclusão desta questão é que as relações podem ser simétricas ou dissimétricas, determinando acessos a determinados



recursos e objetos. No nosso caso, esta constatação pode ser feita quando comparamos a ACIA com as diferentes escalas do governo; com outras associações e a federação; ou entre os diretores da associação e o grupo de associados.

Outra conclusão à qual chega o autor é de que o espaço e o tempo desempenham papel fundamental nas relações. O poder dos atores depende da sua posição relativa no espaço e no tempo, determinando assim sua distância espacial ou temporal dos centros de poder político. Se distanciando do que chama de geografia política clássica, Raffestin (1993) não considera o Estado como o ator privilegiado, centro das análises, mas uma organização como outra qualquer, porém investido de um peso maior. Ele classifica o Estado como pertencente a “grupos primários” de poder, enquanto organizações de “tipos bem diversos” pertencem a “grupos secundários” (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

Assim, as relações mantidas entre organizações, ou entre elas e o Estado, entre empresas e até entre indivíduos e consideradas econômicas, por exemplo, só o são por seu conteúdo. Na sua realidade ou essência, são profundamente políticas, condicionadas a choques ou conflitos entre poderes que engajam a sociedade ou parte dela (RAFFESTIN, 1993).

Para compreender como se dão estas relações, Raffestin (1993, p. 38) dissecou os elementos que as constituem: “os atores, a política dos atores, a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação”.

Portanto, a partir das relações observadas nas atas, pretendemos no terceiro e quarto capítulos reconstituir o objeto “ACIA” enquanto sujeito coletivo, bem como perceber a atuação individual de seus sócios e diretores e a construção de um discurso único; identificar seus interlocutores; analisar de que maneira as conversas e reivindicações aconteciam; compreender as estratégias utilizadas para conseguir seus objetivos, seja a partir da constituição de novas relações, ou por estruturas cristalizadas de poder, exemplificadas pelas oligarquias regionais dominantes expostas na primeira metade do trabalho.

A própria evolução temporal das atas evidencia a importância do aspecto temporal em nosso quadro de análise, a partir do distanciamento ou aproximação abstrata do poder estatal e as consequências desta distância relativa. O elemento espacial também é evidenciado nas diversas questões exploradas, indicando um poder mais duradouro e dissimétrico da entidade em Anápolis e sua região, e uma disputa mais intensa ou simétrica em escalas maiores.

Para compreendermos a associação enquanto sujeito coletivo impera-se a análise do seu funcionamento interno, do tratamento com os associados da constituição de uma unidade de ação e discurso, que é central para as articulações externas, processos materializados na construção da sede da ACIA. Além disto, a relação com outras associações, com políticos e outros atores permeia todo o trabalho, passando também pelo período da ditadura militar.

No capítulo 4, buscamos demonstrar os efeitos diretos das ações tomadas pela associação comercial e industrial no espaço urbano anapolino, e quais as principais articulações e ações tomadas neste sentido. Entre os temas mais significativos, estão a Estrada de Ferro Goiás, a infraestrutura rodoviária e de energia, a relação com a Base Aérea e o Distrito Agroindustrial de Anápolis.

Relembrando Spink (2000), não tivemos como prioridade uma sequência cronológica na apresentação dos temas. Muitos deles se sobrepõem temporalmente, às vezes com retorno a períodos anteriores, o que também acontecerá na passagem de um capítulo para o outro. Contudo, buscamos em segundo plano manter uma mínima sequência temporal, para facilitar o acompanhamento do leitor.

### **3.5. Mas afinal, o que é a ACIA?**

Neste tópico, abordaremos aspectos referentes à caracterização e funcionamento interno da Associação Comercial e Industrial de Anápolis. Entre eles, o número e tipo de sócios, situação financeira e patrimonial da entidade, campanhas para arrecadação de novos associados, conflitos internos, entre outros. As primeiras reuniões da associação tiveram poucas ações ou discussões políticas, especialmente no ano de 1936, durante a constituição e consolidação da primeira diretoria, sendo mais utilizadas para a definição do estatuto da entidade. As primeiras atas registram os nomes dos sócios fundadores, listados no anexo 2.

Costa (1998) e Rodrigues (2009) caracterizam as associações e sindicatos patronais (e também os sindicatos operários) como organizações corporativistas, regulamentadas no governo Getúlio Vargas após 1930.

De acordo com Costa (1998), a indústria paulista já tinha, desde 1894, a Associação Comercial de São Paulo para lhe amparar. Contudo, a regulamentação da

atividade sindical surgiu a partir de conflitos entre classes patronais de São Paulo na década de 1920, quando a nascente indústria têxtil, em campanha pela elevação das tarifas sobre algodão importado, entrou em disputa com o setor do comércio exportador apoiado pela Sociedade Rural Brasileira. Cria-se então, em 1928, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), “momento em que os industriais resolvem enfrentar o conflito com os setores já organizados do capital” (COSTA, 1998, p. 124).

A autora indica uma posição privilegiada da burguesia industrial brasileira nos primeiros anos da década de 1930 devido a dois objetivos do governo varguista: deslocar o polo mais importante da economia da agricultura para a indústria e mover as relações entre capital e trabalho da esfera policial para a esfera política. Ainda assim, houve resistência da classe industrial paulista em cooperar com o governo para encontrar soluções para a questão trabalhista, que seria tarefa do governo (COSTA, 1998).

Rodrigues (2009) também indica essa insatisfação da classe produtora. O autor relata certa unanimidade acadêmica no fato de que a iniciativa do sistema corporativo não partiu do patronato, que teve de se adaptar ao que foi imposto pela nova elite política, e tentaram retardar a aplicação de alguns dispositivos, burlar a legislação, entre outros. A partir do quadro de conflito e alguma fraqueza em relação ao mercado externo, Rodrigues (2009) apresenta a tese de que o sindicalismo corporativo foi uma resposta intervencionista do governo federal para ajudar o mercado nacional a sobreviver à concorrência estrangeira. As leis que regulamentaram o sistema sindical, incluso as associações, foram portanto impostas pelo Estado.

Segundo Rodrigues (2009), este modelo corporativo foi implementado inicialmente em 1931<sup>49</sup>, pelo decreto n° 19.770, que criava as modalidades de organização dos sindicatos operários e patronais, estabelecendo o controle estatal sobre as associações profissionais, a partir da unidade sindical e obrigatoriedade do reconhecimento dos sindicatos pelos órgãos públicos. Algumas mudanças foram realizadas em 1934, com o decreto n° 24.294, que ajustou a lei à Constituição de 1934.

É essa lei que ampara a criação da ACIA, em 1936, mas seu início foi cambaleante. Apesar de as oligarquias representadas na associação terem se fortalecido política e economicamente depois da chegada Vargas ao poder em 1930, a associação

---

<sup>49</sup> Dois meses após a implementação a lei, é criada a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a partir de estatutos modificados da CIESP. A FIESP contava em 1998 com mais de 8 mil indústrias filiadas (COSTA, 1998)

teve sua atividade prejudicada pelo golpe de Estado perpetrado em 1937, que gerou muitas mudanças na estrutura governamental, também na escala municipal. Não há registros/atas de reuniões da associação entre 1937 e 1943. Asmar (2011), autor do livro da entidade, credita este período de paralisação à instabilidade política do país na época, posterior ao golpe de Vargas.

Entre as mudanças estruturais realizadas a partir de 1937, Rodrigues (2009) destaca regulações na organização e enquadramento de categorias sindicais, além de questões referentes à arrecadação, recolhimento e aplicação do imposto sindical. Ainda em 1943, é lançada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que reuniu a legislação da organização sindical, além das áreas de previdência social, proteção ao trabalhador e à justiça do trabalho. A ACIA retorna às atividades seguindo este modelo.

Durante os primeiros anos de funcionamento a entidade se chamava Associação Comercial, Industrial e Rural (ACIAPA). A então ACIAPA voltou a registrar suas reuniões em ata a partir de 1943, quando também foi eleita uma nova diretoria, sob a presidência de João Luiz de Oliveira, que já havia sido o primeiro prefeito nomeado de Anápolis no início da segunda república, em 1930. A Associação Comercial e Industrial de Anápolis, ACIA, só surgiu com essa denominação em 1971.

O primeiro nome se manteve até 1951, ponto a partir do qual a entidade começou a se consolidar. A primeira ata que registra a mudança é a de 10 de dezembro de 1951, quando passou a se chamar Associação Comercial de Anápolis (ACA). Durante a maior parte da revisão das atas, especialmente as escritas, a sigla mais lida foi a da “ACA”. Contudo, como no final do recorte a associação passou a se chamar “Associação Comercial e Industrial de Anápolis” (ACIA), maneira como se nomina até os tempos atuais, decidimos utilizar a sigla do nome atual, “ACIA”, mesmo quando analisados períodos em que possuía outros nomes, com exceção das citações diretas, inalteradas.

A relação com outras associações e entidades classistas será mais explorada em um tópico específico. Entretanto, é válido citar aqui que existia, concomitantemente à associação comercial, uma Associação Industrial de Anápolis (AIA). A diferença de capital político entre elas, no entanto, visto a maior representatividade por parte a associação comercial, além de maior sucesso nas suas reivindicações em detrimento daquela que representava só a das indústrias, levou a uma eventual fusão das duas entidades. Os próprios diretores da AIA propuseram esta junção:

Gilson Amaral Brito, que discorreu sobre as dificuldades que passa a AIA. E, considerando que a mesma não aglutina aos industriais locais, e que quase todos eles são filiados da ACA; disse ainda, que é pensamento da atual diretoria, que já se encontra com seu mandato vencido, a dissolução daquela entidade com a consequente fusão com a ACA, desde que esta passe a se denominar Associação Comercial e Industrial de Anápolis. (ACIA, ata da reunião de 26/03/1971, p. 48, 49).

Dois meses depois, em 21/05/1971, foi realizada a primeira reunião da entidade enquanto Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA). A fusão entre as duas associações transferiu o patrimônio da associação industrial para a associação conjunta, e foi feita após um estudo dos estatutos das duas entidades, especialmente por advogados associados da ACA. Os estatutos apresentam toda a estrutura interna da associação, discriminando membros, tipos de reuniões, adequações às leis, etc., e permitem compreender melhor como se organizavam.

### **3.5.1. Os estatutos: fundamentos do sindicalismo patronal**

As atas de reunião da ACIA contêm, dentro do período estudado, pelo menos dois estatutos vigentes transcritos de forma completa, sendo o primeiro deles em 1955, e o outro na ocasião de fusão com a associação industrial, registrado na reunião de 18/05/1971.

De modo geral, pouca coisa mudou entre os dois estatutos. O de 1971, no entanto, é mais completo que o redigido em 1955, englobando uma gama maior de situações e detalhes, podendo nos dar maior clareza do perfil da ACIA. Além disso, é o primeiro estatuto depois da unificação da associação, e estava em vigor até o final do nosso recorte temporal, em 1976. É possível observar abaixo as divisões presentes no referido estatuto. (ACIA, Ata de reunião de 18/05/1971 p. 59 até 76).

#### **Sumário do estatuto de 1971**

- Cap. 1 – Associação, denominação e fins
- Cap. 2 – Dos Sócios
- Cap. 3 – Das Categorias dos Sócios e suas Contribuições
- Cap. 4 – Da Admissão dos Associados
- Cap. 5 – Da suspensão e demissão do Associado
- Cap. 6 – Dos direitos e deveres dos associados
- Cap. 7 – Da Administração
- Cap. 8 – Das Assembleias Gerais

- Cap. 9 – Da diretoria
- Cap. 10 – Do Conselho Consultivo
- Cap. 11 – Do Conselho Fiscal
- Cap. 12 – Das Eleições
- Cap. 13 – Das disposições transitórias

Não pretendo fazer uma análise pormenorizada do estatuto da associação. Não obstante, considero relevante demonstrar o sumário do documento, bem como trazer algumas passagens que ajudam a compreender o que é a entidade, qual o meio ambiente constitucional legal que fundamenta suas ações, e qual o modelo de representatividade que é posto.

No primeiro capítulo, a respeito da natureza da associação, temos sua definição jurídica, no Artigo 1º do estatuto:

A Associação Comercial e Industrial de Anápolis [...] é uma sociedade civil, com personalidade jurídica, de fins não lucrativos e de duração ilimitada [...]. a) defender os interesses das classes que representa, mantendo sempre elevado seu nível ético, moral e intelectual; b) Promover e incentivar a união e solidariedade entre os associados e associações de classe do país; c) Manter os serviços de utilidade para seus associados; d) Desempenhar todas as funções que o Código Comercial e demais leis do país conferem às Associações Comerciais e Industriais; e) procurar dirimir amigavelmente questões surgidas entre as classes; f) Ser órgão representativo, perante os poderes públicos, das classes que a compõe, colaborando na solução de todos os problemas. (ACIA, Ata de 18/05/1971, p. 60).

Já no artigo 4º, é descrito os meios pelos quais a associação se utilizará para lograr sucesso nas disposições a respeito de seus fins:

Art. 4º - Usará a Associação, para lograr os efeitos a que se propõe realizar, dos meios indicados e convenientes e: a) Pugnará pela defesa dos interesses dos associados, tornando-se seu legítimo patrono [...]. e) Tratará de qualquer assunto que, direta ou indiretamente, venha interessar aos associados. (ACIA, Ata de 18/05/1971, p. 61).

A respeito dos sócios que poderiam se enquadrar na associação, são citadas “As empresas comerciais, industriais, civis, individuais ou coletivas e seus diretores ou sócios. [...] As associações de classe ou representativas de interesses econômicos”. Todos os sócios, com exceção dos beneméritos, ou “de honra”, deveriam pagar mensalidades, a depender do tamanho de sua empresa. Todas as admissões eram avaliadas pelas reuniões da diretoria e registradas em ata. A diretoria, por sua vez, fazia parte da administração, que tinha como instância máxima as assembleias gerais,

divididas entre ordinárias e extraordinárias, nas quais eram aprovadas decisões pontuais, como novos estatutos e eleições bienais de diretorias. Os diretores, que se reuniam semanalmente, de acordo com o estatuto, eram os que tocavam a associação no cotidiano, e por isso foram escolhidos para serem estudados de maneira mais detalhada.

Da administração ainda faziam parte os Conselhos Consultivo e Fiscal, presentes em situações extraordinárias ou específicas, de acordo com as demandas da diretoria. O cargo mais importante, no entanto, é o de presidente. No Artigo 29º, constam as competências específicas do presidente, “o principal dirigente da Associação”:

a) representar a entidade em juízo ou fora dele, firmar acordos, contratos e demais documentos de interesse, inclusive, delegar poderes. [...] c) Exercer a superintendência geral de todos os serviços da Associação. [...] g) Tomar qualquer providência de caráter urgente quando não possa reunir de pronto a Diretoria [...]. (ACIA, Ata de 18/05/1971, p. 66).

De modo geral, o presidente poderia fazer as mesmas funções que todos os outros dirigentes podiam fazer de maneira específica, como ajudar na tesouraria, na expedição de ofícios e correspondências. O presidente era, basicamente, a personificação da associação. Desta forma, se fazia presente em praticamente todas as comissões formadas para tratar dos mais variados temas, alguns deles vistos de forma mais aprofundada nesta dissertação, bem como no Conselho Consultivo, uma espécie de superintendência à atuação da diretoria, e constituído de ex-presidentes, políticos e sócios honorários.

No final do estatuto, antes das disposições transitórias, e após o Artigo 52º, encontra-se um parágrafo único que tem seu conteúdo repetido por diversas vezes nas reuniões, conforme as atas registraram, mas que expressa uma das maiores contradições a respeito da atuação da ACIA: “§1º - É expressamente vedada à Associação Comercial e Industrial de Anápolis, se envolver em assuntos religiosos e político-partidários”. (ACIA, Ata da reunião de 18/05/1971, p. 69).

Este parágrafo reverbera a citação do artigo 1º feito mais acima, que indica a obediência ao código comercial e outras leis sobre associações de classe. A lei vigente quando da criação da entidade era o decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934, que dispõe sobre os sindicatos profissionais. No capítulo 3, artigo 13, versa-se sobre três “condições essenciais ao funcionamento dos sindicatos”. As duas primeiras indicam que o serviço de administração deve ser gratuito, e os diretores não podem exercer cargos remunerados dentro do sindicato que administra. Já a terceira condição essencial

explicita a “abstenção, no seio da respectiva associação, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias e de caráter político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos á natureza e aos fins sindicais.” (BRASIL, 1934).

Desta forma, compreende-se os discursos reiterados proferidos pelos diretores em diversos momentos, e também no estatuto, de que a atuação da ACIA é apolítica. Isto explica também porque, apesar de muitos prefeitos, vereadores e alguns deputados da época terem sido diretores da associação, dificilmente isto ocorria de forma concomitante ao exercício de seus mandatos. Evitava-se assim entrar em discordância com a lei, mas foi observado o retorno de membros após o fim de seus mandatos, às vezes como elementos do conselho consultivo. A atuação da entidade tangenciava a política profissional de cargos eletivos ou nomeados, mas se mantinha sempre próxima a estes atores, conseguindo assim atender diversos de seus interesses junto a políticos próximos ou pela alternância entre cargos da administração pública e da administração sindical.

Com uma mínima distância exigida por lei dos cargos partidários, a força de pressão sobre membros do poder público dependiam muito da base de sustentação da entidade, constituída de empresas dos mais variados tamanhos, com uma maior quantidade de estabelecimentos de pequeno porte. Quanto maior o número de associados, maior o capital político da ACIA e, portanto, maior seu poder de barganha quando se via em conflitos políticos.

### **3.5.2. Representatividade e arrecadação de sócios, número de sócios e mensalidades.**

Ainda conforme consta nos estatutos da ACIA, a entidade busca representar empresas comerciais e industriais de qualquer tamanho, enquanto pessoa jurídica, e também seus donos ou gerentes, enquanto pessoa física. Cada empresa, no entanto, tem direito a apenas um voto em assembleias. Desta forma, é valido dizer que, em vista também do limite “infinito” de sócios, como referenciado no estatuto, a associação sempre fez esforço para conseguir o maior número de sócios possível, a partir de campanhas, corretores, e de metas internas para que os diretores conseguissem novos sócios pessoalmente.



Em termos de representatividade, a associação nunca se descreveu como um sindicato mesmo que tenha sido criada amparando-se na lei de sindicatos, de 1934. Uma discriminação mais clara entre sindicato e associação é feita no decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Segundo o artigo 5º do decreto-lei, somente podem ser considerados sindicatos de empregadores as associações que reúnam 1/3 das empresas legalmente constituídas (BRASIL, 1939). Isto significa que a Associação Comercial de Anápolis, para ser considerado sindicato, deveria reunir pelo menos um terço de todos os comércios da cidade, repercutindo para também 1/3 dos estabelecimentos industriais quando passou a se chamar Associação Comercial e Industrial de Anápolis.

A maior diferença, em termos práticos, é que os sindicatos representam a categoria dos membros associados, o que faz com que os acordos realizados e os interesses defendidos sejam vinculantes a todos os profissionais ou empresas daquela área de atuação, mesmo que não associados. As associações que não se configuram como sindicatos, no entanto (como é o caso da ACIA), defendem apenas os seus associados, únicos a conseguir os benefícios da atuação da entidade. Desta forma, conclui-se que a ACIA representa apenas as empresas de seu quadro de sócios. Uma análise do tratamento interno dados aos sócios nos permite analisar se esta representatividade ocorre de forma homogênea, e quais os benefícios de se conseguir um número maior de associados.

Na ata da reunião de 31/10/1958, registra-se que a associação possuía um total de 108 sócios. Nesta época já existiam conversas no sentido de construir uma sede própria para a entidade. Para isto, era necessário um número maior de associados que pagassem suas mensalidades, mas os registros acerca dos seus números são esparsos nesta época. Em 1963, havia a proposta do aumento da mensalidade, a fim de conseguir verbas para a construção do prédio. Os atacadistas deveriam pagar 500 cruzeiros por mês, enquanto os pequenos comerciantes pagariam uma mensalidade de 200 cruzeiros<sup>50</sup>. Os valores das mensalidades observados variavam muito, reflexo da instabilidade da moeda brasileira a partir da década de 1960 e de cenários de inflação. Para melhor ilustrar os valores, decidimos referenciar os salários mínimos quando citamos valores correntes de cada período nas notas de rodapé.

Em 1969, já sob a ditadura militar, foi falado em uma reunião que a entidade necessitava de mil sócios: “*Em seguida esclarecendo que a ACA para, realmente poder*

---

<sup>50</sup> O salário mínimo em 1963 em Goiás era Cr\$17.000, conforme publicado no Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962.

*falar em nome das classes produtoras de Anápolis precisa contar com, no mínimo, 1.000 associados*” (ACIA, ata da reunião de 21/02/1969, p. 92). A partir do final da década de 1960, portanto, podemos observar mais claramente o registro do número de associados.

Entre 1967 e 1970, a moeda nacional vigente era o Cruzeiro Novo. A partir de 1971, voltou a ser o Cruzeiro, em uma total reforma do valor da moeda. Se um salário mínimo em 1963 era de 17 mil cruzeiros (chegou a 66 mil cruzeiros no estado de Goiás em 1966), em maio de 1970 seu valor era de 173 cruzeiros<sup>51</sup>. Quando da volta da moeda, todas as mensalidades da associação eram de 10 cruzeiros por mês.

A partir de 1971 observa-se várias campanhas para a arrecadação de novos sócios, bem como o oferecimento de serviços e convênios para os associados, como parte da estratégia de busca por mais sócios. Em novembro de 1971, havia a expectativa de chegar ao final daquele ano com um quadro de 1.000 associados. Ainda neste mês, no dia 19, como parte destas campanhas, apareceu a primeira intenção de construir um consultório dentário para associados.

Em 1972, tem-se uma das primeiras estratificações mais elaboradas a respeito do quadro de associados para o pagamento de mensalidades, conforme consta no quadro 13, elaborado com valores da ata de 14 de janeiro de 1972. Em abril do mesmo ano, o salário mínimo em Goiás passaria de 173 cruzeiros para 206 cruzeiros mensais<sup>52</sup>.

**Quadro 13 - Mensalidades ACIA em 1972.**

Capital <sup>53</sup> da empresa, em cruzeiros (Cr\$)	Mensalidade, em cruzeiros (Cr\$)	Porcentagem mensalidade/capital
Profissionais liberais	20	-
Capital até 1.000	10	≥ 1%
1.000 a 20.000	20	2% a 0,1%
20.000 a 50.000	25	0,12% a 0,05%
50.000 a 100.000	30	0,06% a 0,03%
100.000 a 500.000	35	0,035% a 0,007%
Acima de 500.000	40	≤ 0,008%

Fonte: ACIA, 1972. Elaborado pelo autor.

O quadro também permite analisar as mensalidades instituídas para cada categoria, mostrando a carga percentual dos preços mensais sobre os valores de capital

<sup>51</sup> Decreto nº 68.576, de 1º de Maio de 1971.

<sup>52</sup> Decreto nº 70.465, de 27 de abril de 1972.

<sup>53</sup> Consideramos aqui como valor total das empresas, constituído pelo seu patrimônio e dinheiro em caixa.

dos associados, com exceção dos profissionais liberais. Considerando os valores de cada categoria, nota-se uma grande disparidade de valor entre as mensalidades. As empresas com capital de até 50 mil cruzeiros chegavam a pagar até 2% ou mais do seu valor mensalmente para manterem sua associação, enquanto empresas grandes pagavam mensalidades ínfimas comparadas ao seu tamanho. Aliado ao fato de que a maioria das empresas associadas se constitui de pequenos estabelecimentos, constatamos que as pequenas empresas, além de as mais oneradas, eram base de sustentação da ACIA inclusive no aspecto financeiro.

Ainda em 1972 e no decorrer do ano de 1973 vários sócios se mostraram insatisfeitos com os valores das mensalidades, pelo seu valor ou em contraposição a um baixo atendimento às demandas dos comerciantes, o que resultou no cancelamento de muitas filiações, frente também a uma instabilidade econômica que dificultava a estabilização dos valores. Em fevereiro de 1972, um associado presente a uma reunião disse que

ele sendo comerciante de pequeno estabelecimento, não se vê prejudicado em contribuir com x quantia, e pediu a diretoria que encare o problema da situação financeira de pessoas de comerciantes que não tem condições de contribuir com a taxa estipulada (ACIA, ata da reunião de 25/02/1972, sic).

Os valores estipulados, referidos no quadro 13, haviam sido aprovados cerca de duas semanas antes, sendo este o alegado motivo pelo qual não haveria alteração nas mensalidades, independentemente das condições dos associados.

Concomitantemente, a associação levava a cabo suas campanhas de arrecadação de sócios. Primeiramente, a partir de uma solicitação por telefone, conseguiu da Junta Comercial do Estado<sup>54</sup> uma lista completa dos estabelecimentos comerciais de Anápolis, a partir da qual procurariam aquelas empresas que não estavam associadas e propor filiação, conforme registra a ata do dia 28/02/1973. O presidente da Junta Comercial era Ney de Castro, ex-presidente da Associação Comercial do Estado de Goiás (de Goiânia) e da Federação do Comércio do Estado de Goiás.

O principal motivo pelo qual se procurava novos sócios era a dívida retráida pela entidade por empréstimos relativos à construção da sede própria, que havia sido

---

<sup>54</sup> As juntas comerciais à época eram regulamentadas pela lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965. Presentes em todas as unidades da federação eram subordinadas administrativamente ao governo do estado e tecnicamente ao Ministério da Indústria e Comércio. Segundo a lei, revogada em 1994, as juntas comerciais tinham a incumbência de registrar todos os estabelecimentos comerciais dos estados e exercer alguns tipos de regulamentação e fiscalização. Os livros de registros eram públicos, e a consulta permitida a qualquer pessoa.

inaugurada em 1971. Em março de 1973, o tesoureiro relatou que se não houvesse um aumento no número de sócios, a ACIA não teria caixa para fazer nada por um período de 2 anos, utilizando sua arrecadação inteira para o pagamento de dívidas. Além de conseguir a relação de empresas de Anápolis, o consultório de dentista foi concretizado em 1973, após o pedido de doação de um gabinete aos governos municipal, estadual, e diversas entidades de classe, não ficando esclarecido nas atas quem foi o real doador do gabinete.

O gabinete dentário entrou em funcionamento no início de 1974, cobrando do associado 30% do valor praticado no mercado por consulta. O consultório teve uma boa margem de lucro, o que levou aos diretores da ACIA à decisão de contratar outro dentista, permitindo assim o atendimento em 2 turnos para associados e dependentes. Em vista do lucro conseguido, passaram então a cogitar, ainda em julho do mesmo ano, a abertura de outro consultório odontológico, bem como a abertura de um ambulatório médico para associados, também com dois médicos.

Após frustrados pedidos de doações, a associação decidiu fazer um investimento próprio nos consultórios. O gabinete dentário foi conseguido após o despejo de um dentista que atendia em uma sala comercial da sede da ACIA, e que estava com três meses de aluguel atrasados, conforme indica a ata de 27/11/1974. Compraram seu consultório pronto por 30 mil cruzeiros, e contrataram mais dois dentistas.

Juntando ao ambulatório médico, que custou 20 mil cruzeiros, a associação teve um dispêndio total de 50 mil cruzeiros na preparação dos dois consultórios, valor maior que o desejado, mas justificado pelo rendimento das consultas. Apesar de buscarem diminuir o seu custo, os diretores esperavam por um consultório de alto padrão:

O Sr. Túlio falou sobre as opiniões do Dr. Benjamim Roriz e Duarte, que também é a opinião de toda a diretoria, de que o consultório médico deve ter um padrão superior aos que existem na cidade, dada às características da maioria dos associados. (ACIA, ata de reunião de 09/10/1974).

Apesar do aparente sucesso e lucro dos investimentos feitos, em 1975 tomou posse uma nova diretoria. Em contraste aos diretores anteriores, a tesouraria observou um grande prejuízo causado pelos consultórios, gerando assim um grande conflito interno, registrado em junho de 1975, entre o tesoureiro da então diretoria, José Marreto, e o tesoureiro anterior, Túlio Siqueira. A discussão entre os dois foi relatada na ata, tendo também valores correntes da associação em 1975:

Disse o Sr. Tulio, que a situação ao seu ver, não era culpa dos funcionários e nem dos dentistas, o que acontecia era que a ACIA não estava sendo bem administrada. Disse que na gestão anterior a ACIA devia 280 mil cruzeiros e que havia sido pago. O único débito que a diretoria passada havia deixado era de 50 mil referentes à aquisição de um gabinete dentário e do ambulatório médico. [...] Contudo, para a aquisição dos aparelhos, o Sr. Tulio pediu que se consultasse o Sr. Sultan e somente com a aquiescência dele é que se faria o débito – Disse ainda que o relatório apresentado pelo Sr. Marreto, quem não conhecesse a diretoria anterior ficaria um pouco chato, porque em certo trecho do relatório lia-se assim: ‘Uma prestação que não coincidia com a realidade da época’. Pois a realidade coincide. [...] Que a ACIA achou que já era rica e que podia gastar. Disse que quando assumiu a tesouraria a ACIA arrecadava 12.000 e que a deixou arrecadando 22.000 mil e que entregara uma dívida que não era dívida pois 50 mil para quem arrecada 22 mil não representava nada.

A seu ver, o gabinete com toda a desorganização que existe, porque os dentistas ficam à toa, só trocando algodão, o déficit é pequeno porque no relatório consta de apenas 4.000, o que a ACIA tem condições de cobrir o déficit. A ACIA vive de mensalidades e deve prestar assistência aos pobres que são a base dela, mesmo que custe caro. [...] Acha que a ACIA está preocupada com papéis bonitos e se esquecendo da base que é 80% os comerciantes de baixa renda, se preocupando com os de alta renda, os cerealistas, etc. Disse ainda que o gabinete médico não funcionou. [...] Qual o benefício que essa dívida assumida trouxe para os associados. O verdadeiro, aquele que sustenta qual o benefício que recebeu? Ressaltou a pergunta porque só tinha conhecimento da dívida de 137 mil. (ACIA, ata da reunião de 27/06/1975).

A citação é longa, mas ilustra diversas questões referentes ao funcionamento da ACIA. Além de explicitar algumas questões relativas às finanças, registra também um conflito interno, algo que é pouco recorrente nas atas, mesmo em momentos em que se inscreviam duas chapas para as eleições da diretoria. Além disso, é indicado de maneira clara, a partir da opinião do antigo tesoureiro, Túlio Siqueira, a forma como os diretores tratavam os diferentes sócios de acordo com a faixa de renda das empresas, levantando a questão sobre a representatividade da associação.

A situação deficitária dos consultórios odontológico e médico fez com que os diretores deliberassem pela separação das tesourarias dos consultórios e da associação como um todo. A partir deste momento, a ACIA decidiu por não criar novos serviços por conta própria, mas sim procurar outras empresas e prestadores de serviço para firmar convênios realmente lucrativos, ou seja, que dariam vantagens e descontos aos associados. Em 2018 a entidade oferece uma gama variada de convênios aos sócios, desde serviços médicos onde a obtenção de créditos financeiros, descontos em restaurantes e outros estabelecimentos, entre outros, passam a fazer parte dos benefícios oferecidos.

Depois das variadas estratégias de arrecadação de sócios, a ata de 10/10/1975 indica que a associação possuía cerca de 1.500 associados. Para melhorar a arrecadação

das mensalidades, foram contratados três cobradores pela diretoria para exercer a função em tempo integral, que consistia em ir às casas e estabelecimentos comerciais pessoalmente – esta tarefa era até então realizada pelos próprios diretores. Após a arrecadação, no entanto, constatou-se no final do período estudado que haviam 881 sócios pagantes, conforme atesta o quadro, com valores de julho de 1976. O salário mínimo em Goiás, neste ano, era de 602 cruzeiros mensais<sup>55</sup>, inserido em um contexto nacional de alta inflação.

**Quadro 14 - Mensalidades ACIA em 1976.**

Valor Cr\$	Nº de sócios pagantes	Total por categoria (Cr\$)
15	6	90
25	401	10.025
30	101	3.030
35	65	2.275
40	105	4.200
45	72	3240
60	2	120
100	32	3200
150	1	150
200	1	200
Total	881	26.530

Fonte: ACIA, 1976, elaborado pelo autor.

Não encontramos uma classificação destes sócios no que diz respeito ao tamanho da empresa. Um pouco antes do registro destes valores, em maio de 1976, foi informado em ata que os bancos, de uma forma geral, estavam entre as empresas que pagariam 100 cruzeiros de mensalidade, com exceção do Bradesco, que pagaria 150 cruzeiros. Não descobrimos de qual empresa seria a mensalidade de 200 cruzeiros.

De toda forma, indo ao encontro da análise do quadro 14 e da citação do tesoureiro Túlio Siqueira, nota-se que a grande maioria dos associados se encontra nas menores mensalidades, que correspondem aos menores empreendimentos. Se contarmos apenas a segunda categoria de mensalidades, de 25 cruzeiros, conta-se 401 sócios pagantes, quase metade de todos os associados - 45,5%, com a receita de Cr\$10.025 correspondente a 37,7% de todo o valor arrecadado. Se dividirmos as categorias pela

<sup>55</sup> Decreto nº 77.510, de 29 de Abril de 1976.

metade, com a primeira metade correspondendo às mensalidades de 15 a 40 cruzeiros, observamos que a metade “de baixo”, ou mais pobre, corresponde a 77% dos sócios e 74% do valor total arrecadado, em contraposição a 26% pagos pelos sócios mais ricos.

Em dezembro de 1976, no final do nosso recorte temporal, foi registrado quantia de 913 associados pagantes, com um saldo financeiro de cerca de 6 mil cruzeiros após o mês de novembro. Nesta data, a arrecadação da ACIA era de cerca de 50 mil cruzeiros por mês (referente em sua maior parte às mensalidades, e também a alguns alugueis), frente a uma despesa de um pouco mais de 40 mil cruzeiros mensais. Não era, e também não é, em 2018, uma entidade com muito dinheiro em sua posse ou grande patrimônio. No entanto, seu capital político e capacidade de barganha provem dos sócios que compõem seu quadro, empresas de todos os tamanhos, mas que são, em sua maioria, pequenos estabelecimentos<sup>56</sup>. As atas, no entanto, indicam que o tratamento variava entre diferentes sócios.

### 3.5.3. Sobre a representatividade

As tabelas que demonstram a quantidade e tipos de sócios de acordo com um intervalo de renda e mensalidade indicam os números da representatividade da associação, e qual é a cobrança feita aos sócios no seu ambiente institucional interno. Eram recorrentes nas atas discursos dos diretores a respeito dos benefícios que a associação trazia ao comércio, reportando também um sentimento de ingratidão por parte dos associados, conforme expressou o presidente:

Sr. Sultan, em breves palavras, classificou a posição da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, diante de alguns associados que não veem o nosso trabalho. Esses associados, não integrados no funcionamento de nossa entidade acham que, a mesma, não presta nenhum serviço de utilidade a eles. Trata-se de pessoas indiferentes a nós e que precisam de abrir seus olhos para ver o grande benefício que a ACIA vem prestando a todos desde a sua fundação. (ACIA, 1975. Ata de 10/10/1975).

Ainda sobre o assunto, em uma das atas posteriores, em 07/11/1975, observa-se uma retificação feita a um registro anterior que indica algumas questões: “Onde se lia: ‘...sendo, às vezes, necessário que o Sr. Presidente ou outros diretores tenham que tirar dinheiro dos seus bolsos para saldar compromissos da Entidade’ – foi cancelada a frase

---

<sup>56</sup> A ACIA possui, em 2018, cerca de 10 mil empresas associadas.

acima descrita” (ACIA, ata da reunião de 07/11/1975). Analisando estes trechos, e também a discussão em torno dos consultórios odontológicos, observa-se um despreendimento entre os interesses da grande maioria dos associados, compostos de estabelecimentos de menor capital, e os interesses dos diretores, que eram, em sua maioria, grandes empresários e fazendeiros, também chamados de cerealistas.

Em uma situação, observou-se certa rejeição a propostas de alguns sócios. Na reunião de 05/09/1975 houve uma discussão a respeito da inclusão de vendedores ambulantes no quadro de associados, devido a

problemas de roubos e outras marginalizações [...] O nosso secretário geral, Sr. Nelson de Abreu, apresentou uma proposta constante da não aceitação de ambulantes em nosso quadro social [...] Vice-presidente, Alexis Salomão, apoiou a sugestão, afirmando que tal propósito não trará nenhuma consequência mais grave quanto a não associação dessa classe e que a única coisa danosa seria a menor arrecadação (ACIA, ata de reunião de 05/09/1975).

A proposta foi recusada pelo grupo de diretores, e foi aprovada uma Comissão de Sindicância de sócios, bem como outra comissão para analisar a associação de ambulantes. Em novembro do mesmo ano, a comissão eleita para o caso decidiu favoravelmente pela admissão de ambulantes na ACIA. O tratamento diferenciado dispensado aos diretores da associação quando comparado à maioria dos associados, de baixa renda, evidencia uma separação interna entre os diretores e os outros, replicando na estrutura da entidade a relação entre dominantes e dominados observada na sociedade.

A busca por associados é explorada por Costa (1998) como necessidade de cooperação. Segundo a autora, as associações produtoras, de forma geral, surgem por que os custos de não cooperar com outras empresas de um mesmo setor, mesmo em um ambiente de competição capitalista, são maiores do que os custos da não cooperação, estes intoleráveis para a saúde financeira e mercadológica das empresas. Contudo, a organização de uma entidade representativa supõe o esforço para a agregação de filiados e, por isso, demanda “tolerância” à associação.

Tolerância porque, além do esforço em atrair e conseguir novos sócios, é necessário em seguida convencê-los a cooperar de fato, a partir do pagamento de mensalidades, por exemplo. Mais do que isso, esta tolerância também abarca aqueles que, mesmo interessados nos resultados de uma cooperação entre empresas, não cooperam, porque sabem que outros farão este papel (COSTA, 1998). Contudo,



analisando o caso da ACIA, pode-se dizer que nem todos os associados são convidados *de fato* à cooperação, ou seja, há uma clara diferenciação – ou distinção - entre os diretores e a grande maioria dos associados.

Raffestin (1993), ao analisar os atores e suas relações, os classifica em duas classes: sintagmáticos e paradigmáticos. Os atores sintagmáticos, conforme diz o autor, representam grupos com ações e estratégias definidas, que realizam um programa; enquanto a classe dos paradigmáticos representa um aglomerado de atores ou pessoas sem uma ação coletiva voltada para algum objetivo, dotada de direção a algum fim. Desta forma, os atores paradigmáticos, pelo suporte que podem dar a atores sintagmáticos direcionados, se tornam um trunfo do poder, uma massa capaz de ser controlada a fim de legitimar ou dar suporte a uma determinada ação, a um grupo ou ao Estado, em relação a uma determinada política pública. Como exemplos, ele diz que

O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária, etc. A empresa é um ator sintagmático quando realiza um programa de produção. Isso significa que o ator sintagmático articula momentos diferentes da realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. Esses atores sintagmáticos são, portanto, constituídos por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado. [...] Todos os atores sintagmáticos estão engajados num complexo jogo relacional. (RAFFESTIN, 1993, p. 40).

Neste contexto, a ACIA pode ser analisada em diferentes escalas. Sob o ponto de vista da relação com o governo, com outras entidades classistas e grupos da sociedade civil, ela pode ser vista como um sujeito coletivo, um ator sintagmático. É capaz de agendar conferências de seus membros com políticos, age uniformemente quando confrontada por diversas situações diferentes, que prejudicam principalmente a atividade econômica das empresas filiadas.

Contudo, na escala interna da associação, há uma separação entre os diretores e outros grandes empresários, uma minoria coesa e poderosa economicamente, postos como atores sintagmáticos, que definem as estratégias políticas da entidade; e a maioria de associados composta por pequenas empresas e comerciantes que, difusos, não possuem autonomia organizacional, sustentam a entidade financeiramente e legitimam as demandas realizadas pela diretoria, podendo ser classificados como paradigmáticos, trunfos do poder político da ACIA.

Este poder político é utilizado então, para a representação externa da classe junto ao Estado. Pensando na representatividade externa à associação, a relação entre a

representação patronal e o Estado é abordada por Costa (1998) e Rodrigues (2009). Apesar de focarem mais na atuação dos sindicatos, que monopolizam a representação das categorias e recebem contrapartidas do governo, muitas das análises se aplicam ao caso da ACIA, semelhança esta atestada pelo fato de tanto associações quanto sindicatos serem regulamentados pelas mesmas leis. Voltando ao conceito de “corporativismo”, Rodrigues (2009, p. 46) diz o seguinte:

Geralmente, o conceito é entendido como uma forma de organização das classes sociais, ou das “forças produtoras”, através de uma ação reguladora do Estado, que busca integrar os grupos profissionais representativos do Capital e do Trabalho em organizações verticais e não conflitivas.

Em suma, ele diz que o Estado “reconhece a existência das classes sociais e de seus interesses, mas procura reduzir ou eliminar o conflito”. A organização vertical citada é traduzida nos tribunais de mediação, como a Junta de Conciliação do Ministério do Trabalho. O modelo corporativo, portanto, evitou que as entidades patronais e operárias entrassem em conflito direto, sempre separadas pela burocracia. Os representantes operários têm como forma de apresentar diretamente suas demandas ao governo a burocracia estatal, os órgãos de mediação. “As associações patronais inseriram-se nas estruturas político-administrativas, ocupando espaços nessa burocracia, participando das decisões relativas aos seus interesses” (COSTA, 1998, p. 120).

Segundo a autora, isto fez com que, enquanto as associações operárias se relacionavam de forma dependente e subordinada da burocracia estatal, o patronato ganhou status de parceiro da burocracia e do governo. Esta separação é determinante para a atuação de ambos: todo o esforço do trabalhador é orientado para a cooperação com vistas ao confronto com o patrão, mas a responsabilidade deste confronto é transferida para o Estado e sua burocracia de controle. As associações patronais, por sua vez, podem orientar suas ações para controlar a competição no interior da própria classe, frente a outros setores produtivos (COSTA, 1998). Ela diz ainda que o “corporativismo no Brasil se caracteriza por um formato organizacional no qual a classe trabalhadora e a classe patronal não se encontram, não se tocam, não interagem, não se relacionam, tendo cada uma como seu interlocutor único o Estado” (COSTA, 1998, p. 121).

Isto explica, em grande medida, o motivo de não ter nas atas praticamente nenhuma menção a associações ou sindicatos operários durante todo o recorte temporal estudado. Se as entidades de defesa dos interesses dos trabalhadores já não eram o foco

deste trabalho, a completa esterilidade destes elementos nas reuniões da ACIA corrobora a tese levantada por Costa (1998). As ações discutidas são, de fato, confinadas às classes produtoras seus conflitos internos. A inserção na estrutura administrativa também é corroborada, fato comprovado no decorrer de todo este trabalho.

Concluindo a análise desta conjuntura, desde a intervenção de Vargas até a publicação de seu artigo, em 1998, Costa (1998) sugere que a estabilidade e utilidade do corporativismo no Brasil se dá pelo desequilíbrio de poder entre capitalistas e trabalhadores. Ele não funciona como um sistema de representação de interesses, mas sim como um “*kit* de ferramentas disponível para a condução das relações entre Estado, capital e trabalho” (COSTA, 1998, p. 121).

A metáfora utilizada pela autora para representar a burocracia estatal enquanto mediadora de conflitos concorda com a interpretação da constituição do Estado brasileiro realizada por Faoro (1987). De acordo com o autor, a estrutura que chama de estamento burocrático, grupo seletivo de pessoas desprendidas da população em geral que conduzem a política do país, teve um retraimento no período da Primeira República (1889-1930), quando a estrutura governamental do império é substituída pela governança local dos Coronéis. Entretanto, ele indica o fortalecimento do “estamento” a partir do Estado Novo. Durante a leitura de Faoro (1987), é difícil visualizar concretamente o que é seu chamado “estamento burocrático”. Longe de reduzir este conceito à participação da ACIA na atuação corporativa sindicalista, mas esta conjuntura dá indícios de seu funcionamento, especialmente a partir da burocracia que isola as classes dominantes de conflitos diretos com a classe trabalhadora. A partir deste sistema, notamos que a atuação da entidade se confina às relações com os atores políticos da hierarquia estatal, e com outras associações de classe, suportada pelo quadro de sócios incrementado, no nosso recorte, durante seus quarenta anos de funcionamento.

É só a partir da constituição de um discurso de unidade e representação da classe empresarial de Anápolis que a ACIA ganha força e espaço nas relações com atores ocupantes do poder público. Esta articulação também é fortalecida pelas relações pessoais entre os atores de cada poder, vários deles membros de oligarquias tradicionais da cidade e sua região. Estas relações passam a ser institucionalizadas, ocupando espaços de poder com amparo das leis criadas para reger seu funcionamento. Seja nos

espaços pessoais ou institucionais, as articulações políticas são fundamentais para o acesso a recursos públicos e para o tipo de produção desejada pela ACIA.

### **3.6. Entre o banquete e o ressentimento: Articulações políticas**

Depois de explorar alguns aspectos que chamam a atenção nas Atas em relação ao funcionamento interno da ACIA, daremos atenção às relações externas com outras entidades e com instâncias do poder público. De um modo geral, as articulações perpassam todo o trabalho, sendo necessárias nas reivindicações de praticamente qualquer assunto. Consideramos importante fazer uma análise preliminar destas relações, discriminando os atores ou grupos particulares de cada situação, identificando conflitos e modos de agir. Também serão apresentados aqui alguns casos muito particulares, não enquadrados em nenhum dos temas definidos, mas que apresentam questões interessantes ou curiosas da atuação política desta entidade.

Um bom ponto de partida para a identificação das articulações externas são as eleições das diretorias da ACIA, e mais especificamente as cerimônias de posse. As eleições ocorriam, via de regra, a cada dois anos, salvo alguns casos nas décadas de 1930 e 1940, período de instabilidade institucional do país e de fundação da entidade. Apesar de nem sempre transcritas nas atas, as listas de presentes e composições das mesas para os pleitos nos trazem um farto referencial para esta discussão.

Em 1944, na eleição de uma diretoria que não ficaria muito tempo na gestão da associação, registra-se a presença do prefeito de Anápolis, Câmara Filho; do delegado especial de polícia, Getulino Artiga; João José Pechat, promotor público; Arlindo P. Barbosa, diretor do jornal “O Anápolis”, principal jornal da cidade na época. Na mesma ocasião, o prefeito Câmara Filho presenteou três diretores da ACIA com canetas tinteiro: João Luiz de Oliveira, Juvenal Campos Amaral e Benedito Mathias (ACIA, 1944).

Tendo em vista que a associação teve suas atividades paralisadas até 1950, e também um período de reestruturação na década de 1950, não houve registros de autoridades nas eleições e cerimônias de posse, até 1960. Na eleição de 15/01/1960, quando votaram 134 sócios, a mesa de trabalhos era composta por três homens, entre eles Henrique Fanstone, então vice-prefeito de Anápolis, e Haroldo Duarte, deputado estadual e filho de Jonas Ferreira Duarte.

A eleição para o biênio seguinte, em 20/01/1963, contou com 72 votantes. Influenciada pela conjuntura política que levou ao golpe militar de 1964, a associação quase não atuou no biênio, e teve seu enfraquecimento político refletido na pouca quantidade de atas, na votação inexpressiva (e dividida, com 39 votos a 33) para a direção, bem como na ausência de autoridades. Em 13/02/1965, verifica-se outra eleição com baixo atendimento, com apenas 51 sócios votantes. Estavam presentes na cerimônia de posse representantes da prefeitura e da câmara municipal de Anápolis, e Isacyr Teles Ribeiro, representante do “Comando Revolucionário em Anápolis”. É válido salientar aqui a congratulação que se fez na reunião a Geraldo Rosa, nomeado Secretário da Indústria e Comércio de Anápolis. No decorrer do tempo, tornou-se uma tradição do governo do estado indicar um anapolino para o cargo, mas esta foi a primeira ocasião encontrada nas atas, e também quando procurado em outras fontes bibliográficas.

A partir de 1967 as cerimônias de posse da ACIA eram verdadeiros desfiles de políticos, representantes de entidades de classe e outras autoridades. Três delas têm os presentes ricamente detalhados nas atas<sup>57</sup>, conforme pode se observar no quadro 15. A tabela é extensa, e não pretendemos fazer uma análise detalhada, mas acreditamos que sua inclusão é interessante a título de compreensão da representação política dessa entidade. Todavia, alguns padrões e nomes específicos são importantes e fornecem material para a nossa discussão.

Ao observar o quadro 15 é possível notar que o maior número de presentes, e também os mais recorrentes, são os representantes dos clubes de associativismo, exemplificados pela Maçonaria, o Lions Clube e o Rotary Clube de Anápolis. Comparecem em 1967 e 1969 um representante de cada um dos clubes, sendo que o Lions possui duas filiais, conforme os nomes registrados – “Centro” e “Anhaguera”. Em 1971, não há representantes do Rotary, em contraposição a representantes de duas “lojas” da Maçonaria e duas do Lions. Nas cerimônias de 1967 e 1971, nota-se também a presença de dois padres e um pastor, indicando uma ligação também com instituições religiosas; e diretores de faculdades particulares na posse de 1971.

Outrossim, estão presentes nas três reuniões representantes de entidades classistas e sindicatos patronais, como as federações goianas da indústria e do comércio, hierarquicamente superiores à ACIA no plano político das associações. Em 1967 e

---

<sup>57</sup> Nas cerimônias de posse de 1973 e 1975, os membros externos presentes não são listados.

1969, é representada a Associação Comercial do Estado de Goiás, na verdade representativa apenas de Goiânia.

No que diz respeito aos políticos, estavam presentes em todas as cerimônias o prefeito de Anápolis ou um representante. Vereadores e representantes da câmara municipal também eram recorrentes. Ursulino Tavares Leão se fez presente nas três reuniões, nas duas primeiras como deputado estadual, e na última, em 1971, enquanto vice-governador de Goiás, junto a Edério Daher, representante do governador. Ursulino Leão aparece em muitas reivindicações da ACIA como um dos principais interlocutores na escala estadual. Em 1971, estavam presentes dois deputados federais que também são recorrentes nas atas quando eram feitas reivindicações referentes a leis e influência no congresso nacional: Henrique Fanstone, ex-vice-prefeito de Anápolis e deputado federal por dois mandatos, entre 1971 e 1979, e Fernando Cunha Júnior, deputado por 5 mandatos, de 1971 a 1991.

**Quadro 15 - Atores presentes em cerimônias de posse da ACIA entre 1967 e 1971.**

Data da cerimônia	Lista de presentes - cargos e instituições representadas em negrito.
11/02/1967 posse do presidente Edwirges Soares	Raul Balduino de Souza, <b>Prefeito de Anápolis</b> - Padre Juracy Cavalcante Barbosa, representante de Don Epaminondas José de Araújo, <b>Bispo da Diocese de Anápolis</b> - João Luiz de Oliveira, <b>vereador da Câmara Municipal</b> , e “ <b>um dos pioneiros da ACA</b> ” - Antônio Elias, <b>presidente do Lions Centro</b> - Geraldo Rosa, <b>presidente do Rotary de Anápolis</b> - Vanderly Rodrigues da Cunha, <b>presidente da Câmara Júnior de Anápolis</b> - Cel. Aquiles de Pina, “ <b>Pioneiro no Comércio Anapolino</b> ” - Dr. Henrique de Bastos Curado, <b>Inspetor de Rendas Federais na cidade</b> - Antônio Carvalho Branco, <b>Gerente do Detelgo</b> - Nelson de Abreu, <b>representante do CDL Anápolis</b> - Antero Ramos, da <b>Loja Maçônica Lealdade e Justiça II</b> - Waldir O’Dwyer, da <b>Federação das Indústrias de Goiás</b> - Elias Bufaiçal, representante da <b>Assoc. Com. De Goiânia</b> - Ursulino Leão, <b>Deputado Estadual</b> .
14/02/1969 posse do presidente Edwirges Soares	Raul Balduino de Souza, <b>Prefeito</b> ; Joaquim Leite, <b>Juiz de direito</b> ; Antônio Alves da Costa, <b>promotor</b> ; Jorge <Bre>, <b>juiz distrital</b> ; Ursulino Leão, <b>Deputado Estadual</b> ; representantes da <b>Federação das Indústrias de Goiás e DF</b> ; João Luiz de Oliveira, orador oficial; Alberto Vilardo, do <b>Lions Club Anhanguera</b> ; representantes da <b>Associação Comercial de Goiás</b> ; representante do <b>Sindicato da Construção Civil de Anápolis</b> ; Manuel Costa, da <b>Loja Maçônica Lealdade e Justiça II</b> ; José Paiva Roriz, do <b>Rotary Clube de Anápolis</b> .
06/02/1971 posse do presidente Mounir Naoum	<b>Presidente da FACEG</b> , Ney de Castro - <b>representante do prefeito</b> , José Batista Junior - <b>Presid. Câmara Municipal</b> , Antônio Mauro Canedo - <b>Pastor da Igreja Presbiteriana</b> , Aristeu de Oliveira - <b>Chefe do Posto da Receita Federal em Anápolis</b> , Eldio Alberto do Vale - <b>Deputados Federais</b> Henrique M. Fanstone e Fernando Cunha Júnior - <b>Vice-Governador do Estado</b> , Ursulino Tavares Leão, <b>Presidente do Lions Anhanguera</b> , Raimundo Dias Jácome - <b>Presidente do Lions Clube</b> , José Martins de Brito - <b>Diretor Faculdade de Direito de Anápolis</b> , Olímpio Ferreira - <b>Dono da Universidade Evangélica de Anápolis</b> , Arthur Archbald - <b>Representante do Prof. De Goiânia e Secretário de Finanças de Goiânia</b> , Roosevelt Araújo de Almeida - <b>Representante Loja Macônica Roosevelt III</b> , Balduino Silva - <b>Representante Igreja Ortodoxa de Anápolis</b> , Padre José <Hous> - <b>Representante da Sunab em Goiás</b> , Amin Rosa - <b>Representante Loja Maçônica Lealdade e Justiça II</b> , José Lima Júnior - <b>Representante do Sind. Ind. Est. Guanabrara</b> , Carlos Eurico S. Felix - <b>Representante do Governador do estado</b> , Edério Daher.

Fonte: ACIA (1967, 1969, 1971), elaborado pelo autor.

Apesar de analisar separadamente a participação e frequência destes setores nas cerimônias de posse, estes eventos possuem grande relevância prática e simbólica pela

congregação destes grupos. Do ponto de vista simbólico, estas reuniões reúnem parcelas da classe dominante com ideologias semelhantes e valores conservadores pautados pelo cristianismo, pela família tradicional e pela hierarquia econômica e política, representados pelos membros da igreja, nos clubes de associativismo e dos atores políticos, ligados ou não às oligarquias dominantes de Anápolis.

Do ponto de vista prático, as reuniões permitem a confluência de atores com diferentes capitais, inserindo-os na lógica do clientelismo e da troca de bens simbólicos. As associações, que buscam o acúmulo de um capital econômico por parte de seus associados, se encontram com os clubes de associativismo e a igreja, na busca por legitimação e ganho de capital cultural, do status de benfeitores. Também no mesmo espaço encontram-se os políticos profissionais, dotados de capital político, que permitem o acesso da classe economicamente dominante aos centros de poder decisional.

As cerimônias de posse raramente tinham pautas de discussão ou deliberação. Segundo os registros, contavam geralmente com discursos de alguns dos convidados “ilustres” e de membros da associação, em que era apresentada a história da entidade, homenageando alguns de seus diretores mais importantes e as benfeitorias que a ACIA fez em Anápolis. As figuras públicas também proferiam discursos e assumiam compromissos junto aos empresários, conforme registra a ata da cerimônia de 06/02/1971 (ACIA, 1972), sobre as palavras do deputado federal Fernando Cunha Júnior:

Sr. Fernando Cunha Júnior que com a sua palavra vibrante e constante otimismo falou da economia anapolina, da nossa posição de entreposto com o norte do país e Goiano e ainda da necessidade de se modificar a lei dos incentivos fiscais para se evitar a evasão de nossas economias para outras praças.

São diversos os registros de articulações, reivindicações e conflitos, especialmente com políticos, para a valorização governamental da “praça” de Anápolis quando da destinação de recursos públicos ou incentivos fiscais. Por vezes concorrendo com a ACIA pela atenção e os projetos de leis dos políticos, e por outras se unindo a ela para reivindicações conjuntas, é determinante a relação com outras entidades de classe.

### 3.6.1. “Coirmãs” em conflito: Outras associações e entidades de classe

A atuação política da ACIA é muito ligada às suas “co-irmãs”, como chamam os diretores, ou seja, associações de outras cidades e as federações, majoritariamente. Conforme consta na ata de 24/11/1943 é desta data o primeiro convite para afiliação à Federação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), fundada em 1912 no Rio de Janeiro, conforme indica o site da hoje chamada confederação<sup>58</sup>. A filiação à agremiação goiana só aconteceria 20 anos depois, quando foi fundada a Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias de Goiás (FACIEG)<sup>59</sup>.

Nas primeiras décadas estudadas, a ACIA dialogava muito com associações dos estados pelos quais passava a Estrada de Ferro Goiás, que escoava a produção agrícola anapolina – Minas Gerais e São Paulo, com especial relação com a Associação Comercial de Santos, por onde era exportada a produção. Posteriormente, a partir da década de 1960, desenvolveu-se uma relação com a Associação Comercial de Brasília, e também com a FACIEG. Outras associações e sindicatos patronais goianos e anapolinos também mantinham relações com a ACIA<sup>60</sup>. Gostaríamos de desenvolver uma reflexão mais profunda a respeito do sistema e da hierarquia das associações classistas com as quais a ACIA se relacionava, o que se apresenta como uma agenda de pesquisa de grande potencial para o futuro. Entretanto, pelo curto espaço e pelo conteúdo encontrado nas atas, decidimos focalizar a relação da entidade com uma “co-irmã”: a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás (ACIEG).

Apesar do nome, a ACIEG, fundada em 1937<sup>61</sup> na recém-fundada Goiânia, não é uma congregação das associações do estado de Goiás, mas sim a associação comercial específica da capital goiana, representando os interesses dos empresários da cidade. Desta forma, a relação entre as representantes empresariais de Anápolis e Goiânia se mostra contraditória nas atas, a depender das pautas ou demandas do empresariado de cada lugar. De modo geral, as elas se uniam para conseguir a aprovação de leis

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://cacb.org.br/sobre-a-cacb/historia/>>. Acesso em 27/08/2018.

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://www.facieg.com.br/home/sobre>>. Acesso em 27/08/2018.

<sup>60</sup> Associação Goiana de Imprensa; Sindicato dos Produtores Rurais de Anápolis; Academia Goiana de Medicina; Câmara de Dirigentes Lojistas de Anápolis (CDL); Sindicato do Comércio Varejista de Anápolis; Sindicato dos Produtores de Carne de Anápolis (SindCarne); Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea); Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis; Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO); Associações Comerciais de cidades do interior goiano e de outros estados, federações do comércio e indústria, entre outros.

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://acieg.com.br/apresentação>>. Acesso em 27/08/2018. O nome da associação nas atas era Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (ACIEG).



(principalmente de incentivos e isenções fiscais) estaduais, conjuntos normativos vigentes em todo o território goiano.

No entanto, a relação se tornava conflituosa quando as reivindicações e pressões ao poder público, em especial ao governo do estado, eram por melhorias de infraestrutura, especialmente ligadas aos transportes e energia, que afetam o território goiano de maneira desigual, beneficiando certos atores em detrimentos de outros.

Durante a década de 1950, já eram costumeiras as reclamações de Anápolis a respeito do uso da ferrovia e disponibilização de vagões às diferentes estações, rivalizando com Goiânia, conforme demonstraremos no quarto capítulo. Em meio a este conflito a ACIEG enviou a Anápolis um ofício pedindo apoio “moral e material” a uma ação judicial contra as leis de imposto de vendas e consignações<sup>62</sup>, e de taxa de eletrificação, aprovadas na assembleia legislativa e sancionadas pelo governador. Para esta ação a ACIA contribuiu com a quantia de 40 mil cruzeiros<sup>63</sup> para o pagamento de advogados contratados pela ACIEG com objetivo de impugnar a lei (ACIA, ata da reunião de 04/03/1955). A ação judicial acabou não tendo sucesso e os impostos passaram a vigorar, com novas reclamações posteriores.

Em 1961, novamente a associação anapolina foi procurada pelos goianienses. O presidente da ACIEG foi até uma reunião da ACIA, no dia 17/11/1961, e pediu a ajuda da entidade para “lutar contras as leis e no sentido de dar uma solução para os problemas difíceis nos dias atuais”; Tais leis eram interpretadas como abusivas para o comércio. Novamente um advogado fora contratado para o caso, e uma comissão da ACIA iria a Goiânia tratar do assunto, inclusive com outras associações de classe. O mesmo ocorreu em 1969, quando o presidente da entidade de Goiânia, Ney de Castro, disse estar em conversas com o governador do estado, Otávio Lage, discutindo a fiscalização da receita estadual em Anápolis, considerada abusiva pelos comerciantes.

Em contrapartida, em 1970 há um registro de um conflito entre as duas localidades (Goiânia e Anápolis) desenvolvido de forma indireta, no convencimento de um interlocutor em comum, no caso, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP)<sup>64</sup>:

---

<sup>62</sup> Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), criado pela constituição de 1934, foi substituído em 1966 pelo ICM.

<sup>63</sup> O salário mínimo em Goiás na época era de cerca de Cr\$1.100, conforme o Decreto nº 35.450, de 1º de Maio de 1954.

<sup>64</sup> A Comissão de Financiamento da Produção (CFP) era uma comissão formada por 5 membros nomeados pelo Presidente da República, representantes dos Ministérios da Agricultura, do Trabalho, da Indústria e Comércio e do Exército, além do seu presidente. Entre suas atribuições, estava a de “traçar os

Expedido ofício à Comissão de Financiamento da Produção levando-lhe o nosso apelo para que se beneficie aqui em Anápolis o arroz vindo do norte goiano, o qual, até agora, em detrimento aos nossos associados cerealistas está sendo levado para as máquinas de Goiânia. (ACIA, ata da reunião de 20/11/1971, p. 30).

Assim como na citação acima, os litígios raramente se davam diretamente entre as associações, mas sim no diálogo com órgãos públicos e atores políticos pela preferência de um lugar em detrimento do outro. O único conflito diretamente travado entre elas e registrado nos documentos ocorreu também em 1971, em assunto relativo à federação goiana.

A FACIEG (até então FACEG) foi fundada em Goiânia, em 1963, por membros da associação da cidade. Por este motivo, praticamente todos os cargos de direção da federação eram estatutariamente concedidos de forma automática aos diretores da ACIEG, com exceção do cargo de vice-presidente, reservado às associações do interior do estado. Contudo, em uma reunião para definição da diretoria da federação, os goianienses realizaram uma manobra política para eleger um dos seus membros o vice-presidente da federação, pois era sabido que o presidente iria entrar de licença por alguns meses e o vice assumiria o comando. Em suma a entidade de Goiânia emplacou seus membros em todos os cargos da federação, que se encontrava no topo da hierarquia das associações no estado, para evitar que uma associação do interior presidisse a FACIEG durante a licença do presidente (ACIA, ata da reunião de 28/06/1971).

Alexis Salomão, membro do conselho consultivo e ex-presidente da ACIA, era o candidato anapolino à vice-presidência da federação. No dia 30 de junho, membros de Goiânia compareceram a uma reunião em Anápolis, aonde foi novamente discutido o tema. Entre as queixas dos membros anapolinos, estava a falta de participação em um órgão que possuía bom diálogo com o governo:

Ficando bem claro que o problema não se atinha absolutamente ao fato da ACIA ter perdido a eleição para 1º vice-presidente da FACEG e sim ao fato de vitoriosa a tese defendida pela ACEG de que também a vice-presidência da FACEG deve ser disputada pela ACEG face a facilidade de comunicação e de entrosamento com os órgãos governamentais, entendemos nós, não restar nenhuma possibilidade de participação, na diretoria daquela entidade *mater*, das associações do interior. (ACIA, ata do dia 30/06/1971, p. 85, 86).

---

planos financeiros relativos à produção que interesse à defesa econômica e militar do país”, podendo negociar e celebrar acordos com poderes públicos locais e regionais, e também com entidades particulares. Foi criada pelo decreto-lei nº 5.212, de 21 de janeiro de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, e nunca foi expressamente revogada.

Frente à eminente retirada da ACIA do quadro da FACIEG, os membros goianienses disseram que um vice-presidente presente em Goiânia seria mais eficaz para o atendimento das reivindicações da federação, próximo à sede do governo estadual. Mounir Naoum – presidente da ACIA, rebateu, dizendo que “hoje com as facilidades de comunicação, telex, telefone, etc., nada mais impede que associações como a de Anápolis, Luziânia, Morrinhos e outras mais possam cuidar de assuntos da Federação” (ACIA, ata da reunião de 30/06/1971, p. 85, 86). Foi pedido ainda na reunião que os estatutos da federação fossem alterados, o que seria supostamente atendido, porém não apareceram mais registros a respeito dos cargos. O assunto voltaria à tona em 1973, quando o mesmo Alexis Salomão proporia aos diretores da ACIEG que derrubassem a norma de concessão automática da presidência a um membro de Goiânia, e estabelecessem um sistema de eleição.

A discussão apresentada mostra dois fatos interessantes. Primeiramente, nota-se a relação de forças dentro da federação das associações comerciais que, criada na capital, privilegiava os empresários de Goiânia frente a uma série de associações do interior goiano que, lideradas politicamente por Anápolis, contestavam a representatividade e hierarquia estabelecidas. Em outra nota, observa-se a influência do avanço da técnica na atuação das entidades de classe. Referenciadas aqui pelo telex e pelo telefone, então considerados novidades tecnológicas, a redução das distâncias para efeitos de comunicação já permitia a criação de uma rede mais eficaz e veloz entre as associações, que antes era feita por telegramas. O avanço da técnica é notado em vários momentos no percorrer do recorte histórico analisado, consistindo em outro tema de pesquisa frutífero que não pudemos explorar mais a fundo.

Após o conflito direto entre as associações, a relação política entre elas deteriorou, tendo inclusive o relato de uma “competição” pelo oferecimento de banquetes ao governador, visando incentivos fiscais, conforme atesta a ata de 17/10/1973. Em novembro de 1975, contudo, as entidades voltaram a se entender. Em 07/11/1975, foi recebido um ofício da ACIEG pedindo apoio para a criação de uma hidrovía para o escoamento do minério da Serra dos Carajás, aproveitando os rios Tocantins e Araguaia. Foi aprovado o apoio à associação de Goiânia. Logo depois, no dia 28 de novembro, há o registro em ata de uma fala do presidente Sultan Falluh de que ele gostaria de reaver uma boa relação com a associação da capital, deliberando-se por uma visita à mesma.

Aparentemente, a intenção foi concretizada. Oito meses depois, diretores da ACIEG estavam presentes em Anápolis, na reunião da ACIA, para anunciar que seu presidente Sultan Falluh, receberia a “distinção de comerciante do ano do Estado de Goiás”, referente ao seu trabalho de administrador do Distrito Agroindustrial de Anápolis e de presidente da Goiasindustrial. Agradecendo à homenagem, delegado por Falluh, Alexis Salomão disse, em meio a seu discurso, da aliança entre as entidades:

Ressaltou a importância desta reunião para as duas associações, que, por serem ambas entidades de classe, fazia-se necessária boa relação e que a vinda daqueles senhores a esta entidade reafirmavam ainda mais os laços de amizade já existentes”. (ACIA, Ata da reunião de 30/07/1976).

### **3.6.2. Amigos da Coroa: Políticos e autoridades públicas**

Mesmo com uma quantidade relativamente grande de entidades de classe, os conflitos e alianças entre elas geralmente aconteciam a partir da relação com interlocutores em comum: autoridades públicas e políticos investidos em cargos da estrutura do Estado, com acesso direto a recursos públicos e o poder de legislar a respeito do investimento destes recursos ou de isenções fiscais concedidas às empresas.

A proximidade espacial com estes interlocutores também influenciava na eficácia das pressões ou reivindicações. Dessa forma, a figura do prefeito ou da prefeitura eram presentes quase que semanalmente nas reuniões. Conforme mostramos no segundo capítulo, boa parte dos prefeitos anapolinos no período estudado foram membros da ACIA. Do mesmo modo, muitos diretores da ACIA foram também vereadores de Anápolis, tendo assim acesso direto aos mecanismos de formulação de leis municipais.

Tendo em vista os deputados estaduais e federais, observa-se uma relação mais próxima com aqueles nascidos em Anápolis, em especial aqueles de famílias oligárquicas tradicionais ou empresários da cidade. O acesso aos governadores era mais esporádico, e geralmente era feito a partir de solenidades, mesas, festas e banquetes. As reivindicações diretas aos governadores eram, via de regra, cobradas nestes eventos. Algumas cobranças pontuais eram feitas a partir de conhecidos da associação que tinham boa relação com o governador em questão, podendo levar a reivindicação pessoalmente, sem alarde.

Os presidentes da república também participavam da rede de possíveis interlocutores da ACIA, porém de maneira mais esporádica ainda do que os executivos estaduais. Há alguns registros de encontros presenciais com presidentes, e também alguns ofícios e demandas enviadas aos seus gabinetes, conforme se observa em alguns dos assuntos.

Ademais, há encontros e articulações com diretores da estrada de ferro, de órgãos estaduais e municipais ligados à infraestrutura viária, de energia e de água; com fiscais e diretores da receita estadual; com secretários estaduais, ministros, membros das forças armadas, em especial da aeronáutica, entre outros.

Em reuniões de julho e setembro de 1955, por exemplo, registra-se convites para visitas enviados a Jânio Quadros, então governador de São Paulo (e também ao diretor da Estrada de Ferro Goiás), e a José Ludovico de Almeida, governador de Goiás, para “visitas cordiais” e de “caráter estritamente apolítico”, relembrando os artigos de seu estatuto interno. Na mesma reunião em que convidam Jânio Quadros e o diretor da ferrovia, discute-se um ofício que seria enviado à estrada de ferro pedindo permissão para o transporte de café até o porto de Santos (ACIA, ata da reunião de 15/07/1955).

A instabilidade política nacional do início da década de 1960 e o resultante golpe militar de 1964 não alteraram de maneira estrutural o funcionamento e articulações da entidade. Na verdade, há registros que indicam uma participação direta da ACIA no movimento civil que daria sustentação aos militares, a partir do repúdio contra movimentos locais e medidas do governo federal.

Na ata de 01/12/1961, Edwirges Soares falou a respeito de “problemas nacionais”, e que em uma reunião em Goiânia, pensou-se em criar órgãos de divulgação como rádio e jornais, em cooperação com a ACIA, “no sentido de em conjunto trabalharem contra os anarquistas que parecem se organizar para provocar confusões sociais”. Um ano depois, em 05/01/1962, um ofício é recebido da associação comercial de São Paulo, “deixando todos entusiasmados com o conteúdo do manifesto, no qual solicita a todas classes sociais unirem no sentido de moralizar o Brasil”. No decorrer do mesmo ano, foram aprovados manifestos em busca desta suposta moralização para serem divulgados em rádios e emissoras de televisão.

A confrontação a João Goulart também apareceu em em 25/03/1963, quando foi convocada uma assembleia extraordinária para aprovar uma nota oficial da associação contra a troca do diretor Múcio Teixeira, da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do

Brasil S/A<sup>65</sup>, do setor Centro-Oeste do país, medida esta “contrária aos interesses do nosso Estado”.

As atas do ano de 1963 já indicavam problemas financeiros diversos, muito ligados à grande inflação que ocorria no país. A instabilidade vivida em escala nacional no ano de 1963 também teve reflexos na organização da associação, o que também é observado nos documentos. As últimas reuniões de 1963 indicam um ambiente de crise, com registro também de uma greve dos bancários, registrada em uma ata sem data, no meio de um período de 9 meses entre março e janeiro de 1964, em que não há registro de encontros.

Em 1964, a única reunião registrada foi realizada apenas para confirmar o fechamento do Colégio do Comércio de Anápolis, com a presença de diversas autoridades e entidades de classe, cerca de dois meses antes do golpe militar. Outras duas atas registram a tentativa de reuniões, mas que não tiveram o comparecimento de diretores ou outros membros e foram canceladas, uma delas em março, ainda antes do golpe, e outra em agosto. Depois disso, a próxima reunião registrada seria apenas em 8 de janeiro de 1965 com vistas a eleger uma nova diretoria.

A praticamente ausência de reuniões no ano de 1964 indica a instabilidade política que estava presente em todo o Brasil, a partir do golpe militar, ocorrido em 31 de março daquele ano. Não só isto, mas a relação com os governos executivos estaduais e nacional dava sinais de conflito desde o início da década, mostrando um arrefecimento a partir da chegada de João Goulart no governo, em setembro de 1961. Apesar da crítica às políticas fiscais ser realizada desde os governos anteriores, a retirada de Múcio Teixeira da direção da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil no Centro-Oeste, com o conseqüente repúdio da associação a esta medida do governo nacional, indica uma dissonância acentuada com o governo de Goulart.

Ainda assim, passado este período instável pouca coisa mudou no tocante ao acesso que a entidade tinha às autoridades públicas, militares ou não. Em diversas ocasiões nos anos seguintes a ACIA era convidada pela prefeitura e governo estadual para participar das comemorações dos aniversários da “revolução de 1964”. Nestes mesmos anos conflitos entre a classe comercial e a ditadura, estão evidentes na análise sobre a fiscalização de comércios na cidade, mas pode-se dizer que a direção da

---

<sup>65</sup> Criado em 1937, no governo Vargas, é considerado o primeiro grande mecanismo de crédito agrícola do Brasil. Ver SPOLODOR, Humberto Francisco S.; MELHO, Fernando H.. **O mercado de crédito e a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 41, n. 3, p. 9-28, 2003.

entidade se manteve alinhada ideologicamente e politicamente ao governo militar. Em julho de 1971, por exemplo, é enviado um ofício ao comércio para que abrissem suas lojas apenas ao meio-dia, pois a ACIA estava, em parceria com a prefeitura, preparando uma recepção “condigna” ao presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, no dia 28 de julho.

A visita de atores da alta hierarquia estatal era muito procurada pela associação, e ofícios pedindo visitas eram registrados corriqueiramente, em relação aos mais diversos assuntos, buscando a organização de reuniões e visitas de autoridades à cidade, com solenidades, jantares e banquetes oferecidos. Em outubro de 1973, um desses banquetes foi oferecido a Leonino di Ramos Caiado, governador do estado:

Foi estabelecido definitivamente que a ACIA com a colaboração da prefeitura municipal de Anápolis, ofereceria um Banquete ao Governador, ocasião em que lhe seria outorgado um diploma de sócio honorário da ACIA e uma lembrança (placa ou escultura). (ACIA, ata da reunião de 24/10/1973).

Ficou decidido ainda que seria presenteado ao governador um porta-canetas feito sob medida. Na mesma reunião, discutiu-se ainda a respeito de um decreto-lei<sup>66</sup> que a associação gostaria que Leonino Caiado derrubasse. Seis meses depois, em maio de 1974, organizaram outro banquete, para Irapuan Costa Júnior, pelo fim do seu mandato de prefeito nomeado de Anápolis, “como homenagem pelos relevantes serviços prestados a Anápolis” (ACIA, 1974). Era usual também que depois de todas as reuniões conjuntas com políticos, associações, entre outros, houvesse um jantar realizado em algum grande restaurante ou churrascaria da cidade.

A boa relação com políticos também rendia benefícios a nível pessoal, representados em casos no mínimo curiosos. O primeiro deles foi relatado na ata de reunião do dia 18/09/1974. Um associado estava presente na reunião, pedindo ajuda da associação porque havia sido roubado no apartamento de hotel que residia (Príncipe Hotel), em joias com valor superior a 50 mil cruzeiros. Já tinha recorrido a todas as autoridades possíveis sem resultado. Os diretores então deliberaram oficial o delegado regional de Anápolis, Tasso Honorato Reis, para dar “especial atenção à representação feita pelo associado”. Não houve mais citações do caso nas reuniões seguintes, mas o caso mostra a facilidade de acesso que a associação tinha a autoridades públicas, no

---

<sup>66</sup> Na ata, consta como “Decreto-lei n° 25”, que estabelecia a classificação de produtos agrícolas, mas não conseguimos encontrá-la.

caso, o delegado regional da cidade, para que atendesse um associado. Quando o problema era com um dos diretores, então, as providências eram mais enérgicas.

Na reunião do dia 08/08/1975, Alexis Salomão detalhou um incidente que teve com índios em uma reserva do rio Araguaia, quando esses se “apoderaram de seus pertences e se recusaram a devolver”. Foi criada então uma comissão,

para ir ao Presidente da Funai, mostrando assim, quem é o Dr. Alexis, quanto ao seu conceito de pessoa idônea, e assim reafirmar a gravidade do problema para que o mesmo tenha uma solução imediata e definitiva. Ficou de telefonar para o Dr. Newton Rossi, para este, entrar em contato com o Presidente da Funai e marcar uma audiência. (ACIA, ata da reunião de 08/08/1975).

A comissão foi recebida pelo presidente da Funai, Ismarth Araújo de Oliveira, e conseguiu os pertences (não foi especificado o que seria) de volta, conforme registra-se duas semanas depois:

O Sr. Sultan informou aos senhores diretores que a visita ao presidente da Funai, para tratar do assunto referente ao material do Dr. Alexis Salomão, foi coroado de pleno êxito, e que ele havia se deslocado até Brasília, no dia de hoje, para apanhar o referido material. (ACIA, ata da reunião de 22/08/1975).

Os dois casos, com destaque ao segundo, demonstram alguns dos acessos privilegiados que os diretores possuíam, permitindo a relação próxima e direta com autoridades dos mais diversos órgãos públicos, tendo como base de sustentação o capital econômico e político adquirido pela concentração de associados em uma só entidade. Mas a boa relação com políticos não se limitava na troca de favores para problemas e demandas pessoais.

Por diversas ocasiões notamos a investidura de membros da ACIA, principalmente diretores, em cargos de nomeação da administração pública municipal e cargos de representação a nível estadual, além daqueles que foram vereadores, prefeitos e deputados. Em dezembro de 1960, o então secretário da associação Ilion Fleury foi convidado a participar da equipe da prefeitura a partir de 1961, pelo recém-eleito Jonas Ferreira Duarte, sócio fundador, ex-vice-presidente e ex-diretor da entidade (ACIA, 1960). Em 1965 e 1971, registra-se a indicação de duas listas tríplice com nomes da associação para preenchimento da vaga de Vogal na Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho<sup>67</sup>, enquanto representante dos empregadores.

---

<sup>67</sup> As Juntas de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho foram criadas por Getúlio Vargas para solucionar conflitos trabalhistas, e eram compostas por um juiz presidente, nomeado pelo governo,



Já em 1973, a ACIA tinha como objetivo colocar um membro no Conselho de Contribuintes do Estado<sup>68</sup>. O pedido seria feito em audiência com o governador do estado, Leonino di Ramos Caiado, conforme consta na ata de 09/05/1973, entre outras reivindicações. Passada a audiência no dia 21 de maio, no dia 23 do mesmo mês foi feito o envio de um ofício pedindo ao governador a nomeação de “elementos” de Anápolis para o conselho, e também para a carteira industrial do Banco do Estado de Goiás (BEG). Aparentemente, o cargo de titular não foi concedido, sendo oferecido então o cargo de suplente:

O Sr. Alcides Romão (Chefe da Assessoria de Relações Públicas da Governadoria) disse que poderia adiantar que o pedido feito pela ACIA ao Governador do Estado para nomear uma pessoa de Anápolis para suplente no Conselho de Contribuintes do Estado era caso praticamente resolvido. (ACIA, ata da reunião de 26/07/1973).

Reivindicações e nomeações semelhantes às da Junta Comercial e do Conselho dos Contribuintes eram corriqueiras nas décadas de 1960 e 1970. Como representantes de uma parcela cada vez maior de empresas, o ganho de capital político da entidade é expresso na participação gradativa em cargos de mediação de conflitos e representação das classes patronais.

As relações com outras entidades de classe e com políticos de diferentes escalas mostram o complexo ambiente sociopolítico no qual a ACIA está inserida. Para se articular com políticos do município, e a partir disso com políticos e organizações da escala estadual ou de outras cidades, a associação tem como base sua posição no quadro de poder local.

Retornando ao conceito de poder local, e pensando em um estudo relacional, Fischer (1993, p. 106) especifica que: “Ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em tomo de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto”.

---

um representante indicado por sindicatos laborais e outro indicado por sindicatos patronais, estes chamados vogais. As juntas foram extintas pela emenda constitucional nº 24, de 9 de dezembro de 1999, e substituídas pelas Varas do Trabalho, que exigem juízes profissionais.

<sup>68</sup> Os Conselhos de Contribuintes foram criados pelo Decreto nº 16.580, de 4 de Setembro de 1924. Pelo decreto, foram criados conselhos em todos os estados e no distrito federal. O decreto prevê a composição de 5 membros, entre representantes do Comércio, Indústria, profissionais liberais e funcionários públicos, nomeados pelo Ministro da Fazenda. Os conselhos acontecem durante três meses do ano, entre junho e agosto, podendo ser prorrogados, e têm como função julgar recursos de contribuintes contra decisões de primeira instância, relativas a pagamentos de tributos/impostos.

O segundo capítulo discutimos a maneira como estas oligarquias se espalham e solidificam no imaginário social, com a participação nos clubes de associativismo, ações filantrópicas, produção biográfica simbólica, nomes de ruas, entre outros. Não somente, as oligarquias possuem atores empresários integrantes da ACIA, e exercem sua pressão diretamente no poder político, utilizando a organização coletiva como trunfo de seu poder de barganha.

Além disso, muitos políticos são também integrantes destas famílias, conforme indicam no caso estudado as árvores genealógicas do primeiro capítulo. Quando esse não é o caso, Daniel (1988, p. 35) cita como estratégias de aproximação das elites locais com o poder político “jantares, homenagens – que conferem *status* -, boas relações com os detentores dos meios de comunicação local, etc.”, práticas que o autor insere em um quadro de clientelismo associado ao espaço urbano.

Observando algumas das citações realizadas neste capítulo, a origem familiar e os cargos que diretores da ACIA ocuparam, seja na administração municipal ou estadual, em cargos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, pode-se concluir que a associação possuía acesso a todas as instâncias de poder, seja diretamente ou a partir da interlocução com atores centrais ao processo político. Isso não significa que fossem atores hegemônicos e que tinham sucesso em todas as reivindicações, mas aponta a inserção do grupo em redes de relações complexas e multiescalares, com uma posição na escala estadual e nacional que dependia de seu exercício e consolidação de poder na escala urbana local, aonde possuíam – e ainda possuem – posição privilegiada.

### **3.7. Fincando a bandeira no espaço urbano anapolino: a Sede Própria**

Um aspecto determinante para a consolidação da ACIA enquanto sujeito coletivo no quadro de poder local do município de Anápolis foi a construção do edifício sede da entidade, expressão material concretizada na região central do espaço urbano anapolino em 1971. Apesar de ter uma rede de relações abstratas relativamente grande, a falta de uma sede própria dificultava muitos dos interesses dos produtores. Isto é comprovado pela diferença que a construção do prédio nas relações políticas da entidade, pois era procurado por todo tipo de ator, desde políticos até microempresas, para alugarem uma sala comercial ou o auditório, principalmente.

A busca pela sede foi preocupação da ACIA desde o momento da sua inauguração. A consequência mais visível e frequente da falta de uma sede da associação eram os lugares utilizados para as reuniões. Por não terem um local fixo até 1971, os diretores se encontravam em clubes recreativos, salões de igrejas, salas do Colégio Comercial do SESC, e em diversas ocasiões em residências de diferentes associados, entre outros lugares. Os locais de reunião, por si só, são capazes de fornecer informações substanciais a respeito da rede de relações desses atores, como lugares que frequentavam cotidianamente na cidade, constituindo desta forma territorialidades urbanas dos sócios diretores da entidade. Nosso foco, contudo, é a articulação política e o processo de construção do edifício sede da ACIA.

Em cinco de maio de 1944 (ACIA), relatam-se as primeiras conversas sobre a construção do prédio, a partir das conversas do presidente, João Luiz de Oliveira, com o delegado regional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), que propusera o financiamento da construção da sede social da associação, “desde que a mesma adquira terreno próprio em local valorizado”.

Passado o período de instabilidade, a intenção aparentemente não se concretizou. Mesmo assim, as atas de 1951 registram um pedido da prefeitura de Anápolis de devolução de um prédio que estava sendo utilizado pela ACIA, para ser transformado em uma escola. A partir daí, iniciou um processo mais concreto a respeito da construção da sede, com propostas de doações individuais dos membros, em troca de sociedades eméritas, elaboração de projetos arquitetônicos por parte de membros e conhecidos, em um período que durou alguns anos. No meio tempo, relata-se em julho de 1955 que o edifício seria discutido na câmara municipal, pensando em um modelo de condomínio com apartamentos residenciais, uma vez vislumbrado que o terreno poderia ser doado pela prefeitura.

Em 24 de janeiro de 1958, o presidente Jibrán el Haje anuncia, em reunião apenas da diretoria, que iria a Goiânia no seguinte conversar com o governador do estado para pedir a isenção de impostos na aquisição do terreno aonde seria construída a matriz da associação. No período de um ano após esta reunião, coincidentemente ou não, duas leis, uma municipal e outra estadual, seriam publicadas.

A primeira delas é a lei municipal nº 386, de 30 de abril de 1958, que passou a considerar como de utilidade pública a Associação Comercial de Anápolis e a Escola Técnica de Comércio de Anápolis. A lei foi decretada pela câmara municipal de Anápolis e sancionada pelo prefeito, Carlos de Pina. Não fosse uma ata de 1970 que

relembra o fato de a ACIA ser uma entidade de utilidade pública, este fato passaria em branco no trabalho.

A lei nº 91, de 28 de agosto de 1935<sup>69</sup>, determina as regras para a determinação de uma organização como de utilidade pública. Em seu artigo 1º são listados os três requisitos básicos para a concessão do título: “*a) que adquiriram personalidade jurídica; b) que estão em efectivo funcionamento e servem desinteressadamente á collectividade; c) que o cargos de sua directoria não são remunerados.*” (BRASIL, 1935, sic)

MARIN (1995), na área do direito, faz uma análise dos efeitos jurídicos e consequências sociais da declaração de uma entidade privada como de utilidade pública. Interpretando a lei e o ambiente jurídico brasileiro, o autor diz que, de modo geral, as organizações ou associações de utilidade pública são

fundações que visam às finalidades assistenciais, educacionais, culturais, filantrópicas, de pesquisa científica, etc.; quando desempenhadas de forma perene e desinteressada, têm um fim público ou de utilidade pública. São, portanto, espontâneas colaboradoras do Estado. (MARIN, 1995, p. 40).

A concessão do título podia ser feita por qualquer instância do poder público, desde que determinada organização satisfizesse os requerimentos da lei. Contudo, os efeitos desta concessão superam o âmbito da assistência institucional. Segundo o autor, em um primeiro momento, vê-se que a lei trata de um título meramente honorífico, mas o efeitos deste instrumento jurídico mudaram com o tempo, permitindo a concessão de benefícios e vantagens a estas entidades, “desvirtuando o princípio legal da não-concessão dos favores”. Segundo o autor, são exemplos de favores:

Imunidade tributária das instituições de educação ou de assistência social, isenções fiscais; isenção da taxa de contribuição da cota patronal à Previdência Social; dedutibilidade do imposto de renda das contribuições de pessoas físicas e jurídicas às entidades de utilidade pública.; concessão de subvenções; permissão para realização de sorteios; possibilidades de receber doações da União e de suas autarquias; recebimentos de receitas provenientes da arrecadação das loterias federais etc. (MARIN, 1997, p. 45).

Em sua análise, Marin (1997) indica que, apesar da necessidade de ajudar organizações a realizarem o trabalho do Estado, a lei possui brechas que permitem o uso não ligado ao melhor interesse público. Ela confere um *status* à instituição, que lhe atesta o reconhecimento do Estado como uma instituição idônea e respeitada. Do ponto

---

<sup>69</sup> O título de utilidade pública não é mais concedido desde 2016. A norma foi revogada em 2015 pela lei ordinária nº 13.204 de 14/12/2015.

de vista prático, permite a obtenção de vantagens junto a órgãos estatais de fomento ou isenções de impostos. Desta forma, apesar de ajudar organizações que talvez não sobreviveriam sem esta ajuda, a lei propiciava, desde a sua promulgação, em 1935, um campo livre às “*concessões de caráter pessoal, de agrados políticos*”. (MARIN, 1997, p. 40-42).

Em Anápolis, oito meses após a lei municipal que considerou a ACIA uma instituição de utilidade pública, foi publicada a lei estadual nº 2.399, de 17 de dezembro de 1958, que isentou a associação do pagamento do imposto de transmissão “*inter-vivus*”, referente à aquisição do terreno urbano aonde seria construída o prédio sede (GOIÁS, 1958). Um mês depois, alguns diretores foram à capital goiana tratar do assunto com o governador José Ludovico de Almeida, que encerraria o mandato em uma semana:

Registramos ainda a ida a Goiânia dos srs. Gibran El Haje, Carlos Castanho, Edwirges Soares, Ilion Fleury, Saul Brasil, diretores desta associação e o Sr. Sócrates Mardocheu Diniz – Presidente da Associação Rural – para tratar de assuntos de interesse local, bem como tratar da isenção de impostos sobre a transmissão do terreno destinado à construção da nossa sede social junto ao Governador. (ACIA, ata da reunião de 23/01/1959).

Comprado o terreno onde se construiria o prédio anos depois, os esforços passaram então, à edificação da estrutura. Em 1960, a previsão era de um prazo de 30 meses para a construção do prédio, mas as conversas com a firma construtora ainda estavam começando. Em junho de 1961, a reunião da associação contou com a presença de um antigo membro, o prefeito Jonas Ferreira Duarte.

Na visita, Jonas Duarte falou das contas do município, que tinha como diretor da fazenda Ilion Fleury, vice-presidente da ACIA, e da relação com o governo estadual. Também fez um discurso sobre o “comércio” e seu prédio: “*O orador lembra das grandes iniciativas de Anápolis, quase todas sob a responsabilidade do comércio e pergunta: se o comércio constrói aprendizado, santa casa, orfanato, corpo de bombeiros, não poderá construir seu prédio próprio?*”. (ACIA, ata da reunião de 23/06/1961). O prefeito então sugeriu que o prédio fosse feito em regime de condomínio, e que a associação seria incorporadora e dirigente, comportando ainda o prédio um hotel, além da sede da entidade. Outras propostas foram feitas, mas rejeitadas. Segundo Ilion Fleury, a associação conseguiria construir o prédio, pois, segundo ele, “*a construção do prédio próprio é um preceito de honra! (palmas).*”

A partir de 1965, os diretores começaram a constituir comissões para tratar da construção do prédio. Nos dois anos seguintes, as conversas avançaram com a Caixa<sup>70</sup>, que iria financiar a realização do projeto, através de recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH). O projeto correspondia, em 1967, a um prédio de 15 andares, sendo 2 para a ACIA e 13 andares com 2 apartamentos residenciais cada.

Logo surgiria, no entanto, um problema relacionado ao financiamento. Ainda em outubro de 1967, relatou-se em reunião que a altura máxima de edifícios no município era a equivalente ao dobro da largura das ruas, reduzindo o prédio para 14 pavimentos no total. Depois, em janeiro de 1968, não foram dadas explicações a respeito da não possibilidade do financiamento pelos bancos públicos. O prédio seria então “*uma construção mais modesta, se necessário só com recursos particulares*” (ACIA, ata da reunião de 05/01/2018).

A construção começaria finalmente em 1970. Desde o ano anterior foram realizadas campanhas de arrecadação de fundos, junto a bancos goianos, empresas de “Belo Horizonte e São Paulo”. Além disso, foi determinado que se procurasse o prefeito municipal, Henrique Santillo, para pedir “cooperação” para o empreendimento. Parte dessa cooperação se valia justamente da lei analisada: “Atendendo a pedido da presidência para fins da construção da sede junto ao INPS foi solicitada à Prefeitura Municipal uma certidão da lei n° 386 de 30 de abril de 1958 que considera esta Entidade de Utilidade Pública.” (ACIA, ata da reunião de 04/09/1970).

A ajuda da prefeitura, contudo, não se limitou à emissão do certificado. Dois meses depois, foi listado em ata todos os materiais que seriam disponibilizados pelo executivo municipal, a “título de empréstimo”:

A seguir o Sr. Secretário disse que a Prefeitura Municipal de Anápolis através da Fundação Educacional vem auxiliando na construção da nossa sede já tendo nos cedido à título de empréstimo: 20m<sup>3</sup> de brita; 8.940 quilos de ferro; 1 mesa de serra com motor de 10 hp, 3,90m de tábuas de pinho, 12,46m de vigotas 7x14 e agulhas de ferro; 3 pares de luvas; 6 picaretas, 6 enxadas; 1 cavadeira; 4 alavancas; 1 enxadão usado; 5 enxadões novos; 2 manetas grandes; 1 maneta pequena; 2 mesas; 3 bancos; 1 carretilha com 25m de corda; 1 vibrador sem mangote; 1 vaso turco; 4 caibros 8x8; 200 tábuas de 4,5m; 2 tambores; 1 mesa-prancheta; 1 chapa de dobrar ferro; 1 rolo compactador; 6 pás; 1 mangueira de nível; 1 peneira; 2 talhadeiras; 10 ponteiros; 1 turquesa; 2 caixotes p/ lixo; 4 pés de cabra; 1 torneira ¾; 3 carros de mão; 5 faldas; 1 lata e 1 betoneira. (ACIA, ata da reunião de 20/11/1970).

---

<sup>70</sup> Caixa Econômica do Estado de Goiás, banco estadual falido em 1990.

Depois do relato, no entanto, não encontramos outros relatos sobre os empréstimos da prefeitura, seja de uma devolução em dinheiro ou material.

Alguns meses depois, em fevereiro de 1971, seriam expedidos diplomas de sócios honorários a Jorge Salomão Filho (sobrinho do presidente Alexis Salomão), que foi o sócio encarregado da construção da sede da associação; e a Henrique Santillo, pelo apoio e colaboração recebido do prefeito durante toda a construção. O edifício, contudo, ainda não havia sido concluído. Para isto, foi necessário o empréstimo de 200 mil cruzeiros junto aos bancos Real S/A e Itaú América, dívida esta que seria incômoda posteriormente, quando os diretores tentavam criar serviços como os consultórios odontológicos, e aumentar a atratividade para novos sócios.

A sede social da ACIA foi inaugurada em 01/09/1971, em uma reunião solene no prédio que ainda não havia sido concluído, e que teria três pavimentos. A ata deste dia registra a presença do governador e do vice-governador do estado, representante do ministério da Aeronáutica, prefeito de Anápolis, diversos deputados estaduais e federais. Mounir Naoum, o presidente da ACIA, fez um retrospecto da história da associação e fez agradecimentos:

Fez um retrospecto da cidade de Anápolis, de então (1936) até os dias de hoje, quando se sobressai como a primeira cidade do Estado com vida e ideias próprias, soberana e independente. Agradeceu especialmente ao senhor Governador do Estado, ao Secretário do Estado da Fazenda, ao senhor Prefeito Municipal de Anápolis, aos componentes do COMDA, responsáveis pela implantação da Base Aérea de Anápolis, aos Bancos Real S/A, Itaú América S/A, Brasileiro de Descontos S/A e aos comerciantes e industriais de Anápolis pela ajuda recebida, direta e indiretamente. (ACIA, ata da reunião de 01/09/1971).

Em seguida, o comandante da Base Aérea agradeceu ao governo pela investidura no cargo, e também à ACIA, citando que a associação entregaria ao COMDA<sup>71</sup> uma sala da nova sede, aonde funcionaria a partir de então a prefeitura da 1º Ala de Defesa Aérea (nome oficial da base aérea). Em seguida, Vice-Governador (Ursulino Leão), Prefeito (Henrique Santillo) e Governador (Leonino Ramos Caiado) falaram a respeito de Anápolis, da ACIA, e das contribuições da associação para o progresso da cidade. Após a solenidade e a entrega da chave da sala para as autoridades da base, foi oferecido um jantar aos presentes no Salão Nobre da Igreja Ortodoxa.

Uma vez entregue o prédio, surgiu novamente a questão do título de utilidade pública da entidade, quando em dezembro de 1971, com a sede já em funcionamento,

---

<sup>71</sup> COMDA - Comando de Defesa Aérea.

houve tentativas de conseguir a isenção de imposto predial dos anos de 1969 e 1970, baseando-se no status de utilidade pública junto ao município. Nos anos seguintes, o imposto não foi pago, e o presidente em 1974, Ruy Abdalla, relatou um acordo com a prefeitura: “*informou do encontro que manteve com o Prefeito e da concordância deste em: a) prorrogar o prazo de vencimento da 1º prestação para 10 de junho p. futuro. B) conceder desconto de 20% sobre o IPTU e de 50% sobre o TSU*”. (ACIA, ata da reunião de 29/05/1974).

Apesar do acordo anunciado com o prefeito, sete meses depois o mesmo Ruy Abdalla expressa a necessidade de tratar do imposto devido, alegando que o mesmo não foi pago porque o assunto “caiu no esquecimento”:

O Sr. Ruy explicou que desde a inauguração do prédio da ACIA, o imposto territorial urbano não havia sido pago, porque considerada de Utilidade Pública a Entidade tentava a possibilidade da Prefeitura isentá-la do imposto. Contudo, por motivos alheios à vontade, o assunto não voltou a ser ventilado, caindo no esquecimento, e só agora a prefeitura resolveu mandar a conta a pagar, no valor de Cr\$4.000. assim, ficaria composta uma comissão formada pelos Srs. Tulio e Sultan, para ver com o Sr. Alex, a possibilidade de se não o perdão da dívida, que pelo menos se obtivesse uma redução do imposto. (ACIA, ata da reunião de 02/01/1975).

Novamente, depois dos anos de inadimplência, o objetivo maior era o perdão da dívida referente ao Imposto Territorial Urbano (IPTU), ou sua redução, utilizando como argumento o fato de a ACIA ser declarada como entidade de utilidade pública. O prefeito na época era Eurípedes Barsanulfo Junqueira. O assunto não voltou a ser abordado até o final do recorte temporal.

### **3.7.1. De inquilinos a anfitriões: Os locais de reunião e o uso do prédio sede**

A partir da conclusão do prédio matriz, nota-se um *status* diferente conferido à ACIA. Se antes disso os diretores procuravam lugares amigáveis para se reunir, agora o prédio da entidade era procurado por diversas instituições, com especial uso do auditório. Além disso, havia também o aluguel de salas comerciais, que serviam como fonte de renda mensal, e também como forma de se articular com os atores que faziam uso delas.

Já a partir de outubro de 1971, um mês após a inauguração, o auditório passou a ser requisitado por diversas instituições, para a realização de cursos, palestras e



qualificação de empresários. Observa-se, entre as primeiras requisições, cursos sobre marketing, mercado de capitais e bolsa de valores.

Em março de 1972, o auditório foi cedido à refeita federal para a realização de um curso com o tema “declaração de imposto de renda”. Na mesma reunião, o diretor de relações públicas, Ruy Abdalla, falou sobre o uso do auditório:

disse mais, que várias firmas locais vem procurando-o no sentido de conseguir emprestado nosso auditório. Aquele diretor sugeriu que deveríamos cobrar uma taxa para uso, o que viria contribuir em nossa arrecadação. Ficando a diretoria encarregada de estudar a sugestão apresentada. (ACIA, ata da reunião de 24/03/1972).

No entanto, os diretores não chegaram a um consenso sobre as cobranças. Nas reuniões seguintes, são registrados diversos pedidos de uso do auditório: pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC); pela Câmara Municipal; sindicatos patronais de Anápolis; Lions Clube, entre outros.

Assim como o auditório, as salas comerciais do edifício também eram objetos de disputa entre instituições. Entre as empresas que alugavam salas na associação, estão novamente o SPC, o Lions Clube, a Companhia Hidrelétrica São Patrício, serviços como de fotografia, o consultório odontológico que seria despejado e posteriormente comprado pela própria associação, entre outros.

Além destes, também existiam relações amistosas com o governo estadual e com a base aérea de Anápolis. O ministério da aeronáutica tinha a intenção de instalar em uma das salas comerciais a 1º ala de defesa aérea, e, posteriormente, a prefeitura da Base Aérea de Anápolis (BAAN). Aparentemente, estes desejos não foram concretizados, mas o auditório era utilizado constantemente pelos militares, demonstrando a proximidade política e ideológica, que seria complementar ao convênio firmado entre a ACIA e o ministério.

O governo estadual, por sua vez, utilizou o prédio da ACIA como gabinete temporário do governador Leonino Caiado em 1971 (ACIA, 1971), próximo ao feriado de 7 de setembro, da independência da república, quando a sede do governo estadual era transferida temporariamente para Anápolis por um dia, em ato simbólico. Em outros anos, não foi expresso nas atas se os governadores utilizavam o prédio da associação como sede. Mesmo assim, os eventos de troca da sede do governo eram sempre discutidos nas reuniões, e eram feitos levantamentos ou memoriais para serem entregues aos governadores, com reivindicações das classes produtoras. Em setembro de 1975,

por exemplo, são registrados os itens que seriam abordados junto ao governador Irapuan Costa Júnior: “DAIA (agradecimentos); SANEAGO (providências); Rodovia Anápolis-Nerópolis (Providências). CEASA-GO (Entreposto); Aeroporto (Providências).” (ACIA, ata da reunião de 05/09/1975).

No decorrer do tempo, ocorreram mudanças na constituição e utilização da associação enquanto ferramenta política. Nos seus primeiros anos, os membros e diretores eram, em grande parte, membros de oligarquias tradicionais que utilizavam da sociedade com outros membros da classe dominante para conseguir benefícios tais como maior fluidez territorial para os produtos agrícolas que saíam de Goiás para centros de consumo e exportação. Faziam isso alternando-se com a atuação política profissional, em cargos do executivo e legislativo, em Anápolis e no estado de Goiás.

Observa-se uma consolidação interna da entidade, com maior planejamento e, conseqüentemente, um leque maior de ações e atribuições, especialmente a partir da década de 1970. Coincide com o golpe militar, em 1964, uma mudança de estrutura na ACIA, criando, a partir de então, uma presença menor de políticos profissionais, ligados a oligarquias locais que perderam espaço político com o início da ditadura, e também um aumento no número de descendentes de árabes nos cargos de direção. Constatamos, a partir da década de 1960, uma divisão menor de tarefas entre os diretores, dedicando um tempo maior às atividades da associação. A estruturação interna permitiu um ganho de sócios, sem perder ligação ou contato familiar e político com ocupantes do poder público. Desta forma, manteve-se uma rede de relações estruturada, enquanto se incrementava o capital político a partir da base de sustentação dos associados.

A conjuntura política estadual e nacional contribuiu também para que este capital político se convertesse em investimentos e concessões públicas em nome de novas indústrias. A relação próxima com os governadores e secretários da fazenda estadual foram em muitas ocasiões determinantes para a solução de conflitos, especialmente em momentos de repressão ocasionados pelo governo militar.

Contudo, apesar do golpe militar de 1964 ter alterado as configurações de poder em escala nacional, as estruturas de poder local permaneceram cristalizadas e o alinhamento político-ideológico com os militares, contando inclusive com militares entre os diretores da associação, não corrompeu as relações ou fechou portas para os centros do poder político. Assim, apesar da opressão observada nas ruas da cidade, contra comércios pequenos que constituíam a base dos sócios, os diretores mantinham relações frutíferas com as diferentes escalas governamentais, conseguindo

investimentos e leis a partir de convencimentos pessoais ou presenciais, além de um retorno à estrutura direta do governo, agora em cargos não eletivos, de menor visibilidade e escrutínio público.

Utilizando-se ainda da base de sócios da associação, criam-se serviços aos associados, que no futuro viriam a se multiplicar, bem como da propaganda criada pelas novas indústrias instaladas, o “grande investimento e desenvolvimento” e os empregos criados para desenvolver a imagem de aliados do progresso, benfeitores da cidade, solidificando seu poder simbólico no coletivo popular, em paralelo a uma grande renúncia fiscal ocasionada por essa política.

No decorrer deste período, os privilégios conseguidos não se concentraram apenas no menor pagamento de impostos ou investidura em cargos próximos ao poder, mas influenciaram a forma como o espaço urbano anapolino era produzido. Exemplos disso são a criação de marcos regulatórios e infraestrutura direta para a atividade industrial, além do investimento público em infraestrutura de transportes que aumentaram a fluidez do território anapolino, e também de outras interferências no espaço urbano que beneficiam a classe dominante, analisados no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4 – DA LOCOMOTIVA À FÁBRICA, COM DESCONTO.**

### **4.1. Disputas pelo uso da Estrada de Ferro Goiás**

A chegada da ferrovia na cidade de Anápolis em 1935 é utilizada pela associação como marco inicial que motivou a criação da ACIA, mais útil em seus primeiros anos aos produtores rurais e ao comércio exportador, embora tenhamos visto que sua criação foi muito mais atrelada à regulamentação do sindicalismo e intervenção estatal para a garantia e modernização da relação entre capital e trabalho. De qualquer forma, segundo Polonial (2011), a cidade já se caracterizava como ponto de parada de tropeiros antes da chegada da ferrovia, mas sua condição de entreposto comercial foi consolidada pela chegada da Estrada de Ferro Goiás (EFG), inserindo Anápolis e sua região na economia nacional, como ponto terminal dos trilhos.

Castilho (2016) indica que a ferrovia, além de outras redes de transporte, foi um elemento fundante para a emergência da modernização em Goiás. Mais especificamente, o autor salienta que, por ser a primeira região a receber os trilhos, o Sudeste Goiano se tornou a região mais dinâmica de Goiás nas primeiras décadas do século XX, em um processo externo ou mais forte do que as articulações políticas e resistências das oligarquias locais sobre o avanço ou não da infraestrutura ferroviária. No entanto, não é possível saber se foi a ferrovia no Sudoeste Goiano ou se é o Sudoeste Goiano que, ligado ao Sudeste brasileiro, impõe e dinamiza aquela região a despeito da presença da ferrovia.

A ACIA tinha na ferrovia e na maior distribuição de vagões para Anápolis seu principal objeto de reivindicação nas duas décadas iniciais de sua chegada a Goiás. Ainda assim, deve-se levar em consideração que os primeiros anos de funcionamento da entidade compõem um período de crises internas e externas que atrapalharam as articulações das classes produtoras municipais. Os trilhos chegaram a Anápolis em 1935, um ano antes da criação da ACIA, fundada em fevereiro de 1936. Em agosto deste ano, já se deliberava enviar ao diretor da Estrada de Ferro Goiás (EFG) pedindo mais vagões para escoar a produção agrícola local.

Neste período, sete anos após a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, o governo brasileiro ainda adotava a medida de queimar sacas de café para diminuir a oferta e aumentar o preço do produto, o que também ocorria em Anápolis. Na ata de 01/11/1936, relata-se que, a partir de um pedido feito por Aquiles de Pina, chefe da oligarquia dos Pina em Anápolis, ao senador da república Nero de Macedo Júnior, a associação conseguiu diminuir a quantidade de café que deveria ser doado pelos produtores de Anápolis e região para ser queimado pelo governo.

Em 17 de janeiro de 1937, ocorreu a única reunião daquele ano. Constam na ata reclamações sobre as taxas de importação e exportação para a utilização da Estrada de Ferro Goiás. Foi por isso enviado um representante, que era, segundo o registro, um guarda-livros da associação, para tratar do assunto junto do Diretor Geral da Fazenda do Estado de Goiás. Para isso, deram a ele uma “credencial” de consultor jurídico. Ao mesmo tempo, o verdadeiro consultor jurídico, Adahyl Lourenço Dias, estava na capital federal, no Rio de Janeiro, para facilitar a entrada e escoamento do café goiano no Porto de Santos.

Após esta reunião, os registros só voltariam a acontecer em 12 de julho de 1943, correspondendo a sete anos de hiato nas atividades. Entretanto, as pautas levantadas neste encontro indicam que as articulações políticas continuaram fora dos salões da entidade, com fortes pressões sobre o Estado e em especial aos diretores da EFG. Na ocasião, discutiam a resposta de um ofício a Odílio Albuquerque, agente da ferrovia, cuja conduta era considerada “muito satisfatória” pelos cerealistas anapolinos, e que havia pedido aos diretores que enviassem suas opiniões e pedidos sobre o escoamento das produções:

Com a palavra o Sr. Barbahan Helou, pelo mesmo foi ventilada a questão do sal em trânsito por esta cidade, sobre cujo assunto queria ouvir mais do Sr. Otagamis Paiva, tendo o Sr. Carlos de Pina apartado para dizer que **as restrições criadas pelo serviço de racionamento do sal em trânsito estava embaraçando o comércio de Anápolis, o que não era justo pois o comércio fizera grandes sacrifícios para obter um lugar de destaque para Anápolis.** Longamente debatido o assunto, foi esclarecido pelo Sr. Otagamis Paiva que a prefeitura não criaria qualquer obstáculo ao sal em trânsito, faria distribuição do querosene em 5 dias tudo facilitaria para Anápolis reaver o lugar de destaque no comércio a que tem direito. Pelo Sr. Presidente foi dito que devia chegar a esta cidade no dia seguinte o Sr. Gaioso Neves, diretor da Estrada de Ferro Goiaz, com qual queria que a associação se entendesse para obter mais rápido escoamento da safra deste ano. Para este fim, nomearam uma comissão formada por Carlos de Pina, Barbahan Helou e Achilles de Pina, conjuntamente com ele Presidente. (ACIA, ata da reunião de 12/07/1943).

Não encontramos informações a respeito de Otogamis Paiva, que aparenta falar em nome da prefeitura, mas outras duas informações se destacam nesta citação. Carlos de Pina ainda era o presidente da associação, tendo sido eleito em 1936, antes das atividades cessarem. Ele seria substituído um mês depois por João Luiz de Oliveira, mas ainda falava como porta-voz da entidade. Aliado a isto, observa-se tanto nas opiniões levantadas, como na comissão criada no final, o próprio Carlos de Pina, Barbahan Helou e Achilles de Pina. Barbahan Helou, que se tornaria segundo tesoureiro da associação, era dono da Casa Brasil, loja de atacado que vendia entre outras coisas, querosene e sal.

Já Carlos de Pina e Aquiles de Pina eram donos da empresa Pina & Irmão, a maior da cidade. Carlos fundou a Charqueada Santana, primeira de Goiás (ALMEIDA, 1997), e necessitava de quantidades substanciais de sal para produzir o charque que exportava.<sup>72</sup>

Menos de um ano depois, a questão do escoamento de produtos primários pela EFG era novamente colocada em pauta. Em 13 de março de 1944, um representante de Joaquim Câmara Filho, prefeito de Anápolis, foi à reunião da ACIA negociar a liberação de produtos que estavam paralisados em Araguari, utilizando a ferrovia. Depois do acordo com a prefeitura, ficou decidido que se dirigiriam em comissão ao diretor da estrada de ferro em sua sede em Araguari, solicitando “medidas enérgicas” para a liberação dos produtos na cidade mineira, bem como o escoamento de 60 mil sacas de arroz que estavam em Anápolis prontos para serem exportados, caso contrário iriam procurar as “mais altas autoridades do país”.

Outras citações indicam que havia neste ano escassez de sal e açúcar para a população em geral. Em maio de 1944 relata-se que Barbahan Helou e Abdala Badauy haviam procurado o interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira, pedindo o apoio do estado para a obtenção de 500 sacas de açúcar e 500 sacas de sal, que estavam em falta em Anápolis. O pedido teria sido concedido, entretanto os produtos adquiridos pelo próprio governo seriam distribuídos em Anápolis por intermédio da Associação Comercial. Das várias funções que a entidade tinha, a mediação com os vários grupos

---

<sup>72</sup> Ainda no início de 1944, em ação ligada ao funcionamento da ferrovia, relata-se o pedido de pecuaristas à Estrada de Ferro Goiás, Buscando o desenvolvimento de infraestrutura facilitadora ao transporte ferroviário de carne bovina para os centros consumidores do país.

Os exportadores de gado desta zona haviam solicitado a interferência da associação junto à diretoria da Estrada de Ferro Goyaz para obter da mesma a construção de um curral de embarque de gado nesta cidade, ficando resolvido que o sr. Presidente teria o entendimento pessoal com o diretor daquela ferrovia. (ACIA, ata da reunião de 15/02/1944).

políticos parece ser uma das mais elementares, ora para agir em prol de interesses privados de seu núcleo duro ora para “atender” as demandas municipais.

Outra situação ainda no início de 1944 mostra que, apesar de alegar a escassez de recursos, a associação buscava investimentos públicos para a expansão da produção e exportação de carne bovina. Em ação ligada ao funcionamento da ferrovia, relata-se o pedido de pecuaristas à Estrada de Ferro Goiás, buscando o desenvolvimento de infraestrutura facilitadora ao transporte ferroviário de gado para os centros consumidores do país:

Os exportadores de gado desta zona haviam solicitado a interferência da associação junto à diretoria da Estrada de Ferro Goyaz para obter da mesma a construção de um curral de embarque de gado nesta cidade, ficando resolvido que o sr. Presidente teria o entendimento pessoal com o diretor daquela ferrovia. (ACIA, ata da reunião de 15/02/1944).

Os diversos pleitos indicam uma relação contraditória no uso da ferrovia. Ao mesmo tempo em que se relatava uma suposta escassez de produtos como sal, açúcar e querosene para o consumo da população, alguns desses produtos eram insumos para a produção agrícola dos dirigentes da entidade, concentrada no charque, arroz e café, como referenciam os conteúdos das atas. Os produtos requeridos pela ACIA à direção da ferrovia estavam entre os mais importados do estado na época. De acordo com o Relatório da Estrada de Ferro Goiás (EFG, 1946, apud ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016), os principais produtos importados pela ferrovia no ano de 1945, considerando o peso, foram o sal (11.891 toneladas); gasolina (3.226 ton.); açúcar (2.563 ton.), cimento (2.518 ton.); querosene (608kg); e telhas e tijolos (590kg).

Além da necessidade de produtos, o pedido de insumos para a “praça anapolina”, transportados pela ferrovia, garantia a chegada de mais vagões à cidade, ponto terminal da estrada de ferro, permitindo assim um maior volume de exportação pelos produtores de Anápolis pelo frete retorno.

Entre 1944 e 1950 a ACIA teve suas atividades paralisadas novamente, devido, segundo o livro encomendado da associação, ao momento de crise global causada pela Segunda Guerra Mundial (ASMAR, 2011). Mesmo assim, na visita técnica realizada na entidade em 2017, encontramos o registro de exportação da estação de Anápolis da Estrada de Ferro Goiás, entre janeiro de 1947 e março de 1948, representado na figura 1. Na referida figura destaca-se as firmas antecedidas pelas setas vermelhas como aquelas que tiveram seus donos como sócios fundadores da ACIA, com a exceção de

Jean Jaques Wirth, que apesar de não ser fundador, participou do conselho consultivo entre 1944 e 1950<sup>73</sup>.

Figura 11 - Empresas e cereais exportados na estação de Anápolis da EFG, entre 01/1947 e 03/1948.

RELAÇÃO DOS CEREAIS EXPORTADOS NA ESTAÇÃO DE ANAPOLIS,  
de 2 de janeiro de 1947 a 31 de Março de 1948, com as  
RESPECTIVAS FIRMAS EXPORTADORAS

Firmas	Arroz	Feijão	Café	Milho	Farelo	Mamona	C.Alg.	Total
→ Pina & Irmao	133.548	1.200	8.456	-	262	-	-	143.466
→ Pires & Cia. Ltda	42.790	11.556	298	-	350	-	-	54.994
→ Carlos Elias & Cia.	29.992	11.888	4.464	+	1.515	-	-	47.859
→ Agostinho D'Allesse	33.094	8.370	1.012	-	100	359	-	42.936
→ Jean J. Wirth	26.527 mais	9.241	783	1.601 105	896	-	2.621	41.974
→ Francisco A. Lage	22.485	2.307	-	80	-	-	de Algodão	24.872
→ Campos & Cia.	7.459	10.609	682	-	-	-	-	18.750
→ Cardoso & Irmao	12.544	5.892	30	-	-	-	-	18.466
→ José M. Costa	10.913	3.585	-	-	-	-	-	14.498
→ Antonio Constant	9.397	4.585	-	-	-	-	-	13.982
→ Rachid Gury	6.570	5.780	1.382	-	-	-	-	13.732
→ Irmaos Isaac	6.611	3.200	2.950	-	73	-	-	12.834
→ Zacharias M. Alves	5.541	3.485	1.829	-	-	-	-	10.855
→ Jibrã & Irmao	7.955	2.143	-	-	110	-	-	10.208
→ Belisario S. Corrêa	4.058	3.593	-	-	-	-	-	8.251
→ Carlos Castanho	2.126	5.917	-	-	-	-	-	8.043
→ Rodrigues & Cia.	7.924	-	-	-	-	-	-	7.924
→ José I. Sobrinho	3.541	2.985	838	-	-	-	-	7.364
→ João Milke	0.197	713	-	-	364	-	-	7.274
→ Dias & Irmao	6.478	-	-	-	-	-	-	6.478
→ Abrao Miguel	3.517	2.294	-	-	-	-	-	5.811
→ Miguel Pedreiro	-	5.793	-	-	-	-	-	5.793
→ Curado & Cia.	4.341	1.000	300	-	-	-	-	5.641
→ Calixto Miguel	1.438	3.200	300	-	-	-	-	4.938
→ Cia. Armazem Gerais	2.679	1.100	-	-	1.098	-	-	4.877
→ Silva & Cia.	-	3.638	-	-	-	-	-	3.638
→ Freitas & Siqueira	2.936	400	-	-	-	-	-	3.336
→ J. Deus & Cia.	1.905	500	274	125	314	-	-	3.118
→ Calixto Dagner	-	3.041	-	20	-	-	-	3.061
→ Mariano R. Carvalho	2.880	67	-	-	-	-	-	2.947
→ Carvalho & Cia.	348	917	1.666	-	-	-	-	2.931
→ W. Cunha Mendonça	2.382	300	-	-	-	-	-	2.682
→ Jamil Miguel	917	1.734	-	-	-	-	-	2.651
→ José Peixoto Neto	-	800	1.549	-	-	-	-	2.349
→ Michel Aïdar	1.059	1.239	-	-	-	-	-	2.298
→ Marinheiro & G. Lima	1.840	338	4	-	-	-	-	2.182
→ Ubirajara R. Caiado	1.668	-	500	-	-	-	-	2.168
→ Razem Elias	500	835	690	-	-	-	-	2.025
→ Luiz Fernandes Irmao	1.948	-	-	-	-	-	-	1.948
→ A. Xavier N. Corrêa	-	1.385	530	-	-	-	-	1.915
→ José P. Manata	334	1.550	-	-	-	-	-	1.884
→ S. Cecilio & Filhos	852	814	-	-	-	-	-	1.666
→ José Braz	842	719	-	-	-	-	-	1.561
→ J. J. Silva	-	-	999	-	-	-	-	999
→ Wadi Cecilio	-	956	-	-	-	-	-	956
→ José Galdino Costa	437	500	-	-	-	-	-	937
→ L. Martins Rodrigues	876	-	-	-	-	-	-	876
→ J. Gonçalves	334	500	-	-	-	-	-	834
→ Achiles Elias	334	500	-	-	-	-	-	834
→ A. B. Carvalho	605	-	-	-	-	-	-	605
→ Amim Beze	340	-	-	-	-	-	-	340
→ Elias Aïdar	-	250	-	-	-	-	-	250
→ F. R. Araujo	73	-	2	-	-	-	-	75
→ Nagib Sabag	56	-	-	-	-	-	-	56
<b>Total</b>	<b>421.791</b>	<b>131.419</b>	<b>29.538</b>	<b>2.131</b>	<b>5.082</b>	<b>359</b>	<b>2.621</b>	<b>592.941</b>

Anápolis, 15 de abril de 1948

Abs/-

João Pedro Scalia - Agente.

Fonte: Biblioteca da Associação Comercial e Industrial de Anápolis.

<sup>73</sup> Os sócios fundadores da ACIA estão listados no Anexo 2.



A empresa Pina & Irmão, de propriedade de Carlos de Pina, Aquiles de Pina e outros irmãos citados nas árvores genealógicas era, de longe a maior exportadora de Anápolis, apresentando um volume de exportação quase três vezes o volume da segunda maior, Pires & Cia. Foi responsável, na tabela analisada, por 24,2% de todas as exportações de cereais realizadas através da ferrovia em Anápolis no ano de 1947.

Dos dezesseis maiores exportadores de produtos agrícolas em 1948 pela ferrovia, nove foram sócios fundadores e/ou diretores da entidade (em 1936). Outros, como Rachid Cury ou Miguel Pedreiro, tinham familiares participando da associação, ou possuíam relações próximas, sendo citados nas atas ou no livro de Asmar (2011).

A tabela só informa as unidades de medida para o algodão, medido em fardos (cada fardo equivale a 217,72 kg). Por esta classificação, e pela linguagem usual utilizada nas atas e outras publicações da época, interpretamos as unidades de medidas dos produtos a granel como sacas de 60kg cada. O arroz foi o produto de maior volume exportado, com 421.791 sacas exportadas no período de 14 meses, o equivalente a 25.307 toneladas (71,1% do total); A exportação de feijão foi de 131.419 sacas, equivalente a 7.885 toneladas (22,1% do total); e o café, com 29.538 sacas, equivalente a 1.772 toneladas (5%). O arroz, feijão e café correspondiam, conforme indica a tabela, 98,2% de todas as exportações de cereais realizadas pela estação anapolina da Estrada de Ferro Goiás entre janeiro de 1947 e abril de 1948.

Fazendo a média do período, foram exportados pela ferrovia em Anápolis cerca de 49.400 sacas por mês, o equivalente a 2.960 toneladas mensais. Mesmo que em um período superior a um ano, os valores (em peso) de exportação somente na praça de Anápolis em 1947 superam o volume de importação de todo o estado dois anos antes, em 1945. O contraste faz sentido, concordando com Castilho (2016, p. 66):

A função principal da rede de transportes no final do século XIX e início do século XX era possibilitar o escoamento de produtos do interior do país (provenientes da agropecuária e do extrativismo) para as regiões litorâneas, onde estavam os portos que os exportariam para a Europa.

Dado o grande volume de produção, os vagões eram divididos em quotas proporcionais aos totais produzidos, permitindo que os cerealistas exportassem valores relativamente iguais quando comparado à produção total de cada firma<sup>74</sup>. Em outro

---

<sup>74</sup> As atas indicam que os vagões eram distribuídos às empresas levando em consideração a porcentagem de 30% sobre a produção total de cada firma.

arquivo encontramos a relação da distribuição de vagões entre as firmas, conforme indica a figura 2.

Figura 12 - Número e distribuição de vagões da Estrada de Ferro Goiás, em 1948.

Media de fornecimentos da Estrada de ferro Goiaz.-

	V/	G/	H/	=	
Junho	129	21	24	=	174
Julho	115	18	-	=	133
Agosto	117	11	4	=	132
Setembro	127	17	3	=	147
Outubro	116	23	19	=	150
Novembro	144	20	10	=	174
Dezembro	129	36	12	=	177
De junho a Dezembro Total					1.087 vagões.-
De janeiro a 31/3/48 (pela relação)					701 "
Total -.....					<u>1.788</u>

Media estabelecida (minima)

Pina & Irmão	30
Carlos Elias	8
J.J.Wirt	8
Dias Irmão	8
Pires & Cia Ltda	8
Campos & Cia	5
Cardoso & Irmão	4
Gibran	4
Lage	4
Dalessio	5
Zacarias	3
J.Deus	3
C.Castanho	2
Garcia	2
Demais (media 1)	

Fonte: Biblioteca da Associação Comercial e Industrial de Anápolis.

O arquivo da figura 2 exposto a seguir indica o total de vagões fornecidos para os cerealistas anapolinos no mesmo período da tabela da figura 1. Os valores na parte superior direita indicam a quantidade mensal de vagões disponibilizados à estação anapolina, em uma média de cerca de 150 vagões mensais. Na metade inferior da imagem, observa-se a média estabelecida por mês para cada empresa para a exportação de cereais. Em consonância com a figura 1, os maiores exportadores são aqueles que usufruem de um número maior de vagões. Só para associados e diretores foram

disponibilizados, no ano em questão, 69 vagões: eram disponibilizados 30 vagões mensais à empresa “Pina & Irmão”; 8 vagões para cada uma das três empresas “Carlos Elias”, “J. J. Wirth” e “Pires & Cia”; “Campos & Cia” contava com 5 vagões mensais; “Cardoso & Irmão” e “Gibran”, 4 vagões cada; “Carlos Castanho”, 2 vagões.

Analisando as quantidades acima, referentes a sócios fundadores e diretores da ACIA, bem como os volumes exportados, constatamos que pelo menos 50% das exportações agrícolas realizadas pela EFG eram de produtores anapolinos que afiliados à ACIA. Este dado nos revela quem são, de fato, os atores individuais mais beneficiados pelas ações conjuntas tomadas pela ACIA enquanto sujeito coletivo, quando eram feitas reivindicações pelo uso da ferrovia. Mesmo dentro da associação, nota-se, a exemplo da empresa da família Pina, quem eram os sócios com maior poder de uso da infraestrutura de transporte ferroviário.

E um caso específico acompanhado no decorrer da leitura das atas ilustra de maneira relativamente clara as estratégias para conseguir as demandas da entidade, bem como a complexidade da rede de relações políticas em que a associação estava inserida.

#### 4.1.1. O caso dos “300 vagões”: a disputa com Goiânia

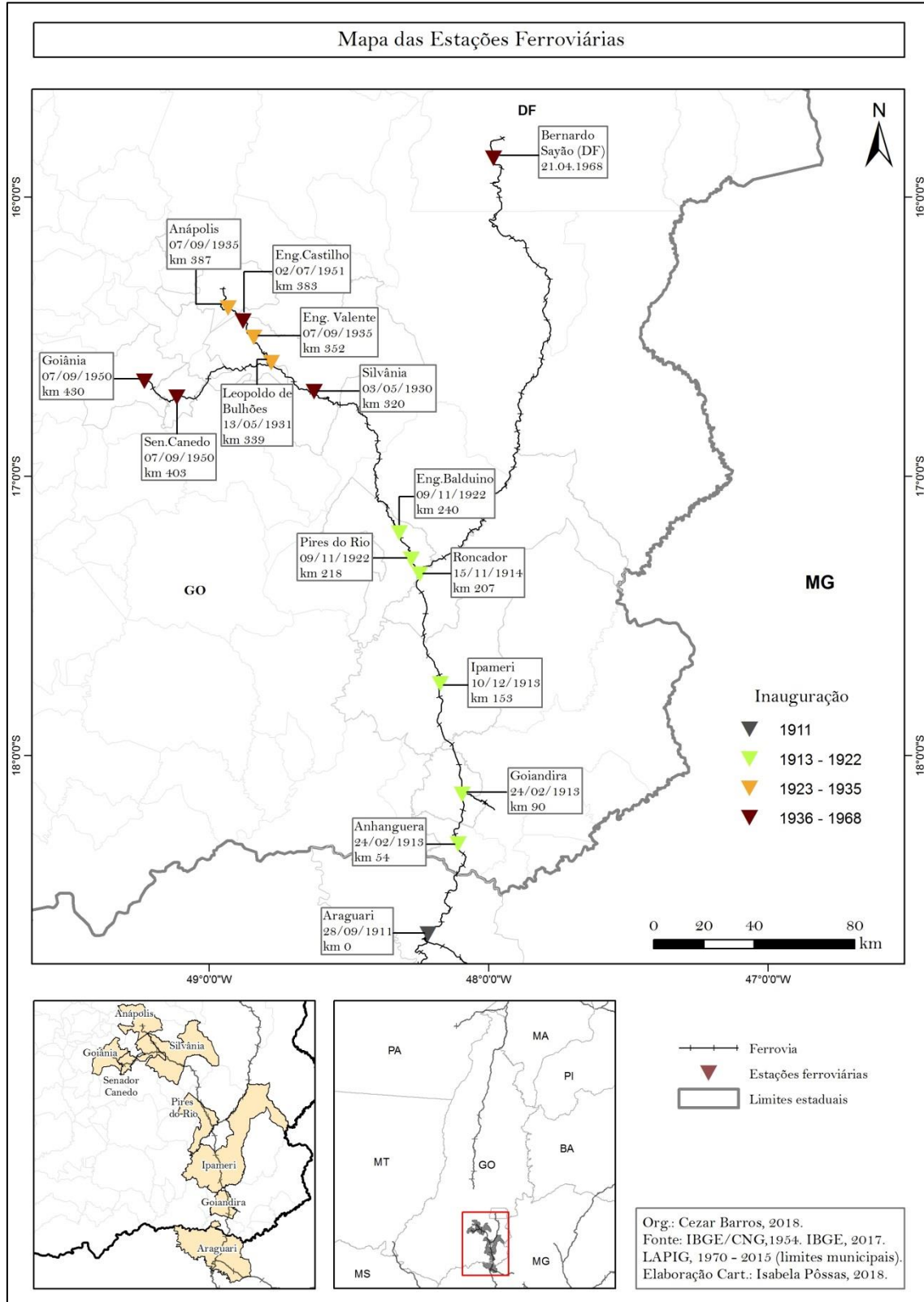
Após um ano de 1950 com pouca atividade da ACIA e quase nenhuma reunião registrada, o ano seguinte (em 19 de abril de 1951) iniciou-se com uma discussão que perdurou alguns anos. Devido à visita do dirigente da Estrada de Ferro Goyaz em Anápolis, foi criada uma comissão para falar da “situação aflitiva” do comércio cerealista da cidade. Solicitaram então o fornecimento mínimo da ferrovia de

**trezentos vagões fechados, mensalmente;** e opinando que a distribuição de vagões continue a ser praticada dentro das normas adotadas, **qual seja a de 30% sobre o estoque de cada firma, tomando por base toda e qualquer mercadoria, inclusive arroz em casca.** (ACIA, ata da reunião de 19/04/1951, grifo nosso).

A fiscalização da quantidade e porcentagem seria feita por um agente da ferrovia acompanhado de um membro da associação. Além disso, ficou decidido também que seria cobrado da estrada de ferro que se evitasse baldeação de mercadorias saídas de Anápolis com ferrovias tributárias da Estrada de Ferro Goiás. O mapa 1 mostra algumas

das principais estações da Estrada de Ferro Goiás (EFG) no ano de 1970, bem como as datas em que foram inauguradas.

**Figura 13 - Mapa da Linha da Estrada de Ferro Goiás entre 1911 e 1968.**



O conflito relacionado a um número mínimo de vagões surge menos de um ano depois da inauguração da estação ferroviária de Goiânia, em setembro de 1950, conforme pode ser visto no mapa.

Foram inauguradas, no mesmo dia, onze estações em um novo ramal partindo de Leopoldo de Bulhões indo até a capital do estado<sup>75</sup>, transformando em sua inauguração, segundo Asmar (2011) a linha de Goiânia em linha-tronco da ferrovia, em detrimento do agora ramal de Anápolis. A inauguração da linha incomodou os produtores anapolinos, pois diminuiu o número de vagões disponíveis para o escoamento de sua produção. Tal fato pode ter motivado o pedido de não baldeação com outras ferrovias.

No livro de João Asmar, encomendado pela ACIA, pode-se encontrar relatos da forma como a associação se relacionava com o poder estatal na época, e comparar o discurso presente no livro ao conteúdo das atas de reuniões da Associação. Referindo-se à transferência da linha mestra da Estrada de Ferro Goiás de Anápolis para Goiânia, que diminuiu os vagões disponíveis para o escoamento da produção agrícola anapolina, a pressão dos empresários locais junto aos membros da administração estatal é relatada por Asmar (2011, p. 151, grifo nosso):

Em recurso extremo, os cerealistas de Anápolis conseguiam alguns vagões, na Estação de Goiânia, **mediante agrados, presentes, gorjetas e propinas aos gerentes, daqui e de lá, que se tornaram as figuras mais importantes.** Presenciei as empáfias desses deformados, quando submetiam os nossos exportadores ao vexame de suplicantes de “favores”.

Dois meses depois, em junho, realizou-se uma mesa entre associação para tratar do assunto com quatro deputados estaduais: Emival Caiado (UDN), Berenice Artiaga (PSD), Alves de Castro (PSP) e Luiz Milazzo (PTB). Emival Caiado predidiu a mesa e disse que o motivo da visita dos deputados a Anápolis era a necessidade de uma “maior circulação das riquezas do Estado”. A associação contrapôs, na voz de Sócrates Diniz e outros dois produtores, que os produtores e cerealistas anapolinos se encontravam em “penúria” e necessitavam de melhor transporte ferroviário. Os deputados perguntaram o que deveria ser feito na assembleia, e a resposta da ACIA foi que o ideal seria o fornecimento mensal de 300 vagões para a Anápolis pela Estrada de Ferro Goiás.

Ainda em junho de 1951, após a reunião com os deputados estaduais, o presidente da associação, Abel Carneiro, trouxe uma resposta do diretor da Estrada de Ferro Goiás a respeito dos 300 vagões solicitados à ferrovia e aos deputados. O diretor

---

<sup>75</sup> Decidimos não colocar todas as estações para uma melhor clareza na visualização do mapa.

disse que forneceria o mínimo de 300 vagões a Anápolis, mediante o pagamento de uma “taxa extra” paga pela associação, como “*folha de pagamento especial oriunda de serviços extras que a Estrada se responsabilizará de pagar ao seu pessoal.*” (ACIA, ata da reunião de 30/06/1951, grifo nosso). Foi determinada então a taxa de 1 a 1,5 cruzeiros por unidade ou saca transportadas, a depender do produto, pagos à estrada de ferro, e depositados em banco. Percebe-se assim a organização de benefícios concedidos a produtores ligados a entidade para que fossem favorecidos com a cessão desses vagões ao pagamento da taxa extra. No entanto, o acordo não foi cumprido pela direção da ferrovia, conforme registro de março de 1952. Frente à falta de possibilidades para contornar o problema, os diretores decidiram continuar pagando a “taxa extra” espontaneamente. Aliado a isto, foram enviados telegramas com apelos ao Vice-presidente da República; ao Presidente do Senado da República; ao Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; ao Diretor da Estrada de Ferro Goiás e ao Governador do estado de São Paulo, “pedindo medidas urgentes a respeito da melhoria do transporte ferroviário e comunicando o estado de esquecimento em que se encontra o transporte em Goiás e principalmente em Anápolis”. (ACIA, ata da reunião de 24/03/1952).

Diferentemente do que ocorria com outros ofícios e telegramas, decidiu-se por registrar na ata do dia alguns dos telegramas enviados. Entre eles, destaca-se o dirigido ao vice-presidente da República (“vg” corresponde a uma vírgula, e “pt” significa um ponto):

Exmo. Sr. Dr. J. Café Fº - DD. Vice-Presidente Republica – Palacio Monroe – R. Janeiro pt Cerealistas Anapolis maior centro produtor Estado Goiás reunidos Assoc. Comercial mandam apelar Vossencia vg **pelo amor de Deus** vg **interceder junto digníssimo Presidente Republica** sentido solucionar transporte precaríssimo Est. Ferro Goiás comunicando seguinte: Arroz beneficiado mais dés mezes apodrecem nos armazéns vg estoque atual cerca **500 mil sacas arroz e feijão estão estagnadas** virtude transporte nulo enquanto centros consumidores reclamam falta produto vg poucos veículos chegam Anapolis são abertos impróprios cereais vg armazéns locais possuem mercadoria safra 1950 vg **nenhuma promessa melhoria transporte foi cumprida notando ao contrario maior desorganização** [...] Desleixo transporte está destruindo um valioso centro produtor do Paiz pt **Usamos expressões acima porque centenas apelos n’outros termos não foram ouvidos** pt Respeitosamente. A) Abel Carneiro – Pte. Assoc. Com. Anapolis. [sic] (ACIA, ata da reunião de 24/03/1952, sic, grifo nosso).

O telegrama acima foi enviado ao gabinete do vice-presidente a época da República, Café Filho, pedindo sua interferência junto ao presidente Getúlio Vargas.<sup>76</sup> Os grifos feitos no texto indicam o nível de desespero dos produtores anapolinos ao ver que suas demandas por maior fluidez não estavam sendo atendidas através das articulações a nível local, perdendo espaço para a capital do estado. Após este episódio, as reclamações relativas à distribuição de vagões pela ferrovia diminuíram bastante por um tempo, sendo poucos os registros nas atas até outubro de 1954, quando Raul Albuquerque Cavalcanti se tornou diretor da Estrada de Ferro Goiás, substituindo Mauro Borges, que exerceu a função por três anos. Posto o fato, a direção da ACIA designou uma comissão de cerca de 10 nomes para ir a Goiânia “conversar/entrevistar” o novo diretor da ferrovia. Os diretores da ACIA se animaram com a reunião, marcando outro encontro um mês depois.

Em 12/11/1954 foi realizada uma nova reunião, em Anápolis, com Raul Cavalcanti, contando com a presença de Orlando Borges, presidente da Associação Comercial do Estado de Goiás. Foram feitas homenagens ao diretor, bem como declarações a respeito dos problemas relativos ao transporte ferroviário pelo orador designado João Asmar. Após a troca de homenagens e promessas, foram feitas algumas solicitações. Entre elas, indica-se que “O plenário solicitou ao dr. Diretor a supressão da distribuição de vagões na *Estação de (Engenheiro) Castilho* e que os vagões despachados para Anápolis, fossem carregados na *Estação de Anápolis e jamais nas estações intermediárias*, como tem ocorrido”. (ACIA, ata da reunião de 12/11/1954, grifo nosso). A partir da derrota política em relação à distribuição de vagões direcionada para Goiânia, os diretores da associação passaram então a atacar estações de localidades menores de seu próprio ramal, como indica a citação, aumentando assim o número de vagões que chegaria à estação anapolina.

Uma semana depois, em 19/11/1954, relata-se um ofício recebido da EFG com o mapa de distribuição de vagões na praça de Anápolis (não tive acesso ao documento), sendo aprovado pela diretoria com poucas modificações. Não somente, receberam também um telegrama do Gal. Juarez Tavora, Chefe de Gabinete Militar da Presidência da República, avisando sobre providências tomadas pelo governo federal em resposta a pedidos da associação. A troca de diretores da ferrovia aparentemente atendeu aos

---

<sup>76</sup> Café Filho se tornaria presidente do Brasil em 1955, após o suicídio de Vargas.

interesses da ACIA, aliado a respostas positivas de órgãos governamentais, algo raro desde a inauguração da estação de Goiânia, quatro anos antes.

Em um período de relativa concordância com os centros de poder político, as queixas passaram a ser direcionadas ao uso dos vagões. Primeiro, sugeriu-se que fosse feita uma fiscalização a respeito da distribuição dos vagões dentro da praça anapolina. Depois, em 4 de março de 1955, criticou-se a “morosidade” dos vagões, com deliberações sobre fiscais de fretes para o preenchimento dos vagões, bem como mover uma campanha nas cidades dependentes da ferrovia, “amparada pelos jornais”, para acabar com as “irregularidades” ocorridas. Também seriam feitas reclamações ao diretor da EFG.

Uma semana depois, no dia 11 de março, compreende-se o real motivo das queixas dos anapolinos:

O Sr. Presidente deu ciência do recebimento de um telegrama do Sr. Diretor da EFG esclarecendo que foi enviado vagões para a cidade de Araguari, no sentido de acelerar o escoamento das mercadorias de importação, em face do término da safra de 1954. Foi discutido e resolvido que esta entidade enviará telegramas aos srs. Deputados da bancada goiana no Senado Federal, pedindo providências para aparelhar devidamente a referida ferrovia, para que a mesma cumpra realmente a sua finalidade. [sic] (ACIA, ata da reunião de 11/03/1955).

O incômodo da ACIA residia no fato de que os vagões inicialmente destinados a Anápolis, depois de diversas articulações políticas, foram enviados a Araguari para o escoamento da safra da cidade mineira. A quebra do acordo não caiu bem nas reuniões da entidade<sup>77</sup>, que prontamente acionou os deputados federais goianos. Foram criadas comissões para ir à Bolsa de Cereais de São Paulo e ao governo paulista; ofícios trocados com a assembleia legislativa do estado de Goiás, indicando providências junto ao presidente da República – Café Filho; relatos de discussão do assunto no plenário do Senado Federal pelo senador goiano Domingos Velasco, entre outros.

Em maio, foi realizada uma mesa redonda em São Paulo sobre as dificuldades do transporte no estado de Goiás. A ata do dia 27/05/1955 relata que a comissão de diretores da ACIA (Edwirges Soares, Carlos Castanho e Halim Helou) foi enviada à capital paulista e jantou um dia antes da ocasião dessa mesa com o governador do estado de Goiás, José Ludovico de Almeida, além de também ter se aproximado, em

---

<sup>77</sup> Na ata do dia 25/03/1955, nota-se outra vez a reação negativa dos diretores: “*Posto o assunto em pauta, o mesmo foi discutido e novamente apontado diversas falhas daquela ferrovia, inclusive a presunção de sabotagem praticada pelos funcionários da já mencionada Estrada de Ferro.*”



outros termos, “entrou em entendimento” com José Velasques Vargas, presidente da Bolsa de Cereais de São Paulo.

A mesa realizada no dia seguinte (a data não foi especificada) foi presidida por Jânio Quadros, governador do estado de São Paulo. Na reunião, discutiu-se a safra do ano corrente, foram trocadas acusações a respeito da eficiência do transporte, e feitos acordos para o transporte da safra goiana. A questão relacionada a Araguari voltou a aparecer:

Foi ventilado também, que fizessem o desaparecimento da baldeação das mercadorias na cidade de Araguari, com o conseqüente mútuo tráfego das ferrovias transportadoras. Quanto à locomotivas da “Goiás” impossibilitadas de trafegar, o governador deliberou que as mesmas serão separadas em oficinas das ferrovias do estado e a utilização de crédito para a “Goiás” receber as peças necessárias aos respectivos consertos. (ACIA, ata da reunião de 27/05/1955).

Além do reaparecimento da disputa com a cidade mineira, nota-se também um problema relativo ao estado de conservação e funcionamento da Estrada de Ferro Goiás, que estavam segundo a ata impossibilitada de trafegar, recebendo assim a promessa de ajuda do governo paulista. No final da ata está registrado um balanço final da reunião pelos diretores presentes:

Finalizando, o senhor Edwirges Soares ressaltou o bom recebimento dos resultados por parte das mais diversas autoridades locais. Adiante, o senhor Carlos Castanho fez referência ao ótimo conceito desta casa além fronteiras, salientando o valor do movimento da imprensa em favor da campanha que ora se realiza em favor das melhorias para o transporte de Goiás. (ACIA, ata da reunião de 27/05/1955).

Os diretores da ACIA aprovaram a recepção e os resultados conseguidos na mesa realizada em São Paulo. Porém, observa-se na citação que muito do crédito pela boa recepção dos pleitos é dado a um movimento da imprensa em favor das melhorias na infraestrutura de transportes.

As reclamações com instâncias superiores cessaram novamente depois deste episódio. Registraram-se, a partir de então, reclamações a firmas não registradas que estavam utilizando a ferrovia para o transporte de mercadorias, atrapalhando a fiscalização e a distribuição de cotas de transporte entre os exportadores. Em outra reunião, surgiu um conflito relacionado ao transporte de arroz beneficiado e de arroz em casca. A disputa era pela utilização dos vagões fechados para o transporte destes produtos, uma vez que não havia vagões fechados suficientes para todos, criando um

impasse que não foi resolvido nesta reunião, e também não seria mencionado novamente.

A partir de 1955, o assunto da Estrada de Ferro Goiás se tornou cada vez menos frequente nas reuniões. A redução das discussões sobre o assunto é precedida, durante todo o período analisado, de um quadro constante de crises e incapacidade de suprir as necessidades dos produtores, e de conflitos pelo uso da infraestrutura de escoamento da produção<sup>78</sup>, seja com Goiânia, com as estações menores do ramal de Anápolis, ou com Araguari.

Arrais, Oliveira e Arrais (2016) indicam que na década de 1950 a Estrada de Ferro Goiás, assim como outras ferrovias brasileiras, passaram por uma transformação institucional, sendo incorporadas à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) em 1957, acompanhadas de uma mudança nas mercadorias transportadas, com a redução do transporte de animais, por exemplo, o que não significa que o transporte ferroviário deixou de ser utilizado. Castilho (2016, p. 173) vai ao encontro dos autores ao dizer que nesta época os trilhos não foram abandonados, mas afirma que “de fato, houve uma forte redução do papel que as ferrovias exerciam no sistema de transporte brasileiro”. Ao mesmo tempo em que as ferrovias deixavam de ser assunto, aumentavam as discussões sobre estradas de rodagem.

Reivindicações a respeito do uso da ferrovia só apareceriam novamente em 1957, quando a ACIA deliberou por um acordo entre os exportadores e agentes da “companhia de transportes” para que houvesse o tabelamento do preço do frete para exportação. Agora, incluíam também no acordo empresas de transporte rodoviário. A última citação do período ocorreu em 15 de julho de 1957, quando o então presidente Alexis Salomão relatou uma reunião com os presidentes da ferrovia e da Associação Comercial de Uberaba. Segundo o diretor, o encontro “não foi legal, dado o número reduzido ou insuficiente de membros presentes” (ACIA, ata da reunião de 15/07/1957), dificultando um possível acordo com as duas organizações, e indicando a perda da importância da ferrovia enquanto fluxo estratégico para os diretores da associação.

A lógica de organização da ação patronal se manifesta nessa postura elástica que se move no fluxo de interesses reconhecendo o que, em cada tempo, constitui-se pauta de reivindicação. A desigualdade de poder de barganha entre os associados da ACIA evidencia isso. O núcleo duro atua resgatando o corporativismo como um *modus*

---

<sup>78</sup> A Estrada de Ferro Goiás também servia ao transporte de passageiros, mas este uso nunca foi contestado pela ACIA.

operante, um modelo dentro da ótica da modernização da relação capital trabalho. As práticas corporativas possuem uma racionalidade circunstancial cujo padrão de comportamento seguem de acordo com a maior ou proximidade do Estado e dos poderes locais.

#### **4.2. Dos trilhos ao asfalto: disputas pelo uso de rodovias**

A redução da importância dada à ferrovia nas reuniões e nas reivindicações realizadas coincidiu com o aumento dos pleitos sobre a criação e/ou asfaltamento de estradas de rodagem que ligavam Anápolis a outras cidades. Segundo Arrais, Oliveira e Arrais (2016), a construção de Brasília e das rodovias radiais e longitudinais que partiam da capital federal redefiniram o povoamento do território goiano e alteraram o modelo espacial dos transportes no estado. Em 1955, havia quatro quilômetros de rodovias federais pavimentadas em Goiás, enquanto em 1960, as rodovias pavimentadas passaram para 582 quilômetros no estado. Contando as rodovias não pavimentadas, a quilometragem passou de 540 km em 1953 para 3.322 km em 1963 (TEIXEIRA, 1961, apud ARRAIS; OLIVEIRA; ARRAIS, 2016).

Em uma mesa redonda das classes produtoras do estado de Goiás, em 1951, já se observa menções a respeito das estradas. No encontro, que contava com a presença de Plácido Campos, presidente da Câmara Municipal de Anápolis e também da ACIA; Câmara Filho, Secretário de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, deputados estaduais e prefeitos de outras cidades. Na ocasião foi discutido a união das classes produtoras do estado, a criação do Banco Rural de Goiás, e foi deliberado que se fizesse uma cobrança ao Chefe da Comissão de Estradas de Rodagem do Estado, Irineu Borges do Nascimento, para a conclusão da estrada entre Anápolis e Ceres. (ACIA, ata da reunião de 21/04/1951).

Em 1955, outra estrada foi requisitada, em uma reunião da entidade com o governador do estado, José Ludovico de Almeida, realizada nos salões do clube recreativo anapolino. Diversas perguntas foram feitas ao chefe do executivo estadual, pedindo cooperação do estado para a energia de Anápolis; para a instalação de telefones

automáticos<sup>79</sup>; para uma melhor relação do Banco do Estado de Goiás com o comércio e indústria anapolinos; melhorias para o aeroporto de Anápolis; para a construção da rodovia Anápolis-Goiânia e para a “solução do transporte ferroviário em Goiás”.

O governador do estado reafirmou seu compromisso com as cobranças da ACIA, nos seus diferentes termos, contando também com a ajuda de membros do executivo estadual ou gerentes de empresas para reiterar seus pontos. Sobre a questão da energia, Ludovico de Almeida destacou a construção da Usina de Cachoeira Dourada; sobre os telefones<sup>80</sup>, o aeroporto, e as operações de crédito do banco do estado, o governador falou sobre o andamento destes processos. Finalmente, já observando traços de uma mudança na matriz de transporte em Goiás e Anápolis, seguindo o processo que ocorreu no Brasil, especialmente a partir da construção de Brasília, via-se uma resposta clara em relação à rodovia, e uma resposta prolixa em relação à ferrovia (ACIA, 1955).

O governador disse que a rodovia entre Anápolis e Goiânia estava quase pronta, faltando à construção de 14 quilômetros. Por sua vez, em relação à ferrovia, o governador relatou seus encontros e ações junto aos órgãos federais, ao mesmo tempo em que elogiou a administração e passou a palavra ao diretor da ferrovia, Raul Albuquerque Cavalcanti. Este detalhou e explicou alguns dos problemas e soluções relacionados à estrada de ferro, ao mesmo tempo em que alguns dos associados presentes reclamavam de pontos e problemas que já vinham sendo citados nas atas desde meados da década de 1940 (ACIA, 1955).

Ao final desta reunião, registra-se o discurso de encerramento da reunião, feito por João Asmar: “Ato contínuo, o vereador sr. João Asmar, associado desta entidade, falou, em nome da Associação Comercial de Anápolis saudando o Exmo. Sr. Governador do Estado de Goiás, acentuando o caráter apolítico desta reunião (palmas, palmas).” (ACIA, ata da reunião de 05/11/1955). Novamente, observa-se a tentativa de

---

<sup>79</sup> Que não precisam do atendimento de um telefonista; a discagem do número é feita pelo próprio usuário.

<sup>80</sup> Assim como para a instalação dos telefones, a ACIA participou da articulação política para a aquisição de diversas inovações tecnológicas de seu tempo, em especial na área de comunicação, o que encurtava as distâncias para articulações com outros atores, como as associações e membros do poder público de outros lugares. Os primeiros telefones automáticos chegaram em Anápolis, segundo a ata, no ano de 1956. Em Novembro de 1959, registra-se o desejo de instalação de outros 100 telefones na cidade, sob o preço de 50 mil cruzeiros a unidade; Em 1961, em atuação conjunta dos clubes de associativismo e de associações patronais, buscou-se a implantação na cidade da rede de micro-ondas, que já existia em Goiânia. Já em 1972, a Embratel utilizou o auditório do prédio sede da ACIA para fazer uma palestra e demonstração da TV a cores. Por fim, em uma ação conjunta com a FACIEG, em 1975, foi feita a articulação com grandes empresas para a implantação do Telex na cidade, o que se concretizaria, segundo as atas, em março de 1976, com a instalação de 30 aparelhos no município. O telex é uma tecnologia de envio de páginas datilografadas enviadas por uma rede similar à telefônica. Foi substituído posteriormente pelo FAX, e também pelo e-mail.

dissociar a atuação da ACIA de qualquer caráter político, mesmo na ocasião de uma reunião com o governador de Goiás, em que se realizavam articulações para dispêndio seletivo de dinheiro público, e cujo porta-voz era, além de associado, vereador de Anápolis. A tentativa de disfarçar ou de vincular a entidade ao governador comparece como uma maneira quase disfarçada de ação corporativa da organização dessa entidade que é uma maneira moderna da organização das modalidades do corporativismo.

Em 14 de fevereiro de 1958, é registrada a presença de Eurípedes Barsanulfo Junqueira, secretário da Prefeitura municipal e representante do prefeito Carlos de Pina, em reunião que contava com a presença de representantes da imprensa local. Na ocasião, o secretário municipal falou a respeito das faixas lindeiras da rodovia BR-14, que passaria pelo Bairro Jundiá<sup>81</sup> e exigiria desapropriações de terra, bem como teria regras para a ocupação nas proximidades da rodovia. Os membros da associação pediram uma resposta rápida do prefeito e dos responsáveis pela construção da rodovia, procurando uma solução. Eurípedes Barsanulfo indicou à associação que atuassem junto à câmara municipal “neste sentido”, para encontrar uma alternativa boa para a entidade.

Um mês depois as reclamações são atendidas, conforme consta na ata de 15 de março de 1958, quando foi lido um ofício de Marcio Jaime do Nascimento, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DERGO) falando a respeito da construção das estradas em torno de Anápolis e do traçado, que foi feito, segundo o ofício, “em maior parte” a pedido da associação.

A BR-14 teve esta nomenclatura até 1964, quando passou a se chamar BR-153. A estrada, também chamada de “Belém-Brasília”, seria pauta recorrente nas atas. O trecho Brasília-Anápolis foi pavimentado entre 1957 e 1958, enquanto o trecho entre Anápolis e Goiânia teve seu asfaltamento concluído em 1960 (BRASIL, 1984, apud ARRAIS, OLIVEIRA, ARRAIS, 2016). Concluída a ligação de Anápolis com a capital federal, o interesse agora se concentrava na manutenção da condição de entreposto de Anápolis entre os grandes centros urbanos do estado e as cidades do interior.

Em 17/07/1959, delibera-se pelo envio de ofícios aos deputados federais Luiz Fernando e Haroldo Duarte, pela sua atuação no congresso nacional “demonstrando a conveniência da ligação Ceres-Brasília, feita a partir de Anápolis”, no processo de construção da então BR-14. Um mês depois, em 21 de agosto, seria enviado outro ofício, agora ao deputado federal José Elias Isaac, também pelas reivindicações que

---

<sup>81</sup>O Bairro Jundiá foi criado por Jonas Duarte e Carlos Castanho, nos anos 40, e já era em 1955 um bairro nobre, onde se localizava empresas e casas de muitos dos membros da associação.

faria à Câmara Federal, “em especial da linha Ceres-Anápolis-Brasília, que é a maior aspiração desta associação” (ACIA, ata da reunião de 21/08/1959).

A preocupação sobre a ligação asfáltica entre Anápolis e Ceres se deve pela grande produção agrícola deste município, que surgiu da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). A CANG foi fundada em 1941, quando Anápolis já era o principal centro regional do estado, após a chegada da ferrovia (CASTILHO, 2009). Segundo o autor, na década de 1940 a nova elite goiana baseada em Anápolis apoiou a construção de estradas de rodagem entre o município e regiões do entorno, ligando-as à ferrovia de modo a expandir a produção para outras áreas de Goiás, principalmente no chamado Mato Grosso Goiano.

Em seu estudo sobre a criação da CANG, Castilho (2009) relembra a abertura dos caminhos para a colônia, realizada por Bernardo Sayão. O autor relata que o engenheiro carioca aproveitou uma via já existente entre Anápolis e Jaraguá, e deu continuidade à estrada até a Colônia Agrícola, e depois até Uruaçu, chamando-a de transbrasiliana.

Além disso, alguns fatores aumentaram a demanda por alimento produzido pela CANG, como a criação de Goiânia e a ligação com Anápolis e outras unidades da federação pela ferrovia. De acordo com Castilho (2009, p. 71), “foram os grandes cerealistas de Anápolis e os comerciantes de Ceres que lucraram com o processo de incorporação da produção agrícola da CANG junto à demanda crescente dos centros que se emergiam”. Ainda segundo o autor, foram dois os principais fatores que condicionaram a escolha do lugar onde seria instalada a Colônia Agrícola: a área de matas, com terra fértil, e a ligação com Anápolis a partir da estrada que já havia sido implantada até Jaraguá.

Depois de ver Anápolis e sua ferrovia como um dos fatores determinantes para a instalação da CANG, e de criarem fortes laços com a produção agrícola e comércio do município de Ceres, os cerealistas anapolinos, representados pela ACIA, buscavam em 1959 manter a polarização anapolina sobre a colônia. Em uma conjuntura de grande crescimento no número de rodovias no estado, era fundamental para a conservação do poder e das relações de produção que a pavimentação das estradas partindo de Ceres ocorresse primeiramente em direção a Anápolis do que em direção a Goiânia ou Brasília.

Apesar das articulações, no decorrer dos próximos meses recebem alguns resultados negativos. Em 28 de agosto, o presidente Jibrán el Haje relata ter escutado

que havia um “trabalho oculto contra este profícuo trabalho da associação”. Em outubro, identifica-se que o trabalho contrário era no sentido de ligar Ceres diretamente a Brasília, retirando de Anápolis a função de entreposto entre as duas cidades. O segundo tesoureiro, então, relatou conversas sobre o tema com o governador, José Feliciano Ferreira:

O Sr. Boulanger Brossi leva à baila a questão da ida de uma comissão à Goiânia, falou com o Governador do Estado, sobre a estrada Ceres-Brasília, que virá prejudicar sensivelmente o comércio de Anápolis. Ficou resolvido, entretanto, que seja oficiado o Presidente Juscelino Kubitschek, pedindo uma audiência em Brasília, quando seriam debatidos os assuntos da estrada e do aeroporto<sup>82</sup>. (ACIA, ata da reunião de 02/10/1959).

Em maio de 1960, delibera-se por visitar o presidente da república, em detrimento do envio de ofícios. Contudo, não há relatos posteriores de uma reunião com Kubitschek. Finalmente, em 09/02/1962, é registrado o recebimento de uma carta do Senador Coimbra Bueno, incluindo uma cópia do decreto n° 368, de 15/12/1961, referente à ligação rodoviária Brasília-Belém (BR-153). O Decreto do Conselho de Ministros n° 368, de 15 de Dezembro de 1961<sup>83</sup>, criou a Comissão Especial de Construção da Ligação Rodoviária Brasília-Belém, subordinada ao Diretor Geral do DNER. A principal função da comissão, conforme indica o decreto em seu artigo 2°, era a “conclusão das obras de ligação Brasília-Belém, integrada pelo trecho da BR-14 que se desenvolve entre as interseções com a BR-41(Jaraguá, GO) e a BR-22 (nas proximidades de Guamá, PA).”<sup>84</sup>(BRASIL, 1962).

Com a determinação por lei do asfaltamento da rodovia no seu trecho norte, se tornou interesse das classes produtoras anapolinas o término da ligação asfáltica deste trecho com Anápolis. Em 9 de março de 1963, é relatada a preparação para uma reunião

---

<sup>82</sup> No decorrer do período analisado, também foram observadas articulações e tentativas de equipar melhor o aeroporto de Anápolis. Data de 1956 as primeiras referências à necessidade de melhorias na infraestrutura de transporte aéreo. Todavia, as reivindicações a respeito do aeroporto não tinham tanta repercussão ou retorno traduzido em investimentos públicos. Localizada a cerca de 60 quilômetros de Goiânia e 160 quilômetros de Brasília, o maior poder de polarização de fluxos das duas capitais, futuras metrópoles, pode indicar o baixo poder de persuasão da associação quando o assunto era o transporte aéreo. As principais articulações em o torno de um melhor serviço aeroviário datam já da década de 1970. Na primeira delas, em setembro de 1972, buscava-se um incremento de fluxo e infraestrutura no aeroporto de Anápolis durante uma reforma que seria feita no aeroporto de Goiânia. Outra questão apareceu em agosto de 1975, quando tentaram junto ao governo do estado a construção de um novo aeroporto próximo ao povoado de Santa Tereza, correspondente hoje ao município de Santa Tereza de Goiás, porque muitas das passagens para o aeroporto de Goiânia eram compradas por anapolinos. Nenhuma das ações, contudo, tiveram sucesso.

<sup>83</sup> O nome “Decreto do Conselho de Ministros” se refere ao período de parlamentarismo vigente no Brasil nos 17 meses seguintes à renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

<sup>84</sup> As BRs 14, 41 e 22 correspondem hoje às BRs 153, 251 e 222, respectivamente.

com o Ministro da Justiça, Alfredo Nasser, para pedir novamente o asfaltamento da estrada entre a cidade de Ceres e Anápolis. Em fevereiro, um mês antes, havia sido procurado em Goiânia, para o mesmo assunto, o senador Coimbra Bueno.

Após este relato chega-se novamente ao quadro de pequena atividade que coincide com o período de instabilidade instalado em 1963, a falta de reuniões no ano do golpe militar, em 1964, e o restabelecimento dos encontros em 1965. O assunto das estradas desapareceu das atas até 1966, quando é feito um discurso pelo então presidente da associação, Ilion Fleury:

O Sr. Ilion, ainda com a palavra, falou-nos da visita que o Sr. Prefeito Municipal fez ao Sr. Governador do Estado para tratar do problema do asfaltamento da estrada **Anápolis-Jaraguá**. Disse ainda, que a prefeitura a fim de atrair mais indústrias para nossa cidade fará uma exposição de fotos e dados estatísticos mostrando o que Anápolis pode oferecer para novos investimentos. (ACIA, ata da reunião de 25/02/1966, grifo nosso).

Ceres e Jaraguá se situam ao longo do mesmo percurso, na BR-153 (então BR-14). Nota-se, pelo trecho citado, que era um esforço conjunto da ACIA com o prefeito, Raul Balduino de Souza, pela instalação da infraestrutura rodoviária que estava sendo construída. Percebemos também neste trecho o início de um discurso e ações pró-industrialização na cidade, o que iria culminar no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), inaugurado dez anos depois, em 1976.

A construção da estrada não interessava apenas à ACIA. Foi realizada em 1º de março de 1966 uma reunião com “todas as associações de classe de Anápolis” para discutir o asfaltamento do trecho da BR Belém-Brasília, trecho Anápolis-Jaraguá. Entre os presentes, estavam os presidentes da Associação Rural de Anápolis; Clube dos Diretores Lojistas; Rotary Club; Associação Médica de Anápolis; Sindicato dos Motoristas de Anápolis. Além deles, representantes da Câmara Municipal de Anápolis (João Luiz de Oliveira, ex-prefeito e ex-presidente da ACIA); dos Transportadores de Carga de Anápolis; do Lions Clube (Habib Issa, futuro tesoureiro da ACIA e deputado estadual); seis membros da Loja Maçônica Lealdade e Justiça II; além de representantes do jornal “O Anápolis” e da “Rádio Imprensa”. Na reunião, o diretor Edwirges Soares resumiu a pauta do dia:

Resumindo: Existe um projeto para o asfaltamento do trecho **Goiânia-Nerópolis-Petrolina(de Goiás)- Jaraguá**, a cargo do DERGO, com verba da Aliança para o Progresso. O dinheiro já se encontra depositado em banco. Existe outro projeto **Brasília-Goiânia-Uruaçu** a ser executado com verba da SPVEA pelo DNER – ainda não foi liberada a verba correspondente. E nas



mesmas condições existe ainda trecho **Anápolis-Jaraguá** que deverá ser executado pelo DNER, com verba da SPVEA. Finalizando o Sr. Edwirges Soares disse que o que há de positivo é os trechos **Goiânia-Jaraguá** e **Jaraguá-Uruaçu serão iniciados antes do Anápolis-Jaraguá. E sendo o nosso principal anseio que estes benefícios se iniciem por Anápolis** deliberou-se formar uma comissão para visitar todas as autoridades responsáveis pela nova administração, começando com Sr. Governador, para tratar, seriamente, deste assunto. (ACIA, ata da reunião de 01/03/1966).

O general Isacyr Teles Ribeiro estava na reunião e alertou os presentes sobre as estratégias políticas que pretendiam utilizar:

O General Isacyr Teles lembrou-nos da conveniência de fazermos o nosso trabalho obedecendo a hierarquia funcional, pois, se formos diretamente ao Sr. Ministro, alguém poderá ficar melindrado e criará problemas quando da execução do plano. (ACIA, ata da reunião de 01/03/1966).

Foi deliberado então uma comissão composta dos presidentes de todas as associações de classe de Anápolis para se reunir com o governador do estado à época, Otávio Lage. Nas citações apresentadas, observa-se a união entre diversas porções da classe dominante anapolina, representadas pelos diferentes sindicatos e associações patronais, bem como pelos clubes de associativismo, contando com veículos da imprensa escrita e radiofônica. Interpretamos que era um interesse comum de todos que a construção da infraestrutura viária em Goiás começasse por Anápolis. Observa-se aqui, novamente, uma disputa indireta com Goiânia pelo acesso a centros produtores, como Ceres. Estava em jogo o controle dos fluxos de bens primários originados nestas cidades, e que utilizariam Goiânia ou Anápolis como entreposto para chegar aos centros consumidores nacionais. As estradas e rodovias discutidas nas atas podem ser observadas no mapa da figura 3.

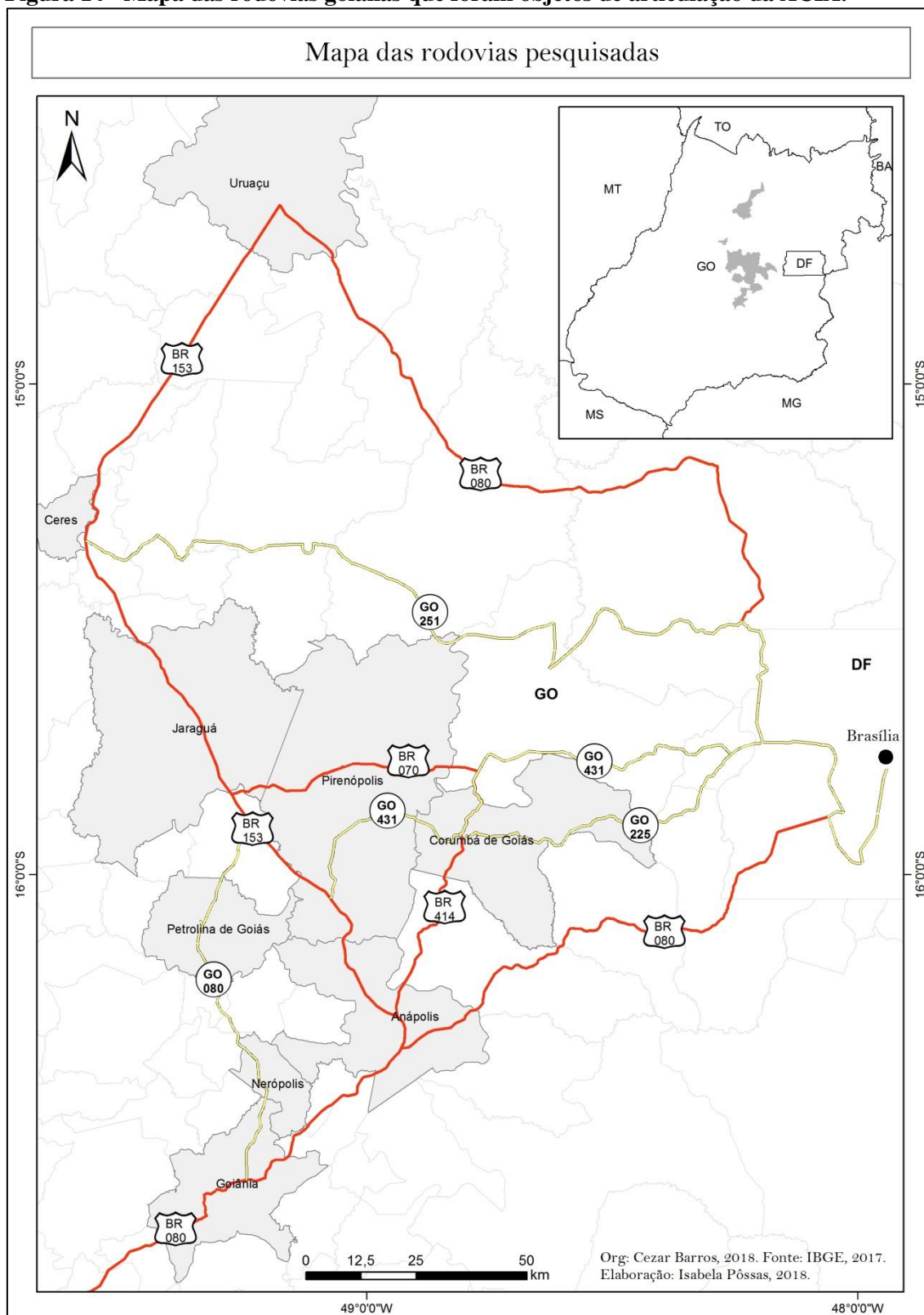
A reunião com o Governador aconteceu, conforme foi registrado dez dias depois, na qual foi percebido que as intencionalidades envolvidas no asfaltamento da estrada estavam ligadas a instâncias superiores:

Foram recebidos amistosamente e o Sr. Governador estava perfeitamente entrosado no assunto. Pelo exposto ficou esclarecido que o telefonema do Sr. José Sena – Dir. da Rodobrás já foi um reflexo do trabalho do Sr. Governador. E também que a Rodobrás iniciará os trabalhos por ordem direta do Sr. Presidente da República e do Gal. Cordeiro de Faria, que tem interesse particular no caso. (ACIA, ata da reunião de 11/03/1966).

O General Cordeiro de Faria, citado na ata, era o titular do ministério que viria a ser, em 1967, o Ministério do Interior, responsável pelas superintendências de desenvolvimento regional, como a SUDECO. Desta forma, se encontrava em um grau

maior na hierarquia da rede de relações em que atuava a ACIA e outras entidades classistas, cada uma com seus interesses particulares.

**Figura 14 - Mapa das rodovias goianas que foram objetos de articulação da ACIA.**



Posto isto, em fevereiro de 1967 percebe-se que as reivindicações das entidades anapolinas não lograram o sucesso desejado. Ruy Abdalla, que viria a ser presidente da ACIA por duas vezes no futuro,

comunicou aos presentes que fazendo o percurso Goiânia-Petrolina de Goiás, constatou que o leito da estrada já está pronto e os trabalhos continuam em direção a Jaraguá. Devemos estar vigilantes pois saindo o asfaltamento daquela via, **Anápolis ficará isolada**. O Sr. Presidente, para atender tal aviso deliberou que se fizesse, com diretoria incorporada, uma visita de **cortesia** ao Sr, Governador, oportunidade que deverá ser o assunto debatido. (ACIA, ata da reunião de 17/02/1967, grifo nosso).

Ao visitar os trechos da estrada saindo de Goiânia, que estavam sendo concluídos, o medo dos diretores em ver Anápolis isolada da rede rodoviária estava se concretizando. Com a ligação efetiva entre a capital goiana e os municípios do interior, os comerciantes anapolinos, e em especial os donos de armazéns gerais, poderiam perder a relação comercial com os produtores de Jaraguá e Ceres.

Após alguns meses de articulação, registra-se em 25 de agosto de 1967 o envio de telegramas a diversas autoridades agradecendo a assinatura da concorrência pública para o início do asfaltamento da estrada Anápolis-Ceres: ao Presidente da República; Governador do Estado; Ministro de Transportes; Engenheiro Jair Lage da Siqueira e Deputado Federal Jales Machado (pai do então governador Otávio Lage). Também foram convocados os diretores para uma reunião com o Coronel Mário David Andreazza, Ministro dos Transportes, que iria à cidade para atestar o início do asfaltamento da estrada. O mesmo coronel seria novamente recepcionado pela associação quase dois anos depois, agora como Ministro de Viação e Transportes, para a solenidade de inauguração de “43 km de asfalto na Anápolis-Belém”. Dessa maneira compreende-se que a ACIA atuou diretamente no espaço definindo a direção da BR de acordo com os interesses corporativos. Outrossim a ação política da ACIA demonstra uma mobilização em direção aos interesses dos empresários do mesmo município, uma categorização geográfica dessa ação.

Findado o caso, uma reivindicação relacionada ao uso da rodovia apareceria novamente em 1972, quando Sultan Falluh, segundo tesoureiro da ACIA, falou sobre a falta de ligação asfáltica entre uma fabrica de cimento localizada em Corumbá de Goiás e a cidade de Anápolis, agora tendo como “competição” a ligação entre Corumbá e Jaraguá:

O companheiro Sultan voltou a usar da palavra para pedir providências sobre a estrada que liga Anápolis à Fábrica de Cimento, em Corumbá, Goiás, vez que se a mesma não for asfaltada antes da ligação daquela fábrica a Jaraguá, vamos perder o contato com aquela região que faz parte da Geo-econômica de Anápolis. (ACIA, ata da reunião de 15/12/1972)

Claramente, analisando este e outros discursos anteriores, nota-se a tentativa reiterada de manter a região de influência de Anápolis sobre cidades menores do interior goiano. No caso específico, a fábrica citada teria condições melhores de escoar seu cimento através de Jaraguá, que tinha um maior leque de opções de transporte. Cinco meses depois, em abril de 1973, o mesmo Sultan Falluh, agora vice-presidente, declarou ter feito um acordo para que a indústria citada, “Cia. Cimento Portland Rio Branco”, transferisse sua jurisdição fiscal, que ficava na cidade de Formosa, para Anápolis, aonde já tinha seu escritório administrativo. Entretanto, o fato aumentava a necessidade de se ter uma ligação asfáltica entre a planta e Anápolis, o que foi novamente cobrado em reunião, “para o que pedia a interferência da associação. Em se tratando de estrada federal, seria o caso de estudar a possibilidade de um convênio entre o Estado e a União” (ACIA, ata da reunião de 26/04/1973).

Uma comissão foi formada, e iria visitar um gerente do DNER sobre providências a respeito. Já este indicou a reunião com Rui Lacombe, chefe do DNER em Goiás, como a pessoa mais indicada para apontar uma solução para o problema. Depois disso, o assunto não apareceu novamente no decorrer das atas, tampouco encontramos leis sobre o asfaltamento do percurso. Hoje, a ligação entre as duas cidades é feita pela BR-414.

Diversas outras reivindicações relacionadas a estradas foram feitas pela associação, mas nenhuma teve a atuação política dos diretores tão detalhadamente registrada ou durou tanto tempo quanto as exigências em relação à pavimentação da BR-14, hoje chamada BR-153.

#### **4.3. “Uma cidade que quer se tornar industrial não pode ficar dois dias sem energia”: as disputas por energia elétrica**

A última das infraestruturas analisadas aqui, com exceção do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) é a de fornecimento de energia elétrica, fundamental para o desenvolvimento da atividade industrial. As reivindicações

referentes ao recurso datam desde a década de 1950, e se tornaram mais frequentes e ávidas no período de construção e loteamento do distrito, e também para a implantação de outras indústrias. O fornecimento de água, também necessário à produção, foi pouco citado, e por isso decidi referenciar eventuais casos em notas de rodapé.

Algumas fontes indicam que desde os anos 1930, alguns atores deste trabalho participavam ativamente do processo de distribuição de energia elétrica em Anápolis. Conforme mostramos no segundo capítulo, Silva (1997) indica que Aquiles de Pina e Albérico Borges de Carvalho se tornaram sócios da Empresa Luz e Força em meados de 1933. A hidrelétrica apareceria nas atas em 6 de maio de 1955, quando relata-se que aumentaria seu potencial em 10 mil Hp (cerca de 7,5 Megawatts). O capital necessário para a ampliação era de 10 milhões de cruzeiros, que seriam angariados do comércio e indústria locais e de municípios vizinhos. Segundo Freitas (2007), a cidade era abastecida até 1959 apenas pelas três usinas hidrelétricas de pequeno porte da Empresa Força e Luz de Anápolis (EFLA).

No mesmo ano, em dezembro de 1955, é possível observar também detalhes do processo de criação da empresa Centrais Elétricas de Goiás (CELG), a partir de uma reunião com representantes do governo estadual a respeito do plano de eletrificação do Estado de Goiás. No encontro, os representantes do estado descreveram o valor para a criação da empresa como de 117 milhões de cruzeiros advindos do BNDE, mais 50 milhões de cruzeiros advindos da União, além de uma “taxa de eletrificação”, cobrada pelo estado. Castilho (2016) também descreve a criação da CELG em 1955, fato seguido pelo início da construção da Usina Hidrelétrica Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, município de Cachoeira Dourada-GO. Segundo o autor, a partir dessa época a CELG passa a atuar na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do estado, incorporando pequenas centrais e antigas redes de distribuição.

Uma parte da verba citada acima, de acordo com o registro da reunião, seria destinada à construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, com execução da obra pela empresa francesa *Société Grands Travaux de Marseille*. O que o governo estadual queria, a partir dos seus representantes, era angariar recursos das prefeituras e produtores locais para compor o orçamento do plano de eletrificação do estado. Segundo Ferreira (2017), as obras da usina de Cachoeira Dourada se iniciaram em 1954, e sua primeira etapa (de três) foi concluída em 1959.

O prefeito, Carlos de Pina, comprometeu a verba de 1 milhão de cruzeiros para a obra no orçamento do ano seguinte, 1956. Os presentes na reunião consideraram a

quantia ínfima dada a “importância relativamente a Anápolis”. Entretanto, quando o pedido se dirigiu aos empresários anapolinos, a resposta não foi muito diferente:

O sr. Prefeito interrogou a possibilidade de uma contribuição do Comércio, sendo respondido pelo Presidente da Associação Comercial de Anápolis que **a classe está sobrecarregada**, mas que estudaria a situação. (ACIA, ata da reunião de 20/12/1955, grifo nosso).

Devido ao impasse, o assunto foi suspenso para que os governos estadual e municipal estudassem melhor a integração para o plano estadual de eletrificação. Não houve o retorno do assunto referente à construção da usina ou da companhia elétrica estadual. O uso que seria feito delas, contudo, se manteve como ponto de disputa. Em fevereiro de 1958, João Luiz de Oliveira, presidente da associação goiana de imprensa e que seria candidato a vice-governador do estado no mesmo ano, avisou aos diretores da ACIA da promessa de Oto Nascimento, diretor da CELG, de que a energia da usina de Cachoeira Dourada seria distribuída simultaneamente às cidades de Goiânia e Anápolis.

A promessa do presidente da CELG demonstra uma preocupação da associação em relação à energia produzida pela empresa estatal, em um momento ainda de expansão incipiente das atividades industriais no município. De fato, esta preocupação se confirmou em março de 1958, quando o mesmo Oton Nascimento compareceu a uma reunião em Anápolis organizada pela ACIA, com a presença de outros representantes de entidades locais, autoridades civis, representantes da imprensa escrita e do rádio, e de Carlos de Pina, prefeito da cidade. Na sua fala, o diretor da empresa estatal disse que a CELG estava como *“um comerciante que tem pouca mercadoria para vender, entretanto até o fim do corrente ano, estará com abundância de mercadoria para vender a quem queira comprar”* (ACIA, ata da reunião de 15/03/1958). Segundo ele, no final de 1958, o preço da energia seria o mesmo e a energia seria distribuída igualmente entre Goiânia, Anápolis e Pirenópolis.

Acompanhando a citação do diretor da CELG em 1958, interpretamos que a aposta da empresa estatal era de que a conclusão da usina de Cachoeira Dourada seria suficiente para suprir todas as demandas que recebia. As bibliografias consultadas dão conta de que a usina entrou em operação em maio de 1959, com uma capacidade instalada de 34 megawatts da primeira etapa, mas que tinha como prioridade o abastecimento de energia de Goiânia e Brasília (CASTILHO, 2016; FREITAS, 2007).

Ocorreu então, a partir deste episódio, a união de vários segmentos da classe economicamente dominante, aos moldes do que aconteceria em 1966 quando as

rodovias eram a pauta principal. Em um encontro em maio de 1958, estava presente novamente João Luiz de Oliveira, além de Anapolino de Faria, presidente do Lions Clube, e Lincoln Xavier Nunes, deputado estadual.

Em meio às discussões, o deputado sugeriu, em relação à distribuição de energia, a criação de uma comissão permanente<sup>85</sup> para acompanhar os trabalhos e garantir a distribuição de energia entre Anápolis e Goiânia junto ao governo estadual. João Luiz de Oliveira sugeriu que esta comissão tivesse membros de todas as entidades de classe possíveis de Anápolis, e por isso a ACIA lançou um ofício às outras entidades do município convocando-as para a discussão.

A comissão aparentemente não teve seus interesses contemplados de forma satisfatória. Em março de 1959, próximo ao início da distribuição de Cachoeira Dourada, tem-se o relato de uma reunião em Goiânia, no palácio do governo estadual, de diretores da associação com o diretor da CELG e o governador de Goiás, o recém-empossado José Feliciano Ferreira. A ACIA estava insatisfeita com a gestão e distribuição de energia entre as cidades goianas, conforme foi prometido em reuniões anteriores, buscando assim formas de pressionar o novo governo:

O Sr. Edwirges Soares fazendo uso da palavra expõe aos presentes as múltiplas dificuldades apresentadas pelo diretor das Centrais Elétricas, bem como o Governador do Estado, na execução das obras de ligação da mesma para Anápolis. O Sr. João Luiz de Oliveira, relembra aos presentes as afirmações categóricas do Dr. Oton Nascimento sobre as possibilidades seguras do fornecimento de energia para esta cidade e, diante das atitudes presentes, ficamos por compreender a verdadeira atitude da CELG, para com Anápolis. **O Sr. João esclarece que se Anápolis quiser ser servida seria necessário a presença de um elemento desta cidade tanto na CELG, como na ALESGO<sup>86</sup> para a defesa de nossos interesses.** O Sr. João Luiz de Oliveira propõe seja endereçado um ofício ao Governador do Estado ofício esse assinado por todas as entidades de Anápolis, pressionando-o a favor das providências necessárias para vinda de energia para esta cidade. (ACIA, ata da reunião de 06/03/1959, grifo nosso).

Assim como em outros assuntos, os pleitos da ACIA foram melhor atendidos a partir da troca atores em um cargo público. Com a posse do novo governador, foi escolhido também um novo diretor para a CELG. Um mês após a reunião realizada no palácio do governo estadual, relata-se uma assembleia extraordinária para tratar das

---

<sup>85</sup> A comissão por parte da ACIA para tratar assunto com o governador era composta dos seguintes nomes: Jibrán El Haje (presidente da associação), Durvalino Cardoso, José Martins de Brito, João Luiz de Oliveira (presid. local da Associação Goiana de Imprensa), João Furtado de Mendonça, Sócrates Mardocheu Diniz (ex-prefeito e banqueiro), Carlos de Pina (prefeito) e Henrique Fanstone (então vereador de Anápolis).

<sup>86</sup> Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

promessas do novo executivo goiano, enviadas por ofício aos empresários, à câmara municipal e à prefeitura de Anápolis. Afirmava-se dois compromissos. O primeiro seria o de que seria distribuída a energia de Cachoeira Dourada a Anápolis o quanto antes; e o segundo de que a rede de transmissão de energia de Goiânia a Anápolis estaria concluída dentro de 60 dias. Na mesma correspondência, dizia-se também que outros dois diretores da CELG haviam sido afastados porque “vinham prejudicando os trabalhos da referida empresa”.

Depois da leitura do relato do ofício, o presidente da ACIA, Gibran El Haje, pediu um “voto de confiança” do povo e da imprensa anapolina. Representantes da imprensa, de outras entidades classistas, além de empresários e Eurípedes Junqueira, representante do prefeito de Anápolis (Heli Alves) se manifestaram na reunião agradecendo as ações da associação e dando o voto de confiança ao governo estadual. (ACIA, ata da reunião de 03/04/1959).

A disputa pela energia produzida em Cachoeira Dourada não seria mais pauta após estes eventos, com exceção de uma citação no final de abril, quando se relatava conversas com o governador sobre a chegada da energia à cidade, programada para o mês seguinte, pensando também em preparativos para uma solenidade. Desta forma, pelo fim da discussão sobre o assunto e a previsão de chegada da infraestrutura, acreditamos que os pedidos foram concretizados.

A questão energética não seria discutida depois disso por vários anos, até que em 1971, por um período mais breve que o discutido acima, foram registradas insuficiências e quedas de energia na cidade. Nesta época, em outubro de 1971, o presidente da CELG era Irapuan Costa Júnior, futuro prefeito de Anápolis e governador do estado quando da inauguração do DAIA. Outras reclamações foram feitas nos anos seguintes ao mesmo ator, com reclamações sobre o preço da energia e falta de luz em muitas ruas da cidade. Freitas (2007) salienta que o sistema de energia elétrica da cidade de Anápolis se encontrava em situação crítica desde meados da década de 1960, quadro que mudou apenas a partir de 1974, com a inauguração de uma subestação da CELG.

Já em maio de 1975, quando algumas empresas já se instalavam no distrito, houve queixas de indústrias da cidade sobre faltas de energia elétrica, e já se ventilava procurar o governador do estado para discutir o problema. A situação ficou mais grave em 1976, quando Anápolis aparentemente ficou, segundo registro em ata, por dois dias sem energia elétrica, o que gerou repercussão na entidade, na fala do Secretário Geral:



Quanto à CELG, sugeriu que deveria ser feita visita ao recém-empossado presidente. Caso não conseguisse solução, apresentar o problema ao Secretário (Indústria e Comércio), se persistir o não atendimento então diretamente o Sr. Governador, pois **uma cidade que está querendo se tornar industrial não pode ficar 2 dias sem energia elétrica**. (ACIA, ata da reunião de 18/06/1976, grifo nosso).

Uma comissão composta por 10 membros foi criada para cuidar do assunto. Aqui, novamente observa-se a busca pelo status de “cidade industrial”, e as reclamações sobre a falta de energia elétrica para a indústria. É importante ressaltar que, conforme instituído pela lei 7.700 de 1973, toda a infraestrutura de energia e de construção das indústrias era realizada através de recursos públicos, oriundos do Fundo de Expansão da Indústria e do Comércio (FEICOM), e o valor referente ao consumo de água e energia podia ser totalmente abatido do imposto devido sobre circulação de mercadorias.

Mesmo com estas prerrogativas, a ACIA entrou com uma ação contra a CELG por falta de energia, aprovada pela câmara municipal:

O Sr. Sultan Falluh apresentou e leu um ofício da Câmara Municipal de Anápolis, aprovado por unanimidade, porém, não assinado pelo seu presidente, que, em linhas gerais, critica e convoca a ACIA a mover uma ação em juízo contra a CELG pelos prejuízos causados às indústrias de Anápolis, através de constantes cortes no fornecimento de energia elétrica. (ACIA, ata da reunião de 09/07/1976).

Esta foi uma das últimas citações a respeito do uso de energia pelas empresas da Associação Comercial e Industrial de Anápolis. Em outubro do mesmo ano, há uma breve citação de que a CELG já havia executado um “plano prometido” à ACIA, porém não encontramos o que seria este plano, ou se ele teria ligação com a ação movida contra a empresa estatal.

De acordo com Castilho (2016), as infraestruturas de transporte e energia elétrica são importantes redes técnicas, mas que revelam uma característica essencialmente política, a partir da determinação de como e por quem são produzidas e controladas:

Os transportes, por exemplo, são importantes meios de conexão entre diferentes regiões e estão “ligados” aos fluxos e à circulação de bens materiais. As redes de energia elétrica, por sua vez, são insumos basilares para o funcionamento de outras redes e, portanto, do próprio território. (CASTILHO, 2016, p. 53).

Em relação à energia, Castilho (2016) conclui que a produção, transmissão e distribuição de energia em Goiás estão relacionadas à divisão territorial do trabalho no

estado e à configuração que esta divisão imprime ao território. Por isso, segundo o autor, as principais estações estão configuradas para servir as regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília, além de áreas do agronegócio e zonas industriais ligadas aos complexos da soja, dos minérios e carnes.

Anápolis, seja em 2018 ou na década de 1970, está inserida neste processo, porém em uma posição hierarquicamente inferior às duas capitais, apesar de ser a aglomeração populacional mais antiga. Desta forma, não só nas questões referentes à distribuição de energia, como nas questões referentes às infraestruturas de transporte, são claros e recorrentes os conflitos com outros locais, especialmente Goiânia, pelo investimento público nestas infraestruturas.

Raffestin (1993) não considera o Estado como o ator privilegiado, em um nível superior, mas como uma organização igual as outras, investido de um peso maior. De acordo com Castilho (2016, p. 54), “há um indiscutível protagonismo desempenhado pelo Estado, seja na implantação, normatização ou gestão das redes técnicas”. Entretanto, o autor considera os governantes como “apenas interlocutores daquele que, de fato, fazem política”, e o Estado é o veículo principal utilizado pelos atores hegemônicos que atuam em diferentes territórios. Neste conceito, o autor vai de encontro do que diz Raffestin (1993), que considera o Estado um ator sintagmático “por excelência”, inserido, seja institucionalmente ou separadamente, por seus atores individuais, em um complexo jogo relacional, ou seja, é um ator ativo, e não somente um veículo dos atores dominantes.

Neste jogo relacional, aonde se verifica a presença de membros do poder público e das empresas, os atores hegemônicos se configuram como os donos dos meios de produção, as grandes empresas. Consideramos que a ACIA se insira neste quadro de “atores hegemônicos” descrito por Castilho (2016). Quando observado de maneira mais verticalizada, este jogo relacional conta com atores hegemônicos de diferentes localidades, com especial atenção dada aqui a Anápolis e Goiânia.

O resultado deste jogo, exemplificado nas atas, se expressa concretamente no território. Os casos explicitados aqui se constituem na criação de ramais e controle sobre os fluxos de vagões na Estrada de Ferro Goiás; na (ordem de) pavimentação de estradas do sudeste goiano e na distribuição de energia entre os diferentes centros do estado. Instrumentalizando Castilho (2016) cria-se então espaços privilegiados e fluxos seletivos no território goiano, a beneficiar aqueles com maior capacidade de articulação

e proximidade dos centros de poder estatais. Em alguns desses casos, os diretores da ACIA tiveram sucesso, e em outros foram preteridos especialmente pela capital goiana.

Este resultado concorda com Raffestin (1993), ao indicar que as relações entre atores e organizações, fazendo uma comparação à análise dos jogos, raramente é um “jogo de soma zero”, ou seja, uma relação em que se um ator “ganha” ou é beneficiado, outros atores serão prejudicados de maneira inversamente proporcional. Segundo o autor, raramente se tem um trunfo único e objetivo, mas sim um trunfo complexo, envolvendo disputas por população, territórios e recursos concomitantemente (RAFFESTIN, 1993). No caso estudado, mesmo que a ACIA visse alguns de seus pleitos principais negados ou atendidos tardiamente pelos atores do Estado, ainda assim os produtores anapolinos recebiam benefícios relacionados às infraestruturas de transporte e energia do estado.

Na década de 1970, contudo, em meio à ditadura militar brasileira, Anápolis recebeu também de forma seletiva infraestruturas que viriam a incrementar a economia e população da cidade e beneficiar em grande medida as classes produtoras dominantes do município: A Base Aérea de Anápolis (BAAN) e o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA).

#### **4.4. A base aérea e a relação com os militares: capital político para o DAIA?**

São comuns declarações orgulhosas da Associação Comercial e Industrial de Anápolis a respeito da sua participação no processo de implantação da Base Aérea de Anápolis “Ala 2” (BAAN), inaugurada em 1972. Em seu boletim informativo distribuído semanalmente aos sócios e no site da entidade, pode-se observar uma dessas declarações:

O presidente Anastacios Apostolos Dagios destacou a participação da ACIA para que houvesse a implantação da Base na cidade de Anápolis, explicou que além de toda movimentação e articulação política para Anápolis fosse escolhida, a ACIA chegou a ceder seu espaço físico para um escritório provisório da Base até o início das construções. (ACIA, 2018, p. 01).

A partir da análise das atas, contudo, consideramos que, embora a ACIA estivesse a par dos fatos e articulações referentes à implantação da base militar, sua atuação não foi decisiva neste processo. As primeiras intenções sobre a criação da base

são reportadas em 1966, quando o então presidente Ilion Fleury, diretor da fazenda na prefeitura, relatou a visita de um comandante da base aérea de Brasília, pensando em criar uma unidade da aeronáutica também em Anápolis.

Cerca de um ano depois, o mesmo diretor relatou novas conversas do município com o exército brasileiro: “O Sr. Presidente comunicou aos presentes a Prefeitura Municipal de Anápolis encaminhou expediente ao Ministério de Guerra colocando a sua disposição uma área de até 8 alqueires para que aqui seja montada uma unidade militar.” (ACIA, ata da reunião de 27/01/1967). O assunto só retornaria à discussão pela associação em setembro de 1970, quando aprovaram o envio de um ofício cumprimentando o Presidente da República, na época Emílio Garrastazu Médici, pela criação da base aérea, implantada pelo decreto nº 67.203, de 15 de setembro de 1970.

Estas foram as únicas oportunidades em que a base aérea foi discutida nas reuniões da associação antes de iniciada a sua construção. A escolha de Anápolis enquanto destino das instalações militares foi feita, desta forma, diretamente pelo governo federal militar. Entretanto, a ACIA foi procurada após o início da construção da base.

Em fevereiro de 1971 foi realizada uma reunião com cerca de dez oficiais da Aeronáutica no Jôquei Clube de Anápolis para “traçar planos de trabalho” para o funcionamento da base aérea. Na ocasião, discutiu-se um “Convênio ACA-COMDA”. O Coronel Aviador Antônio Henrique Alves dos Santos fez um discurso, apresentando

o propósito do COMDA<sup>87</sup>, de firmar convênio com a ACA, no sentido de ser ela a interveniente responsável pela seleção, **indicação e fiscalização das firmas que virão a ser fornecedoras e prestadoras de serviços à Base Aérea de Anápolis** e às famílias dos militares que aqui residirão. (ACIA, ata da reunião do dia 12/03/1971, grifo nosso).

As duas partes discorreram sobre o acordo, que substituíra um modelo que geralmente era feito pelos próprios militares, entregue à iniciativa privada. Desta forma, Mounir Naoum agradeceu em ata ao governo federal pela medida e ao Coronel da aeronáutica pela confiança.

Outra reunião ocorreria 30 dias depois, porém registrada com a mesma data no caderno de atas, agora um jantar em homenagem aos oficiais da aeronáutica no Salão Nobre da Sociedade Cristã Ortodoxa Beneficente de Anápolis. Registra-se a presença de *“todas as autoridades constituídas da cidade, toda a diretoria desta entidade, a*

---

<sup>87</sup> Comando Aéreo de Defesa, órgão da Aeronáutica.

*representação maciça das classes produtoras, e os oficiais do COMDA*”. (ACIA, ata da reunião de 12/03/1971). Alexis Salomão fez um retrospecto, registrado em ata, sobre os grandes eventos no estado dos quais “Anápolis fez parte”. Ele citou a criação de Goiânia, da CANG, o marco inicial da rodovia Belém-Brasília e a construção da capital federal. Segundo o diretor, nestes eventos,

**Anápolis, por sua posição geográfica, por sua infra-estrutura e pela fibra e dinamismo de seu povo**, teve destacada atuação, servindo também como entre-posto para abastecimento das frentes de trabalho e **tal como mãe carinhosa**, acompanhou todo o processo de implantação. (ACIA, ata da reunião de 12/03/1971, grifo nosso, sic).

Observa-se na citação acima o recurso de personificação de Anápolis, concedendo-lhe atributos humanos como “mãe carinhosa” e generalizando diversos fatos políticos e sociais, como a “destacada atuação”; além de atribuir as “conquistas” da cidade à atuação do povo. Na realidade, quando comparamos este discurso aos tópicos analisados neste trabalho, observamos quadros complexos e contraditórios que tiveram pouca influência direta do povo, mas sim através de acordos pessoais entre atores que hora ou outra se repetem nos cargos de poder.

De qualquer forma, o jantar serviu como palanque para muitas autoridades. Ursulino Tavares Leão, Vice-Governador do Estado, estava presente na reunião e falou da “importância da Base Aérea de Anápolis para continuidade do desenvolvimento da cidade”. O Cel. Antônio H. Alves disse que ele e os convidados estavam sensibilizados com as atenções e homenagens, “*porque aqui se radicará um grande número de militares, que desejam plena integração em nossa comunidade*”. Disse ainda da função que Anápolis teria a partir de então, como primordial função de defesa da capital federal. Já o prefeito, Henrique Santillo, disse que havia enviado à Câmara Municipal a proposta de conceder o título de “Cidadão Anapolino” a Márcio de Souza e Melo, Ministro da Aeronáutica, e aos Brigadeiros Antônio Raimundo Pires e Mário Calmon Eppinghaus.

A minuta do convênio entre a ACIA e o Ministério da Aeronáutica é transcrita na ata do dia 18/05/1971. Dividido em 14 cláusulas, decidimos por apresentar duas delas<sup>88</sup>:

---

<sup>88</sup> O contrato tinha validade no fim do mandato do então presidente da ACIA, Mounir Naoum, devendo ser reafirmado a cada nova diretoria da associação.

**Cláusula primeira** - A Base Aérea de Anápolis (1º Ala de Defesa Aérea) não implantará autossuficiência de apoio para suportar a sua vida vegetativa, desde que seja possível obter serviços e/ou fornecimentos, por contratação na praça de Anápolis, que atendam aos requisitos legais e aos gabaritos de confiabilidade, qualidade e preços exigidos pelo próprio Ministério da Aeronáutica ou seu representante. Caso contrário, o Ministério da Aeronáutica recorrerá a outras praças para aqueles fins [...].

**Cláusula Terceira** – Uma comissão composta por membros da Associação Comercial de Anápolis, referendada pelo Ministério da Aeronáutica, participará da seleção de concorrentes à prestação de serviços e/ou fornecimentos à base aérea de Anápolis, **sem prejuízo das formas legais de licitação pública**. (ACIA, ata da reunião do dia 18/05/1971, grifo nosso).

Portanto, o convênio criou um acordo de exclusividade de fornecimento de produtos e serviços para a base militar, ficando a critério da ACIA escolher quais empresas poderiam negociar com o poder público, priorizando o município de Anápolis (em detrimento de Goiânia, principalmente<sup>89</sup>) e dispensando o processo licitatório legal.

Coincidentemente ou não, a reunião que transcreve o convênio com o Ministério da Aeronáutica, no dia 18 de maio de 1971, é exatamente a mesma na qual é aprovada a fusão entre as Associações da Indústria e do Comércio anapolinas - conforme descrevi no terceiro capítulo (página 126), quando há a respectiva transcrição do novo estatuto conjunto. A fusão fez com que todos os sócios da associação industrial migrassem para o quadro social da associação, agora conjunta com o comércio, que se mostrou mais forte politicamente. Não só isso, as novas empresas do quadro de sócios da ACIA poderiam se beneficiar da exclusividade contratual concedida à associação e firmas indicadas para a prestação de serviços à base.

A fusão quase simultânea à assinatura do convênio, a reincidente e crescente reunião de proeminentes figuras políticas do estado e município nas solenidades, bem como a proximidade com o governo militar conseguida pelo contrato em meio aos anos mais repressivos da ditadura, no governo de Emílio G. Médici, proporcionaram à ACIA um grande capital político. Antes mesmo da assinatura do acordo, em março de 1971, registra-se um pedido da Associação Médica de Anápolis à ACIA para intermediar contratos com o Comando Aéreo de Defesa (COMDA). Na ocasião, foi respondido que nada poderia ser feito enquanto o convênio não fosse assinado.

Freitas (2007), ao relacionar a expansão urbana de Anápolis aos investimentos de fundos públicos, salienta um aspecto importante proporcionado pela BAAN. Segundo o autor, os militares que se instalaram em Anápolis quando da instalação da

---

<sup>89</sup> Em março de 1974, quando o convênio já vigorava, são feitas reclamações em uma reunião de que militares da base estavam comprando produtos em supermercados de Goiânia, em detrimento dos de Anápolis, pela diferença de preços.

Base Aérea possuíam um elevado poder aquisitivo para os padrões da época, em especial quando comparado ao padrão de vida da maioria da população. Mais importante do que isso, o salário dos militares não dependia de nenhuma produção de bens ou serviços locais; eram pagos pelo governo federal. Em suma, o autor constata o seguinte:

Em pouco tempo, um volume de recursos econômicos significativos estava à disposição para investimento e consumo em Anápolis. [...] a cidade continua tendo na mesma, e nos militares nela alijados, uma importante fonte de recursos financeiros que movimentam a economia da cidade. (FREITAS, 2007, p. 43).

Analisando concomitantemente o convênio firmado entre a ACIA e a Base Aérea, e a descrição da situação financeira dos militares, conclui-se que o contrato permitiu à ACIA a apropriação de grande parte dos recursos excedentes que “estavam à disposição do consumo e investimentos” depois da instalação dos militares, conforme diz Freitas (2007). Não é de se estranhar, a partir deste panorama, que outras associações passaram a procurar a ACIA após o anúncio do convênio.

A assinatura ocorreu no dia 24 de setembro de 1971, em Brasília, conforme registra a ata de 1º de outubro daquele ano. O relato da reunião feito pelo secretário indica novamente a presença de diversos associados e de autoridades públicas: o Secretário Estadual da Indústria e Comércio, Antônio Fábio Ribeiro; o Senador da república Benedito Vicente Ferreira; o Deputado Federal Henrique Fanstone; diversos membros da imprensa, além de vários oficiais da Aeronáutica.

O convênio para o fornecimento de mercadorias para a Base Aérea de Anápolis apareceu poucas vezes nas atas depois do registro na sua assinatura. Entre algumas reclamações específicas e problemas reportados em alguns setores, registra-se a renovação do convênio em março de 1973, cerca de um ano depois da inauguração da BAAN, em abril de 1972<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> Disponível em: <<http://www.fab.mil.br>>.

#### **4.5. Impostos pra que? Incentivos fiscais e atração de indústrias**

Concomitantemente ao processo de instalação e o convênio firmado com a Base Aérea de Anápolis, aconteciam articulações em busca de incentivos fiscais, renúncias estas que seriam cruciais para o sucesso do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). A relação com a fiscalização, bem como resistência a algumas das leis fiscais estaduais, e as reivindicações por incentivos foram objeto de discussão durante todo o período estudado. De modo geral, o assunto da fiscalização e das leis de impostos se mostrou o assunto mais perene registrado no recorte temporal, indicando a luta constante da ACIA com o Estado para que seus associados pagassem menos impostos, independentemente do período ou conjuntura sociopolítica. Uma análise mais verticalizada desta questão, no entanto, acabou perdendo espaço para outras discussões.

Apesar de ser verificado um aumento nos pleitos por incentivos fiscais para indústrias a partir da década de 1970, os pedidos por isenções de impostos também existiam desde décadas anteriores, mas elas eram pontuais, específicas para algumas empresas, nos casos registrados nas atas. A primeira menção acontece na reunião de 27/09/1957, quando estavam presentes Plínio Gonzaga Jaime e o Deputado Estadual Luiz Fernando da Silva, que apresentou um projeto de lei aos associados que visava isentar “novas indústrias” instaladas em Anápolis. A lei estadual nº 2.000, de 7 de novembro de 1958 atende justamente a esta demanda. Não conseguimos confirmar autoria, mas ela concedia isenção de todos os impostos estaduais por 8 anos para “indústrias novas sem similares no território do Estado”, para empresas de capital realizado mínimo de dez milhões de cruzeiros que se instalassem em Goiás entre 1958 e 1965 (GOIÁS, 1958).

As conversas sobre isenções se tornariam mais fortes no final da década de 1960. Na ata do dia 24/10/1969 (ACIA), relata-se que “Quanto aos incentivos às indústrias o Sr. Governador teria dito que se a isenção concedida pelo prefeito de Brasília não fosse declarada inconstitucional, ele isentaria também para o estado de Goiás”. A promessa de Otávio Lage foi cumprida pelo decreto-lei nº 100, de 22 de dezembro de 1969, período em que a Assembleia Legislativa de Goiás estava com as atividades suspensas, conforme previsto pelo Ato Institucional nº 5, de 1968.



Seguindo o decreto 1.128, de Brasília, em setembro do mesmo ano, Otávio Lage aplicou as mesmas isenções da capital nacional para 15 tipos de indústrias<sup>91</sup>, quais sejam: 10 anos de isenções de 90% no ICM<sup>92</sup>; emissão de créditos fiscais referentes a custos com aquisição de maquinário; isenção de impostos sobre transação de imóveis. Além disso, a administração estadual poderia fornecer às empresas, utilizando órgãos oficiais do estado, assistência técnica, energia elétrica, água, vias de acesso e comunicações. Consta no texto da lei que as medidas eram necessárias pela proximidade de Brasília, que havia recebido um decreto semelhante, com os centros industriais goianos, Anápolis e Goiânia, evitando assim um êxodo das indústrias goianas. O decreto-lei valeria para empresas que requeressem o benefício nos 3 anos seguintes ao decreto, até o final de 1973 (GOIÁS, 1969).

Conforme consta nas atas, algumas empresas associadas da ACIA se beneficiaram dessas leis. Não consideramos como assuntos fundamentais nas discussões das atas, e nem uma influência direta ou determinante da entidade de Anápolis para a aprovação destas leis, com vigência em todo o estado. No entanto, a interlocução com os atores políticos que participaram diretamente da promulgação destas leis indica a colocação da ACIA na rede de relações e de reivindicações por trás das ações legislativas destes políticos.

Em 1973, passados 3 anos do decreto de Otávio Lage, era publicada outra lei do então governador Leonino di Ramos Caiado:

A seguir, o presidente passou a palavra ao Dr. Mário Roriz Soares de Carvalho, que disse da finalidade da visita: Convite à diretoria da ACIA, para o banquete a ser oferecido ao Governador Leonino Caiado, pela assinatura do Decreto Lei nº 7.700 que concede incentivos fiscais a indústrias, falando em nome do Governo e da Classe Comercial (ACIA, ata da reunião de 03/10/1973).

A lei 7.700, de 19 de setembro de 1973, concedia incentivos fiscais e financeiros para indústrias que se instalassem no estado até 1978. Os benefícios constavam de descontos sobre o ICM a ser recolhido pelo estado, isentando novas indústrias de 80% do “valor do imobilizado, excluindo o de terrenos”, ou seja, subtrair em até 80% do valor a ser pago em impostos por ano os custos com edificação da planta e maquinário, equipamentos, entre outros; abatimento nos impostos dos valores a serem pagos pelo

---

<sup>91</sup> Produtos alimentícios; vestuário; calçados; mobiliário; têxtil; couros e peles; fibras vegetais; embalagens e vasilhames; produtos derivados da agropecuária; adubos e fertilizantes; inseticidas; rações para animais; minérios; hotéis de turismo.

<sup>92</sup> Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e telefone; dos juros e correção monetária referentes ao financiamento dos projetos. Além dos descontos no ICM, isentava-se também o imposto sobre transmissão de bens imóveis, relativos à aquisição do terreno para a implantação do projeto; e toda a implantação da infraestrutura era feita pelo Fundo de Expansão da Indústria e do Comércio (FEICOM)<sup>93</sup>: linha de transmissão de energia, rede de telefone, água, esgoto e estrada de rodagem auxiliar (GOIÁS, 1973).

Para selecionar as empresas beneficiárias, a mesma lei criou o Conselho Superior de Prioridades para o Desenvolvimento Industrial do Estado e Goiás, vinculado à Secretaria da Indústria e Comércio. O Conselho era formado por 4 integrantes: o Secretário da Indústria e Comércio (presidente do conselho); o Secretário da Fazenda; o Secretário do Planejamento e Coordenação; e um representante das classes empresariais. O representante escolhido foi Waldir O'Dwyer, ex-diretor e membro do conselho consultivo da ACIA, e seu futuro vice-presidente:

Waldir O'Dwyer: Foi proposto na reunião que se oficiasse ao Sr. Waldir O'Dwyer, cumprimentando pela escolha do seu nome para compor o Conselho Superior de Prioridade, relativo à lei 7.700 de incentivos às Indústrias. A proposta foi aprovada por unanimidade (ACIA, ata da reunião de 07/11/1973).

Em 15 de janeiro de 1974, relata-se as primeiras entregas de certificados referentes à lei 7.700, destinados a 25 empresas em todo o estado, sendo 3 de Anápolis. A nova lei de incentivos se tornaria o principal marco regulatório que iria amparar as indústrias que se instalariam já em 1974 no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), inaugurado em 1976. A lei 7.700 só foi revogada oficialmente em outubro de 2015, entretanto, funcionava em moldes parecidos com os do programa FOMENTAR, criado em julho 1984, utilizado para fins de incentivos fiscais até os dias de hoje, junto ao programa PRODUZIR<sup>94</sup>, de 2005.

Além da atuação de Waldyr O'Dwyer no conselho criado pela lei, a participação de diretores da ACIA no governo aumentaria em 1976, quando Sultan Falluh, presidente da entidade, assumiria o cargo de Secretário Estadual da Indústria e Comércio, às vésperas da inauguração do DAIA, bem como de presidente da

---

<sup>93</sup> O Fundo de Expansão da Indústria e do Comércio foi criado pela lei nº 7.696, de 19 de setembro de 1973, publicada no mesmo dia do decreto-lei 7.700.

<sup>94</sup> Sobre os programas FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás) e PRODUZIR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás) para o desenvolvimento do Distrito Agroindustrial de Anápolis, ver BARROS (2015).

Companhia de Distritos Industriais de Goiás (Goiasindustrial<sup>95</sup>), sociedade estatal que geria todos os distritos industriais goianos.

A indicação de membros da ACIA para órgãos estatais de concessão de benefícios fiscais e de implementação e gestão de distritos industriais garantiu a participação direta da classe empresarial anapolina nos processos decisórios, ligados à distribuição e renúncia de dinheiro público em benefício de grandes empresas do ramo agroindustrial, que se instalariam no distrito nas décadas seguintes. A presença mais frequente nestes cargos indica também um ganho de capital político e poder de pressão maior a partir da década de 1970. Somado ao convênio assinado com a BAAN, este capital político foi utilizado de maneira incisiva nas articulações relacionadas à implantação e gestão do Distrito Agroindustrial de Anápolis.

#### **4.6. A participação da ACIA na administração do DAIA**

Como associação representativa de comerciantes e industriais anapolinos, muitos dos processos de industrialização de Anápolis contam com a articulação da ACIA. Se aproveitando do capital político conquistado a partir da boa relação com o governo militar e a base aérea de Anápolis, os diretores da associação ocuparam cargos de destaque na prefeitura e em órgãos do governo estadual responsáveis pelos distritos industriais goianos.

Discussões a respeito da instalação de um distrito industrial em Anápolis apareceram pela primeira vez em reuniões de 1967, quando se relatou um projeto de Ursulino Leão, então deputado estadual, reivindicando uma “cidade industrial” para o município. O mesmo ator seria mencionado quatro anos depois, quando ocupava o cargo de vice-governador do estado: “O presidente Mounir, nomeou uma comissão que deverá falar com o Vice-Governador Ursulino T. Leão, sobre o Núcleo Industrial que Brasília está pretendendo criar, sugerindo-lhe que este instala-se em nosso município”. (ACIA, ata da reunião de 29/10/1971). A comissão seria formada por Mounir Naoum, Oscar Luiz, Habib Issa e Sultan Falluh.

No começo de 1972, o interlocutor passou a ser o Secretário Estadual da Indústria e Comércio, Ibsem Henrique de Castro, o qual havia dado a um diretor da

---

<sup>95</sup> Lei nº 7.766, de 20 de novembro de 1973.

ACIA informações sobre planos de industrialização da cidade de Anápolis, inclusive relacionados a “pedidos de estímulos fiscais”:

Falou o secretário p/ assuntos de Indústria – José Marreto, que o referido encontro, ocasião em que aquele secretário disse nada existir oficialmente sobre a cidade industrial de Luziânia. E não existe exclusividade de ajuda do Governo para determinada cidade. Existe apenas o interesse de auxiliar o desenvolvimento do nosso estado.

Inclusive foi abordado sobre uma nota dada no jornal ‘O Popular’ de 03/02/72, com os seguintes dizeres: ‘...o Governador do Estado declarou-se favorável à tese de fixação de um complexo agrícola e industrial nas áreas próximas a Brasília, **porém não vê com grande esperança os movimentos visando a criação de uma cidade industrial em Luziânia**, mas garantiu total apoio à implantação de indústrias dentro do território goiano, seja em que município for’. (ACIA, ata da reunião do dia 04/02/1972, grifo nosso).

Em agosto de 1972, foi realizada uma reunião na sede da ACIA, com dirigentes da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CODEG<sup>96</sup>), na qual estiveram presentes diversas autoridades municipais e estaduais, além de um “representante do governador”. Os nomes dos presentes não foram citados nesta ata. A CODEG ainda era, na época, responsável pelos planos de desenvolvimento e industrialização do estado. À inauguração do DAIA, os distritos industriais seriam geridos exclusivamente pela Goiasindustrial. Em *setembro de 1973*, sem muita discussão registrada em ata, identifica-se o marco normativo da criação do DAIA:

O presidente ainda encarregou o chefe de gabinete de: Oficiar ao Governador e ao Secretário da Indústria e Comércio congratulando-se com ambos pela criação do Distrito Industrial de Anápolis e sobre o projeto de lei que cria incentivos fiscais e financeiros para implantação de novas indústrias no estado. (ACIA, ata da reunião de 19/09/1973).

A congratulação ao governo estadual se refere a duas leis. A primeira é a lei n° 7.700, de 19 de setembro de 1973, que instituiu incentivos fiscais no estado, foi sancionada exatamente no mesmo dia desta reunião, e publicada no diário oficial apenas dez dias depois (GOIÁS, 1973). A segunda, referente à criação do DAIA, é a norma que instituiu a Goiasindustrial: a lei n° 7.766, de 20 de novembro de 1973, que concedia um crédito de três milhões de cruzeiros para realização de desapropriações para a instalação do DAIA. Esta lei só foi sancionada em 03 de dezembro e publicada no diário oficial do estado no dia *07 de dezembro de 1973* (GOIÁS, 1973).

---

<sup>96</sup> CODEG - Sociedade de ações vinculada à Secretaria Estadual do Planejamento e Coordenação, criada pela lei n° 6.884, de 30 de abril de 1968. A Goiasindustrial, responsável pela gestão dos distritos, só seria criada em novembro de 1973; a partir da lei n° 19.064, de 14 de outubro de 2015, passou a se chamar CODEGO.

Não encontramos, para o ano de 1973, ou anos anteriores, nenhuma outra lei referente a distritos industriais quando consultadas as bases de dados do Gabinete da Casa Civil do Estado de Goiás, tampouco uma lei específica sobre o DAIA. Desta forma, as datas das leis e da reunião de agradecimento demonstram uma intensa relação de bastidores entre a ACIA e o governo estadual neste período. Afinal, já se sabia da lei três meses antes de ser sancionada por Leonino Caiado.

Criados os marcos legais, em julho de 1974 cinco diretores da ACIA se encontraram em audiência com o governador Leonino Caiado para discutir assuntos relacionados ao possível distrito, além de questões administrativas referentes à Goiasindustrial:

Na oportunidade, souberam através do Governador, que o IPEIA havia recusado o primeiro projeto do DAIA, e que outro estava sendo levado a efeito pelo Sr. Benjamin Roriz, e deveria estar pronto em pelo menos dois meses. Disse ainda o Governador que antes que terminasse o mandato dele, todas as conclusões de infra-estrutura deveriam ficar prontas, bem como, o financiamento do projeto. (ACIA, ata da reunião de 10/07/1974).

Próximo ao fim de seu mandato, Leonino Caiado buscava entregar, junto ao cargo, algo concreto em relação ao distrito industrial anapolino. Dois diretores da associação, por sua vez, não perderam tempo esperando o fim do mandato de Caiado, e procuraram o próximo governador:

O Sr. Presidente [...] não se deveria falar sobre o Distrito Agro-Industrial até o projeto ser aprovado pelo IPEIA. Discorreu ainda do presidente, em relação ao DAIA, sobre encontro que ele e o Sr. Nelson de Abreu tiveram com o futuro Governador do Estado Dr. Irapuan Costa Jr., onde, demonstrou o futuro governador, um interesse muito grande sobre o DAIA, deixando inclusive, patente, que o DAIA, seria uma de suas metas prioritárias. (ACIA, ata da reunião do dia 24/07/1974).

Irapuan Costa Júnior já era um velho conhecido da ACIA quando assumiu o governo do estado pela ARENA. Havia sido presidente da CELG e prefeito de Anápolis e um ator ao qual a associação tinha fácil acesso. Antes mesmo de assumir o executivo estadual, Irapuan prometeu aos produtores anapolinos que defenderia seus interesses quando estivesse no governo<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> Em paralelo às conversas com o novo governador, eram elaboradas campanhas de propaganda do DAIA, registradas na ata de 14/08/1974. No encontro, relata-se que uma campanha de divulgação em três revistas de grande circulação: *Visão*, *Veja* e *Banas*. O custo para uma semana de divulgação seria de 250 mil cruzeiros, com 2 a 3 publicações por revista. Não encontramos se a campanha foi contratada.

E os diretores levaram essas promessas a cabo. Em fevereiro de 1975, os sócios Ruy Abdalla, Sultan Falluh e Nelson de Abreu relataram a ida em várias audiências em Brasília, reportando uma possível rivalidade com Luziânia para o recebimento do distrito Agroindustrial: *“No polocentro, para definir as questões do Distrito de Anápolis e o de Luziânia, e IPEA. Na oportunidade os diretores da ACIA expuseram o pensamento do Governador Eleito Irapuan Costa Junior, de que prefere apenas num distrito, o de Anápolis”*. (ACIA, ata da reunião de 19/02/1975).

Logo após a posse de Irapuan Costa Júnior no governo do estado, em 15 de março de 1975, novas portas se abriram para a associação no que se refere à gestão industrial no município. Menos de um mês depois, em 11 de abril de 1975, é relatada uma reunião com o Secretário da Indústria e Comércio e com o governador, quando este nomeou a ACIA “fiscal para a conclusão do DAIA”; e Sultan Falluh “Fiscal do Governo no Distrito Agro Industrial”. Na mesma ata é citada uma “visita cortesia” ao prefeito de Anápolis, Jamel Cecílio, na qual os diretores fizeram um *“completo relato ao prefeito do que é o DAIA e de como estava sendo processado seu andamento”*. (ACIA, ata da reunião de 11/04/1975).

A visita teve resultados expressivos menos de uma semana depois, quando alguns diretores foram convidados a participar da administração municipal do prefeito Jamel Cecílio, em uma “comissão de industrialização” da cidade:

Explicou o Dr. Ruy Abdalla, que atendendo chamado do Sr. Prefeito Municipal, Jamel Cecílio, o Sr. Sultan Falluh, Nelson de Abreu e ele, Ruy Abdalla, estiveram na tarde de hoje na prefeitura municipal, oportunidade em que o Sr. Prefeito manifestou interesse de levar avante a ideia de criar uma assessoria especial, com vistas à industrialização da cidade. Achava o Sr. Prefeito municipal, que tendo em vista que o Sr. Sultan Falluh como presidente da ACIA, Diretor do Goiás Industrial, o Sr. Nelson de Abreu, secretário da ACIA em duas diretorias e profundo conhecedor da lei 7.700 (já que é um dos habilitados à mesma) e Dr. Ruy Abdalla que como presidente da ACIA no biênio passado, foi responsável por uma grande parcela dos êxitos obtidos, ninguém melhor que os três para em conjunto, assessorá-lo quanto à parte industrial. (ACIA, ata da reunião de 16/04/1975).

Tendo em vista o pedido do prefeito, a diretoria chegou à conclusão de que não pediria remuneração, mas que a atuação dos referidos membros teria algumas exigências:

A comissão jamais permitiria que uma obra prometida fosse negligenciada, que teriam que ter empenhada a palavra do Sr. Prefeito que nada, nem política, influenciasse a disposição da Comissão em sua disposição de levar avante os planos traçados, oportunidade em que tiveram do prefeito a promessa de que iria **contra tudo e contra todos caso** a industrialização da cidade assim o exigisse. (ACIA, ata da reunião de 16/04/1975, grifo nosso).

A comissão foi então criada com os três membros da ACIA, atores individuais diretamente interessados nas facilidades para empresas, como o distrito e todas as suas facilidades, e os incentivos fiscais. Na última citação, percebe-se a pressão dos diretores sobre o poder público, a partir da promessa feita pelo prefeito de que iria dar autonomia – e poder – à comissão, e que nada deveria atrapalhar o processo de implantação de indústrias em Anápolis.

A partir desse momento diversas ações específicas relacionadas à implantação e regularização do distrito. Em maio de 1975, foi relatada uma reunião com a Goiás Industrial e o governador, cuja ideia era de que o DAIA ficasse pronto em até 18 meses. Também foi discutido nessa reunião, a captação de água para as indústrias: “Disse ainda que com o aproveitamento da represa que a Saneago deverá abandonar no próximo ano, o sistema de água do DAIA seria duplicado, bastando para isso, a construção de um aqueduto de apenas 4 km”. (ACIA, ata da reunião de 08/05/1975). Constata-se também a confecção de placas para serem colocadas na entrada do DAIA, no trevo da BR-153 na entrada no distrito, feitas pela Goiásindustrial, serviços de terraplanagem, avaliação da infraestrutura, entre outros.

Em meio a este processo, uma citação relacionada à desapropriação das terras que seriam pertencentes ao distrito ilustra o processo de aquisição destas glebas:

Sr. Sultan explanou a respeito de uma comissão que vai à Assembleia pedir prioridade para a aprovação, de um ato do Governo, que dará direito, ao Estado, passar uma faixa de terra ao distrito, que pertence ao Aprendizado Agrícola. Acrescentou, o Sr. Presidente, que quando da coletânea de dados a constar, em um processo, para ser apresentado ao Procurador Geral do Estado, teve a grata satisfação de deparar com a Certidão da Área, que ainda se encontra em nome do estado, pois o mesmo não havia passado ao Aprendizado ou à Secretaria de Serviços Sociais. Portanto, não será necessário o comparecimento da Comissão, na Assembleia Legislativa, bastando, o Goiásindustrial, nomear 3 peritos, eles avaliarem o valor do terreno, o Governo está de acordo, e na primeira quinzena de agosto **teremos os terrenos, inclusive os do Estado**, ficando apenas aqueles que dependem de inventário. (ACIA, ata da reunião de 18/07/1975, grifo nosso).

Não encontramos nenhuma lei estadual ou municipal sobre a desapropriação do terreno citado, mas ele não se encontra nos limites do DAIA. Em 2018, está construído ali o centro de convenções de Anápolis, também em frente à entrada do distrito. A citação, contudo, exemplifica as articulações pra conseguir terrenos para empresas se instalarem no município. A participação do presidente da ACIA, Sultan Falluh enquanto diretor da Goiásindustrial reverbera nas atas como se a sociedade de ações estatal fosse

uma comissão da associação, e o distrito sua propriedade, o que é evidenciado no trecho em negrito da citação.

No decorrer do ano de 1975, discutia-se também a respeito dos arredores do distrito e moradias operárias<sup>98</sup>:

Foi ventilado pelo Dr. Oscar Luiz de Oliveira, o loteamento depois da faixa do distrito, dizendo do problema que isso ocasionaria no que se refere à poluição. O assunto Ficou sem definição, sendo discutidos, pelos diretores, vários itens referentes à moradia, local e condições para os funcionários das indústrias que se estabelecerão no Distrito Agro-Industrial de Anápolis. (ACIA, ata da reunião de 25/07/1975).

As principais ações, neste período, eram ligadas à atração de empresas. Era tido como certo, nas reuniões da entidade, que as primeiras indústrias instaladas no DAIA seriam a “Itambé” (Laticínios), a “Siderúrgica Goiana” (Siderurgia) e “Cia. Cortidora Campineira” (Couros e Peles), ao passo que outras empresas eram atraídas para a cidade. Em janeiro de 1976, foi recebida a notícia de que uma fábrica de “pré-metrô”<sup>99</sup> belga queria se instalar no Brasil, necessitando apenas de uma empresa brasileira para poder se associar. A instalação da fábrica não se concretizou, mas a ata demonstra novamente algumas das articulações e condições para que Goiás atraísse empresas para o DAIA:

Sr. Sultan endossando, disse que a firma belga que se implantar no Brasil de qualquer maneira. [...] Informou ainda, que o Estado de Goiás, encarregar-se-á de toda infraestrutura para a construção daquela indústria e que será doada à mesma, toda área do DAIA, que compreende a parte esquerda de quem vai para Leopoldo de Bulhões ou seja, entre a Itambé e a Siderúrgica Goiana. **É uma grande área que margeia a via férrea e será vendida a preço simbólico – Cr\$1,00 (um cruzeiro) toda área.** (ACIA, ata da reunião do dia 09/01/1976, grifo nosso).

Continuando os trabalhos, relata-se ainda em janeiro de 1976, depois de uma reunião de Sultan Falluh com o governador Irapuan Costa Júnior que este gostaria de inaugurar o distrito em setembro daquele ano, “a qualquer custo”. Em relação às obras de infraestrutura do DAIA, como água, energia e asfaltamento, “Informou mais que o Sr. Governador fez um apelo para que pessoalmente fiscalize o andamento das obras,

<sup>98</sup> Hoje, a região citada é ocupada pelo bairro Munir Calixto, de baixa renda e nenhuma captação de esgoto. Ver OLIVEIRA, G.; CARDOSO, M. Atividade industrial no DAIA e as consequências sócio-ambientais, 2008.

<sup>99</sup> Um tipo de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).



informando-o de qualquer irregularidade ou demora, porque é desejo inabalável seu a conclusão do DAIA no prazo estipulado”. (ACIA, ata da reunião de 23/01/1976).

Um mês depois da reunião com o governador, em fevereiro de 1976, Waldir O’Dwyer - que havia substituído Sultan Falluh, Nelson de Abreu e Ruy Abdalla pediram exoneração dos cargos de assessores para a indústria do município. A ata em que informam seus colegas diretores está incompleta, e não conseguimos o acesso a todo o discurso, entretanto, os membros falam da felicidade com que assumiram os cargos, pensando no “bem da comunidade”:

Foi uma grande alegria a nós proporcionada, porque entendemos que os muitos anos de luta que mantemos em prol do bem comum, seriam agora somados à possibilidade de – incorporados ao governo municipal – uma maior agilização de nossas atividades (ACIA, ata da reunião de 27/02/1976, sic).

São citados ainda na reunião planos de “envergadura nacional” para mostrar à indústria nacional o cenário do centro-oeste brasileiro, que o governo federal queria evidenciar, mas que não puderam ser desenvolvidos. No final da declaração, a nota dos três diretores diz o seguinte:

Desejamos agradecer a confiança que os liustres companheiros de Diretoria em nós depositaram, e lamentamos ter sido impedidos de prestar à Prefeitura Municipal os **mesmos desinteressados serviços que procuramos sempre dedicar à nossa comunidade**. (ACIA, ata da reunião de 27/02/1976, grifo nosso).

Novamente aqui observamos uma sequência temporal entre reuniões com o governador Irapuan Costa Júnior em que se discutiu as obras do DAIA, e a ação, agora de distanciamento, da comissão assumida pela ACIA na prefeitura. A participação direta de diretores da ACIA na comissão da prefeitura representa um auge, dentro do intervalo histórico, no poder de influência sobre políticas públicas, tanto municipais quando estaduais, mas com reflexos maiores no âmbito local. Entretanto, quando inseridos na administração pública, não tiveram a expectativa posta na fidelidade do prefeito atendida de forma satisfatória, e a estratégia de aparelhamento do governo local não logrou o êxito esperado.

Nos meses seguintes, as atas acompanham a instalação das infraestruturas discutidas com Costa Júnior, registrando-se a conclusão do sistema de fornecimento de água, além da construção de outros reservatórios; o asfaltamento do distrito, energia, entre outros. Foram feitas também campanhas de propaganda do empreendimento, pois

havia relatos de ações contrárias à sua instalação: “Informou o presidente que está havendo constantes manobras juto ao Governo de Goiás, de elementos insatisfeitos com a implantação do DAIA”. (ACIA, ata da reunião de 09/07/1976). Entre as sugestões estavam “frases sugestivas em caminhões de grandes firmas”. Um mês depois, foi decidido por uma visita aos correios para tratar detalhes da elaboração de um selo alusivo à inauguração do DAIA.

O distrito seria inaugurado em 8 de setembro de 1976, aproveitando a transferência temporária simbólica do governo do estado para Anápolis. Os selos haviam sido aprovados pelo presidente dos correios, e a associação mandou fazer “5 a 10 mil cartazes alusivos à inauguração do DAIA”. A solenidade não foi transcrita nas atas, mas foi assunto de uma reunião de novembro:

Dando continuidade o Senhor presidente informou a todos os presentes do reconhecimento e da gratidão de sua Excelência o Senhor Governador do Estado, pelo trabalho altivo, pertinaz e diuturno desta diretoria, quando da inauguração do DAIA: **‘Eu tenho nessa Associação Comercial e Industrial de Anápolis, os verdadeiros amigos meus’**, foram as palavras do Sr. Irapuan Costa Júnior. (ACIA, ata da reunião de 12/11/1976).

Ao final das atas e do ano de 1976, algumas empresas eram esperadas para se instalarem no distrito. Além da “Itambé”, da “Siderúrgica Goiana” e “Cia. Cortidora Campineira”, também havia a expectativa de instalação da “Indaiá” (água mineral); de uma fábrica de amianto, do grupo “Cauê”, e da “CECRISA” (Cerâmica).

O otimismo em relação à ocupação do distrito, contudo, não foi confirmado em um primeiro momento. Segundo Santos (1999), o processo de ocupação ocorreu de forma muito mais lenta do que o esperado no início da sua implementação, desagradando vários setores sociais, inclusive a população local, visto que,

na época de sua implantação, foi feita uma propaganda muito grande chamando a atenção das pessoas para as potencialidades do empreendimento, contribuindo para que muitos vissem nele o elemento responsável para a solução dos inúmeros problemas que o município vinha enfrentando na época, dentre eles o desemprego. (SANTOS, 1999, p. 110).

Em sua dissertação de mestrado, Santos (1999) apresenta as indústrias que já haviam se instalado no distrito ou estavam em fase de implementação em 1980, quatro anos após a inauguração. Das indústrias esperadas e articuladas pela ACIA, apenas a CECRISA se concretizou nos primeiros anos no DAIA. A Itambé e a Siderúrgica

Goiana ainda mantinham apenas os terrenos escriturados. No total, apenas nove indústrias estavam em funcionamento em 1980.

**Quadro 16 - Empresas e fase de instalação do DAIA em 1980.**

Empresa	Tipo de produção	Fase de instalação
1 – CECRISA/ Cemina	Cerâmica	Funcionando
2 - Ind. Goiana de Prod. De Limpeza	Produtos químicos	Funcionando
3- Eletro-Lumen Import. E Com. Ltda	Materiais Elétricos	Funcionando
4- Jofran Ind. De Madeira Ltda.	Madeira e móveis	Funcionando
5- Vermont-Vime Ind. Com. De Móveis	Madeira e móveis	Funcionando
6- Ind. De Bolos Mônica Ltda.	Alimentos e bebidas	Funcionando
7- Precon-Goiás Industrial	Telhas de fibrocimento	Funcionando
8 - Instituto de Gemologia de Goiás	Minerais não metálicos	Funcionando
9 - Doces Maracanã Ltda.	Alimentos e bebidas	Funcionando
10- Minéx - Min. Ind. Com. Ltda.	Materiais para mineração	Construção
11- Steckelberg & Irmãos Ltda.	Metalurgia	Construção
12- Sotave Ind. Com. Ltda.	Aubos e Fertilizantes	Construção
13- Sulfago-Sulfato de Goiás Ltda.	Produtos Químicos	Construção
14- Itambé Coop. De Prod. R. de MG	Laticínios	Área escriturada
15- Siderúrgica Goiana S.A.	Metalurgia	Área escriturada
16- Impertek - Imperm. Técnica Ltda.	Materiais de Construção	Área escriturada
17- IEGO - Ind. Elét. E Eletron. De Goiás	Materiais Elétricos	Área escriturada

Fonte: SANTOS (1999).

Não obstante, o distrito logrou sucesso com o decorrer do tempo. Na década de 2010, todos os lotes estão ocupados, e há pressão para a criação de novas áreas com benefícios e infraestrutura voltados para a indústria e circulação de bens em Anápolis ou municípios adjacentes (BARROS, 2015). Mas a procura por indústrias se intensificou de fato a partir de 1984, com a criação do Programa Fomentar<sup>100</sup>, política estadual de incentivos fiscais que inseriu Goiás no contexto nacional de guerra fiscal (SILVA, 2009).

No trabalho de Silva (2007) sobre patrimonialização cultural e memória da cidade de Anápolis, a autora entrevista alguns dos atores políticos mais proeminentes do município nas décadas anteriores. Entre as entrevistas, está a de Anapolino de Faria<sup>101</sup>, na qual ele fala sobre a instalação do DAIA:

<sup>100</sup> Instuído pela Lei nº 9.489 de 1984. Estabelece financiamento de 70% do ICMS a ser recolhido pelas empresas com prazos de vigência inicial de 5 a 10 anos, podendo ser ampliados para 15 até 30 anos de incentivos.

<sup>101</sup> Vereador de Anápolis (1955-59); deputado estadual (1963-67 e 1987-89); deputado federal (1967-1975) e prefeito de Anápolis (1983-86 e 1989-1993).

DAIA é hoje, talvez um dos melhores distritos industriais do Brasil... trouxemos muita indústria. Nós começamos o DAIA com duas indústrias, hoje são 120 indústrias e, até onde vi, o governador que era no meu tempo prefeito... nós conseguimos fazer uma lei de incentivos fiscais para trazer essas indústrias pra cá! Fizemos... ele escreveu uma mensagem criando o FOMENTAR e financiava aquelas indústrias que vinham aqui, para instalá-las na cidade de Anápolis. (Entrevista com Anapolino de Faria, apud SILVA, 2007).

Na fala de Anapolino de Faria, contemporâneo aos atores estudados neste trabalho, evidencia-se o discurso em prol do “progresso”, enaltecendo o DAIA e mostrando orgulho pelas leis de incentivos. Contudo, diversos trabalhos indicam as contradições e consequências socioeconômicas da instalação do distrito (SANTOS, 1999; FREITAS, 2007; SILVA, 2009).

Pensando na perspectiva dos fundos públicos, Freitas (2007) analisa a fase que se inicia em 1970, com a Base Aérea de Anápolis e o Distrito Agroindustrial de Goiás, a partir da qual tem-se investimentos indiretos, por meio de incentivos, a novas empresas que se instalassem no distrito:

Desde a construção do DAIA, em 1976, o padrão de investimentos dos fundos públicos passou a priorizar a concessão de benefícios e incentivos fiscais à iniciativa privada. Esse novo padrão, por sua vez, tem permitido uma acumulação crescente de capital, favorecendo uma reduzida parcela da sociedade. Em contrapartida, tem impedido a maioria da sociedade usufruir de condições de vida mais satisfatórias. [...] o que se verifica nessa nova fase é a seletividade da atração, visando contemplar os interesses do capital. (FREITAS, 2007, p. 44).

A concessão de benefícios fiscais, aliado à criação da infraestrutura do DAIA, se somam às infraestruturas de transporte e energia exploradas ao longo deste capítulo como criação de espaços privilegiados no território goiano. O diferencial se dá pela aplicação direta (investimentos) ou indireta (incentivos) dos recursos públicos. Os beneficiários destas políticas, contudo, se mantém os mesmos: a classe produtora dominante de Anápolis e região, representada politicamente, em grande medida, pela Associação Comercial e Industrial de Anápolis.

Não pretendemos estender muito a análise para períodos posteriores à instalação do DAIA, mas foi necessário apresentar dados e discussões mais recentes do que o limite temporal traçado, para justificar sua escolha. O ano de 1976 se constituiu em limite temporal para o trabalho porque corresponde à inauguração do DAIA, que passou a ser o carro chefe da propaganda em torno do progresso da indústria e das vantagens de se atrair investimentos para a cidade, apesar da grande carga de incentivos fiscais concedidos. Contudo, seus anos iniciais não demonstraram tanta intensidade na

ocupação dos lotes industriais. Ainda assim, consideramos seu marco institucional como interessante delimitador para a consolidação de uma elite industrial do município, originada em grande parte do poder das oligarquias locais e de imigrantes, especialmente da comunidade árabe, que chegaram em Anápolis junto à Estrada de Ferro Goiás.

#### **4.7. A Participação da ACIA no processo de produção do espaço urbano anapolino**

Apesar da grande quantidade de citações e conteúdos referentes às atas de reunião presentes no terceiro e quarto capítulos, muitos conteúdos temáticos tiveram de ser preteridos durante a construção do texto. A seleção dos assuntos ditos “mais importantes” a serem discutidos seguiu os critérios formulados nas etapas iniciais do trabalho, no sentido de compreender a atuação da Associação Comercial e Industrial de Anápolis e a repercussão de suas ações no espaço urbano anapolino. Como representante política de parte das empresas do município, a ACIA participou de articulações políticas que foram determinantes na forma como esse espaço urbano foi produzido.

No que tange aos diferentes usos que são feitos do espaço urbano, Corrêa (1989) propõe uma tipologia dos agentes sociais que produzem e consomem o espaço: os proprietários dos meios de produção (principalmente os industriais); os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Cada agente, segundo o autor, tende a fazer um uso específico do espaço, de acordo com suas respectivas necessidades e interesses, considerando também os diversos conflitos internos que emergem dentro de cada grupo social. Aqui se deu mais atenção à ação dos proprietários dos meios de produção que no nosso caso se articula ao Estado, inclusive até exercendo funções e propondo no lugar do Estado. Segundo Corrêa (1989, p. 13), os proprietários de grandes empresas comerciais e industriais são grandes consumidores de espaço, pois

Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas – junto ao porto, às linhas férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população, etc. A terra urbana tem assim, em princípio, um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades.

Os proprietários dos meios de produção são um dos agentes privados com maior capacidade de modificar o espaço urbano, pois necessitam de terrenos amplos e baratos para construir suas empresas; de infraestruturas e/ou boas condições de circulação, para escoamento de produtos e locomoção da mão de obra; e de um mercado consumidor, que na modernidade extrapola o limite do município. No caso explorado, tais sujeitos atuam em diferentes esferas, não apenas na material, assim também na esfera simbólica.

No que se refere ao DAIA, por exemplo, um espaço seletivo dentro do município de Anápolis reuniu as condições de instalação e produção de grandes plantas industriais. Serviu, portanto à intensificação do processo de reprodução do capital que se materializa, segundo Carlos (1997, p. 46), na cidade,

enquanto condição geral da produção (distribuição, circulação e troca) e nesse sentido é o locus da produção (onde se produz a mais-valia) e da circulação (onde esta é realizada). Assim entendida, a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho).

O DAIA é representado dentro do nosso recorte temporal como um “ponto final”, resultado histórico de articulações políticas e do equipamento do território goiano datados de décadas anteriores à sua instalação. Essa condição geral da produção, materializada também no crescimento populacional da cidade, seguiu a consolidação de Anápolis como entreposto comercial do sudeste goiano nas décadas de 1940 e 1950, auxiliado pela Estrada de Ferro Goiás, e de sua relação com a duas capitais planejadas que surgiram em um intervalo de 30 anos, entre 1930 e 1960, criando um quadro ora de aliança, ora de rivalidade entre setores das classes dominantes de Anápolis, Goiânia e Brasília, seja para a conquista de incentivos fiscais, pelo controle dos fluxos de mercadorias, distribuição de energia, entre outros conforme discutido e apresentado nos documentos de atas.

As redes se projetam na escala regional e influenciaram diretamente a vida dos municípios. Assim como nas escalas maiores, analisadas neste capítulo, os conflitos aparecem também na escala intraurbana, sejam eles entre diferentes oligarquias, pelos centros de poder local, na relação entre diretores e associados da entidade, ou na relação entre a ACIA e a prefeitura. Concordamos com Corrêa (1989) quando ele afirma que os donos dos meios de produção não agem sozinhos sobre o espaço urbano. Além dos

conflitos internos ao grupo, surgem conflitos com outros agentes presentes no espaço urbano, como os proprietários fundiários e o Estado.

A ação dos agentes no processo de produção do espaço, no entanto, se realiza dentro de um marco jurídico que não é neutro, “refletindo o interesse dominante de um dos agentes” (CORRÊA, 1989, p. 12). Tendo em vista a não neutralidade do marco jurídico na solução de conflitos, a atuação do Estado se mostra então favorável aos agentes, de acordo com a circunstância dada. A respeito da ação do Estado, Corrêa (1989, p. 26) diz que:

Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. [...] A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.

Estendemos esta análise não só ao espaço anapolino, mas também às relações que se dão com outros centros urbanos do território goiano. Afinal, o marco jurídico citado por Corrêa (1989) nada mais é do que a criação e obediência às leis. No caso da ACIA, observou-se uma agenda governamental mais ou menos favorável aos empresários anapolinos a depender de quem ocupava certos cargos estratégicos do governo municipal e estatal. As maiores vantagens se davam quando estes atores, eleitos ou nomeados, eram conhecidos pessoais dos diretores da associação ou com berço político em Anápolis. No entanto, mesmo quando não eram, o status de grupo conferiam a eles uma relação cuja proximidade, mesmo que variável, foi permanente.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Corrêa (1989), porém expandindo suas discussões a respeito da ação estatal na produção do espaço, David Harvey (2006) tece algumas considerações sobre a teoria marxista do Estado. De acordo com o autor, “O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho” (HARVEY, 2006, p. 84). Para Harvey (2006), dentro do campo de ação do Estado a garantia do direito à propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho; o cumprimento dos contratos; a proteção dos mecanismos de acumulação; a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho; a estabilização do sistema monetário, entre outros. Assim, e também pelo fato de o Estado se originar por meio da luta entre classes, ele é normalmente o Estado da classe economicamente dirigente, mais

forte que as outras, e que se torna também, a partir daí, a classe politicamente dirigente (ENGELS, 1941, apud HARVEY, 2006).

Para que a classe dominante possa exercer seu poder político através do Estado, o papel da ideologia se mostra fundamental, de acordo com Marx e Engels (1970, apud HARVEY, 2006). A partir dela, o povo oprimido acredita que os interesses da classe dirigente sejam correspondentes aos interesses de toda a população, pois as ideias da classe dominante são ideias dominantes na sociedade, apresentando-se para esta como uma “verdade universal”, representante do “bem comum”.

Harvey (2006), entretanto, ressalva que a classe política talvez tenha de fazer concessões que não são de seu interesse econômico imediato para preservar sua hegemonia política e que, portanto, “é inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do que uma grande conspiração capitalista para a exploração do trabalhador” (HARVEY, 2006, p. 88). Desta forma, conclui-se que, na democracia burguesa, em que os dirigentes são escolhidos pelo voto individual e universal, a classe dominante deve conseguir o consentimento da maioria dos governados para se manter no poder. Para isto, deve-se eventualmente fazer concessões aos subordinados, bem como convencê-los dos interesses próprios dos dominantes, a partir do uso da ideologia como ferramenta de convencimento das camadas dominadas da população. Na atuação direta dos membros da ACIA, incluem-se os serviços oferecidos aos associados; as campanhas (com reclamações de “ingratidão”) para arrecadação e maior cooperação de associados; a constante narrativa do “progresso” e da vocação comercial e industrial da cidade, propícia para a instalação de novas indústrias, que “merecem” benefícios; a encomenda de livros e narrativas de valorização da classe empresarial, entre outros.

A questão ideológica se mostra explícita no caso da instalação do DAIA. Desde a sua criação até a atualidade, é a síntese de uma visão de progresso, desenvolvimento, criação de empregos e atração de investimentos, propagada em diversas mídias, em anúncios, planos de governo, entre outras plataformas, conforme também nos lembra Silva (2009). A ideologia não se limita ao distrito e à atração de indústrias, mas perpassa todo o recorte temporal, sendo desenvolvida a partir do poder econômico e simbólico das oligarquias e famílias dominantes, que ocupam espaços de prestígio, realizam ações benéficas e doações, prezam pela honra, cristalizam seus nomes no espaço urbano a partir da nomeação de ruas, prédios e patrimônios públicos, reproduzem uma lógica patriarcal de funcionamento da sociedade em que estão inseridos.



Segundo Silva (2005), uma política permeada pelas práticas clientelistas, pelas trocas de favores, pela associação personificada do poder, bem como a tentativa de manter a ordem estabelecida e valorizar a “sabedoria dos ancestrais”, constitui-se enquanto uma política conservadora. Esta forma de política, aliada à ideologia conservadora dos costumes, constitui relações e ideias que se convertem em ações conservadoras.

A forma como são apresentadas as ideias, neste contexto, é fundamental. Seja na relação com associados ou para a população em geral, a produção simbólica possui importância central na constituição de um universo ideológico ideal. Atuam neste espectro as mídias de massa (jornais, rádios, TV), bem como as produções literárias encomendadas, as produções acadêmicas, estudos bibliográficos, entre outros. Parte desse arsenal simbólico é encomendado pela ACIA, que além de possuir estreitas relações com jornais locais avança para o campo intelectual com inúmeros trabalhos escritos sobre seus dirigentes com a narrativa que mais lembra biografias de encomenda.

Nomes e sobrenomes se repetem nas notícias, nos livros, pesquisas, nas histórias fundadoras do município, nas placas de homenageados de universidades, nas ruas, estátuas, escolas, prédios, bairros, nomes de empresas, políticos. “Naturalmente”, só podem estes atores serem os “ancestrais”, que levarão a Anápolis o progresso e o desenvolvimento de que tanto precisa. “Merecem” o capital, posses, latifúndios, cargos públicos. “Merecem”, pela personificação do poder em atores individuais, a lembrança na hora do voto, assim como, quando investidos nos cargos públicos, os acordos, trocas de favores e banquetes recebidos em troca da aprovação de leis que regulam o território e espaço urbano anapolino e possibilitam a concessão de uma grande quantidade de benefícios para a reprodução do capital, cada vez mais internacionalizado nas décadas seguintes a 1976.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No último projeto elaborado no decorrer da pesquisa de mestrado, apresentado no Seminário Interno da Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da UFG, o nosso objetivo geral era “Compreender de que forma a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), como entidade de defesa de interesses empresariais e expressão do poder local exercido na região, influencia política e economicamente a produção do espaço urbano do município de Anápolis”. Como objetivos específicos, constavam: compreender como surgiu a ACIA, qual a sua estrutura interna e seu alinhamento político e ideológico; comparar a atuação da entidade à de outras associações patronais de Goiás e do Brasil; entender sua atuação enquanto recrutadora de empresas para o fortalecimento de sua posição no quadro de poder local anapolino; e dimensionar o poder de negociação da ACIA referente à organização do espaço urbano anapolino, junto aos governos do estado e do município.

De modo geral, estes objetivos foram alcançados, mas muitas peculiaridades foram encontradas no desenvolvimento da pesquisa. Colocando-se lado a lado as reflexões desenvolvidas nos capítulos 1 e 3, o surgimento da ACIA pode ser analisado sob duas escalas diferentes e complementares. Do ponto de vista macroescalar, as bases legais de seu funcionamento foram criadas a partir de uma política intervencionista do Estado, levada a cabo por Getúlio Vargas após a revolução de 1930. Criou-se, então, um sistema de sindicalismo corporativo concebido para mediar as relações entre o Capital e o Trabalho, bem como proteger a indústria nascente brasileira da competição estrangeira, conforme atestam Costa (1998) e Rodrigues (2009), permitindo ainda a participação de empresas na burocracia estatal.

Inserido na análise da formação do Estado patrimonial brasileiro (FAORO, 1987), este quadro é corroborado pelo contexto observado em Anápolis. A troca de poder nacional alterou o cenário de poder das oligarquias locais, especialmente pela presença de Pedro Ludovico Teixeira, o que favoreceu algumas das famílias dominantes que participaram da criação da ACIA. Nesta conjuntura, tivemos um resultado inesperado. Contando entre seus associados com membros das famílias mais dominantes de Anápolis e região, observamos que a associação é apenas uma das formas com que estes grupos exercem e buscam reproduzir seu poder. Partindo da família enquanto núcleo de gerenciamento do patrimônio do grupo, cria-se uma divisão

familiar do trabalho, especialmente em termos políticos. Observa-se a presença de consanguíneos nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), bem como nas associações e sindicatos de defesa do patronato. Outro aspecto interessante em relação às origens dos atores é que diminuem os representantes de oligarquias antigas com o decorrer do tempo, ao mesmo tempo em que estas famílias perdem força política, conforme atesta Polonial (2007b).

As estratégias de reprodução, contudo, superam a atividade econômica e social direta. É muito forte e constante a tentativa de manutenção dos diferentes tipos de capital de forma a reproduzir o seu poder simbólico, utilizando para isso o campo de produção simbólica, o domínio dos meios de produção, a construção da imagem de benfeitores e sinônimos do progresso anapolino, com efeitos inclusive na narrativa urbana, como evidenciamos no segundo capítulo.

Se a ACIA busca a reprodução do poder social dominante quando na relação com outros setores da sociedade; concluímos que um quadro semelhante ocorre no interior da sua estrutura de funcionamento. A busca por novos associados é constante, porém mesmo chegando a mais de mil sócios, repetem-se nos cargos diretores os mesmos nomes, quase todos com grandes patrimônios, em comparação à maioria de associados de baixa renda, que sustentam a entidade, constituindo base de apoio político, numérico, mas também financeiramente, quadro este explicado pela diferenciação entre atores sintagmáticos e paradigmáticos (RAFFESTIN, 1993).

A organização interna influencia diretamente no poder de negociação ou “barganha” da entidade, mais um dos objetivos específicos. A partir do fortalecimento político da ACIA no início da década de 1970 sendo acompanhado do aumento de número de sócios. E a negociação, especialmente com o Estado e com outras entidades classistas, consiste na atuação por excelência desta organização. É na relação com estas duas categorias de atores que observamos a grande maioria dos conflitos registrados nas atas de reuniões.

O relacionamento com a Associação Comercial do Estado de Goiás (ACIEG), representante de Goiânia, demonstrou uma das principais formas como as entidades patronais defendem seus interesses: indiretamente, a partir do Estado como interlocutor. A contradição aparece na comparação aos tipos de cobranças. Quando as reivindicações deixam de ser seletivas dentro do território goiano, caso das leis de incentivos de impostos e reclamações sobre a fiscalização são motivos de ações conjuntas entre as “coirmãs”.

Quando se trata das infraestruturas de produção e escoamento de bens, de posição e uso seletivos no território, os conflitos reaparecem, e são relatados em praticamente todos os temas de discussão. Assim, conclui-se também que as classes produtoras de Anápolis conflitam pouco, no período estudado, com a “praça” de Brasília. O conflito é perene, no entanto, com as classes produtoras de Goiânia, nova capital do estado na década de 1930, a qual teve ajuda de Anápolis para suporte à construção, mas que passa a ter uma força maior de polarização do interior goiano a partir da década de 1950, com a inauguração da estação ferroviária goianiense.

Isto se repete nas discussões referentes a estradas, quando Goiânia passa a atrair fluxos que na época eram polarizados por Anápolis, caso de Ceres, antiga Colônia Agrícola Nacional, tendo como indutor o investimento prioritário para a construção de infraestrutura viária. O mesmo se repete na distribuição de energia, quando as reclamações da ACIA também são contundentes frente à priorização da capital.

A articulação política só passa a render frutos contundentes para a associação com o convênio firmado com a base aérea. Além de permitir a apropriação dos recursos excedentes provenientes do governo federal, o convênio fortaleceu a relação entre os produtores e o governo autoritário também a nível estadual, que teria alguns anos depois a preferência por Anápolis para a instalação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), que viria a ser futuramente o carro chefe da campanha ideológica em busca da industrialização da cidade.

No decorrer da confecção do último capítulo, contudo, me deparei com uma dúvida de termos teóricos. Contrastando com o título que leva o trabalho, as articulações mais contundentes da ACIA, exploradas no trabalho, me parecem muito mais ligadas ou inteligíveis a partir da categoria do território, e não da categoria do espaço urbano e de sua produção. Claro, a associação tem efeitos, inclusive destacados aqui, na organização e produção do espaço urbano anapolino. Alguns aspectos menores, como campanhas de embelezamento urbano, não foram explorados aqui pela maior relevância social e política dos temas endereçados, retornando novamente ao território, categoria “chefe” da Geografia Política, empregada na maior parte do trabalho.

Deixamos este questionamento como ponto final. Os fenômenos encontrados no estudo do objeto de pesquisa poderiam ser analisados sob o olhar das duas categorias. Seja pela importância que nós julgamos mais pertinentes, o que transparece o viés do pesquisador, ou pela própria preferência da análise geográfica pelas questões relacionais e políticas, acredito que esteja aí parte da justificativa desta “mudança de trajeto”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cleusa Rodrigues de. **Carlos de Pina: Sua vida, sua trajetória política.** 1997. 39p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1997.

ANÁPOLIS. Lei n° 386, de 30 de abril de 1958. Considera de utilidade pública a Associação Comercial de Anápolis e Escola Técnica de Comércio de Anápolis. **Diário Oficial do Município de Anápolis**, Anápolis, 30 abr. 1958.

ARANTES, Abadia Adélia Moreira. **História de Vida:** José Fernandes Valente. 1997. 68p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1997.

ARIMATHÉA, Amador de. CURY, Lindberg. **Dos Cedros ao Cerrado:** História dos Sírios e Libaneses de Anápolis (1903-2009). Brasília: Starprint, 2009.

ARIMATHÉA, Amador de. **Anápolis: suas ruas - seus vultos - nossa historia, 1830-2007.** Brasília: Ed. do Autor, 2007.

ARRAIS, Cristiano. P. A. ; OLIVEIRA, Eliezer. ; ARRAIS, Tadeu A. . **O Século XX em Goiás:** o advento da modernização. 1. ed. Goiânia: Canone Editorial, 2016.

ASMAR, João. **Anápolis e a Associação Comercial e Industrial de Anápolis.** – Goiânia: Kelps, 2011.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ANÁPOLIS (ACIA). Base Aérea de Anápolis Ala 2 faz 46 anos. **Acia em Ação:** Boletim informativo da Associação Comercial e Industrial de Anápolis. 05 a 11 de abril de 2018, ano XIII, n° 377, diretoria 2017/2019. Disponível em: <<http://www.aciaanapolis.com.br>>, acesso em 23/09/2018.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1936 a 1944**, Anápolis. 53 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1936 a 1948**. Anápolis. 9 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1950 a 1954**. Anápolis. 17 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1951 a 1955**. Anápolis. 47 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1955 a 1963**. Anápolis. 96 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1963 a 1969**. Anápolis. 98 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1969 a 1971**. Anápolis. 99 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1971 a 1973** – Pres. Mounir Naoum. Anápolis. 43 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1972 a 1985.**, Anápolis. 51 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1973** – Pres. Ruy Abdalla. Anápolis. 127 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1974** – Pres. Ruy Abdalla., Anápolis. 97 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1974 e 1975** – Pres. Ruy Abdalla., Anápolis. 46 p.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da ACIA. **Livro de atas de 1975 e 1976** – Pres. Sultan Falluh., Anápolis. 206 p.

AZARYAHU, Maoz. The Power of Commemorative Street Names. **Environment and Planning D: Society and Space**. Vol 14, Issue 3, pp. 311 – 330, June 1, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/d140311>. Acesso em 20/12/2017.

BARROS, Cezar Freitas. **Incentivos Fiscais e Investimentos do Estado em Infraestruturas e a Atração de Indústrias para o Distrito Agroindustrial de Anápolis**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Trabalho de Conclusão de Curso), 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 160p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BORGES, Humberto Crispin. **História de Anápolis**. 2. ed. Anápolis, GO: Kelps, 2011.

BRASIL. Decreto nº 24.694, de 12 de Julho de 1934. Dispõe sobre os sindicatos profissionais. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 27 out. 1934.

\_\_\_\_\_. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1935.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1939.

\_\_\_\_\_. Decreto do Conselho de Ministros nº 368, de 15 de Dezembro de 1961. Aprova Normas Especiais para a conclusão da ligação rodoviária Brasília - Belém. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 1961.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 fev. 1967.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: Família e Sociedade** (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CANEDO, Letícia Bicalho. **Um capital político multiplicado no trabalho genealógico**. Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA), v. 8, p. 55-75, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 98 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Benedito. **De Que Família Você?** A "Família cearense": distinção, símbolos e poder. Revista De Ciências Sociais (UFC). V. 30 N. 1/2 1999.

CASTILHO, Denis. **A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás: território em movimento, paisagens em transição**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

\_\_\_\_\_. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás**. 1. ed. Goiânia: UFG, 2016.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Atica, 1989. 94 p.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Ação Patronal e Corporativismo. **Revista de Sociologia Política**, Universidade Federal do Paraná, v. 10, p. 10-18, 1998.

CUSTÓDIO, Edna Gomes. **ACIA e o Desenvolvimento de Anápolis**. 1998. 37p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1998.

DANIEL, Celso. **Poder local no Brasil urbano**. Revista Espaços & Debates. São Paulo: Cortez, n. 24, 1988, p. 26-39.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 6, p. 103-120, out. 2000.

ENSINO superior é referência em Goiás. **Contexto**, Anápolis, 28 jul. 2009. Educação. Disponível em: <<http://www.jornalcontexto.net/ensino-superior-e-referencia-em-goias>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 7. Ed. – Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FAVARO, T. C. P. . **Mauro Borges e a Estrada de Ferro Goiás: o homem certo para o lugar certo**. Revista UFG (Impresso) , v. 11, p. 219-227, 2011.

FERREIRA, Élide Cristina Silva. **As instituições escolares de Cachoeira Dourada de Goiás: a interseção entre o público e o privado (1960-1971)**, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas-Gerais.

FERREIRA, Haydeé Jayme. **Anápolis: sua vida, seu povo**. Brasília: [s.n.], 1979.

FISCHER, Tânia. **Poder local: um tema em análise**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, p. 105-113.

FREITAS, Lenice dos Santos Cintra. **Vida e obra de Jonas Ferreira Alves Duarte**. 1997. 57p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1997.



FREITAS, Revalino Antônio de, Anápolis, fundos públicos e expansão urbana: 1957 – 1997. In: TOSCHI, Mirza Seabra (Org.). **100 anos: Anápolis em pesquisa**. Anápolis: Vieira, 2007.

GOIÁS. Lei nº 2.399, de 17 de dezembro de 1958. Isenta a Associação Comercial de Anápolis do pagamento de imposto de transmissão “inter-vivus”. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, 17 dez. 1958.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.000, de 7 de novembro de 1958. Dispõe sobre a concessão de isenção de imposto às indústrias novas de produtos sem similares no território do Estado. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 16 dez. 1958.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 100, de 22 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais às atividades que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 26 dez. 1969.

\_\_\_\_\_. Lei 7.700, de 19 de setembro de 1973. Estabelece incentivos à industrialização do Estado, cria Conselho Superior de Prioridades para o Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 27 set. 1973.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.766, de 20 de novembro de 1973. Autoriza o Poder Executivo a organizar uma Sociedade por Ações, sob a denominação de Companhia de Distritos Industriais de Goiás (GOIÁSINDUSTRIAL) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 20 nov. 1973.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 251 p.

JAYME, Jarbas. **Famílias pirenopolinas: (ensaios genealógicos)**. 1. ed. póstuma. Pirenópolis, 1973.

LUPPI, Sheila Cristina A. Luppi. **“Batricios” Anapolinos**. In: TOSCHI, Mirza Seabra (Org.). **100 anos: Anápolis em pesquisa**. Anápolis: Vieira, 2007.

MARIN, Eriberto Francisco. Entidade de utilidade pública: efeitos jurídicos de sua declaração. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 19, n. 1, p. 39/46, jan./dez. 1995/96.

MENESTRINO, Fatima Rosangela Padilha. **Vida e obra de João Luiz de Oliveira**. 1997. 72p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1997.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. 436p.

POLONIAL, Juscelino. Anápolis: das origens do povoado à revolução de 1930. In: TOSCHI, Mirza Seabra (Org.). **100 anos: Anápolis em pesquisa**. Anápolis: Vieira, 2007a.

\_\_\_\_\_, Juscelino . **Introdução à história política de anápolis (1819-2007)**. 1. ed. Goiânia: Kelps, 2007b. v. 500. 188p.

\_\_\_\_\_, Juscelino M. **Anápolis nos tempos da ferrovia**. ANAPÓLIS: Kelps, 2011. 78 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática,1993.

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. **Bem Casar: Exogamia Familiar e Estratégias Matrimoniais (Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)**. Temporalidades (UFMG), v. 7, p. 220-220, 2015.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Memoria, família e poder: história de uma permanência política - os Caiados em Goiás**. 1996. 224f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

RODRIGUES, LM. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 38-65.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Rotary Club: Habitus, estilo de vida e sociabilidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

SANTOS, Oyana R. A **Política de industrialização em Goiás com os distritos agroindustriais – DAIA (1970-90)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos Socioambientais. Goiânia: IESA/UFG, 1999.

SILVA, Júlia Bueno de. **O interior e sua importância no Projeto Centralizador do Brasil**, 1997. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**, 2005. 263 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. – Presidente Prudente, 2005.

SILVA, Márcia da. **Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil**. Soc. nat. (Online), Uberlândia , v. 20, n. 2, p. 69-78, dez. 2008 .

SILVA, Rodrigo Mendes da. **O DAIA, isso serve, em primeiro lugar, para a apropriação de territórios**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SILVA, Jeane Medeiros. **Análise do discurso e pesquisa qualitativa na Geografia**. In: RAMIRES; Julio Cesas de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. 1ed. Uberlândia: Assis Editora, 2009, v. , p. 91-122.

SILVA, Júlia Bueno de. **O interior e sua importância no Projeto Centralizador do Brasil**, 1997. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

SILVA, Rusvênia Batista. **Patrimônios: Espaço e Lugar: Estudos das Vilas Cibele e Caiçara e seus conteúdos**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

UHLE, Águeda Bernadete. **Comunhão Leiga: O Rotary Club no Brasil**, 1991. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SOUZA JÚNIOR, Xisto S. S.. **O Uso do método qualitativo na análise da influência dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço**. Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes (UFCG), v. 16, p. 64-73, 2010.

SPINK, Peter .K.. **Análise de Documentos de Domínio Público**. In: SPINK, M. J. P.. (Org.). Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano. São Paulo: Editora Cortez, 1999.



**Anexo 2 – Sócios fundadores da ACIA – 28/01/1936.**

Fonte: ASMAR (2011) e atas ACIA (1936).

1	T. Monteiro E Cia	44	Abrahão Jorge Asmar
2	Juvenal Campos Amaral	45	Fritz Burger
3	José Silva	46	Cardoso & Irmão
4	Benedito De Carvalho	47	Joaquim De Oliveira Branco
5	Albérico Borges De Carvalho	48	Miguel Antônio Neto
6	Graciano Antônio Da Silva	49	Benedito Dos Reis Siqueira
7	Jonas Ferreira Alves Duarte	50	Nijme Abucet Silva
8	Antônio Luiz De Pina	51	João José Da Silva
9	Manoel Paulista	52	José Machado Da Silveira
10	Calixto José Feres	53	João José Peclat
11	Emílio Miotto	54	Pires & Cia
12	Joaquim Paulista	55	José Epaminondas Roriz
13	Walter Friedmann	56	Lúcio Fróis & Irmãos Ltda.
14	George Elias Da Silva	57	Hosé Honório Ferreira
15	Miguel José Dib	58	Nicanor De Faria E Silva
16	Eduardo Chehab	59	Milton De Melo
17	José Jerônimo De Souza	60	Antônio José Isaac
18	Antônio Nunes Carmelo Filho	61	Carlos De Pina
19	Manoel Tavares	62	Manoel Da Silva Maia
20	Dario Da Silva	63	Severino Ferreira Dos Santos
21	Maximiano Alves Da Cunha E Filho	64	José Cândido Freire
22	Benedito Abadia Siqueira	65	João Nince
23	Empresa De Força E Luz De Anápolis	66	B. Van. Mustaph & Cia Ltda.
24	Agostinho De Pina	67	Hygino Seade
25	Martinho Nince	68	d
26	Antônio Jorge Sahium	69	Francisco Dollis
27	Abrão Issa E Filho	70	Tobias Nascimento Camargo
28	Antônio Luiz Moreira	71	Oliveira De Camargo
29	Alizeu Jorge Campos	72	Jessé Dos Santos
30	Romeu Madem	73	Amim Beze
31	David Alexandre Tuma	74	Miguel Pedreiro
32	Georges Michel	75	José Orlando Motta
33	Luiz Fernandes E Sobrinho	76	Anysio Cecílio
34	Wand Fares	77	Carlos Elias
35	Affonso Fares	78	Caied Salim
36	Zeque Sabbag	79	Achilles Elias & Irmão
37	Mathias & Espírito Santo	80	Miguel José Da Silva
38	Carlos Marques	81	João Luiz De Oliveira
39	Dergon Jacob	82	Barbahan Helou
40	Elias Jorge	83	Gisberto Ferraresi
41	Otto Taube	84	Alderico Borges De Carvalho
42	Aziz Cury	85	João Friedmann
43	Cristovão Campos		

### **Anexo 3 – Lista de referências de dados biográficos.**

#### **Cargos ACIA e dados biográficos dos presidentes**

ASMAR, João. *Anápolis e a Associação Comercial e Industrial de Anápolis*. – Goiânia: Kelps, 2011

#### **Prefeitos**

BORGES, Humberto Crispin. *Historia de Anapolis*. 2. ed. Anapolis, GO: Kelps, 2011.

#### **Deputados Estaduais**

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (<https://portal.al.go.leg.br/legislatura>)

#### **Deputados Federais**

Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>)

#### **Rotary Club**

FERREIRA, Haydee Jayme. *Anapolis: sua vida, seu povo*. Brasília: [s.n.], 1979

Site Rotary Club - <http://www.rotaryclubdeanapolis.org.br/presidentes>

#### **Nomes de Ruas e logradouros públicos**

Software Google Maps

ARIMATHEA, Amador de. *Anapolis: suas ruas - seus vultos - nossa historia, 1830-2007*. Brasília: Ed. do Autor, 2007.

#### **Genealogias de vários atores - [www.geni.com](http://www.geni.com)**

#### **Carlos de Pina**

ALMEIDA, Cleusa Rodrigues de. *Carlos de Pina: Sua vida, sua trajetória política*. 1997. 39p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1997.

#### **Jonas Duarte**

FREITAS, Lenice dos Santos Cintra. *Vida e obra de Jonas Ferreira Alves Duarte*. 1997. 57p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1997.

#### **João L. de Oliveira**

MENESTRINO, Fatima Rosangela Padilha. *Vida e obra de João Luiz de Oliveira*. 1997. 72p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1997.

#### **João L. de Oliveira**

MENESTRINO, Fátima Rosangela P. *História de vida João Luís de Oliveira*. *Jornal O Centenário - Cem Anos De História, Anápolis*, V. 24, N. 15, 2010.

#### **José Fernandes Valente**

ARANTES, Abadia Adélia Moreira. *História de Vida: José Fernandes Valente*. 1997. 68p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Anápolis, Anápolis, 1997.

#### **Membros da comunidade árabe**

ARIMATHÉA, Amador de. CURY, Lindberg. *Dos Cedros ao Cerrado: História dos Sírios e Libaneses de Anápolis (1903-2009)*. Brasília: Starprint, 2009.

## Outras Fontes - Sites consultados

### **José Marreto**

<https://diaconobenevides.wordpress.com/2010/03/06/jose-marreto/>

### **Plínio Gonzaga Jaime**

<https://portal.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1779>

### **Arywaldo Tahan**

<https://portal.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1571>

### **Nicanor de Faria e Silva**

<https://portal.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1702>

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-nicanor-de-faria-e>

### **Waldyr O'Dwyer**

<http://www.jornalcontexto.net/100-anos-de-waldyr-odwyer-comemorado-em-anapolis>

<http://www.jornalcontexto.net/um-capitao-a-frente-do-seu-tempo>

<http://aredacao.com.br/motor/5952/anadiesel-inaugura-nova-concessionaria-em-anapolis>

### **Ruy Abdalla**

<http://www.jornalcontexto.net/ruy-abdalla-recebe-medalha-e-diploma-do-merito-da-acia>

### **História do futebol amador de Anápolis**

<http://tvkajuru.com/posts.aspx?dadcodigo=261>

**Rizek Mikail Hajjar** - <http://www.jornalestadodegoias.com.br/2017/04/03/anapolis-perde-jose-miguel-hajjar-pioneiro-no-ramo-atacadista/>

### **Sultan Faluh**

<http://revistas.unievangelica.com.br/index.php/revistaeducacaoemudanca/article/viewFile/41/52>

<http://www.jornalcontexto.net/sultan-falluh-pai-do-daia-na-ativa-aos-86-anos>

### **José Quinan**

[https://www.researchgate.net/publication/260806260\\_Dr\\_Jose\\_Quinan\\_um\\_exemplo\\_profissional/fulltext/53d116810cf25dc05cfe92f6/260806260\\_Dr\\_Jose\\_Quinan\\_um\\_exemplo\\_profissional.pdf](https://www.researchgate.net/publication/260806260_Dr_Jose_Quinan_um_exemplo_profissional/fulltext/53d116810cf25dc05cfe92f6/260806260_Dr_Jose_Quinan_um_exemplo_profissional.pdf)

### **Habib Gabriel Issa**

<http://www.revistaplanetaagua.com.br/materia/56887/especial-comendador-henrique-santillo-premiado-habib-gabriel-issa>

**Graciano Antônio da Silva e Família** - <https://www.geni.com/people/Graciano-Antonio-da-Silva/6000000002300252158>

### **Mounir Naoum**

<http://www.jornalcontexto.net/anapolis-despediu-se-de-william-naoum>

### **Jibrán El Haje**

[g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/02/hotel-abandonado-com-vista-para-esplanada-vira-point-de-uso-de-drogas.html](http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/02/hotel-abandonado-com-vista-para-esplanada-vira-point-de-uso-de-drogas.html)